

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

IDEOLOGIA EM AÇÃO: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE COTAS
UNIVERSITÁRIAS NA IMPRENSA E PARA PROFESSORES
UNIVERSITÁRIOS

Elisa Fabris de Oliveira

VITÓRIA

2021

ELISA FABRIS DE OLIVEIRA

**IDEOLOGIA EM AÇÃO: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE COTAS
UNIVERSITÁRIAS NA IMPRENSA E PARA PROFESSORES
UNIVERSITÁRIOS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Psicologia da Universidade Federal do
Espírito Santo, como requisito parcial para
obtenção do título de Doutora em Psicologia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Edinete Maria Rosa
Coorientadora: Prof^a. Dr^a. Mariana Bonomo.

Vitória, Junho de 2021

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de
Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

O48i Oliveira, Elisa Fabris de, 1989-
Ideologia em ação : representações sociais de cotas na imprensa
e para professores universitários / Elisa Fabris de Oliveira. -
2021.
243 f. : il.

Orientadora: Edinete Maria Rosa.
Coorientadora: Mariana Bonomo.
Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade Federal do
Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. programas de ação afirmativa na educação. 2. imprensa. 3.
representações sociais. 4. psicologia social. 5. comunicação social.
I. Rosa, Edinete Maria. II. Bonomo, Mariana. III. Universidade
Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e
Naturais. IV. Título.

CDU: 159.9

**IDEOLOGIA EM AÇÃO: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE COTAS
UNIVERSITÁRIAS NA IMPRENSA E PARA PROFESSORES
UNIVERSITÁRIOS**

ELISA FABRIS DE OLIVEIRA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Psicologia.

Aprovada em 29 de junho de 2021, por:

Prof.^a Dr.^a Edinete Maria Rosa
Orientadora, PPGP/UFES

Prof.^a Dr.^a Ana Maria Justo
PPGP/UFSC

Prof. Dr. Gustavo Henrique de Araujo Forde
CE/UFES

Prof.^a Dr.^a Maria Cristina Smith Menandro
PPGP/UFES

Prof. Dr. Rafael da Silva Paes Henriques
POSCOM/UFES

Ao meu tio Emerson (*in memoriam*) e
a todas as outras vítimas da tragédia
vivida pelo Brasil em tempos da
pandemia.

Agradecimentos

Um ciclo longo, desafiador e de muito aprendizado está chegando ao fim. E a palavra que resume os meus sentimentos é: Obrigada.

Sou grata à sociedade brasileira por ter financiado a minha formação, de altíssima qualidade, durante a graduação, o mestrado e o doutorado. Foi graças a esse ensino que tive a oportunidade de conhecer uma outra visão de mundo, tão necessária para minha constituição como pessoa, como professora e como cidadã.

Sou grata aos meus pais, Gilvan e Angelica, por terem me ensinado o valor da educação, privilegiando a nossa acima tudo. Agradeço-os também por terem me apresentado à docência e toda a sua grandeza, e por, ainda hoje, serem meu exemplo e meu porto seguro.

Agradeço ao meu irmão pela parceria de vida, pelo incentivo e pelos conselhos. Acompanhar sua dedicação e sua longa rotina de estudo, certamente, fez-me aprender a viver nesse universo.

Agradeço ao Fábio que, ao longo desses mais de quatro anos, esteve do meu lado, compartilhando vitórias, angústias, aprendizados. Do processo seletivo de ingresso até aqui, caminhamos juntos como namorados, noivos, esposos e, acima de tudo, como torcedores, um do outro. Obrigada pela paciência e pelo incentivo. Essa realização também é sua.

Sou especialmente grata a minha orientadora Edinete. Obrigada por acreditar em mim, por me incentivar, por me ensinar tanto, por me acompanhar durante todos esses anos e por me acolher. Suas palavras sábias, sempre oportunas e delicadas, são um privilégio de serem ouvidas. Não à toa nossa turma se autointitulou “Fã clube da Edinete”. Você é muito especial (fora de série, eu diria).

Privilegiada que sou, nesse caminho também pude contar com uma coorientadora muito querida. Mari, obrigada pelas correções minuciosas, pelas orientações certeiras e pelos

imensuráveis ensinamentos. Tendo sido a primeira a me receber no PPGP, fico muito feliz de tê-la comigo também nesse momento final.

Agradeço, ainda, a todo o PPGP: professores, servidores e colegas. É motivo de muito orgulho fazer parte desse grupo. Tenho a plena certeza de que minhas conquistas profissionais estão diretamente relacionadas ao excelente trabalho desempenhando por vocês. Abro aqui uma exceção para mencionar explicitamente as professoras Cristina e Ana Maria. Vocês representam muito da formação que recebi e dos ensinamentos materializados nesta Tese. Obrigada!

Ao Necriad um agradecimento cheio de amor. Esse grupo nunca foi para mim apenas um grupo de pesquisa ou de estudo, sempre foi uma rede de apoio e de amigos. São a vocês que recorro quando surgem dúvidas, problemas, novos desafios... Thiago e Elisa sabem bem do que estou falando. Muito obrigada! Cat, Dani e Manu, não poderei deixar de registrar aqui um carinho e um agradecimento especial a vocês. Obrigada pelas trocas, pelas risadas, pelo apoio, pelos encontros. Esse tempo de doutorado deixará muita saudade <3.

Sou muito grata também aos participantes desta tese. Professores, obrigada por compartilharem comigo suas ideias, experiências e histórias de vida, por mais delicadas e sigilosas que elas fossem. Espero ter exercido meu papel de pesquisadora de forma ética e respeitosa como vocês merecem.

Por fim, dedico um agradecimento especial à Universidade Federal do Espírito Santo, que, desde 2007 até hoje, tem sido minha segunda casa. Obrigada por tantas oportunidades, experiências, aprendizado, amigos, projetos de vida e celebrações. Nossa história começou quando eu ainda era uma menina, acompanhando meus pais no trabalho, fazendo passeios pelo campus, participando de confraternizações no espaço recreativo, realizando cursos de línguas...

São muitos os momentos a serem lembrados, e espero que, de uma forma ou de outra, eles não terminem por aqui. Muito, muito obrigada!

Resumo

Oliveira, E. F. (2021). *Ideologia em ação: Representações sociais de cotas universitárias na imprensa e para professores universitários* (Tese de doutorado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, Brasil.

A presente tese teve como objetivo geral investigar as representações sociais de cotas universitárias, a partir da abordagem societal, compreendendo o papel da ideologia na formação desse conhecimento do senso comum. Para isso, foram realizados dois estudos independentes e complementares. O Estudo 1, denominado “Representações Sociais de Cotas Universitárias na imprensa Brasileira: Em Foco as Revistas Veja e Carta Capital”, teve como objetivo analisar a atuação da imprensa na constituição e disseminação dessas representações sociais. Neste estudo, foram analisados textos de colunistas, cartas de leitores, entrevistas e reportagens que contemplaram a temática das cotas publicadas nas revistas Carta Capital e Veja. Para este estudo, assumiu-se como delimitação 10 anos de publicações, sendo contemplados textos de 2008 a 2017. A coleta de dados foi realizada a partir de acervos online e adotou-se como estratégia para busca do material as palavras-chave: cota e cotas. A pesquisa retornou 96 textos publicados pela Carta Capital e 103 pela Veja, que foram analisados a partir de estatísticas clássicas, similitude, especificidades e Classificação Hierárquica Descendente, como auxílio do software Iramuteq. Verificou-se dissensos entre as representações sociais dos dois veículos: enquanto a Carta Capital reforçou o caráter de luta, engajamento, busca pela igualdade social, assumindo um posicionamento a favor da política de cotas; Veja reforçou aspectos de injustiça, de rompimento com a meritocracia e o viés político-partidário das cotas, associando-a ao Partido dos Trabalhadores e destacando o papel do Supremo Tribunal Federal na validação da medida. Os resultados possibilitaram identificar que a tomada de posição de cada revista em relação às cotas esteve atrelada ao viés ideológico assumido por elas: (1) Carta Capital sustentou seus argumentos a partir da fundamentação na ideia de busca pela igualdade, na necessidade de mudança da estrutura social e em conferir maior poder aos grupos minoritários - proposições essas alinhadas com a ideologia de esquerda; e (2) e já a revista Veja, além de corroborar com noções racistas compartilhadas na sociedade brasileira, esteve fundamentada no ideal meritocrático, no mito da democracia racial e com perspectiva mais conservadora, de manutenção das hegemonias e estruturas sociais vigentes - conceitos esses propagados pela ideologia de direita. O Estudo 2, denominado “Representações Sociais de Cotas Universitárias para Professores da Universidade Federal do Espírito Santo”, teve como objetivo, por sua vez, investigar a atuação da ideologia-partidária nas tomadas de posição frente às representações sociais de cotas universitárias, tendo como público de análise professores da

Universidade Federal do Espírito Santo. A pesquisa foi realizada em duas etapas, integrando abordagens quantitativa e qualitativa. A primeira, desenvolvida a partir da aplicação de um questionário, contou com 183 professores de 15 departamentos diferentes. Os dados permitiram caracterizar o perfil dos participantes, bem como identificar possíveis associações entre suas características ideológico-partidárias e o posicionamento assumido frente às cotas na graduação e na pós-graduação. Entre os resultados, destacam-se diferenças significativas, identificadas por meio do teste do qui-quadrado, na associação da variável ‘posicionamento sobre as cotas’ com ideologias político-partidárias e ‘área de atuação’. Em relação ao primeiro caso (‘posicionamento sobre as cotas’ vs. ‘ideologia partidária’), verificou-se que professores de esquerda foram mais unânimes em serem a favor das cotas; assim como os contrários, com maior frequência, seguiam uma ‘ideologia partidária’ de direita. Em relação à segunda análise (‘posicionamento sobre as cotas’ vs. ‘área de atuação’), identificou-se que os participantes a favor, com maior frequência, eram da área de Ciências Humanas e de Ciências Sociais Aplicadas; e já os contrários, em geral, eram das Engenharias e das Ciências da Saúde e das Ciências Sociais Exatas e da Terra. No segundo momento do Estudo 2, foram realizadas entrevistas com nove professores, organizados em dois grupos: (1) professores favoráveis e (2) professores contrários às cotas universitárias. O grupo favorável apresentou viés ideológico de esquerda, avaliou a ação afirmativa como uma forma de promover a igualdade social e reconheceu os critérios de baixa renda, escola pública e de raça como fundamentais para compreensão das cotas. Os professores contrários à política de cotas, por sua vez, posicionaram-se como liberais em termos econômicos e conservadores nos “costumes”, estiveram embasados no ideal meritocrático, e manifestaram a visão das cotas como uma ação paliativa, política e populista. Esses participantes também manifestaram o papel do conflito grupal que envolve a ação, entendendo cotistas e não cotistas como estudantes com experiência universitária bastante distinta. Como conclusão, por meio da tese desenvolvida, foi possível demonstrar a atuação da ideologia político-partidária na constituição das representações sociais de cotas, seja para a sociedade em geral (conforme dinâmica analisada em veículos da imprensa), seja para professores universitários, participantes do estudo. A partir da discussão integrada dos resultados, foi possível problematizar os efeitos dessa dinâmica, destacando a importância do debate público e do enfrentamento de narrativas conflitivas sobre as ações afirmativas no Brasil para promoção de processos de mudança social.

Palavras-chave: cotas universitárias, cotas raciais, representações sociais, ideologia, imprensa

Abstract

Oliveira, E. F. (2021). *Ideology in action: Social representations of university quotas in the press and for university professors* (Doctoral thesis). Postgraduate Program in Psychology, Federal University of Espírito Santo, Vitória, ES, Brasil.

The present thesis had as general objective to investigate the social representations of university quotas, from the societal approach, understanding the role of ideology in the formation of this commonsense knowledge. For this, two independent and complementary studies were carried out. Study 1, called "Social Representations of University Quotas in the Brazilian Press: In Focus *Veja* and *Carta Capital* Magazines", aimed to analyze the role of the press in the constitution and dissemination of these social representations. In this study, texts by columnists, letters from readers, interviews and reports that addressed the issue of quotas published in magazines were analyzed. For this study, 10 years of publications was assumed as a delimitation, covering texts from 2008 to 2017. Data collection was carried out from online collections and the following keywords were used to search for the material: quota and quotas. The research returned 96 texts published by *Carta Capital* and 103 by *Veja*, which were analyzed based on classical statistics, similarity, specificities, and Descending Hierarchical Classification, using the IRAMUTEQ software. There was disagreement between the social representations of the two vehicles: while *Carta Capital* reinforced the character of struggle, engagement, search for social equality, taking a stance in favor of the quota policy; *Veja* reinforced aspects of injustice, breaking with meritocracy and the political-partisan bias of the quotas, associating it with the Workers' Party and highlighting the role of the Supreme Court in validating the measure. The results made it possible to identify that each journal's position in relation to quotas was linked to the ideological bias assumed by them: (1) *Carta Capital* supported its arguments based on the idea of seeking equality, on the need to change the structure social and in giving greater power to minority groups - propositions that are aligned with the left ideology; and (2) and *Veja* magazine, in addition to corroborating racist notions shared in Brazilian society, was based on the meritocratic ideal, on the myth of racial democracy and with a more conservative perspective, of maintaining current hegemonies and social structures - concepts propagated by right-wing ideology. Study 2, called "Social Representations of University Quotas for Professors at the Federal University of Espírito Santo", aimed, in turn, to investigate the role of party ideology in taking a stand against the social representations of university quotas, having as public analysis professors at the Federal University of Espírito Santo. The research was carried out in two stages, integrating quantitative and qualitative approaches. The first, developed from the application of a

questionnaire, had 183 professors from 15 different departments. The data allowed us to characterize the profile of the participants, as well as to identify possible associations between their ideological-partisan characteristics and the position taken in relation to the quotas at undergraduate and graduate levels. Among the results, significant differences stand out, identified through the chi-square test, in the association of the variable 'positioning on quotas' with political party ideologies and 'area of action'. Regarding the first case ('positioning on quotas' vs. 'party ideology'), it was found that left-wing professors were more unanimous in being in favor of quotas; as well as the opposites, more often, they followed a “party ideology” of the right. Regarding the second analysis ('positioning on quotas' vs. 'area of action'), it was identified that the participants in favor, more frequently, were from the Human Sciences and Applied Social Sciences areas; and the opposites, in general, were from Engineering and Health Sciences and Exact Social Sciences and Earth. In the second stage of Study 2, interviews were conducted with nine professors, organized into two groups: (1) professors in favor and (2) professors against university quotas. The favorable group presented an ideological left-wing bias, evaluated affirmative action to promote social equality and recognized the criteria of low income, public schooling, and race as fundamental for understanding the quotas. Professors against the quota policy, in turn, positioned themselves as liberal in economic terms and conservative in “customs”, were based on the meritocratic ideal, and expressed the view of quotas as a palliative, political and populist action. These participants also expressed the role of group conflict that involves action, understanding quota students and non-quota students as students with very different university experience. In conclusion, through the developed thesis, it was possible to demonstrate the role of political-party ideology in the constitution of social representations of quotas, either for society in general (according to the dynamics analyzed in press vehicles) or for university professors, participants of the study. From the integrated discussion of the results, it was possible to problematize the effects of this dynamic, highlighting the importance of public debate and confronting conflicting narratives about affirmative actions in Brazil to promote processes of social change.

Keywords: university quotas, racial quotas, social representations, ideology, press

Lista de Figuras

Figura 1. Escala de posição ideológica dos partidos políticos brasileiros.	72
Figura 2. Análise de Similitude da Revista Carta Capital	90
Figura 3. Análise de Similitude da Revista Veja	90
Figura 4. Dendrograma gerado pela CHD: Revista Carta Capital.....	99
Figura 5. Dendrograma gerado pela CHD: Revista Veja	107
Figura 6. Dendrograma gerado pela CHD: Professores favoráveis às cotas	166
Figura 7. Dendrograma gerado pela CHD: Professores contrários às cotas	182

Lista de Tabelas

Tabela 1. Vocábulo mais frequentes nas revistas Carta Capital e Veja	85
Tabela 2. Comparação de frequência de vocábulo em Carta Capital e Veja	92
Tabela 3. As três hipóteses de Doise nos textos de Carta Capital e Veja	118
Tabela 4. Participantes por departamento	129
Tabela 5. Cor/ raça dos participantes de acordo com a autodeclaração.....	130
Tabela 6. Posicionamento em relação às cotas na graduação	133
Tabela 7. Posicionamento em relação às cotas na pós-graduação	133
Tabela 8. Proporção de pretos e pardos totais, a favor e contra as cotas na graduação e na pós-graduação	135
Tabela 9. Associação entre posicionamento em relação as cotas na graduação e área do conhecimento em que atua.....	139
Tabela 10. Associação entre posicionamento em relação as cotas na pós-graduação e área do conhecimento em que atua.....	140
Tabela 11. Associação entre posicionamento em relação as cotas na graduação e na pós-graduação	143
Tabela 12. Afinidade com partidos políticos brasileiros	145
Tabela 13. Associação entre posicionamento em relação as cotas na graduação e ideologia político-partidária.....	147
Tabela 14. Associação entre posicionamento em relação as cotas na graduação e ideologia político-partidária.....	148
Tabela 15. Associação entre posicionamento em relação as cotas na graduação e ideologia-partidária	150
Tabela 16. Associação entre posicionamento em relação as cotas na pós-graduação e ideologia-partidária	150

Tabela 17. Comparação de frequência de vocábulos entre professores davoráveis e contrários às cotas	195
---	-----

Lista de Siglas

CHD - Classificação Hierárquica Descendente
CPA - Comissão Própria de Avaliação
DEM – Democratas
GL – Grau de Liberdade
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Inep - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IVC - Instituto Verificador de Comunicação
PCB - Partido Comunista Brasileiro
PCdoB - Partido Comunista do Brasil
PCO - Partido da Causa Operária
PDT - Partido Democrático Trabalhista
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PPI – Pretos, Pardos e Indígenas
PSB - Partido Socialista Brasileiro
PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL - Partido Socialismo e Liberdade
PSL - Partido Social Liberal
PSTU - Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT – Partido dos Trabalhadores
PV - Partido Verde
Rede - Rede Sustentabilidade
STF – Supremo Tribunal Federal
UCI - Unidades de Contexto Iniciais
UCE - Unidades de Contexto Elementares
UFBA – Universidade Federal da Bahia
UENF - Universidade Estadual do Norte Fluminense
Uerj – Universidade Estadual do Rio de Janeiro
Ufes – Universidade Federal do Espírito Santo
UnB – Universidade de Brasília
UNEB – Universidade Estadual da Bahia
Usp – Universidade de São Paulo
Unicamp – Universidade Estadual de Campinas

Sumário

Apresentação da Autora	17
Apresentação da Tese	19
Introdução	25
Ações afirmativas e a política de cotas no ensino superior: Conceitos, História e Resultados.....	25
As cotas e a Universidade Federal do Espírito Santo	37
Cotas nas universidades brasileiras: uma leitura psicossocial	41
As cotas universitárias sob a ótica da imprensa.....	47
A Teoria das Representações Sociais na perspectiva societal	53
Comunicação mediada nos estudos de representações sociais	59
Perspectivas conceituais da ideologia no campo teórico das representações sociais	63
Reflexões práticas sobre a ideologia: Esquerda e direita em análise.....	66
Ideologia <i>versus</i> Partidos Políticos Brasileiros	71
Objetivos	74
Objetivo Geral da Tese	74
Objetivos do Estudo 1	74
Objetivo Geral do Estudo 1	74
Objetivos Específicos do Estudo 1	74
Objetivos do Estudo 2.....	75
Objetivo Geral do Estudo 2.....	75
Objetivos Específicos do Estudo 2.....	75
Estudo 1 - Representações Sociais de Cotas Universitárias na Imprensa Brasileira: Em Foco as Revistas Veja e Carta Capital	76
Método	77
Amostras e Procedimentos de Coleta de Dados.....	77
Procedimentos de Análise dos Dados	80
Resultados e Discussões	81
Hipótese 1: Compartilhamento de crenças sobre as cotas universitárias	82

Hipótese 2: As diferentes tomadas de posição frente às representações sociais de cotas universitárias	91
Hipótese 3: Tomadas de posição embasadas no pertencimento grupal e na ideologia assumida.....	93
Considerações Gerais do Estudo 1.....	116
Estudo 2 – Representações Sociais de Cotas Universitárias para Professores da Universidade Federal do Espírito Santo	120
Método.....	121
Participantes	121
Instrumentos.....	124
Procedimentos de Coleta de Dados.....	125
Procedimentos de Análise dos Dados	126
Procedimentos Éticos	127
Resultados e Discussões	128
Resultados e discussões dos dados obtidos com questionário	128
Resultados e discussões dos dados obtidos com as entrevistas	157
Considerações Gerais do Estudo 2.....	200
Conclusão Geral da Tese	204
Referências.....	211
Apêndices	231
Apêndice A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Participantes da Livre Associação de Palavras	231
Apêndice B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Entrevistas.....	234
Apêndice C - Roteiro semiestruturado para entrevista	237
Apêndice D - Questões de Associação Livre e questionário político-ideológico.....	238

Apresentação da Autora

A leitura de um novo texto, seja ele um livro, uma crônica ou uma pesquisa científica costuma nos suscitar o interesse em saber: Quem é a pessoa que o escreve? Por que fala sobre esse assunto? E dessa forma? Quando se trata de um tema polêmico, o qual faz emergir opiniões divergentes e, porventura, beneficiar um grupo em detrimento de outro, essa curiosidade parece ficar ainda mais aguçada. E com razão. É importante sabermos a perspectiva dos autores e minimamente suas histórias de vida, não só para desenvolvermos um olhar crítico em relação ao texto, como para entendermos as escolhas feitas por eles, sejam elas argumentativas, teóricas e/ou metodológicas. É em consideração a vocês, leitores deste trabalho, e entendendo que mesmo no papel de cientista carrego minhas ideologias, experiências de vida e visões de mundo, que compartilho um pouco sobre quem é a Elisa.

Aluna da Ufes da graduação ao doutorado, formei-me em Comunicação Social, cursei o mestrado em Psicologia e agora termino o doutorado nessa mesma área. Filha de professores universitários, resolvi seguir o mesmo caminho, e, hoje, sou professora de uma faculdade municipal localizada no interior do Espírito Santo. Sou fruto da classe média que valoriza a educação acima de tudo e sou de cor branca. Pesquiso e escrevo sobre cotas porque, de uma forma particular, essa política fez diretamente parte da minha vida.

Em 2006, quando me preparava para o vestibular da Ufes, cursando o terceiro ano, as discussões sobre inclusão de cotas universitárias estavam em seu auge. Na ocasião, estudava em uma escola particular bastante tradicional e convivia em um contexto em que todos pareciam ser contra a política afirmativa. A mobilização entre professores e alunos envolvia protestos de rua, elaboração de cartazes e reuniões para desenvolvimento de estratégias que freassem o avanço das discussões sobre a reserva de vagas. Já naquela época, a tomada de

posição das escolas particulares e de seus alunos e professores me parecia coerente com seus interesses pessoais e mercadológicos, mas não me convenciu de que era a mais justa e correta em uma sociedade altamente desigual como a nossa. Ainda não tinha maturidade (e nem tempo, afinal passar no vestibular era meu objetivo de vida) para estudar e refletir a fundo sobre a questão. Mas minha discordância com aquele movimento era certa e compartilhada com alguns colegas.

Entrei na Ufes no último vestibular anterior as cotas. Apesar dos debates acirrados daquele ano, a medida foi aprovada, mas somente para ser aplicada no processo seletivo seguinte. Essa decisão me trouxe satisfação e, de certa forma, alívio.

Essa dualidade vivenciada por mim naquele período sempre me acompanhou, e veio novamente à tona quando, em anos recentes, outras questões relacionadas à ação afirmativa entraram em debate na esfera pública. As cotas para concursos públicos, as fraudes e o avanço nas discussões sobre o racismo propiciaram que esse tema fizesse parte do meu dia a dia, das conversas entre amigos, em especial com amigas negras. Com elas, pude entender (um pouco) o que é ser negro no Brasil; a dificuldade em se reconhecer e de se aceitar como tal; e a importância de se buscar a reparação histórica em um país altamente desigual. E a saída da Dilma, a possibilidade de eleição do Bolsonaro e o acirramento da polarização fizeram com que a minha vontade de estudar o assunto fosse consideravelmente forte.

Depois de uma pesquisa sobre lazer e tempo livre de jovens de classe média, realizada no mestrado (e pela qual tenho muito carinho), senti que era hora de explorar outros campos e sair da zona de conforto. E foi assim que surgiu a presente tese. Uma pesquisa difícil de ser realizada, que exigiu de mim estar aberta para o diferente, que me trouxe muito crescimento pessoal e acadêmico e que tenho muita alegria de compartilhar com todas(os) que desejam refletir um pouco sobre a temática das cotas universitárias.

Apresentação da Tese

O Brasil passa por um momento que exige atenção e cuidado. Após alguns anos de políticas voltadas para programas assistenciais, ações afirmativas e desenvolvimento econômico, com considerável elevação do poder aquisitivo das classes populares, atualmente, o país enfrenta uma crise que acomete as esferas política, econômica e, conseqüentemente, a social.

Nas duas últimas décadas, o país vivenciou a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT), um grupo historicamente de esquerda, que, pela primeira vez, assumiu a presidência da república em 2003, e que se manteve no poder por, aproximadamente, treze anos, com os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva (2003 - 2010) e Dilma Rousseff (2011 - 2016). O último mandato, já com a presidente Dilma, foi interrompido por um *impeachment* que gerou grande disputa entre os grupos sociais, sendo ativamente defendido por muitos deles (que se fizeram presentes em manifestações de rua) e fortemente atacado por outros (que identificaram no processo um golpe à democracia). Como consequência, a presidência foi assumida pelo então vice-presidente Michel Temer, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), e, em seguida, elegeu-se Jair Messias Bolsonaro, atualmente sem partido político, mas declaradamente de viés conservador.

No final do governo Dilma e nos governos seguintes, a crise econômica e o desemprego despontaram, e diversas reformas foram propostas e até realizadas em diferentes esferas, tais como na educação básica, na previdência social e na lei trabalhista (Prates; Fritz & Paula, 2019; Melo & Souza, 2017). Além das questões econômicas e sociais, o presente período tem sido marcado fortemente por denúncias e investigações de corrupção, bem como por acordos políticos explícitos. Assim, pode-se dizer que o país vive um momento de grande instabilidade e de transição, uma vez que nos governos anteriores predominaram políticas voltadas para o

âmbito social, e, atualmente, impera a política de viés econômico e de ações socialmente conservadoras.

Nesse cenário, tem sido inevitável, principalmente no âmbito acadêmico, não fazer questionamentos sobre as políticas realizadas até então, as fortes mudanças pelas quais o país passou e os caminhos que deveriam ser adotados a partir de agora, de modo a manter os avanços acumulados e superar os desafios que se apresentam. Dessa forma, a presente tese propôs-se a investigar a compreensão coletiva acerca do sistema de cotas sociais e raciais implantado nas universidades federais do país.

A reserva de vagas em universidades públicas começou por volta dos anos 2000, mas foi em 2012 que se tornou efetivamente uma lei federal – Lei número 12.711/2012. Sancionada pela presidente Dilma Rousseff, a Lei das Cotas determinou que, até 2016, todas as universidades federais deveriam reservar 50% de suas vagas na graduação, para alunos oriundos de escolas públicas e para negros, pardos e indígenas. Em 2016, projetos para os programas de pós-graduação também passaram a ser discutidos e implementados, assim como as cotas para pessoas com deficiência na graduação.

As cotas universitárias, entendidas como uma ação afirmativa por garantirem oportunidades diferentes para grupos minoritários, desde o início, geraram grande repercussão na esfera pública, promoveram debates acerca das desigualdades e trouxeram à tona diferentes interesses de alguns grupos sociais. Nesse sentido, fazer questionamentos e análises psicossociais sobre os motivos de tamanha repercussão, sobre a forma como o senso comum e os diferentes grupos sociais passaram a entender e a representar as cotas, bem como sobre o modo como ocorrem as tomadas de posição e a fundamentação dos argumentos contra e a favor da medida por diferentes atores sociais e a imprensa, são reflexões que se tornaram oportunas.

Diante desse contexto, a presente tese buscou realizar uma investigação que possibilitasse compreender as representações sociais do sistema de cotas universitárias com a finalidade de analisar o papel das ideologias político-partidárias nesse processo. Para isso, ela foi organizada a partir de cinco eixos principais: uma Introdução geral, um capítulo com a descrição dos Objetivos, o Estudo 1, o Estudo 2, Conclusão da Tese, articulando os resultados dos dois estudos, e as Considerações Finais.

Na Introdução, buscou-se apresentar uma contextualização das cotas universitárias no âmbito das ações afirmativas, considerando seu histórico no cenário nacional e internacional. Além disso, contemplou-se os debates e embates jurídicos, acadêmicos e sociais que fizeram e ainda fazem parte de sua trajetória. Também nesse eixo, foi dedicada uma seção específica para descrever a inserção, o acompanhamento e os resultados frutos da política de cotas na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes). Essa reflexão, em um contexto específico, mostrou-se necessária, uma vez que se trata da realidade da investigação conduzida no Estudo 2 – que teve docentes da instituição como os participantes da pesquisa.

A Introdução também contemplou duas revisões de literatura, uma voltada para os estudos psicossociais já realizados sobre as cotas universitárias; e outra, que levantou pesquisas anteriores dedicadas ao estudo da atuação da imprensa no debate dessa temática. Tais dados foram fundamentais para a definição dos referenciais teórico-metodológicos adotados na tese, bem como embasaram as discussões desenvolvidas acerca dos resultados encontrados.

De forma complementar, foram dedicadas seções exclusivas para abarcar questões acerca das teorias norteadoras dos dois estudos. Primeiramente, dedicou-se a descrever e a refletir sobre a Teoria das Representações Sociais na perspectiva pioneira proposta por Moscovici, e a partir da perspectiva teórica assumida por Doise, conhecida como abordagem societal da Teoria das representações Sociais. Em seguida, buscou-se delimitar a compreensão

assumida ao longo da tese sobre o conceito de ideologia. Nessa etapa, dedicou-se a promover interligações entre esse conceito e a Teoria das Representações Sociais, complementando reflexões sobre o papel da comunicação de massa na sociedade midiaticizada na construção e no reforço das ideologias.

Como segundo eixo, foram trabalhados os objetivos da tese. Nele, foram apresentados o objetivo geral da tese, assim como os objetivos gerais e específicos de cada estudo. A finalidade desse capítulo foi tornar compreensível para o leitor a independência e a complementariedade entre os dois estudos, demonstrando o que se buscou em cada um deles, mas também explicitando como foram desenvolvidos de modo a possibilitar o alcance do objetivo geral deste trabalho.

O terceiro eixo da tese, voltado especificamente para uma das etapas da investigação, chamada de Estudo 1 - “Representações Sociais de Cotas Universitárias na Imprensa Brasileira: Em Foco as Revistas *Veja* e *Carta Capital*” -, dedicou-se a analisar o papel desempenhado pela imprensa no debate sobre as cotas universitárias em um período de 10 anos (entre 2008 e 2017). A fim de analisar a dimensão ideológica nesse processo, foram analisados textos de duas revistas semanais de circulação nacional e de posicionamentos político-ideológicos tradicionalmente distintos, a revista *Veja* e a *Carta Capital*. Ao longo desse estudo, foi apresentado o método utilizado para selecionar e analisar os dados contemplados - que formaram um *corpus* de 199 textos -, assim como os resultados e as discussões derivadas deles. A apresentação dessas informações foi feita de modo a garantir tanto a análise da particularidade de cada veículo, quanto a comparação das representações sociais, dos princípios norteadores e das tomadas de posição em cada um deles - sempre norteados pela perspectiva teórica de Moscovici e Doise.

O quarto eixo, interrelacionado e complementar ao Estudo 1, foi dedicado ao Estudo 2 - “Representações Sociais de Cotas Universitárias para Professores da Universidade Federal do Espírito Santo”. Sendo uma investigação independente, essa etapa da pesquisa esteve voltada para o contexto da Universidade Federal do Espírito Santo e teve como objetivo compreender, a partir da dimensão ideológica, as representações sociais de cotas universitárias para docentes de diferentes cursos da instituição.

Essa etapa da tese contou com dois instrumentos para coleta dos dados, um questionário aplicado a uma amostra de 183 professores (primeira etapa), e entrevista realizada com nove docentes (segunda etapa), com posições a favor e contra as cotas universitárias. Os dados obtidos por meio desses dois recursos foram apresentados e discutidos respeitando as metodologias empregadas, segundo análises quantitativas e qualitativas.

Apesar da divisão em dois estudos, a tese assumiu como objetivo único entender como as cotas universitárias têm sido representadas pelos diferentes grupos sociais e como a ideologia político-partidária participa desse processo. A escolha por investigar professores da Ufes embasou-se na noção de que esse grupo vive de perto o fenômeno, bem como participa de decisões diretamente relacionadas a ele. Além disso, o professor, reconhecido socialmente como uma autoridade intelectual, exerce influência na formação dos alunos e assume um papel importante na transmissão e na manutenção de representações sociais. Em um âmbito mais amplo e poderoso, esse papel também é assumido pela mídia de massa. Nesse sentido, buscando uma visão para além do âmbito acadêmico, mas também muito próximo da sociedade, do senso comum, optou-se por analisar textos sobre essa temática publicadas nas revistas *Veja* e *Carta Capital*.

Assim, buscando refletir sobre a pesquisa em sua totalidade, associando os resultados dos Estudos 1 e 2, foi desenvolvido um capítulo denominado de Conclusão Geral, que integra

reflexões sobre o alcance do objetivo geral da tese e questões associadas a ele. Ao final, são apresentados, ainda, as Referências e os Apêndices.

Introdução

Ações afirmativas e a política de cotas no ensino superior: Conceitos, História e

Resultados

Em contextos de desigualdades e preconceitos, as ações afirmativas aparecem como soluções por proporem medidas políticas do tipo compensatórias. Pode-se dizer que essas ações têm como propósito oferecer, aos grupos discriminados, um tratamento diferente que os possibilite superar as desvantagens sociais que vivenciam e competir com mais igualdade pelas oportunidades da vida cotidiana (Castro, Rangel, Castro, Borges & Amaral, 2017; Corbucci, 2016). As políticas afirmativas consistem em buscar a redução da desigualdade social e a integração de certos grupos à sociedade, ao dar condições às minorias de acesso à educação, ao emprego, à representatividade política, entre outros bens sociais, levando em consideração que esta igualdade não ocorreria sem a existência delas (Corbucci, 2016; Silva & Silva, 2012; Moehlecke, 2002). As ações afirmativas também devem ser entendidas pelo seu caráter temporário de política social, uma vez que é previsto de antemão que elas vão sendo diminuídas e eliminadas quando superadas as condições desiguais (Kaufman, 2007).

As ações afirmativas, também conhecidas como *affirmative action* e *positive discrimination*, não são tão recentes quanto a experiência no Brasil nos leva a crer. Em alguns locais do mundo elas são adotadas há várias décadas, e, atualmente, pode-se dizer que estão presentes em todos os cinco continentes (Marques & Santos, 2015). Seu surgimento se deu na Índia, em um período de pós-Primeira Guerra Mundial, por volta de 1919, quando foi proposta pela primeira vez a “representação diferenciada” dos segmentos populacionais designados como inferiores (Wedderburn, 2005). Contudo, foi somente em 1930, com o objetivo de melhorar a condição dos Dalits, casta denominada mais baixa e discriminada no país, que foi

aderida a ação afirmativa que facilitava o acesso dessa minoria ao ensino superior (Moehlecke, 2002).

Apesar de terem sido amplamente adotadas ao redor do mundo, as políticas afirmativas assumiram contornos e objetos diferentes em cada localidade. Nos Estados Unidos, tais ações se iniciaram por volta da década de 1960 e estiveram voltadas para a população negra. Na América Latina, um dos últimos espaços a contemplar a ação – apesar de apresentar o maior nível de desigualdade mundial (Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo - PNUD, 2010) -, as discussões se estabeleceram principalmente nas questões de gênero, visando ampliar a participação das mulheres na vida política, por volta de 1995 (Cobos & Cruz, 2016; López, 2009).

Na América Latina, a temática das desigualdades raciais nessa região entrou em debate especialmente na conferência de Durban, em 2001, quando países do mundo inteiro discutiram ações de reparação para com populações afetadas pela escravização e pelo colonialismo. Contudo, pode-se dizer que em muitos países o debate sobre a questão ainda é incipiente, e, por isso, as poucas ações adotadas nos últimos anos apresentaram resultados limitados (Loango, 2017; Cobos & Cruz, 2016; López, 2009). Na educação superior, as políticas predominantes têm sido de financiamento estudantil, de cursinhos preparatórios e de programas voltados para a assistência de ingresso e de permanência. A adoção das cotas para acesso às universidades parece ser exceção, e, nesse sentido, apesar dos desafios, o Brasil tem despontado com significativo destaque (Loango, 2017), não só implantando de forma ativa a política, como apresentando resultados bastante positivos oriundos dela (Moreira & Silva, 2019; Inep, 2018; Santos, 2014).

Historicamente, no Brasil, as ações afirmativas por meio das cotas foram inicialmente propostas para filhos de fazendeiros e seu ingresso em “estabelecimentos de ensino médio

agrícola e escolas superiores Agrícolas e Veterinária, mantidas pela união [...]”. A Lei 5.645/1968, conhecida como Lei do Boi, foi promulgada por Costa e Silva em pleno período de Ditadura Militar e vigorou até 1985. Apesar de não determinar formalmente que os beneficiários fossem proprietários de terras, na prática, eram esses que usufruíam da reserva de 50% das vagas nessas instituições (Magalhães, 2017).

No contexto da constituição de 1988, outra lei de cotas foi implantada e encontra-se em vigor até os dias atuais. Pensada para os deficientes físicos e seu ingresso no mercado de trabalho, a lei prevê que tanto o serviço público como as empresas privadas devem destinar parte de suas vagas de emprego para esse público. Já na década de 1990, considerando a influência da mídia para a construção e o compartilhamento de valores sociais, leis municipais, estaduais e federal também foram debatidas, com a finalidade de incluir cotas para modelos e atores negros, na programação audiovisual e nos materiais publicitários. Apesar de ter como objetivo representar a diversidade étnica regional ou brasileira, apenas em alguns locais, como na Bahia e no Rio de Janeiro, os projetos de lei foram aprovados (Gomes, 2009). No mesmo período, também ocorreram discussões e aprovação de cotas para a candidatura de mulheres nos partidos políticos – seguindo uma tendência da América Latina como um todo.

Com a crescente força do Movimento Negro (Moreira & Silva, 2019), com a sua aproximação com o governo federal - durante os mandatos dos presidentes Lula e Dilma (Corbucci, 2016), e como consequência das discussões que vinham ocorrendo no cenário internacional e nacional, os debates na esfera pública sobre políticas de reparação com determinadas populações acirraram-se. Aliada a isso, a chegada ao poder de um grupo historicamente de esquerda trouxe várias propostas e abertura de diálogo com os movimentos de minorias sociais (Martins, 2007). Assim, começaram a aparecer de forma mais efetiva as ações afirmativas voltadas para questões étnico-raciais no contexto brasileiro, que,

contrariando a história estadunidense, teve o grupo negro como um dos últimos a ser contemplado (Santos & Scopinho, 2016).

A atuação das coletividades e, em especial, do Movimento Negro foi fundamental para esse percurso de implantação de ações afirmativas. Esses grupos organizados tendem a exercer pressão sobre o Estado e mobilizar a sociedade de modo a promover políticas mais igualitárias e de combate ao racismo e a outras discriminações (Guimarães & Silva, 2020). Suas atuações no campo da educação e na conquista por ações afirmativas foram e continuam sendo de fundamental importância (Salvador, Paiva & Neve, 2017). Guimarães e Silva (2020) destacam alguns movimentos sociais que atuaram e ainda atuam nesse cenário, como: o Movimento Social para Pré-vestibular para Negros e Carentes, o Movimento Frente Negra e, com destaque, o Movimento Negro. Salvador, Paiva e Neve (2017) complementam mencionando, além das mobilizações advindas dos negros, àquelas formadas por mulheres, homossexuais, pessoas com deficiência, entre outros, que lutam há mais de uma década por direitos que historicamente lhes foram negados.

As mobilizações de grupos minoritários¹ têm sido fundamentais para que políticas sociais ganhem espaço. Como lembra-nos Santos (2014, p. 97), as ações afirmativas constituem-se, “no âmbito do Estado, a partir de lutas e reivindicações dos sujeitos coletivos, como mecanismo complementar às políticas ditas universais”. O autor explica que, enquanto as ações universais tendem a tratar igualmente o que é diferente, as políticas afirmativas são reivindicações dos movimentos sociais, pois estão atentas às desigualdades que afligem

¹ Os grupos de minoria devem ser entendidos, ao longo de todo este trabalho, na perspectiva de minorias políticas e sociais, àquelas que apresentam menor representatividade política e acesso aos bens da sociedade, considerando o histórico de desigualdades e racismo no contexto brasileiro. É importante, portanto, que a palavra não seja interpretada como minoria populacional, especialmente porque, no país, negros representam mais da metade da população (IBGE, 2019).

algumas minorias, entendendo que somente por meio da discriminação positiva a igualdade constitucionalmente prevista poderá ser alcançada.

As premissas que levam à defesa das ações afirmativas, portanto, são justamente as de que medidas universalistas não rompem com os mecanismos que mantêm o *status quo* e a inércia da exclusão. Assim, acredita-se que a solução para a busca pela igualdade seja por meio de ações que demarquem as diferenças sociais no escopo das políticas públicas (Corbucci, 2016; Santos, 2014), e por isso, essa tem sido a luta dos movimentos sociais. As ações afirmativas têm como objetivo não apenas coibir a discriminação que se manifesta no presente, mas, sobretudo, eliminar os efeitos psicológicos, culturais e comportamentais da discriminação do passado, que tendem a se perpetuar (Gomes, 2003). Nessa visão, portanto, acredita-se que através delas seja possível alcançar a redistribuição entre os grupos de uma sociedade relativos aos bens materiais e simbólicos disponíveis.

A reserva de vagas nas universidades federais para grupos étnicos-raciais, de baixa renda e de deficientes físicos pode ser entendida como ações afirmativas, pois visa possibilitar que grupos minoritários recebam condições especiais para competirem com maior igualdade, e, aos poucos, possibilitarem a diminuição das exclusões no país. Além disso, elas atuam em um dos aspectos mais importantes quando se trata de ascensão e distinção social, a educação (Castro et al., 2017).

No Brasil, a política de cotas ganhou maior dimensão após a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288/2010) e gerou grandes debates na esfera pública, com inúmeras manifestações pró e contra as cotas. Segundo Possenti e Bittar (2016), a imprensa participou ativamente desse debate e não se mostrou imparcial. Embasados em uma análise do discurso de textos de jornais publicados entre julho e agosto de 2012, os autores afirmam que a maior parte da mídia esteve ativamente engajada em posicionar-se contra as cotas, em desqualificar

a medida e em silenciar os argumentos favoráveis a ela. Mas, para além da parcialidade, a imprensa teve como mérito propiciar que o tema, enfim, entrasse em pauta, e que a discussão, finalmente, viesse à tona (Possenti & Bittar, 2016; Martins, 2007).

Além disso, sob o pretexto de inconstitucionalidade, por supostamente violarem o princípio da isonomia, a consulta a respeito da legalidade das cotas e das ações afirmativas chegou ao Supremo Tribunal Federal, que se posicionou, unanimemente, favorável a elas. Segundo o juiz Marco Aurélio de Mello (apud Piovesan, 2007, p. 23),

[...] Urge a compreensão de que não se pode falar em Constituição sem levar em conta a igualdade, sem assumir o dever cívico de buscar o tratamento igualitário, de modo a saldar dívidas históricas para com as impropriamente chamadas minorias, ônus que é de toda a sociedade [...]. É preciso buscar a ação afirmativa. A neutralidade estatal mostrou-se um fracasso. Há de se fomentar o acesso à educação; urge um programa voltado aos menos favorecidos [...] Toda e qualquer lei que tenha por objetivo a concretude da Constituição não pode ser acusada de inconstitucional. Entendimento divergente resulta em subestimar ditames maiores da Carta da República, que agasalha amostragem de ação afirmativa (Mello, 2001, p.5).

Com esse embasamento, as políticas afirmativas seguiram sendo aplicadas e a temática ganhou destaque na agenda política. Em 2012, a Lei das Cotas entrou em vigor exigindo que todas as Universidades e os Institutos Técnicos Federais reservassem 50% de suas vagas para alunos de escolas públicas; sendo 50% delas destinadas a alunos de escolas públicas² com renda *per capita* igual ou inferior a um salário mínimo e meio, e prevendo ainda, desse montante, uma reserva para pretos, pardos e indígenas, em proporção igual ou superior ao que foi contabilizado em cada localidade do país, pelo último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (Lei n. 12.711, 2012). Já em 2016, com a lei 13.409, de 2016,

² Alunos que estudaram integralmente o ensino médio em escolas públicas.

a política de cotas sofreu uma revisão, sendo incluída a reserva de vagas para pessoas com deficiência, nos mesmos termos que para os autodeclarados pretos, pardos e indígenas (Lei n. 13.409, 2016). Nessa direção, outras regulamentações passaram a ser discutidas e implantadas, como as cotas raciais para concursos públicos (Lei n. 12.990, 2014).

Mesmo com a decisão judicial e a formalização da Lei das Cotas, os argumentos pró e contra mantiveram-se na mídia e no senso comum. Entre os argumentos contrários, salientam-se os seguintes aspectos: as noções de falta de igualdade e de justiça na ação; a dificuldade em se definir quem é negro no Brasil; uma possível queda na qualidade das universidades; a desvalorização dos diplomas das universidades públicas; e o acirramento da divisão grupal entre brancos e demais, fortalecendo a exclusão racial (Feres, Campos, Daflon & Venturini, 2018; Brito, Amorim, Santos & Mongim, 2015; Menin, Shimizu, Silva, Cioldi, Buschini, 2008). Já os argumentos a favor ressaltam as seguintes questões: entendem que a igualdade e a justiça só existem quando as políticas públicas levam em conta o contexto histórico e as trajetórias de grupos marcados por vulnerabilidades, discriminação e falta de privilégios; a noção de que por meio das ações afirmativas, as desigualdades e o próprio racismo tenderão a diminuir; as ideias de que a excelência acadêmica deve se embasar na valorização da diversidade, e de que o descompasso de rendimentos deve ser corrigido no próprio âmbito acadêmico; e que nesse contexto devem prevalecer os princípios da equidade e o conceito de justiça social, em detrimento ao princípio da isonomia e ao conceito de justiça pura e fria (Santos & Scopinho, 2016).

A partir de uma revisão de literatura com estudos brasileiros situados nas Ciências Humanas³ e realizados a partir dos anos 2000 com estudantes universitários, Marques, Peixoto

³ A pesquisa considerou especificamente as seguintes áreas: Psicologia Social, Antropologia, Educação e Sociologia

e Wolter (2018) reforçam os dados descritos anteriormente. Os autores identificaram que os argumentos desfavoráveis às cotas se sustentam, principalmente, em problemas oriundos da vigência da política, enquanto os favoráveis estão embasados na eficácia da política e no seu propósito de promover reparos histórico-sociais. Com os resultados encontrados, a pesquisa propõe quatro possíveis causas para essa diferenciação de opinião, são elas: 1) experiências individuais prévias com a discriminação de minorias sociais; 2) o direito ou não ao benefício; 3) a proximidade com os cotistas no seu círculo pessoal; 4) a homologia estrutural, ou seja, a posição que se ocupa na estrutura da sociedade; e 5) a ideologia, que direciona as representações sociais acerca de conceitos decisivos para o posicionamento em relação às cotas, como justiça, igualdade e mérito.

Hoje, com a lei em sua totalidade em vigor nas universidades federais do país, há pelo menos cinco anos, alguns resultados obtidos com ela já são observados. O Censo do Ensino Superior realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) traz dados relevantes sobre o histórico do perfil de alunos nas instituições de nível superior. De acordo com os dados, foi extremamente expressivo o crescimento de matrículas de alunos pretos, pardos e indígenas nas universidades federais do país, ao longo dos últimos anos. Em 2012, quando a Lei das Cotas foi promulgada, esse grupo somava 21% (230.095) de matrículas em todas as instituições federais brasileiras, e mísero 1% (298) na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) - instituição que é foco deste trabalho. Em 2018, esses números alcançaram as marcas de 47% (618.236) matrículas de pretos, pardos e indígenas nas instituições federais e de 51% (16.333) na Ufes.

De forma complementar, a publicação “Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil”, de 2019, elaborada pelo IBGE, confirma o avanço na diminuição de desigualdades na educação, ao apontar que, em 2018, 50,3% das pessoas que frequentavam o ensino superior no país eram negras (pretas e pardas), enquanto 49,7% eram brancas. Números impensáveis há

alguns anos, e que, enfim, se aproximam da distribuição étnica do país, que, em 2019, era composta por 56,2% de negros, 42,7% de brancos e 1,1% de indígenas e amarelos (IBGE, 2019). É certo que tais resultados não podem ser exclusivamente atribuídos à política afirmativa, mas é fato que sua implementação foi responsável por boa parte de tais sucessos.

Uma análise do perfil de alunos aprovados no vestibular entre os anos de 2013 e 2017 na Universidade Federal do Paraná (UFPR) também encontrou resultados semelhantes (Moreira & Silva, 2019). A UFPR que, assim como outras instituições adotou um sistema próprio de reserva de vagas, chamado de Plano de Metas, incorporou por completo a Lei das Cotas no processo seletivo de 2014/2015. Nesse período de transição e adaptação, Moreira e Silva (2019) identificaram que houve considerável melhoria, com a inclusão de alguns grupos ocorrendo de forma progressiva, e com especial dificuldade de ingresso por pretos, pardos e indígenas, primordialmente, entre aqueles com renda inferior a 1,5 salário-mínimo. De acordo com os autores, em 2013, quando o Plano de Metas ainda estava em vigor, a ocupação das vagas destinadas a esse público foi de somente 9,3%. Em 2017, com a totalidade de reserva de vagas conforme a lei 12.711 e com o amadurecimento da ação, esse número subiu para 64,21%, ainda mantendo uma tendência de alta. Esses dados - junto a alguns outros - ressaltam a importância da Lei das Cotas na promoção da inclusão de grupos vulneráveis, assim como expõem a necessidade de continuação do trabalho de inclusão, com tratamento ainda mais cuidadoso para alguns grupos, de modo a garantir, de fato, a equidade no acesso e na permanência no ensino superior.

Outro fator que se destaca nos dados analisados é como a questão da cor/raça aparece diretamente relacionada à classe econômica. Segundo Moreira e Silva (2019), chama a atenção a ausência de aprovados com rendas nas três faixas mais altas⁴ nas cotas para pretos, pardos e

⁴ Valores das faixas de renda ao longo dos anos, segundo Moreira e Silva (2019, p. 12):

indígenas com renda familiar maior que 1,5 salário-mínimo. Além disso, os números mostram que, constantemente, esse público apresenta renda familiar que se concentra nas duas menores faixas de renda. Nesse sentido, os autores propõem que

[...] há a confirmação de que PPIs possuem renda mais baixa comparados aos egressos da escola pública, mesmo no caso de não haver um teto para se pleitear a vaga. [...] há uma vulnerabilidade social e econômica maior dos indivíduos Pretos, Pardos e Indígenas que se torna perceptível ao comparar os perfis de renda familiar (Moreira & Silva, 2019, p.14).

Para compreender esse cenário, é necessário recorrer às noções de raça e racialização com a finalidade de entender seu papel nas relações e dinâmicas que envolvem política, poder e, conseqüentemente, desigualdade social. Ianni (2004, p. 23) explica que

A ‘raça’ não é uma condição biológica como a etnia, mas uma condição social, psicossocial e cultural, criada, reiterada e desenvolvida na trama das relações sociais, envolvendo jogos de forças sociais e progressos de dominação e apropriação. Racionalizar uns e outros, pela classificação e hierarquização, revela-se inclusive uma técnica política, garantindo a articulação sistêmica em que se fundam as estruturas de poder. Racializar ou estigmatizar o ‘outro’ e os ‘outros’ é também politizar as relações cotidianas [...] bloqueando relações, possibilidades de participação, inibindo aspirações, mutilando práxis humana, acentuando a alienação de uns e outros, indivíduos e coletividades.

Além de dados sobre o ingresso e o perfil dos estudantes, algumas análises também já foram realizadas sobre o desempenho escolar e a evasão estudantil após a adoção de políticas de reserva de vagas. Sobre o desempenho escolar, Cavalcanti, Andrade, Tiryaki e Costa (2019) realizaram investigação na Universidade Federal da Bahia (UFBA), com dados de 8.546

1 – Até R\$1.244,00 (2013 e 2014); até R\$1.448,00 (2015 a 2017).

2 – De R\$ 1.245,00 a R\$ 2.480,00 (2013 e 2014); De R\$ 1.449,00 a R\$ 2.896,00 (2015 a 2017).

3 – De R\$ 2.481,00 a R\$ 3.732,00 (2013 e 2014); De R\$ 2.897,00 a R\$ 4.344,00 (2015 a 2017). [...]

6 – De R\$ 7.465,00 a R\$ 9.952,00 (2013 e 2014); De R\$ 8.689,00 a R\$ 11.584,00 (2015 a 2017).

7 – De R\$ 9.953,00 a R\$ 12.440,00 (2013 e 2014); De R\$ 11.585,00 a R\$ 14.480,00 (2015 a 2017).

8 – Acima de R\$ 12.441,00 (2013 e 2014); Acima de R\$ 14.481,00 (2015 a 2017).

alunos, que ingressaram a partir de 2005 e graduaram até 2013⁵. Como resultado, os autores verificaram que, de forma agregada, o desempenho dos alunos cotistas foi aparentemente inferior ao dos não cotistas. Contudo, ao analisar por área, verificou-se que tal diferença era oriunda apenas das Ciências da Saúde, um indício de que “fatores socioeconômicos são mais relevantes para o desempenho do aluno na universidade do que sua forma de ingresso” (p. 305).

Resultados semelhantes também foram encontrados em outras pesquisas. Debruçando-se nas análises por área de conhecimento, identificou-se que, novamente, na UFBA (Peixoto, Ribeiro, Bastos & Ramalho, 2016), na Ufes (Pinheiro, 2015) e na Universidade de Brasília (Velloso, 2009), a realidade do desempenho dos cotistas varia de curso para curso. Em cursos de menor concorrência e da área de Humanas são verificados desempenhos maiores de cotistas em relação a alunos da ampla concorrência (Peixoto et al., 2016; Pinheiro, 2017; Velloso, 2009). Já nas áreas de Saúde (Velloso, 2009), Ciências Biológicas (Peixoto et al., 2016) e de Ciências Exatas (Peixoto et al., 2016; Pinheiro, 2015), os não cotistas apresentam desempenho superior. Tal realidade, contudo, não é unânime. Estudos realizados na própria UnB, no curso de Medicina, não encontraram diferenças na média de notas de alunos cotistas e não cotistas (Garcia & Jesus, 2015), ou verificaram melhor desempenho por parte de cotistas (Cunha, 2016). Salienta-se que tais divergências, em um mesmo contexto, foram possíveis devido aos diferentes recortes metodológicos adotados, em especial, pela amostra e pela delimitação temporal contemplada por cada um deles. (Colbino, Xavier & Sabino, 2020).

Diante desse cenário multifacetado e de pesquisas fragmentadas, buscando maior compreensão dos dados, Colbino, Xavier e Sabino (2020) dedicaram-se a realizar uma revisão de literatura sobre a realidade acadêmica dos cotistas de universidades federais. A partir de 23

⁵ A UFBA foi uma das primeiras universidades a implantar um sistema de cotas, já prevendo reserva de vagas para alunos de escolas públicas, afrodescendentes e índiosdescendentes no vestibular de 2005 (UFBA, 2005).

trabalhos publicados ao longo de 17 anos da política de cotas no Brasil (de 2002 a 2019), a pesquisa abarcou três pilares de análise: a comparação entre cotistas e não cotistas em relação a 1) desempenho acadêmico, 2) taxa de evasão e 3) percentual de diplomação. Como resultado, os autores concluíram que há inúmeros desafios metodológicos na avaliação, assim como a construção da pesquisa pode interferir diretamente nos achados finais (contrariando a “falácia da neutralidade” acadêmica). De todo modo, o que se sobressai em relação ao desempenho acadêmico é que a média de cotistas e não cotista não apresenta grandes diferenças, variando mais para um ou para outro a depender do curso em questão. No que se refere à evasão, a diversidade nos resultados é menor e, no geral, os índices foram mais altos entre os alunos de ampla concorrência em comparação aos cotistas. Por fim, a análise do percentual de diplomação ficou bastante comprometida pela falta de dados. Apenas 2 dos 23 estudos analisados contemplaram a informação. Nesses casos, o que se verificou foi maior percentual entre os alunos não cotistas (Colbino, Xavier & Sabino, 2020).

Diante desses resultados, o que se destaca é a necessidade de mais pesquisas acerca do assunto, assim como a revisão de ideias ultrapassadas que o envolve, tais como ineficácia das cotas ou o seu prejuízo à qualidade do ensino universitário. O que deve ser observado é que a política afirmativa cumpre a sua função, que é a de promover maior inclusão de grupos minoritários, democratizando o acesso ao ensino superior de qualidade. Seu sucesso, no entanto, não significa a inexistência de desafios no meio acadêmico. É preciso que as universidades estejam preparadas para receber públicos diversos e com demandas distintas, que envolvem: a acessibilidade dos espaços físicos; a superação de desafios da educação básica pública; a promoção de financiamento estudantil, como política de permanência; e a adoção de ações de conscientização, visando a superar o racismo estrutural e outros preconceitos vigentes na sociedade brasileira.

Por fim, ressalta-se a necessidade de que a avaliação das cotas universitárias e de suas consequências sejam, sim, analisadas em âmbito nacional, como uma política da União. Mas requer-se, também, que contextos locais, institucionais e até departamentais não sejam esquecidos, já que as realidades são específicas, diversas e somente esse olhar amplo e focalizado possibilitará a inclusão adequada e a manutenção positiva das cotas nas universidades federais.

As cotas e a Universidade Federal do Espírito Santo

O debate e a implementação das cotas na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e nas universidades federais como um todo não se deram de uma hora para outra e de forma desorganizada. Diversas discussões e estudos foram realizados (Silva & Borba, 2018), seja por grupos autônomos ou conduzidos pelo próprio governo federal. Entre eles, pode-se mencionar o “Programa Conexões de Saberes: Diálogos entre a universidade e as comunidades populares” que, a partir de 2004, iniciou discussões e o mapeamento acerca do perfil dos alunos das universidades federais e das realidades diversas e desiguais inseridas nesse contexto.

Como parte do projeto, alunos e professores de diferentes cursos da Ufes trabalharam no levantamento e na análise da realidade do perfil sociodemográfico dos estudantes na universidade. Nos resultados constatou-se que, em 2005, dos 10.487 estudantes regularmente matriculados, apenas 317 (ínfimos 3,02%), eram de origem popular⁶; e desses, somente 183, aproximadamente 1,7%, eram de origem negra ou indígena (Silva et al., 2006). Dado semelhante foi observado em outras universidades federais que verificaram que, dependendo

⁶ Para o estudo, foram considerados Estudantes de Origem Popular (EOP), os alunos cujos pais possuíam renda de até três salários mínimos; estudantes de escolas públicas; e residentes em bairros de origem popular. Todos os três critérios foram considerados pré-requisitos.

do curso, a realidade poderia ser ainda mais desigual (Silva, Barbosa & Sousa, 2006). Ou seja, o cenário de desigualdades e de restrição de acesso ao ensino superior público já era publicamente conhecido e tornava-se uma eminente preocupação, de forma que ideias sobre cotas e outras ações afirmativas começaram a ganhar forma e força.

Diante desse contexto, a Ufes, a partir das mobilizações do Movimento Negro Capixaba, deu início aos debates sobre a incorporação das cotas em época bem próxima ao período de implementação desse sistema pelas universidades pioneiras - como, por exemplo, a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), a Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), a Universidade de Brasília (UnB) e a Universidade Federal da Bahia (UFBA). Já em 2004, foi realizado, na própria instituição, o Seminário Cotas para Negros nas Universidades Brasileiras, no qual se tinha como objetivo constituir a Comissão Pró-Cotas da Ufes. Na época, a medida não teve sucesso, mas após diversos debates, em 2006, a comissão foi efetivamente instaurada (Santos, 2014).

A partir de então, as discussões acerca da temática ganharam maior proporção, recebendo grande atenção dos principais veículos de comunicação, mobilizando movimentos sociais e coletivos, e levando para as ruas alunos de cursinhos de escolas particulares. Esse cenário foi de grande importância para que se desenhassem os grupos a favor e contra, e que seus respectivos argumentos fossem propagados.

Após mais um período de debates e embates políticos, acadêmicos e até judiciais, e em virtude de grande pressão do Movimento Negro Capixaba e de outros grupos organizados, por meio das resoluções nº. 33/2007, nº. 31/2008, nº. 59/2008, nº. 23/2009 e nº. 25/2009, a Ufes aprovou para o processo seletivo de 2008 a adoção de cotas, com a reserva de 40% das vagas de todos os cursos ofertados para alunos que estudaram em escolas públicas (Ensino Fundamental e Médio) e possuíam renda familiar inferior ou igual a sete salários-mínimos

(Santos, 2014). Sem contemplar ainda as cotas denominadas de raciais, naquele momento não houve reserva de vagas para negros, pardos e indígenas (Santos, 2014). Esses grupos foram, enfim, contemplados em 2013, quando a Ufes decidiu ser a primeira universidade federal a adotar integralmente a lei 12.711 (Brito et al., 2015). Mais recentemente, em 2018, a universidade passou a incluir na política de cotas a reserva para pessoas com deficiência, seguindo a orientação da posterior lei 13.409 de 2016.

Apesar de tais medidas terem sido adotadas em anos anteriores, possibilitando que hoje alguns estudos já tenham se debruçado sobre a temática (Lemos, 2017; Brito et al., 2015; Santos, 2014), o presente período apresenta-se como bastante representativo para as cotas, fazendo com que seja viável e necessário continuar com os questionamentos e com as investigações sobre o assunto. Além de o prazo para adequação das Universidades e Institutos Federais à Lei das Cotas ter se esgotado em 2016, no mesmo ano ficou decidido, por meio da portaria normativa número treze, que os programas federais de pós-graduação de mestrado e doutorado teriam o prazo de 90 dias para apresentarem propostas de inclusão de cotas para negros, pardos, indígenas e pessoas com deficiência para seus processos de seleção. Apesar da repercussão na esfera pública dessa nova decisão ter sido bem menor, a simbologia da ação é bastante significativa, uma vez que demonstra a continuação da tentativa de democratização do acesso às universidades públicas e atinge agora a esfera mais elitizada da academia, os programas de pós-graduação. Na Ufes, dos 64 programas de pós-graduação, seis adotam a política: Artes, Ciências Sociais, Comunicação e Territorialidades, Educação, Política Social e Psicologia Institucional . Seguindo suas autonomias, cada programa reserva uma quantidade específica de vagas, assim como as distribui para públicos diferentes: Artes (12,5%) reserva 25% de suas vagas e tem como beneficiários ex-cotistas e bolsistas da graduação e preto, pardos e indígenas (PPI, 12,5%); Ciências Sociais reserva 35% das vagas para PPI (25%) e pessoas trans (10%); o Mestrado profissional em Educação reserva 35% do total de vagas, sendo 25%

para Pretos, Pardos e Indígenas, 5% para pessoas com deficiência, e 5% para pessoas trans; Política Social destina 25% para PPI; e Psicologia Institucional, 25% para PPI. Destaca-se o curso de Comunicação Social, que reserva 50% de suas vagas totais, destinadas aos seguintes públicos: 35% para PPI; 5% para pessoas trans; 5% para deficientes; e 5% para refugiados (Couzemenco, 2020).

O ano de 2017 também trouxe novas discussões sobre o tema. A partir de denúncias dos movimentos negros por fraude no sistema de cotas, a Ufes passou a adotar medidas com a finalidade de verificar a veracidade de informações relativas a candidatos que se autodeclararam pretos, pardos ou indígenas (Edital Prograd n. 01/2017, 2017). De acordo com as novas diretrizes, também adotadas para o ingresso na graduação em 2018 (Edital Prograd n. 32/2017, 2018), além de entregarem documentação de autodeclaração e foto pessoal, a Ufes estabeleceu que os candidatos dessas vagas, a critério de uma comissão, podem ser convocados para uma entrevista presencial, que verificará características fenotípicas com a finalidade de garantir a reserva de vagas às pessoas que se enquadram nos parâmetros de pretos, pardos e indígenas. Nesse movimento, houve a perda de vagas por alguns ingressantes, e, conseqüentemente, novos debates no espaço público e acadêmico foram vivenciados, especialmente pela polêmica que envolve aferir quem é ou não preto, pardo ou indígena.

A universidade também esteve atenta a outras demandas sociais relacionadas a grupos minoritários. Em 2015, lançou o curso de Licenciatura Intercultural Indígena, de modo a atender a uma antiga demanda dos povos Tupinikim e Guarani, habitantes no estado do Espírito Santo. Segundo a própria página online do curso, a graduação é parcialmente ofertada nas aldeias no norte do estado, em Regime de Alternância, proporcionando o diálogo entre saberes indígenas e não indígenas, de modo a formar “professores como interlocutores/articuladores

do saber comunitário, comprometidos com uma educação diferenciada, bilíngue e intercultural alinhada com os anseios político-pedagógicos dos povos” em questão.

Outra ação importante promovida pela Ufes na busca pelo acesso adequado de minorias na instituição foi a criação, em 2011, do Núcleo de Acessibilidade da Ufes, o NAUFES. De acordo com a universidade, seu propósito é o “de coordenar e executar as ações relacionadas à promoção de acessibilidade e mobilidade, bem como acompanhar e fiscalizar a implementação de políticas de inclusão das pessoas com deficiência na educação superior, tendo em vista seu ingresso, acesso e permanência, com qualidade, no âmbito universitário”. Constituído por profissionais multidisciplinares, o núcleo atende alunos e servidores e orienta à comunidade geral, seja por ações diretas específicas ou na promoção de eventos de grande porte, para que o acesso adequado de todos seja garantido e constantemente melhorado na instituição. O NAUFES não só apoia como incentiva as ações afirmativas e acompanha de forma próxima a política de cotas universitárias na Ufes e no Brasil.

Cotas nas universidades brasileiras: uma leitura psicossocial

A forte resistência sofrida pela implantação das cotas nas universidades brasileiras, em especial das cotas destinadas aos negros, fez emergir diversos questionamentos: Quem se posiciona contra e quem se posiciona a favor? Quais argumentos embasam essas diferentes posições? Há uma resistência maior às cotas raciais em relação às cotas sociais? Por que a sociedade brasileira tem tanta dificuldade em promover ações afirmativas como as cotas?

Ainda que muitas dessas perguntas aguardem por respostas, é possível afirmar que alguns indícios já podem ser observados. Os estudos realizados no âmbito da Psicologia Social, por exemplo, já têm trazido importantes contribuições à temática, reforçando aspectos sobre a memória social dos brasileiros, as disputas grupais que levam os sujeitos a buscarem defender

seus interesses e as representações sociais que compartilham de justiça, mérito, igualdade, cotas e cotistas (Menin, Shimizu, Silva, Cioldi & Buschini, 2008; Naiff, Naiff & Souza, 2009; Santos & Scopinho, 2015; Marques & Santos, 2015; Santos & Scopinho, 2016).

Nesse sentido, o estudo de Menin e colaboradores (2008), realizado com estudantes da Universidade Estadual Paulista, identifica os diferentes valores que sustentam os posicionamentos serem mais favoráveis às medidas tidas como mais “brandas”, como a oferta de cursinhos gratuitos para alunos de escolas públicas, e contrários às cotas ditas mais “duras”, como as cotas raciais para negros. Segundo eles, para os sujeitos da investigação, a ideia de igualdade sustenta-se, principalmente, na lógica da meritocracia, que entende que todos nós somos iguais e precisamos alcançar as oportunidades por nossos próprios méritos. Assim, os cotistas são vistos como pessoas com plenas capacidades, que deveriam competir em nível de igualdade, sem medidas de compensação.

O que chama atenção, contudo, é como essa visão pode se adequar de forma diferente quando se coloca em comparação às cotas sociais (para alunos de escolas públicas e de baixa renda) e as cotas raciais. Assim como o estudo de Menin e colaboradores (2008), algumas investigações identificaram que se aceita as cotas para as pessoas de baixa renda, mas que a aversão às cotas para negros é bastante significativa (Peixoto, Silva, Wolter, 2018; Naiff, Naiff, Souza, 2009; Fry, Maggie, Grin, 2005). Nesse sentido, fica visível como “o mito da democracia racial” é fortemente presente no imaginário brasileiro. De acordo com diversos estudos (Santos & Scopinho, 2016; Brito et al., 2015; Santos & Scopinho, 2015; Naiff, Naiff, Souza, 2009), já se sabe que no Brasil há uma crença compartilhada de que no país não haveria discriminações raciais, apenas discriminações de classe, e que o problema da desigualdade seria antes de ordem social que racial. Nessa ideia, as minorias raciais sofreriam apenas as consequências que advêm de desigualdades de classe; ou seja, os negros sofrem por serem historicamente de classes mais pobres, mas não por serem negros.

Pode-se fazer uma relação entre esse discurso e o preconceito velado identificado por outras pesquisas (Martins, 2007; Pereira, Torres e Almeida, 2003; Camino, Da Silva, Machado & Pereira, 2001), que demonstram que o racismo, eventualmente, pode não ser explícito ou não reconhecido como tal pela sociedade; o que não significa que ele não exista e não tenha efeito. O que ocorre é um racismo que pretende ser “democrático” e “respeitável”, e, como consequência, torna a discriminação menos aparente, de modo que cada vez menos admite-se que há preconceito, e os grupos dominantes buscam outras formas de manter a sua posição de vantagem. Essa ideia permite compreender as contradições identificadas nas representações sociais sobre as cotas.

Nos estudos de Silva e Silva (2012), Naiff, Naiff e Souza (2009) e Pereira, Torres e Almeida (2003), por exemplo, observa-se que apesar de os universitários, de modo geral, defenderem a necessidade de igualdade e reconhecerem que há desvantagens sociais e econômicas para alguns grupos minoritários, a posição deles é de rejeição à implantação do sistema de cotas raciais, justificada pelo não cumprimento do princípio da isonomia. Como afirmam Santos e Scopinho (2016), neste cenário, ainda que se identifiquem os diferentes papéis sociais ocupados pelos diferentes grupos, não se admite o papel do racismo no cerne da questão da exclusão no Brasil.

Na dimensão grupal, também é importante fazer uma reflexão sobre o fato de alguns dos próprios negros se apresentarem contra o sistema de cotas e recorrerem à ideia de meritocracia para justificarem suas posições. No estudo realizado com jovens alunos da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, que ingressaram antes da aprovação do projeto, Naiff, Naiff e Souza (2009) entendem que essa posição decorre do fato deles terem superado as possíveis desigualdades sociais e terem conquistado uma vaga. Todavia, os autores também apontam para a provável existência de uma “zona muda” neste cenário, que seria, de acordo com a Teoria das Representações Sociais, um conceito que trata de subgrupos de crenças que,

apesar de existentes, não são expressas pelos sujeitos por contrariarem os valores do grupo (Menin, 2006). Ou seja, no caso investigado, a própria discriminação e a predominância de alguns valores morais reconhecidos pelo grupo inibem que os participantes expressem por completo seus pensamentos e demonstrem alguns elementos representacionais que podem contribuir para a estrutura das representações sociais (Naiff, Naiff & Souza, 2009).

A identificação de uma divisão grupal entre cotistas e não cotistas pôde ser observada no estudo de Silva e Silva (2012) com alunos da Universidade Federal da Bahia. Por meio de grupos focais, as autoras observaram um processo de estereotipização dos cotistas, que, para os participantes, eram representados como um grupo homogêneo, diferente dos demais – não cotistas – e que sofre com dificuldades para acompanhar as aulas por terem que conciliar emprego e estudo. Todavia, Silva e Silva (2012) afirmam que essa realidade de conciliar os turnos de aula com os do trabalho é algo antigo, e que, independentemente das cotas, sempre existiu.

A investigação de Castro e outros (2014) assumiu um contorno distinto, mas obteve resultados semelhantes ao analisar as representações sociais de cotas para negros em 272 comentários de internautas, em um artigo de uma revista de circulação nacional, que abordava o sucesso do sistema de cotas para negros. Como conclusão, os autores verificaram não haver elementos consensuais, sendo as cotas entendidas por alguns como um dever social e, por outros, novamente como uma violação ao sistema de meritocracia. Neste segundo caso, a ação afirmativa é vista como uma injustiça por falsear a real capacidade dos candidatos às vagas das universidades públicas e, por consequência, promover a discriminação intergrupal, expondo e segregando ainda mais os negros e dificultando a real mudança social.

Em concordância com esses resultados, Santos e Scopinho (2016) e Peixoto, Silva e Wolter (2018) afirmam existir um cenário não consensual, com posicionamentos diversos e

diferentes representações sociais frente à política das cotas nas universidades. Nesse sentido, o que se tem como indício é que a compreensão de justiça, de igualdade e de mérito interfere em como se dará a percepção e compreensão dos grupos sociais sobre a ação afirmativa (Santos & Scopinho, 2016; Marques & Santos, 2015).

As pesquisas sobre cotas assumiram majoritariamente um recorte de análises estáticas dos resultados da ação ao longo dos anos (tais como desempenho, evasão e inclusão dos cotistas) e de representações sociais dos alunos universitários. Poucos estudos debruçaram-se sobre os professores e gestores das instituições, que compõem a elite da academia e constituem-se como um grupo de difícil acesso, especialmente, quando se trata de assuntos polêmicos. Nesse contexto, o estudo de Goss (2014) se destaca por focalizar as publicações e falas de pesquisadores das Ciências Sociais, analisando as retóricas contrárias e favoráveis à política de cotas nas universidades.

No meio acadêmico, apesar de estudos mencionados anteriormente apontarem para a importância do papel das representações sociais de justiça e mérito na tomada de posição a respeito das cotas universitárias entre os pesquisadores, a noção de Ciência também parece ser fundamental. Segundo Goss (2014), o grupo de posição contrária entende que a ciência deve ser neutra, distante das mobilizações e dos clamores sociais, apresentando-se como uma verdade única e transparente. Por outro lado, os pesquisadores favoráveis tendem a ver a própria ciência como “norteada pela” e “feita para” a sociedade, tornando-se, portanto, indissociável dela, e sendo a pesquisa, inevitavelmente, uma ação política.

Diante dessa divergência, o grupo de professores contrários às cotas entende que seus posicionamentos são “descontaminados”, livres de afinidades ideológicas e políticas e, portanto, assumidos como o mais coerente para guiar a sociedade. Na visão desse mesmo grupo, pesquisadores favoráveis às cotas produziriam uma ciência parcial, de menor

credibilidade, inclusive, pela sua proximidade com os movimentos sociais. Goss (2014) alerta que sob essa visão, os “pesquisadores contra” ignoram o fato de que suas posturas também, e inevitavelmente, são políticas, especialmente quando se considera que alguns deles participaram da elaboração do manifesto contra às cotas, entregue aos presidentes da Câmara e do Senado (Goss, 2014). Essa dicotomia e oposição, todavia, não parece ter se mantido constante e equivalente ao longo dos anos. Segundo Carvalho (2014, p. 6),

[...] muitos dos acadêmicos que se opuseram publicamente às cotas já procuram agora distanciar-se do tema ao sentir o ônus político que significou essa oposição reacionária ante as evidentes consequências positivas que já começamos a observar nas universidades pioneiras nesse movimento de inclusão enriquecedora.

Ou seja, o tema ainda é muito dinâmico e acompanha não só os anseios sociais, como as agendas políticas de cada Governo Federal e as análises dos resultados oriundos das cotas. Sendo tais estudos produzidos pela própria academia, essa variável parece assumir importância considerável para o grupo que compõe os pesquisadores e professores.

Diante dos resultados apresentados na literatura analisada, acredita-se ser importante continuar investigando sobre a temática das cotas, de modo a complementar os conhecimentos até então adquiridos. Se muitos estudos demonstram resultados positivos para as ações afirmativas (IBGE, 2019; Moreira & Silva, 2019; Inep, 2018; Santos, 2014), é preciso que fique mais evidente como os pensamentos compartilhados se constituem a respeito do fenômeno, e que se entenda a dificuldade na aceitação popular e no próprio meio acadêmico das cotas universitárias (Brito et al., 2015). Além disso, é necessário compreender de que forma instrumentos e aparatos ideológicos, como a mídia, podem estar atuando de modo a dificultar ainda mais essa aceitação, e quais ações poderiam ser interessantes para auxiliar na modificação desse contexto.

As cotas universitárias sob a ótica da imprensa

Os estudos da imprensa são capazes de auxiliar na compreensão dos fenômenos sociais, especialmente quando se trata de conhecimentos compartilhados e de senso comum. Compreendendo que na sociedade contemporânea o protagonismo da mídia é indiscutível, assumi-la como objeto de estudo permite não só reconhecer a dinâmica da manutenção de representações sociais, como também a sua criação, disseminação e os argumentos que as justificam. Em virtude disso e da polêmica que envolve o sistema de cotas, nos últimos anos, tem sido cada vez mais frequente pesquisas que combinam o estudo de ações afirmativas por meio da análise de veículos de comunicação de massa.

Apesar de não termos encontrado nenhuma pesquisa com esse arranjo dedicada à revista Carta Capital – objeto de estudo desta tese-, a revisão de literatura identificou estudos sobre os seguintes veículos de comunicação: revista Veja (Suttan & Lutz, 2017; Possenti & Bittar, 2014; Daflon & Feres, 2018); jornais O Globo (Martins, 2018; Leibão, 2017), Folha de S. Paulo (Ferreira, 2019; Martins, 2018; Possenti & Bittar, 2014), O Estado de São Paulo (Possenti & Bittar, 2014), O Dia (Martins, 2018), Correio do Povo (Silva & Campos, 2019) e Zero Hora (Silva & Campos, 2019); e um único estudo dedicado à mídia online (Silva & Campos, 2019). Não por acaso, os resultados encontrados nessas pesquisas se assemelham, e muito, com aqueles verificados nas investigações psicossociais discutidas anteriormente.

O estudo de Martins (2018) teve como objetivo investigar as ações afirmativas retratadas nas publicações opinativas, no ano de 2008, dos jornais O Globo, Folha de S. Paulo e O Dia. Como resultado, a autora verificou que, para além das diferenças históricas e editoriais dos três veículos, foi comum entre eles o dissenso no que se referem às cotas universitárias. De modo geral, as análises demonstraram um discurso comum e hegemônico de negação às cotas raciais, mas “de certa tolerância, no caso de inevitabilidade, às cotas sociais” (Martins, 2018).

Além disso, foi observada baixa frequência (silenciamento) e descontextualização (verossimilhança) no trato da temática, acarretando considerável distanciamento entre o que era publicado com a efetiva realidade dos negros no Brasil. Identificou-se, ainda, certa agressividade na linguagem utilizada no jornal O Globo, e, nos três veículos, uma aproximação ao jornalismo de opinião, que, na visão da autora, se distancia do trabalho ético, contextualizado e de caráter social.

O estudo de Ferreira (2019), dedicado exclusivamente ao jornal Folha de S. Paulo, confirmou a posição do veículo contra as ações afirmativas, e em especial as ações afirmativas raciais. De acordo com a autora, tal posicionamento se fez presente tanto em textos editoriais, quanto em entrevistas e demais reportagens. A conclusão a que se chegou é que, para além dos espaços dedicados à manifestação explícita da opinião do jornal, como são os textos editoriais, tal posicionamento se fez presente em espaços “jornalísticos”, aqueles que aparecem enrustidos de imparcialidade e de suposta neutralidade. Assim, o que foi verificado novamente no jornal Folha, foi uma cobertura tendenciosa, e que buscou influenciar a opinião pública de forma negativa no que se refere às ações afirmativas.

Embasada nas proposições teóricas de Hirschman⁷, a pesquisa também identificou nos textos do jornal Folha as três teses reativas/revolucionárias propostas pelo autor nas retóricas conservadoras: a tese da perversidade, quando o jornal sugere que as “ações afirmativas ‘produziriam’ a divisão racial e ‘inflariam’ o racismo; a tese da futilidade, porque as políticas [...] não seriam capazes de diminuir a desigualdade racial; e a tese do risco, pois seria inaceitável o Estado empregar classificações raciais” (Ferreira, 2019, p. 123-124).

⁷ Ver: HIRSCHMAN, A. O. (1989). Duzentos anos de retórica reacionária: o caso do efeito perverso. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, 23, 102-119.

Já a pesquisa de Leibão (2017) analisou, sob uma perspectiva histórica, os editoriais do jornal O Globo, publicados entre 2003 e 2012, que trataram sobre as cotas raciais. No estudo, mais uma vez, o que se constatou foi uma evidente posição contrária do veículo à reserva de vagas. Entre os argumentos para sua posição, estiveram presentes: a ideia de mérito, de mercado, de qualidade de ensino e do cotista – especialmente o cotista negro - como um aluno de baixo rendimento e de futuro trabalhador desqualificado. Além disso, o jornal estabeleceu associações com os Estados Unidos e salientou a atuação de sua Suprema Corte, demonstrando que as cotas raciais seriam nada mais que uma “pauta importada” e não compatível com a história brasileira. Nessa perspectiva, Leibão (2017) ainda afirma que O Globo sustentou seus argumentos na antiga ideia de mestiçagem do povo brasileiro – teoria essa cada vez mais vista como racista (Jaccoud, 2008) -, e que buscou desvincular qualquer relação entre desigualdade *social* com desigualdade de *raça*.

Por fim, salienta-se que o estudo conduzido por Leibão (2017) também revelou o viés ideológico presente na discussão das cotas. Em um dos textos analisados, o jornal O Globo explicitamente reconhece o possível papel que a ideologia desempenha no posicionamento das pessoas e instituições em relação às cotas universitárias. Contudo, ainda assim, ele se mostrou impermeável a essa dinâmica, colocando-se neutro e alheio a tal disputa, e apresentando a sua ideia como a única verdade, como demonstra o trecho selecionado por Leibão (2017, p. 71):

A discussão é apaixonada por estar contaminada por ideologias. Mas há um ponto central do debate que merece ser analisado com um mínimo de sensatez: a qualidade do ensino. Sem que essa questão se torne prioritária, a política de cotas não gerará apenas injustiças no ingresso ao ensino superior. Patrocinará, também, distorções graves na formação profissional de gerações de brasileiros, com defeitos ruinosos para o país (O Globo, 2004).

Sobre as pesquisas dedicadas à revista Veja, ressaltam-se os trabalhos realizados por Daflon e Feres (2012) e Suttana e Lutz (2017), que analisaram publicações ocorridas em períodos complementares, respectivamente, de 2001 a 2009 e de 2009 a 2012.

Na pesquisa de Daflon e Feres (2012), ao analisarem minuciosamente os textos de *Veja* que trataram sobre ações afirmativas no referido período, os autores encontraram resultados similares aos já apresentados. De acordo com eles, o posicionamento da revista foi majoritariamente contrário à política de cotas, e que a sua discrepância com os argumentos “neutro”, “ambivalente” e “favorável” ao longo do tempo só aumentou. No total, nos textos de “reportagens” e de “colunistas”, a supremacia da posição contrária às cotas aproximou-se dos 80% na frequência das publicações. Contudo, chama ainda a atenção que a definição da posição esteve diretamente relacionada ao conteúdo da reportagem: quando se tratava das cotas sociais a valência “neutra” chegou a 70%, enquanto quando o assunto eram as cotas raciais, o número caía drasticamente para 6% (Daflon & Feres, 2012).

Daflon e Feres (2010) ainda identificaram o ajuste no enquadramento dedicado à temática pela revista ao longo dos anos. Em 2001, quando o então presidente Fernando Henrique Cardoso inicia os debates sobre as cotas raciais e o Brasil se faz presente na III Conferência Mundial contra o Racismo, a Xenofobia e as Intolerâncias Correlatas, em Durban, a revista ainda parece se familiarizar com a temática, sem um direcionamento editorial preciso, apresentando posições plurais e com manifestação de múltiplos pontos de vista. Entretanto, a partir de 2003, quando as cotas se tornam realidade, o cenário muda, tanto com maior cobertura sobre as ações afirmativas, quanto por uma restrição crescente a opiniões divergentes e de perspectivas dissonantes (Daflon & Feres, 2012). Esse mesmo direcionamento editorial, monofônico, mantém-se ainda em anos posteriores, como demonstrou o estudo de Suttana e Lutz (2017) voltado para as análises das publicações de 2009 a 2012.

Os resultados de Daflon e Feres (2012) revelaram também que nas raras ocasiões em que argumentos favoráveis às ações afirmativas foram explicitados, na maior parte das vezes, eles estiveram embasados nas ideias “de justiça social, combate ao racismo e promoção da diversidade cultural” (p. 79). No que se refere aos argumentos contra mais frequentes, no

primeiro período estiveram “aqueles que retratam a ação afirmativa como uma violação dos princípios da igualdade e do mérito”, “aqueles que insistem na necessidade de precedência dos investimentos no ensino básico sobre outras formas de equalização de oportunidades”, e aqueles que “apostam na diminuição da qualidade do ensino superior a partir do ingresso de cotistas” (Daflon & Feres, 2012, p. 79). Já nos anos mais recentes, a partir de meados de 2005, influenciada por um grupo restrito de acadêmicos, a revista começou a recorrer à ideia de associação da ação afirmativa “a um risco de ‘racialização’ da sociedade e ao estímulo ao conflito racial” (p. 80). Tal perspectiva seguiu nos anos posteriores e se manteve até, pelo menos, 2012, como verificaram Suttana e Lutz (2017).

A estratégia editorial de assumir somente parte do discurso acadêmico é avaliada por Daflon e Feres (2012) como um desserviço à academia e ao debate público. Tal argumento é justificado considerando que o veículo se utiliza de “porta-vozes autorizados” para simplificar e fragmentar uma rica discussão que ocorre nas universidades, apresentando apenas um lado do debate, e o colocando como representativo de toda Sociologia e Antropologia. De forma complementar, a pesquisa ainda revela o uso de expressões pejorativas e de linguagem irônica, com a intenção de desclassificar o outro lado, o “adversário”, tal como é apresentado o Movimento Negro (Daflon & Feres, 2012).

Com resultado semelhante, Suttana e Lutz (2017) destacam alguns termos utilizados para qualificar - ou melhor, desqualificar - as ações afirmativas e que podem ser analisados nessa mesma perspectiva. São eles: “ruinosas”, “nefastas”, “injustas”, “destruidoras”, “confusa”, “infelizes”, “ruim”, “equivocadas”, “discriminatórias”, “racialistas” e “limitadas”. Além disso, os autores identificaram diversos recursos de persuasão que buscaram sustentar os argumentos apresentados, bem como convencer o leitor. Essa estratégia discursiva e editorial adotada pela revista, assim como a prática de misturar fato e opinião, desvinculando-se da divisão entre o jornalismo opinativo e o informativo, também foi verificada em outros estudos

(Daflon & Feres, 2012; Geisel & Ramalho, 2012). E como reflexo delas, Geisel e Ramalho (2012, p. 136) entendem que “*Veja manifiesta una notoria parcialidad y trata de desvalorizar todo lo que no encaja en el sistema ideológico que la revista representa*”.

A revisão de literatura realizada encontrou um único estudo - e com um recorte bastante distinto - que buscou investigar publicações que assumem outro discurso, posicionando-se “do outro lado do espelho”⁸. A pesquisa de Silva e Campos (2019) teve como objetivo relacionar a cobertura dos jornais Correio do Povo e Zero Hora com as postagens no Facebook realizadas pelo coletivo negro Balanta, no contexto das mobilizações contrárias às alterações na aferição étnico-racial das cotas, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Na ocasião, em 2018, estudantes acamparam na reitoria da instituição como forma de protesto contra à medida de possibilitar que aprovados no vestibular requeressem vagas destinadas a alunos negros, mesmo que fossem fenotipicamente brancos, caso comprovassem afrodescendência até os avôs.

Embasada nas ideias de teóricos como Muniz Sodré, Douglas Kellner e Manuel Castells, a pesquisa entende a mídia e o jornalismo como um espaço moderador, de construção de narrativas, que torna visível as representações acerca dos grupos sociais, reiterando relações de dominação e opressão. Contudo, ressalta que, no contexto atual, de grande avanço tecnológico, esse espaço vivencia a descentralização de seu poder, tanto no processo de produção quanto de circulação de informações, dividindo-o especialmente com as redes sociais. Assim, a mídia seria “um *locus* de disputa discursiva sobre acontecimentos de relevância social e de tensionamento dos lugares sociais estabelecidos historicamente” (Silva & Campos, 2019, p. 129).

⁸ Essa expressão foi utilizada fazendo uma alusão ao próprio título da pesquisa citada: “Os dois lados do espelho: A cobertura midiática e as publicações do coletivo negro Balanta no embate sobre as cotas na UFRGS”

Ao analisar dois veículos tradicionais e um alternativo, mas que se constituiu como uma das partes envolvidas no acontecimento retratado, Silva e Campos (2019) observaram a nítida distinção editorial e de interesses; mas constataram que o Balanta, com suas comunicações no Facebook, não só pautou como atuou como fonte nas matérias publicadas nos dois jornais locais. Fazendo marcação político, ideológico e identitária, como, por exemplo, ao utilizar o termo “akilombamento”, o grupo conseguiu apontar para uma estratégia política de resistência às ações afirmativas, e ainda uma estratégia comunicacional, fazendo-se inserir na mídia tradicional (que não o criminalizou), e dando legitimidade e visibilidade ao movimento (Silva & Campos, 2019, p. 129).

Por fim, o resultado de todas essas análises parece ser que, definitivamente, o debate sobre as cotas envolveu a agenda pública, sendo pauta de alunos, professores e pesquisadores, mas extrapolando também os muros das universidades e chagando ao (ou se originando do) debate público e midiático. Sua trajetória parece ter ápices, mas o assunto ainda não se encerrou, sendo retomado de tempos em tempos, e mobilizando grande parte da população com certa recorrência. Nesse sentido, defende-se que o campo da Psicologia Social e, em especial, a Teoria das Representações Sociais, são aportes teóricos importantes para a condução de investigações nessa esfera.

A Teoria das Representações Sociais na perspectiva societal

As representações sociais referem-se a um tipo de conhecimento do senso comum que é próprio da sociedade moderna e que possibilita a compreensão de objetos e fenômenos por um determinado grupo a partir da construção de uma realidade simbólica. As representações sociais permitem a interpretação do novo a partir de outros conhecimentos já dominados e de fácil assimilação, transformando o diferente em algo familiar (Moscovici, 2012; 2017). Esse processo ocorre, já que o estranho gera desequilíbrio e insegurança, fazendo com o que os

indivíduos busquem uma compreensão do novo, do desconhecido a partir de conhecimentos já dominados e que possibilitam entender a realidade que se apresenta. Almeida (2009b, p. 51-52) explica que:

O estranhamento e as lacunas trazidas pelo novo causam uma tensão que precisa ser aliviada. Diante disso, o indivíduo se apropria de novas ideias, associando-as àquelas que já possuía, classificando-as e denominando-as, a fim de preencher lacunas e se familiarizar com o novo. Há uma desestabilização e posterior retorno ao equilíbrio, de forma a agregar o conhecimento novo a um conhecimento corrente.

As representações sociais estão estreitamente ligadas ao contexto social, à época e aos sujeitos que as compartilham. Elas atuam ativamente na formação desses sujeitos, na orientação de suas práticas e na interpretação que eles fazem do mundo (Moscovici, 2017). Portanto, elas devem ser entendidas como um conhecimento do senso comum que, ao mesmo tempo em que é dinâmico, está suscetível a mudanças e é construído no decurso do tempo; é também responsável por atuar na construção da sociedade, especialmente nas ideias que nela circulam (Moscovici, 2012; 2017).

As representações sociais podem ser entendidas como um conhecimento do senso comum, principalmente, por dois motivos: o primeiro é por elas estarem embasadas nas vivências, sociabilidades, culturas e crenças dos indivíduos, e não no conhecimento metodológico, científico e reificado. Além disso, como segundo motivo, pontua-se que as representações sociais são compartilhadas, fruto das experiências sociais e grupais. Isto é, elas não se referem a um conhecimento individual, particular, mas sim a algo que é comum e que, inclusive, possibilita a comunicação entre aqueles que as compartilham.

A respeito da formação das representações sociais, Moscovici (2017) explica que elas se constituem a partir de dois processos fundamentais: a ancoragem e a objetivação. A ancoragem caracteriza-se por classificar, dar nome e sentido ao objeto não familiar, através de

outros conhecimentos já existentes, organizados e categorizados de acordo com os padrões vigentes e os sistemas de crença, normas e valores sociais seguidos pelos indivíduos. A objetivação, por sua vez, refere-se à face icônica da interpretação, ela tem a função de dar materialidade a uma ideia abstrata, tornando-a mais compreensível, concreta e figurativa. É como se complementarmente ao conceito, a compreensão (ancoragem), o desconhecido assumisse uma imagem, tornando-se um objetivo de fácil assimilação e compartilhamento.

Doise (2002) complementa esse conceito, propondo que a ancoragem tem o papel de sustentar as representações sociais de acordo com os valores e as ideologias seguidas por cada sujeito/grupo, e que essas orientações de posicionamento ocorrem de forma sistematizada e, portanto, sendo passível de investigação. Nesse sentido, ele propõe que o propósito da Teoria das Representações Sociais, e da Psicologia Social, deve ser o de articular explicações de ordem individual com as de ordem societal, identificando não só os conteúdos consensuais e hegemônicos, como também as ambiguidades, as ancoragens e os metassistemas que as sustentam. O autor sugere, assim, que a tarefa dos estudos situados nessa área deve ser de identificar “como o indivíduo dispõe de processos que lhe permitem funcionar em sociedade e, de maneira complementar, como dinâmicas sociais, particularmente interacionais, posicionais e de valores de crenças gerais, orientam o funcionamento desses processos” (Doise, 2002, p. 28).

O indivíduo e a sociedade coexistem e se constroem mutuamente. Nesse sentido, as investigações psicossociológicas devem dar conta dessa dinâmica, entendendo as relações entre as normas sociais e os processos cognitivos, e respondendo à questão: “Quais normas sociais atualizam quais funcionamentos cognitivos, em quais contextos específicos?” (Doise, 2014, p. 167). No âmbito da Teoria das Representações Sociais, entende-se, assim, que o consensual não está propriamente no conteúdo, mas na dinâmica de sua constituição, nos

princípios que organizam o campo representacional, contemplando as variações sistemáticas de posicionamento individual e grupal.

A Psicologia Social, portanto, deve ser entendida como uma ciência que estabelece ponte com outros ramos do saber, em especial com aqueles que promovem reflexões sociais, estabelecendo relações entre os sistemas cognitivos do indivíduo – sistema operacional que faz associações, discriminações, deduções - e os metassistemas típicos de cada sociedade – que controlam, verificam e selecionam por meio de normas sociais, retrabalhando a matéria produzida pelo primeiro sistema (Moscovici, 2012; Doise, 2002; 2014).

Diante dessas reflexões, Doise (1993; 2002; Doise, Spini & Clémence, 1999) propõe que, para além da ancoragem semântica, aquela que constitui as representações sociais de forma conjugada à objetivação (Trindade, Santos & Almeida, 2014), é necessário considerar outros três tipos ancoragens que participam do processo: a psicológica, a sociológica e a psicossociológica (Doise, 1993). Em linhas gerais, essas ancoragens podem ser definidas da seguinte forma: na análise psicológica, estuda-se a ancoragem nas atitudes próprias de cada indivíduo; na análise sociológica, tem-se como objetivo identificar como a pertença dos indivíduos aos grupos sociais influencia suas representações; e no último tipo de análise, na psicossociológica - a que se pretende realizar nesta investigação -, a ancoragem relaciona-se aos discursos ideológicos sobre a natureza das relações sociais (Bonomo, Melotti & Pevetti, 2018; Pereira, Torres & Almeida, 2003; Doise, 1993).

Com essa ideia, Doise (2002; 2014), junto à Escola de Genebra, propõe um modelo teórico-metodológico conhecido como abordagem societal ou abordagem não consensual da Teoria das Representações Sociais, que trata da constituição e modulação da realidade social entre os indivíduos, os grupos e, conseqüentemente, a sociedade. Nessa visão, é dada ênfase na proposição de que as representações sociais são constituídas a partir das diversas maneiras

como os grupos sociais constroem e organizam os diferentes significados dos estímulos do meio social, e as possibilidades de respostas que podem acompanhar esses estímulos (Pereira, Torres & Almeida, 2003).

Na base desse pensamento e de investigações nessa proposta, encontra-se a busca pela compreensão da relação entre os diferentes grupos sociais. Para entender um fenômeno a partir das representações sociais, Doise (2002) explica que é preciso entender por que alguns indivíduos o simbolizam de uma forma, enquanto outros o farão de maneira diversa, e como esses posicionamentos se sustentam, ou seja, quais são suas ancoragens e os sistemas em que as representações se organizam. É necessário considerar, portanto, o nível ideológico que atua na produção desse saber. Bonomo, Melotti e Pivetti (2018) explicitam que, para Doise, a ideologia caracteriza-se por ser instrumento da hegemonia que acaba por orientar e justificar o sistema social. A sistematização desses pressupostos se resume no que o autor propõe como o paradigma das três fases, as três hipóteses de antemão assumidas nas investigações da abordagem societal das representações sociais e que devem nortear as pesquisas (Almeida, 2009; Doise, 2002):

- 1) Primeira hipótese: Diferentes membros de uma população compartilham ideias e uma organização cognitiva comum, ou seja, as representações sociais acerca de uma realidade social investigada;
- 2) Segunda hipótese: Esses mesmos indivíduos divergem entre si em alguns aspectos ao assumirem posições diferentes em relação ao objeto ou à realidade social em estudo. Essa tomada de posição acontece de forma sistemática, possibilitando que se busque a identificação dos princípios organizadores, das dimensões psicossociais do posicionamento dos grupos no campo representacional;

- 3) Terceira hipótese: As diferentes tomadas de posição apoiam-se em outras realidades coletivas compartilhadas pelos grupos dos quais esses indivíduos são membros. Isto é, as diferenças ancoram-se nas pertenças sociais, estando de acordo com as crenças, os valores e as ideologias que modulam as posições dos indivíduos, em acordo com o espaço social a que pertencem.

Ao transpor as três hipóteses para a presente tese, conforme a presente tese, tem-se que:

1) os professores da Ufes e as revistas *Veja* e *Carta Capital* compartilham crenças comuns acerca das cotas universitárias; 2) todavia, em alguns aspectos eles assumem posições diferentes em relação a elas; e 3) essas posições dependem do(s) grupo(s) social(ais) do(s) qual(ais) fazem parte, da visão de mundo que compartilham e das ideologias que seguem. Faz-se necessário informar que, aplicando as hipóteses ao objeto investigado, no caso das revistas *Veja* e *Carta Capital*, entende-se que elas, enquanto veículos de massa, são o próprio sujeito da representação estudada, posto que se trata de emissoras de mensagens amplificadas, produzidas por e para sujeitos, que são os próprios representantes de seus grupos. Assim, ainda que a teoria de Doise (2002) tenha sido, até então, aplicada a pesquisas com seres humanos, entende-se que ela se adequa também ao contexto de análise midiático. Não se pode esquecer do papel central da mídia, na sociedade atual, na elaboração e disseminação de representações sociais, permitindo, inclusive, que haja a comunicação de massa, em virtude do compartilhamento de conhecimentos comuns entre os indivíduos (Moscovici, 2012; 2017).

Para a testagem dessas hipóteses, há que se realizar três fases de investigação, contemplando: na primeira, essa observação das representações sociais comuns, ou seja, o mapeamento do campo representacional compartilhado; na segunda, a identificação das posições que cada sujeito da representação assume e os princípios que organizam esses posicionamentos no campo representacional; e na terceira, a verificação da explicação e a

descrição dessas diferentes tomadas de posição, por meio da identificação e da compreensão das ancoragens que as sustentam (Doise, 2002; Pereira, Torres & Almeida, 2003).

Comunicação mediada nos estudos de representações sociais

Como as representações sociais são um conhecimento da sociedade globalizada e de massa (Moscovici, 2012), sua importância para o estabelecimento das comunicações e para sua constituição e manutenção junto à imprensa é inevitável. Para se comunicarem, os indivíduos e os diferentes grupos precisam compartilhar compreensões acerca de determinados fenômenos sociais. Por outro lado, essas comunicações, em uma época essencialmente midiaticizada, assumem papel fundamental para manterem os consensos – ou dissensos –, disseminando e construindo representações sociais partilhadas dentro dos grupos. Ou seja, a comunicação exerce papel preponderante para a formação das representações sociais, que são elaboradas no interior dessas relações comunicativas, sejam elas entre os indivíduos ou mediadas pelos veículos de comunicação (Moscovici, 2017).

Nesse sentido, a mídia trabalha tanto na construção quanto no reforço das ideias cotidianas que assumimos como verdades, que orientam nossos comportamentos e nossas conversas de dia a dia. Para Moscovici (2017, p.8), “as representações sustentadas pelas influências sociais da comunicação constituem as realidades de nossas vidas cotidianas e servem como o principal meio para estabelecer as associações com as quais nós nos ligamos uns aos outros”. Dessa forma, as investigações de representações sociais a partir da análise midiática, além de balizar o estudo precursor das representações sociais (Moscovici, 2012), seguem sendo realizadas, demonstrando serem propícias para reconhecer a importância da comunicação mediada, quando se trata da constituição das realidades simbólicas dos indivíduos

e dos seus grupos sociais (Carvalho & Menandro, 2017; Castro et al., 2014; Oliveira & Martins, 2014).

Os meios de comunicação, contudo, não devem ser entendidos como plataformas neutras e que apresentam como objetivo exclusivamente informar ou entreter. Como afirma Porto (2004), a noção e os conceitos de imparcialidade e de objetividade na esfera da comunicação midiática já foram superados. Sabe-se que suas mensagens, narrativas e discursos são minuciosamente escolhidos e trabalhados e podem assumir diferentes enquadramentos dependendo da ideologia, do público-alvo, bem como dos interesses dos grupos comunicacionais e de seus parceiros. Sobre isso, Correia (2004b, p. 227) propõe que

Os mass media afirmaram-se entre os principais canais de distribuição da cultura, absorvendo em si, cada vez mais, as estruturas de comunicação pública e projectando um papel cada vez mais relevante na esfera cultural. Uma parte considerável da mediação simbólica, designadamente a construção de sentidos partilhados para a conduta social e a reprodução de enquadramentos axiológicos e normativos, que permitem a formação e consolidação de identidades sociais e colectivas, está, de modo cada vez mais evidente, dependente da intervenção dos media.

Essa intervenção pode ser entendida a partir da perspectiva da Teoria do Enquadramento, que propõe que o jornalismo proporciona à audiência quadros interpretativos, capazes de orientar a compreensão acerca da realidade, especialmente diante de fatos novos e que carecem de sentido (Daflon & Feres, 2012). Ou seja, a mídia tem o poder de definir o quadro e mostrar a realidade a partir de suas delimitações, seguindo seus interesses e visões de mundo. Esse molde, que não é desprovido das interferências sociais, carrega o olhar editorial do veículo, mas também o do próprio jornalista, assim como os padrões de senso comum que fazem parte de sua experiência pessoal e profissional (Correia, 2004a). Além disso, aspectos mais gerais e externos não podem ser ignorados, já que no enquadramento interpretativo de

diferentes veículos é comum que se encontre a existência de quadros dominantes (Hangai, 2012).

[...] o relato jornalístico, como qualquer outra forma de enunciado, só diz de acordo [...] com as tipificações produzidas pela comunidade jornalística em sintonia com o grupo social em que está inserida. O interesse do público e a conformidade discursiva com as regras que se supõem adequadas à manutenção desse interesse funcionam circularmente como os polos que balizam as possibilidades de escolha daquilo que é considerado como digno de ser transformado em notícia (Correia, 2004a, p. 33).

Daflon e Feres (2012) complementam que essa seleção fica ainda mais persuasiva diante de assuntos “existenciais, proposicionais e valorativos”, quando o público tende a ficar mais suscetível ao olhar ou ao enquadramento conduzido pelo veículo. Essa parcialidade midiática também é considerada na Teoria do Agendamento, ou *agenda-setting*, proposta por Maxwell McCombs. Nessa abordagem, reconhece-se o poder do *mass media* em definir os assuntos de destaque que serão debatidos no contexto social. É a mídia que, a partir de sua própria escala de relevância, filtrará, conduzirá e produzirá os acontecimentos, não só orientando a interpretação, como pautando a opinião pública com o que deve ou não ser discutido (Daflon & Feres, 2012).

Essa percepção do campo de poder envolto da mídia está diretamente relacionada aos estudos de Moscovici, que reconhece esse papel na produção, reprodução e manutenção de representações sociais, bem como na influência exercida pela ideologia ao longo de todo esse processo. Sob essa perceptiva, é possível entender como um mesmo fenômeno ou evento pode ser noticiado de variadas formas, assim como identificar o que move essas diferentes narrativas. Diante da “diversidade” – que não é tão diversa assim – tem-se o papel hegemônico que meios de comunicação tendem a exercer na consensualidade das representações de um determinado fenômeno, e, por outro lado, nos dissensos, quando se busca uma mudança social por meio da visibilidade às minorias ativas (Moscovici, 2011; Cabecinhas & Évora, 2008).

Moscovici (2012) distingue três tipos de modalidades comunicativas: a difusão, a propagação e a propaganda. Na difusão, não há uma diferenciação entre os produtores e os receptores da mensagem, ou seja, os autores da imprensa de grande difusão, assim como os leitores, recebem a informação de especialistas e mantêm um distanciamento no tratamento dos temas. O objetivo deles, portanto, é criar um conhecimento comum e adaptá-los aos interesses do público, dando ênfase à informação e sem tomada de posição explícita (Doise, 2014). Já a propagação refere-se aos veículos que visam produzir uma norma geral conciliadora, que busca organizar e acomodar os elementos divergentes, a fim de torná-los compatíveis com valores centrais para os vários grupos envolvidos. Para representar esse caso, Moscovici utiliza como exemplo a forma como os suportes de comunicação da Igreja Católica acomodaram o conhecimento acerca da psicanálise (Doise, 2014). Por fim, a propaganda se insere nas relações sociais conflituosas que ameaçam a identidade de um grupo. Ela busca a utilização de dicotomias redutoras, contrastando o verdadeiro e o falso saber, não permitindo espaço para nuances ou moderação. Nesta comunicação, é contrastada a visão de mundo do emissor - no caso estudado por Moscovici, uma visão de esquerda - e a visão de mundo hegemônica (Doise, 2014).

A proposta de classificação das modalidades comunicativas foi originalmente utilizada em um contexto muito próprio – na França, em período de conflitos políticos e filiações religiosas – e para descrever veículos com posições editoriais muito explícitas – jornal de grande circulação, veículos comunicacionais da igreja católica e publicação de grupo comunista (Moscovici, 2012). Por isso, para a sua aplicação em cenário distinto, como o desta investigação, faz-se necessária uma análise prévia dos conteúdos das revistas, antes de estabelecer a identificação da modalidade adequada para cada uma delas: a difusão, a propagação ou a propaganda (Carvalho & Menandro, 2017; Doise, 2014). Ainda assim, a classificação apresenta-se como instrumento de análise interessante, uma vez que possibilita o

melhor entendimento dos meios, de suas representações e, conseqüentemente, das tomadas de posição que assumem e estimulam seus leitores a seguirem também.

Perspectivas conceituais da ideologia no campo teórico das representações sociais

O conceito de ideologia abarca considerável diversidade e complexidade. A ideologia é estudada por diversas áreas da ciência e pode assumir diferentes recortes teóricos. Entre eles, observa-se a sua compreensão a partir de perspectivas negativas, positivas ou indiferentes, ou ainda considerando seu caráter estático ou dinâmico (Correia, 2004b; Guareschi, 2000). No âmbito das representações sociais, a perspectiva teórica assumida nesta pesquisa, a ideologia não assume um conceito concreto e fechado, mas é possível entender, de modo geral, a ideia que Moscovici, Doise e outros autores assumem acerca dela (Guareschi, 2000).

Segundo Cabecinhas (2009), a ideologia é entendida como um corpo de conhecimento que se sustenta sobre um sistema conceitual, quase lógico, que advém de um aparelho de Estado que defende e mantém sua ortodoxia e que compõe uma estrutura estável e não muito difusa. É um fenômeno amplo e carregado de significações muito elaboradas, diferente das representações sociais, mas que atua diretamente com elas, assim como auxilia na sua constituição.

Buscando articular as noções de ideologia e representações sociais na visão de Moscovici, pode-se dizer que a primeira seria um sistema geral de metas, traçadas por um grupo, que atuaria justificando os seus atos e tendo as representações sociais como mediadoras desse processo. Além disso, a ideologia seria mais ampla, estável e responsável por influenciar a constituição do campo representacional (Bonfim & Almeida, 1991). Sobre essa diferenciação, Guareschi (2000, p. 38) explicita que: “ideologia, na definição de Moscovici, é algo que se cristalizou, um conjunto de ideias distorcidas sim, mas estáticas, monolíticas e

difícilmente modificadas. Ao passo que as representações sociais são modificáveis e podem ser transformadas nos processos cotidianos das pessoas”. Além disso, segundo o autor, Moscovici emprega ao conceito de ideologia uma dimensão negativa, pejorativa, que não é atribuída às representações sociais.

Wolter (2014) também contribui com essa diferenciação, ao trazer reflexões de Moscovici que empregam os dois conceitos para tratar da realidade social e do conhecimento do senso comum. Segundo Wolter (2014), o teórico escreve que os fenômenos de ideologia

consistem em sistemas de representações e atitudes. Onde se encontram os fenômenos familiares de julgamentos sociais e raciais, de estereótipos, de crenças, e assim vai. Seu traço comum reside no fato de que expressam uma representação social que indivíduos ou grupos elaboram para agir e comunicar. É claro, são tais representações que moldam esta realidade meio física, meio imaginária, que é a realidade social (Moscovici, 1984, p. 7).

Considerando a abordagem societal das representações e da Psicologia Social, Doise (2002) descreve quatro níveis de análises que devem ser contemplados nas investigações de representações sociais: o intrapessoal, o interpessoal, o posicional e o ideológico. No nível ideológico, o autor enquadra os modelos que descrevem o modo como as representações e os comportamentos dos indivíduos são influenciados pelos sistemas de valores, crenças e ideologias, em um dado contexto específico (Cabecinhas, 2009). Ou seja, considera o metassistema como fundamental para as tomadas de posição assumida pelos indivíduos e grupos. Citando Jovchelovitch (2007), Doise (2014) reforça que as ideologias são sistemas de representação que têm a finalidade de justificar uma ordem estabelecida, e, como consequência, frequentemente apresentam-se como obstáculos difíceis de serem superados. Embasado nessa ideia, Doise (2014) reforça o caráter estático e influenciador da ideologia, concordando com as proposições Moscovici.

De forma complementar, Guareschi (2000) considera fundamental reforçar a dimensão negativa atribuída por Moscovici à ideologia. Ele afirma que, para o teórico, a ideologia aproxima-se da ideia de uma prática que serve para criar ou manter relações assimétricas, desiguais e de dominação. Guareschi (2000) sinaliza, que essa relação, inclusive, foi verificada por Moscovici no estudo da imprensa soviética, ao observar o emprego de adjetivos que reforçam ou desestabilizam a noção de psicanálise, de acordo com os interesses dos veículos investigados.

A diversidade de sentidos e a complexidade do conceito de ideologia, seja no campo de estudo das representações sociais ou não, faz com que, muitas vezes, até por uma necessidade metodológica, pesquisadores ajustem o conceito a partir de uma concepção mais delimitada e prática. Na investigação realizada por Pereira e Camino (2003), por exemplo, a ideologia é investigada considerando apenas o seu viés político. Os autores explicam que a ideologia pode assumir três níveis, mas assumem apenas o terceiro como referencial teórico-metodológico para sua investigação. Segundo eles, o primeiro nível está relacionado ao sistema de crenças, que explica acontecimentos históricos, sinalizando o bom e o ruim e definindo as relações de poder que orientam as práticas. Já o segundo nível, situa a ideologia nos conflitos sociais, e faz referência ao desenvolvimento das justificativas dos dominantes e dos dominados para lidarem com a realidade social, como, por exemplo, a ideologia de classes. Por fim, o terceiro nível trata das “práticas, representações e normas derivadas dos princípios doutrinários e dos programas de ação que traduzem o conteúdo ideológico de grupos e instituições sociais. Esse nível das ideologias programáticas situa-se no domínio socioinstitucional e, na política, é representado nos partidos políticos” (Pereira & Camino, 2003, p. 450).

Dessa forma, compreendendo a ideologia a partir de questões políticas e partidárias, também observada no estudo pioneiro de Moscovici sobre a psicanálise (2012), entende-se que é possível estabelecer relações entre representações sociais e tomadas de posição, e entre a

visão política e a afinidade partidária para melhor compreensão de fenômenos sociais. Pereira e Camino (2003) realizam essas associações considerando o tema dos Direitos Humanos, por meio da identificação do partido político de simpatia dos participantes e do Questionário de Ativismo Político, que verifica o grau de participação de lutas estudantis.

A pesquisa realizada neste trabalho segue orientação semelhante a utilizada por Pereira e Camino (2003), especialmente no Estudo 2 da tese. Para a compreensão das representações sociais de cotas universitárias, buscando o nível de análise ideológico (Doise, 2002), considerar-se-á a perspectiva político-partidária da ideologia, visando entender o posicionamento político-ideológico dos professores da Ufes e das revistas *Veja* e *Carta Capital*, e fazendo associação com a forma como eles representam e ancoram psicossocialmente o fenômeno investigado.

Reflexões práticas sobre a ideologia política: Esquerda e direita em análise

A perspectiva política atribuída à ideologia descrita anteriormente, assemelha-se àquela seguida por João Cardosos Rosas, no livro *Ideologias Políticas Contemporâneas* (2014), no qual discute a origem e as características das diversas ideologias que compõem o cenário atual. Embasado no conceito de representações coletivas – o mesmo ponto de partida de Moscovici (2012; 2017) para propor as representações sociais –, Rosas (2014) explica que o caráter político da ideologia é “aquele que serve aos seres humanos para dar sentido e, até certo ponto, orientar a ação no que diz respeito ao domínio do Estado, da lei e governação”. Essa ideologia, na verdade, descrita por ele no plural, seria especificamente demarcada pelo contexto de liberdades individuais que passou a imperar no período Pós-Revolução Francesa. Fruto do constitucionalismo moderno e como reflexo da superação dos regimes absolutistas, o período

possibilitou que diferentes perspectivas e visões de mundo fossem geradas, coexistissem e passassem a competir entre si, tanto no âmbito da política como da religião, por exemplo.

Nesse contexto constitucional e de liberdades, começam a surgir os “ismos” associados às ideologias políticas, como: o conservadorismo, o liberalismo, o socialismo, entre outros. Nesse período moderno, passa a existir um “*stablishment*” do pluralismo político-ideológico, no qual as ideologias se formam antes mesmo dos partidos político formais e organizados. “Ou seja, neste caso, a ordem das ideias antecipa a realidade dos grupos [...] que visam conquistar o poder e mantê-lo, dentro das regras do regime constitucional” (Rosas, 2014), por meio dos partidos políticos como conhecemos.

A noção de esquerda e direita, contudo, é anterior a esse período, emergindo ainda no cenário da Revolução Francesa. Sua sistematização, todavia, demandou mais tempo e ocorreu por volta de 1815, na época da França da Restituição, quando a esquerda se coloca do lado liberal, em nome da nova França, e a direita assume a posição da velha França, representando a visão conservadora. O centro também emerge nesse contexto, trazendo consigo as noções de centro-esquerda e centro-direita (Rosas, 2014).

A nomenclatura dessas dois representantes político-ideológicos advém de uma observação prática. Em 1789, quando o rei Luis XVI convoca os representantes do povo, do clero e da aristocracia para a Reunião dos Estados Gerais da França, na concretização da Assembleia Nacional Constituinte, os delegados contra o veto legislativo do rei e a favor da mudança, sentam-se à esquerda, e já os a favor do veto e da manutenção da ordem, sentam-se à direita (Rosas, 2014; Madeira & Tarouco, 2011). E está formada, assim, a diáde esquerda-direita, que acompanha até os dias de hoje o pensamento ideológico.

A permanência forte desses dois grupos no pensamento e na prática social moderna, mesmo com o surgimento da pluralidade ideológica advinda da paz, da estabilidade das

fronteiras e da constitucionalidade dos regimentos vigentes, deve-se a uma necessidade humana de simplificação cognitiva, mesmo que esses conceitos congreguem significados complexos (Rosas, 2014; Bobbio, 1995). Segundo Bobbio (1995), a noção de “esquerda-direita” acaba sendo constantemente acionada para tratar de: 1) aspectos descritivos, como uma representação simplificada de duas oposições em conflito; 2) aspectos axiológicos, referindo-se a um juízo de valor positivo ou negativo atribuído a uma das duas partes; e 3) aspectos históricos, pontuando a fase política vivida por uma nação. Rosas (2014) ainda explica que a divisão “esquerda-direita”

[...] reproduz esquemas mentais e simbólicos ancestrais, ainda que hoje em dia esquecidos, segundo os quais a direita está com o poder estabelecido e a esquerda contra ele [...].

Uma questão diferente da profundidade simbólica e da utilidade cognitiva é a do seu conteúdo substantivo. Ou seja, podemos pensar que a distinção entre esquerda e direita se esgota numa utilização prática dos termos, para apontar os amigos e os inimigos políticos, mas que não tem nenhum conteúdo fixo nos diferentes regimes constitucionais [...]. Estar contra ou a favor da ordem existente não permite a fixação de um significado permanente na medida que essa mesma ordem é mutável.

Nesse sentido, a depender do local e da época, a esquerda e a direita assumem posições e visões de mundo diferentes (Madeira & Tarouco, 2011). Propondo um recorte histórico, Rosas (2014) lembra que em uma primeira fase, localizada principalmente no século de XIX, a esquerda era caracterizada por ideias liberais, favoráveis ao mercado livre, a um Estado fraco, a um caráter mais igualitário em termos sociais (mas não econômicos) e por ideias contrárias aos privilégios do Antigo Regime. Por outro lado, a direita era conduzida pelo pensamento conservador, que pretendia um Estado mais forte, sendo anti-igualitária em termos sociais e econômicos e favorável às hierarquias tradicionais (Rosas, 2014).

Em um segundo momento, já alcançando Século XX, as ideias socialistas se desenvolvem, reforçando na esquerda os ideais igualitários. Agora, a igualdade passa a ser

defendida não só em âmbito social, mas também na esfera econômica, fazendo emergir a crítica ao livre mercado e deixando o caráter liberal de lado. Nesse sentido, a esquerda passa a se posicionar de forma oposta ao liberalismo econômico, entendido por ela com o responsável pela desigualdade e pela sua exploração. A direita, por sua vez, mantém-se firme às ideias conservadoras, e, assim, “os liberais são ‘empurrados’ para o centro” (Rosas, 2014).

Na terceira fase apresentada por Rosas (2014), conhecida como a “Era dos Extremos” e ocorrida em meados do Século XX, tem-se a ascensão do autoritarismo e a fragilização do pluralismo político-ideológico – ambiente em que a noção de esquerda e direita surge e tem maior sentido. Ainda assim, pode-se dizer que cresce, no âmbito da esquerda, o comunismo, e, do lado direito, o nazifascismo.

Pós-Segunda Guerra Mundial, com o ressurgimento do pluralismo político, tem-se a quarta e última fase, caracterizada por menor extremismo e maior moderação. Nesse contexto, considerando um espectro contínuo, além da esquerda e da direita, surgem ideologias mais centrais, conhecidas como de centro-esquerda e de centro-direita, que apresentam maior afinidade com as ideias liberais em comparação com os seus extremos. Do lado da direita, esse liberalismo refere-se, principalmente, ao aspecto econômico e de mercado (Rosas, 2014).

Ressalta-se, porém, que as mudanças e distinções que acompanharam a esquerda e a direita ao longo da história podem até ter tornado os nomes ultrapassados, mas a sua pertinente aplicação à sociedade atual, de alguma forma, permanece (Bobbio, 1995). Para além da circunstancialidade e das valorações pessoais que entremeiam os dois conceitos, Bobbio (1995) identifica uma constante relação dialética entre eles, de modo que a direita só existe se houver esquerda e vice-versa. Além disso, divergindo de outros pensadores, o autor defende que a dicotomia entre as duas ideologias, independentemente do tempo e do espaço, está sustentada na diferente posição assumida com relação à igualdade: sendo a esquerda mais igualitária e a

direita, menos, ainda que haja variações. Ele explica que essas pequenas adequações advêm da necessidade de se entender a igualdade como um conceito relativo, que depende das respostas a três perguntas: “igualdade entre quem? Em relação a quê? E com base em quais critérios?” (Bobbio, 1995).

A distinção entre esquerda e direita sob o aspecto da igualdade fica evidente no exemplo proposto por Rosas (2014): “a direita defende muitas vezes a igualdade perante a lei, mas nesses mesmos contextos a esquerda tende a ir mais longe e defender, por exemplo, modalidades de igualdade econômica”. Situação similar pode ser observada na temática da presente pesquisa: enquanto a direita parece entender que todos devem ser assumidos como iguais perante a lei, e conseqüentemente, também nos processos seletivos, como o do vestibular, a esquerda indica vislumbrar algo além da igualdade formal, reconhecendo que a igualdade na prática muitas vezes só é possível de ser alcançada com a discriminação positiva, como é o caso das ações afirmativas.

Bobbio (1995) também reforça que a esquerda e a direita são ideologias antitéticas, contrastantes e excludentes, que vivem em constante conflito em termos de pensamento e de ação política. Na acepção mais forte dos dois conceitos, por estarem em oposição, entende-se que uma doutrina ou movimento só pode assumir a ideologia ou da esquerda ou da direita. Mas não que isso signifique a inexistência do centro e de outras ideologias dentro do espectro contínuo (Bobbio, 1995). Tal ideia foi possível de ser observada na prática em pesquisa empírica realizada com universitários brasileiros, que constatou como a fronteira da esquerda e da direita é muito bem demarcada entre os seus participantes (Tabata & Filho, 2019). Isso não quer dizer, no entanto, que devemos simplificar os conceitos, sejam eles os de esquerda, de direita ou de centro e, principalmente, o de ideologia, que, como reforçado desde o início desta seção, são extremamente complexos, diversos e não-unânicos.

Ideologia *versus* Partidos Políticos Brasileiros

A partir dos objetivos desta investigação e considerando a perspectiva assumida no que se refere ao conceito de ideologia, buscou-se identificar um procedimento teórico-metodológico que possibilitasse classificar os atuais partidos políticos brasileiros. Tal procedimento precisa ser entendido com algo desafiador e que vem sendo amplamente discutido em diversos estudos, especialmente, no ramo da Ciência Política brasileira (Bolognesi, Babireski & Maciel, 2019; Tarauco & Madeira, 2015). O caso Brasil requer maior esforço em relação a outros países, uma vez que possui grande diversidade partidária, com 33 partidos registrados no Tribunal Superior Eleitoral (dados de dezembro de 2020), dos quais 30 estão efetivamente representados na câmara dos deputados (Bolognesi, Ribeiro & Codato, 2020). Apesar dessa fragmentação no cenário brasileiro não ser exatamente nova, é preciso observar que foi nos últimos anos que ela se tornou ainda mais complexa, com o surgimento de novas agremiações e com pequenos partidos assumindo posições de destaque (Prado Júnior & Wtizki, 2020; Bolognesi et al., 2019).

Tal realidade fica evidente quando se considera o caso do atual presidente da república, Jair Bolsonaro, que foi eleito como filiado do PSL, depois de ter passado por outras oito legendas (Arruda, da Costa, Magalhães, 2020), e que, hoje, encontra-se sem nenhum vínculo partidário. Além disso, foi nessa mesma eleição que se rompeu a disputa PT *versus* PSDB, dois grandes partidos que ocuparam o cargo da presidência da república ao longo de décadas. Na visão de Prado Júnior e Wtizki (2020), esse cenário pode ser entendido como uma Era em que, na teoria, novos partidos buscaram uma aproximação com a sociedade civil, por meio de uma nova “*pseudoidentidade*”, propondo “oferecer algo inédito a uma população estafada de grupos tradicionais da política brasileira” (p. 61).

Nesse contexto, não só fragmentado como múltiplo, para a realização da classificação ideológico-partidária, a principal referência adotada foi a escala esquerda-direita (Figura 1), desenvolvida por Bolognesi, Ribeiro e Codato (2020), que organiza os principais partidos políticos brasileiros em uma escala de posicionamento ideológico, no qual as extremidades da escala se referem à extrema-esquerda e à extrema-direita. O instrumento desenvolvido pelos autores considerou a opinião de especialistas, cientistas políticos, em um levantamento realizado com 519 participantes residentes no Brasil e em outros países. Tal escolha foi realizada buscando delimitar o estudo e alcançar maior consistência, já que as ações e as diretrizes descritas nos programas partidários, muitas vezes, são contraditórias entre si, dificultando a real classificação político-ideológica. Além disso, entende-se que ela se adequa às proposições de Bobbio (1995) acerca da esquerda e da direita, no sentido de que essas ideologias se inserem na configuração de uma linha contínua, com um espaço central e dois extremos.

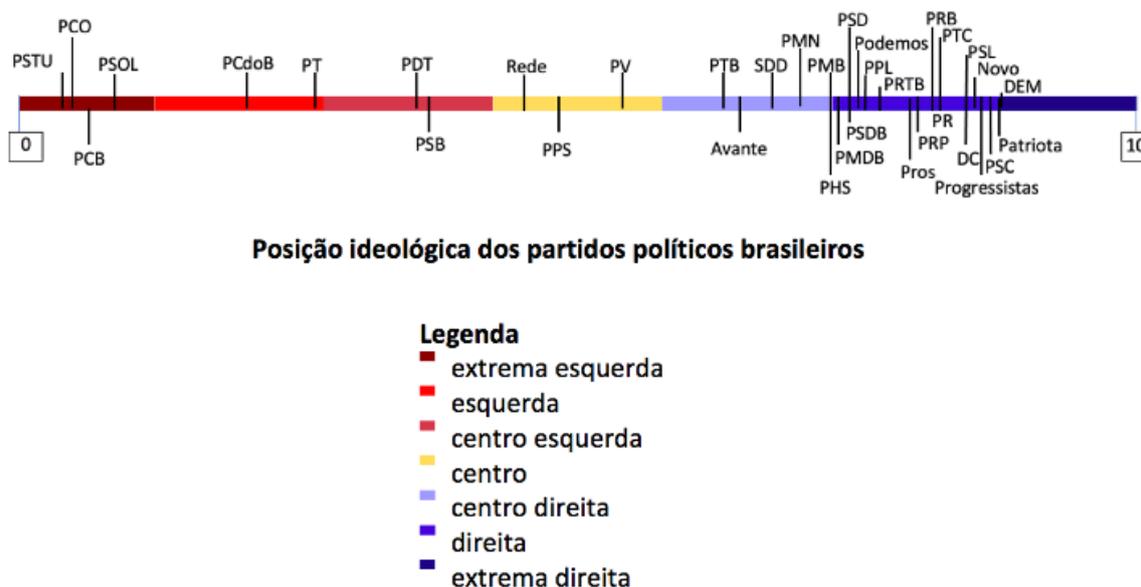


Figura 1. Escala de posição ideológica dos partidos políticos brasileiros.

Fonte: Bolognesi et al., 2020.

A escala, que varia de zero a dez, seguindo da extrema-esquerda para a extrema-direita, adotou metodologia reconhecida no âmbito dos estudos políticos e já foi utilizada por outros

pesquisadores (Bolognesi et al., 2019; Tarauco & Madeira, 2015), apresentando-se como uma versão completa e atual, que abarca todos os partidos existentes no Brasil na ocasião do desenvolvimento desta pesquisa.

Objetivos

Diante do contexto e dos dados apresentados anteriormente e, ainda, considerando a organização estrutural da presente tese, buscou-se ao longo da pesquisa alcançar os seguintes objetivos gerais e específicos:

Objetivo Geral da Tese

Estudar as representações sociais de cotas universitárias raciais e sociais no contexto brasileiro, tendo como foco professores da Universidade Federal do Espírito Santo e a imprensa brasileira, por meio das revistas Veja e Carta Capital, buscando entender de que forma a ideologia política participa da organização de suas tomadas de posição.

Objetivos do Estudo 1

Objetivo Geral do Estudo 1

Entender as representações sociais de cotas universitárias veiculadas na imprensa, comparando os dados da revista Veja com a Carta Capital.

Objetivos Específicos do Estudo 1

- Identificar o campo representacional de cotas universitárias nas revistas Veja e Carta Capital, considerando os textos publicados entre 2008 e 2017;
- Analisar os princípios organizadores de tomadas de posição, ou seja, o metassistema nas revistas Veja e Carta Capital, considerando os posicionamentos político-ideológicos assumidos por elas.

Objetivos do Estudo 2

Objetivo Geral do Estudo 2

Estudar as representações sociais de cotas universitárias para professores de diferentes cursos da Ufes.

Objetivos Específicos do Estudo 2

- Identificar o campo compartilhado das representações sociais de cotas universitárias para professores da Ufes de diferentes cursos;
- Analisar os princípios organizadores de tomadas de posição, ou seja, o metassistema dos professores pesquisados, considerando o posicionamento político-ideológico assumido por eles; a área em que atuam como professores; e suas variáveis sociodemográficas, como sexo e cor/raça.

Estudo 1 - Representações Sociais de Cotas Universitárias na Imprensa Brasileira: Em Foco as Revistas Veja e Carta Capital

O primeiro estudo desta tese teve como objetivo entender o fenômeno das cotas universitárias de forma mais ampla e contextualizada. A fim de alcançar dimensões nacionais e que abarcassem, de alguma forma, a opinião pública, a imprensa, representada por dois veículos de comunicação, foi escolhida como o foco de análise da pesquisa.

A polarização política e ideológica tem sido uma realidade no Brasil e em outros países, nos últimos anos. Seu crescimento foi contemporâneo ao fortalecimento das mídias sociais, e esse atrelamento não pode ser entendido como uma mera coincidência. Nesse contexto, as mídias tradicionais assumiram novos papéis, mas não deixaram de fazer parte da dinâmica social comunicativa. Esses veículos seguiram embasando os posicionamentos de cada grupo, ditando os assuntos em pauta e ganhando, ao mesmo tempo, fãs e inimigos, em uma arena cada vez mais conflituosa. É como se as redes acirrassem as disputas, e as mídias tradicionais, ao mesmo tempo em que as embasassem, sentissem os efeitos delas - tanto com violências verbais e físicas, quanto com tentativas de censuras e mitigação de poder, refletidas nas marcas dos veículos ou nos próprios jornalistas representantes deles.

É certo que tal cenário é recente e tem se concretizado com mais força a cada dia que passa, sendo hoje, 2021, bem diferente do que se via em 2008, época dos primeiros dados contemplados por este estudo. De qualquer forma, o embate *Veja versus Carta Capital*, “direita” *versus* “esquerda”, “estadistas” *versus* “liberais” *versus* “conservadores” já existe há décadas, e a delimitação do período de dez anos (2008 – 2017) mostrou-se oportuna para esse contexto, bem como para a discussão da temática das cotas universitárias (Lei de 2012).

O desenho metodológico adotado, que contemplou duas revistas de circulação nacional com posições editoriais opostas, buscou alcançar o objetivo geral do estudo que foi entender o

papel da ideologia nas representações sociais de cotas universitárias para diferentes grupos. Embasado na abordagem societal da Teoria das Representações Sociais, analisou-se os compartilhamentos, os dissensos e o viés político-ideológico nos textos de *Veja* e *Carta Capital* sobre as cotas universitárias.

Método

Para a realização do estudo, empregou-se o método exploratório-descritivo, com a finalidade de identificar e compreender as representações sociais de cotas e seus princípios organizadores. Esse tipo de pesquisa foi assumido como estratégia metodológica, considerando que ele propicia a resposta de questões mais gerais acerca dos fenômenos em foco, bem como permite conhecê-los, principalmente, a partir de sua descrição (Flick, 2013). Como procedimento metodológico, a pesquisa assumiu caráter documental (Gil, 2010), ao embasar suas análises em fontes primárias, sendo elas os textos publicados nas revistas *Veja* e *Carta Capital*.

Amostras e Procedimentos de Coleta de Dados

O *corpus* do estudo contemplou 199 textos publicados entre 2008 e 2017 nas revistas *Veja* e *Carta Capital*. A escolha por esses veículos considerou a sua relevância nacional (Benetti & Hagen, 2010), sendo ambos importantes representantes de dois posicionamentos político-ideológicos tidos como opositivos: a *Veja*, uma revista de posicionamento mais conservador,

liberal, defensora do capitalismo ⁹ e opositora do Partido dos Trabalhadores (PT)¹⁰; e a Carta Capital, mais progressista, aproximando-se de uma visão mais de esquerda e apoiadora do PT em pleitos e mandatos presidenciais (Carvalho, 2017; Gonçalves, 2013; Benetti & Hagen, 2010).

A revista Veja há vários anos é líder no número de tiragem entre as revistas de circulação nacional. Segundo o seu Kit Mídia de 2020, validado pelo Instituto Verificador de Comunicação (IVC), ela possui média de 503 mil exemplares em circulação entre o virtual e o impresso, e se apresenta como um veículo que, há cinco décadas, defende essencialmente três princípios: democracia, economia de mercado e liberdades individuais. A Carta Capital, por sua vez, também em seu Kit Mídia de 2020, autodefine-se como a “principal mídia de oposição do país”, com viés progressista e como uma referência nos assuntos relacionados à política, à economia e aos direitos humanos. A revista possui audiência de mais de 29 mil usuários por mês no site e, no impresso, tiragem média semanal de 26.500, dados esses validados pelo Google Analytics e pelo IVC, respectivamente.

O período selecionado como recorte do estudo considerou diversos fatores, tais como: a época em que as universidades pioneiras começaram a adotar a política de cotas - início dos anos 2000 – e, mais especificamente quando o debate se instaurou na esfera pública – no anos seguintes- ; o período de discussão e sanção da Lei das Cotas, que se efetivou em 2012 (Lei nº 12.711 de 2012); a data final para adequação das universidades para implantação total da Lei das Cotas e para apresentação de propostas para os programas de Pós-Graduação, 2016

⁹ Os dados sobre o posicionamento e a identidade da revista Veja derivam também do grupo do qual ela faz parte, o conglomerado comunicacional Abril. Salienta-se que tal grupo não pertence mais a mesma família, tendo sido vendido recentemente, em 2019; época, porém, posterior aos dados coletados para esta pesquisa.

¹⁰ Partido de esquerda, que esteve na presidência da República de 2003 a 2016: período em que a lei das cotas foi sancionada e que contemplou grande parte da delimitação temporal deste estudo.

(Portaria normativa nº 13 de maio de 2016); e a incorporação da reserva de vagas para pessoas com deficiência, que também ocorreu em 2016 (Lei nº13.409 de 2016).

A busca realizada nas plataformas *online* ocorreu de duas formas distintas, considerando os mecanismos disponibilizados por cada revista. Na revista *Veja*, foi possível fazer a coleta dos dados da forma como inicialmente havia sido planejada, contemplando apenas os textos publicados na revista impressa de circulação semanal. Para isso, recorreu-se ao acervo digital da revista. Nesta plataforma, foram inseridas no campo de busca as palavras-chave “cota” e “cotas” que retornaram diversos resultados. Todos eles foram analisados, e somente aqueles que se referiam às cotas universitárias foram inseridos no *corpus*. Entre os textos da revista *Veja*, incluídos no banco de dados, estão matérias de capa, reportagens tradicionais, textos de colunistas, entrevistas e cartas dos leitores. Nenhum tipo de texto foi discriminado, uma vez que se entende que todos eles passaram por uma seleção editorial e, assim, de alguma forma, trazem o discurso e as ideias da revista. No total, foram contemplados 103 textos deste veículo.

Já na revista *Carta Capital*, a coleta de dados foi realizada por meio de sua plataforma online. Considerando a inexistência de um acervo da revista impressa disponibilizado virtualmente e com possibilidade de coleta de dados por meios de busca por palavras-chave, a pesquisa contemplou dados de toda a plataforma, ou seja, textos da publicação impressa, online e de blogs vinculados à revista. Mantendo a ideia de que todo conteúdo ali disponibilizado compõe o discurso e a narrativa da revista acerca do objeto em análise, considerou-se que essa limitação não comprometeria os resultados do estudo. Assim, foram buscadas as publicações sobre cotas universitárias, com as mesmas palavras-chave utilizadas na *Veja* (“cota” e “cotas”) e o resultado consistiu em um *corpus* com 96 textos. De modo a possibilitar análises mais detalhadas, as amostras das duas revistas foram categorizadas de acordo com o tipo de texto

em que se enquadravam: reportagem padrão (quem fala é a própria revista); e blogs, colunas e cartas dos leitores (quem fala é o “outro”).

Procedimentos de Análise dos Dados

Para a análise dos dados, contou-se com o auxílio do *software* Iramuteq. Com acesso gratuito, esse programa possibilita diversas análises textuais, entre elas, análises lexicais clássicas, análise de especificidades, análise de similitude e a classificação hierárquica descendente (CHD), baseada no método de Reinert. Camargo e Justo (2013, 515-516) explicam que

Nas *análises lexicais clássicas*, o programa identifica e reformata as unidades de texto, transformando *Unidades de Contexto Iniciais* (UCI) em *Unidades de Contexto Elementares* (UCE); identifica a quantidade de palavras, frequência média e número de *hapax* (palavras com frequência um); pesquisa o vocabulário e reduz das palavras com base em suas raízes (lematização); cria dicionário de formas reduzidas, identifica formas ativas e suplementares. Na *análise de especificidades*, é possível associar diretamente os textos do banco de dados com variáveis descritoras dos seus produtores; é possível analisar a produção textual em função das variáveis de caracterização. Trata-se de uma análise de contrastes, na qual o *corpus* é dividido em função de uma variável escolhida pelo pesquisador). [...] A análise de similitude se baseia na teoria dos grafos, possibilita identificar as coocorrências entre as palavras e seu resultado traz indicações da conexidade entre as palavras.

Já a CHD organiza o *corpus* em classes (*clusters*), oferecendo os contextos dos trechos textuais associados a elas, os segmentos de textos mais representativos e aos vocábulos que elas assumem. “Esta análise visa obter classes de UCE que, ao mesmo tempo, apresentam vocabulário semelhante entre si, e vocabulário diferente das UCE das outras classes” (Camargo & Justo, 2013, p. 516). Segundo Veloz, Nascimento-Schulze e Camargo (1999), essas classes podem ser interpretadas como aspectos de uma ou mais representações sociais e, dessa forma, têm oferecido suporte analítico para diversos estudos embasados na teoria (Mchado & Santos, 2015; Carvalho & Menandro, 2017; Viana, 2020).

As organizações textuais realizadas pelo Iramuteq apresentam a vantagem de considerar tanto aspectos quantitativos (como a frequência dos vocábulos), quanto aspectos qualitativos, como os contextos em que eles aparecem (Camargo, 2005). Assim, com a CHD tem-se um relatório constituído por palavras de contextos similares e estáveis, de acordo com a importância que eles tiveram nos dados textuais contemplados (Machado & Santos, 2015).

A fim de realizar comparações entre os conteúdos dos *corpora*, recorreu-se às análises de especificidades, também possibilitadas pelo Iramuteq. Com todos esses procedimentos de análise, buscou-se identificar, respectivamente, a primeira hipótese de Doise (2002)¹¹, com o acesso ao conteúdo comum entre as duas revistas; a segunda hipótese, que trata do que é próprio de cada uma delas; e, por fim, a terceira hipótese, que se refere às tomadas de posição de cada veículo apoiadas nas realidades coletivas (como as ideologias) compartilhadas por eles.

Ressalta-se que o paradigma das três fases proposto por Doise (2002) foi inicialmente pensado para pesquisas realizadas com seres humanos, a partir de uma perspectiva da pertença grupal. Contudo, nesta investigação, propôs-se uma transposição dessa abordagem teórica a um estudo documental, considerando que os veículos de imprensa, em especial os escolhidos neste estudo, apresentam-se como publicações não só representativas como constitutivas, influenciadoras de dois grupos sociais distintos e muito bem demarcados, de modo que elas são aqui consideradas como o próprio sujeito da representação estudada.

Resultados e Discussões

¹¹ Primeira Hipótese: diferentes pessoas compartilham ideias e organização cognitiva comum; Segunda Hipótese: em alguns aspectos, as pessoas assumem posições diferentes em relação a esse mesmo objeto (tomada de posição de forma sistematizada); Terceira Hipótese: as tomadas de posição apoiam-se em realidades coletivas (como as ideologias) compartilhadas entre elas.

Os dados e as análises fruto dos documentos coletados nas revistas *Veja* e *Carta Capital* foram apresentados de forma conjunta, considerando o interesse de se interpretar qualquer informação relevante encontrada nos resultados. Acredita-se que, em virtude dos aspectos qualitativos discutidos ao longo do estudo, a separação estrutural desses elementos – resultados e discussões - ocasionaria certo distanciamento e, conseqüentemente, uma redução interpretativa e de detalhamento.

Considerando, contudo, o volume de dados e resultados obtidos com os testes realizados com o Iramuteq, verificou-se a necessidade de dividir este capítulo em algumas seções. Nesse sentido, apropriando-se do referencial teórico e metodológico adotado ao longo da tese, os resultados foram organizados seguindo as três hipóteses propostas por Doise (2002). Primeiramente, corroborando a ideia do compartilhamento comum de representações sociais – primeira hipótese -, foram apresentados dados referentes às análises estatísticas básicas, como análises de frequências, lexográficas clássicas e de similitude. No âmbito da segunda hipótese, que buscou identificar as possíveis diferenças nas tomadas de posição comparativamente entre as duas revistas, recorreu-se à análise de especificidade. Por fim, para verificar a papel da ideologia e do metassistema na orientação das tomadas de posição, em acordo com a terceira hipótese, realizou-se análises dos textos mais representativos de cada veículo, assim como empregou-se a análise da Classificação Hierárquica Descendente (CHD), contemplando os contextos em que esses dados aparecem.

Hipótese 1: Compartilhamento de crenças sobre as cotas universitárias

A coleta dos dados documentais acerca das cotas universitárias, entre os anos de 2008 e 2017, retornou 199 textos, sendo 103 deles publicados em *Veja* e 96 em *Carta Capital* (Gráfico 1). As publicações ao longo do tempo apresentaram-se crescentes, mas com picos

expressivos entre os anos de 2012 e 2017. O recorde de publicações em um mesmo ano, na revista *Veja*, ocorreu em 2012, com a veiculação de 26 textos que abordavam a temática. Ressalta-se que, nesse ano, concretizou-se a sanção da Lei das Cotas, bem como ocorreu a consulta ao STF sobre a constitucionalidade da lei.¹² Tendo sido esse um período decisivo para tal ação afirmativa no Brasil, o grande volume de notícias em 2012 - quando *Carta Capital* publicou seu segundo maior índice, com 18 textos – é bastante compreensível.

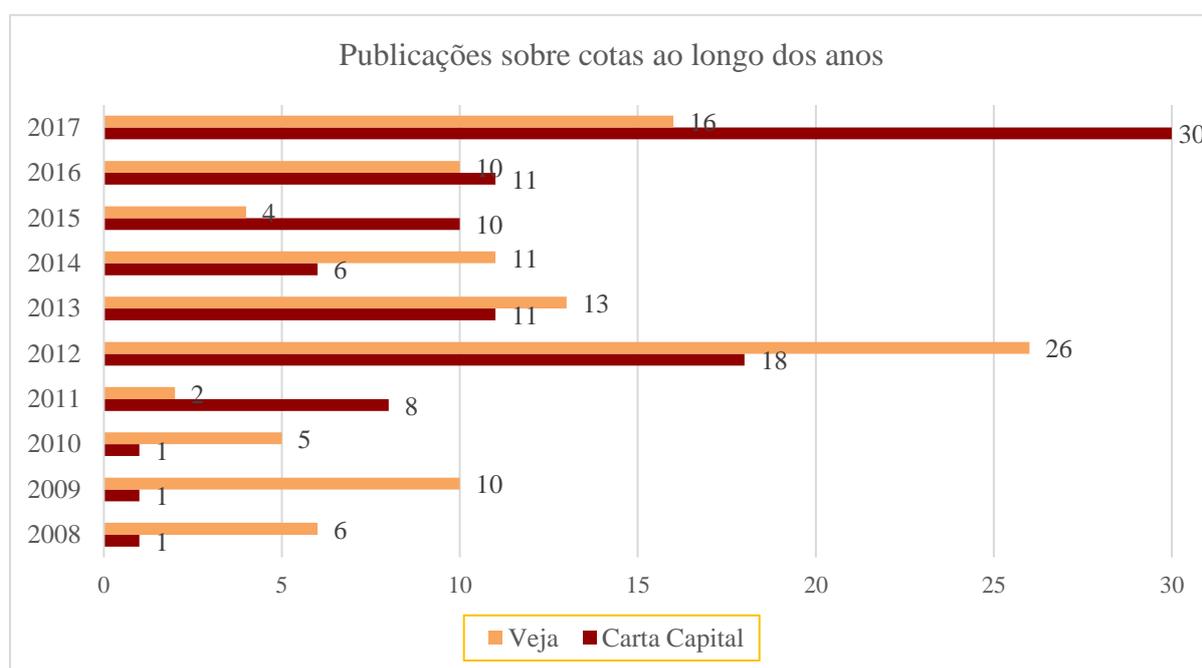


Gráfico 1. Publicações sobre cotas ao longo dos anos

O pico de publicações sobre as cotas em *Carta Capital*, por sua vez, ocorreu em 2017, quando a revista tratou do tema em 30 textos, a maior concentração observada em todo o *corpus*. Nesse mesmo ano, *Veja* abordou o assunto 16 vezes, ou seja, sua segunda maior marca. O significado do grande volume de publicações nas revistas nesse ano parece decorrer especialmente de dois fatores: 1) a implantação da medida na USP e na Unicamp, duas

¹² Decisão do STF sobre a constitucionalidade da lei das cotas. <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=207003>.

instituições estaduais de grande relevância para o país, mas que não são regidas pela lei federal; e 2) pelas denúncias, penalidades e comissões verificadoras adotadas nos vestibulares, em virtude das fraudes no sistema de cotas das instituições federais.

Inicialmente, tinha-se como hipótese que o maior volume de textos seria verificado, sim, no ano de 2012, mas também em 2016. Isso porque a segunda data estava atrelada a diversas questões, tal como: o ano de encerramento da adequação de todas as instituições federais às reservas de vagas previstas pela Lei das Cotas (2012); pela publicação da portaria normativa número treze, de onze de maio (2016), que estabelece prazos para apresentação de proposta para implantação das cotas nos programas federais de pós-graduação; e pela publicação da Lei 13.409 (2016), que passou a prever reserva de vagas também para deficientes físicos. Contudo, o que se observa é que nenhuma dessas questões mobilizou a esfera pública e gerou conteúdos acerca das cotas em proporção excepcional. Esse fenômeno pode ser entendido a partir da perspectiva da *agenda-setting* e do que interessa ou não para a mídia que entre em pauta no debate público.

A polêmica em torno do assunto ganhou considerável repercussão novamente apenas em 2017, quando o debate das fraudes se tornou mais frequente, e, principalmente, quando duas dentre as instituições de maior reconhecimento do país – com atraso de cinco anos - resolverem adotar políticas de cotas sociais e raciais. Na USP, a medida passou a ser regida pela Resolução nº 7373, de 10 de julho de 2017, que previu o início das medidas deliberadas para até 2018. Na Unicamp, o documento, que passou a prever e a reger as novas determinações, foi a Deliberação CONSU-A-032/2017, de 21 de novembro de 2017, que estabelece bonificações para alunos de escolas públicas, vestibular indígena, e cotas raciais para o ingresso a partir de 2019. Ou seja, com mais dois anos de prazo.

Pode-se dizer que há expressiva semelhança entre os anos de 2012 e 2017. Ambos foram decisivos para a definição da política das cotas universitárias no país, sendo o primeiro aquele que abrigou a sanção da Lei das Cotas, e o segundo, quando as diretrizes de cotas foram estabelecidas em outras importantes instituições públicas não regidas pela lei. Ou seja, é nos momentos de decisão, na eminência, durante e logo após a regulamentação das cotas, que a mídia parece se fazer massivamente presente no debate sobre elas no contexto brasileiro - especialmente, quando se tem alguns grupos beneficiários em debate.

Nesta pesquisa, observa-se que foram nesses períodos que os veículos estudados buscaram participar ativamente das decisões. Utilizando sua influência como o “quarto poder”, as revistas estudadas se posicionaram e engajaram a população na defesa ou no combate às cotas universitárias, seja nas instituições federais (2012) ou na USP e na Unicamp (2017). Esses resultados amparam-se também na revisão de literatura dos estudos midiáticos, que já demonstravam o empenho da mídia, mais especificamente da imprensa, na discussão da medida, assim como o engajamento dos veículos tradicionais no convencimento do público contra ela (Ferreira, 2019; Martins, 2018; Leibão, 2017).

As semelhanças nos resultados de *Veja* e de *Carta Capital* não ficam apenas nos períodos de maior publicação. A fim de analisar com mais objetividade o conteúdo encontrado nas revistas, recorreu-se às análises estatísticas e de especificidades, que possibilitaram identificar os vocábulos mais presentes em cada veículo (Tabela 1), bem como compará-los (Tabela 2). Como resultado, observou-se que entre os termos compartilhados destacaram-se, respectivamente, as palavras: negro, universidade, público, Brasil e racial.

Tabela 1. Vocábulos mais frequentes nas revistas *Carta Capital* e *Veja*

Vocábulos mais frequentes em Carta Capital e em Veja¹³			
Carta Capital	Frequência	Veja	Frequência
Negro	834	Negro	295
Universidade	548	Cota	285
Cota	525	Universidade	267
Público	382	Brasil	220
Racial	357	Ano	204
Social	311	Dizer	195
Ano	256	Público	189
Estudante	254	Brasileiro	183
Brasil	221	Racial	172
Político	209	País	170
Dizer	208	Dever	151
Movimento	205	Ensino	147
Política	191	Mesmo	141
Brasileiro	190	Dar	134
Pessoa	190	Branco	127

Chama atenção que, nos dois veículos, a palavra disparadamente mais frequente foi “negro”, sendo mencionada 834 vezes na Carta Capital e 295 na Veja. Acredita-se que a diferença entre os números absolutos possa ser parcialmente explicada pelo volume dos materiais, em virtude da diferença de plataforma em que ocorreram as coletas de dados. Como na revista Veja foi possível ter acesso aos dados publicados exclusivamente no material impresso, é preciso considerar que esses textos tendem a ser mais curtos e com espaço mais limitado; diferentemente das publicações online, que, no caso de Carta Capital, também foram contempladas. Sendo assim, enquanto o *corpus* textual de Veja contou com 124 páginas (40,4%) e pouco menos de 70 mil palavras (41,3%), os dados de Carta Capital apresentaram 183 páginas (59,6%) e mais de 99 mil palavras (58,7%). Ainda assim, é importante pontuar que proporcionalmente o termo “negro” recebeu mais destaque em Carta Capital, com 0,84% em relação a todo o seu *corpus*, do que em Veja, onde essa palavra assumiu importância de

0,42%. Diante desses dados, entende-se que a diferença possa advir das estratégias ideológicas e discursivas de cada veículo. Contudo, independentemente da divergência quanto à frequência absoluta ou proporcional da aparição do termo, ressalta-se a importância que a palavra “negro” apresentou nos textos das duas revistas.

Como conclusão, verifica-se que independentemente do posicionamento político-ideológico editorial, falar de cotas é falar de negro(s). Esse consenso ainda é reforçado pelo termo “racial” que também aparece com alta frequência nos dois veículos: 357 vezes na Carta Capital, sendo a quinta palavra mais mencionada na revista, e 172 vezes na Veja, sendo a nona palavra mais frequente nesse periódico.

Com menor destaque, mas ainda assim com alta frequência e considerável simbolismo, a palavra “branco” se repetiu 127 vezes em Veja, e ocupou a décima quinta posição, e na Carta Capital apareceu 162 vezes, assumindo a 26ª posição. Esses dados demonstram a relevância da temática racial na significação das representações sociais de cotas, bem como apontam para uma ideia de disputa intergrupala, mais especificamente entre negros e brancos, em torno da temática. Essa compreensão é corroborada pelo fato de os outros grupos para os quais as cotas são destinadas – indígenas e alunos com deficiência e de baixa renda¹⁴ – não aparecerem entre os vocábulos mais mencionados.

Os dados explicitados ratificam resultados de outros estudos. A literatura sobre cotas constantemente destaca que as discussões, tanto na mídia quanto no espaço acadêmico e na sociedade em geral, circulam em torno das cotas raciais (Ferreira, 2019; Suttana & Lutz, 2017;

¹⁴ Não incluímos aqui o grande grupo dos alunos de escolas públicas, uma vez que os vocábulos “aluno” e “público” foram mencionados frequentemente em outros contextos, inviabilizando a análise da frequência dos termos de forma conjugada. Ressalta-se, ainda, que é preciso considerar que os alunos com deficiência só foram incluídos no grupo de cotistas quatro anos depois, em 2016.

Peixoto, Silva, Wolter, 2018; Castro, Koelzer, Camargo, Bousfield, 2014). Seja pelo racismo, pelas diferentes noções de justiça e mérito, pela crença ou descrença na democracia racial, pelo interesse ou não na manutenção do *status quo*, ou pela ideologia, o que se sabe é que, no Brasil, as representações sociais de cotas universitárias ancoram-se, principalmente, na ideia de cotas raciais.

Esse dado pode ser interpretado a partir de algumas perspectivas. A primeira delas sustenta-se na histórica tese de que no Brasil não haveria discriminação racial. Por se tratar de um povo “mestiço”, o racismo não seria praticado no país, e os diferentes povos conviveriam de forma harmônica, sem preconceitos ou discriminações (Jaccoud, 2008). Essa ideia, originada com participação da própria academia, não só desconsidera como encortina a falta de acesso que tem acompanhado décadas e décadas a realidade dos negros no Brasil - seja em relação ao emprego, ao estudo, às condições básicas de saúde, dentre outros (IBGE, 2019; Inep, 2018). E é partir dessa noção de “igualdade superficial”, posta em contraponto a história dos negros nos Estados Unidos, que surge o mito da “democracia racial”.

A ideia de que o problema da desigualdade no Brasil teria como causa apenas a questão de classe e não de raça (Feres et al., 2018; Martins, 2018; Jaccout, 2008; Guimarães, 2004) repercute fortemente no imaginário e no discurso de indivíduos e instituições brasileiras; e seria uma segunda perspectiva para se entender o motivo de o debate das cotas, quase exclusivamente, se voltar para as cotas raciais: se a discriminação e a desigualdade racial não existem, logo as cotas raciais não seriam necessárias ou justas.

Por outro lado, como oposição a esse pensamento, tem-se uma terceira perspectiva. Grupos organizados – em especial o Movimento Negro - participam e incentivam o debate sobre as cotas raciais, como forma de desconstruir essas teses ultrapassadas, e, finalmente, tornar visível a discriminação racial no Brasil (Feres et al., 2018; Martins, 2018). Guimarães

(2004) afirma que, nesse percurso de luta ao longo da história, a partir dos anos 1970, para os negros, a democracia racial de fato nem seria mais suficiente como ideal ou inspiração. Nesse momento, que desde então passou a ocorrer a redemocratização do país e expansão das ideias igualitárias, a luta contemporânea do movimento passou a ter como mote principal a cidadania e os direitos humanos; contexto em que fica ainda mais compreensível o afincamento pela mobilização em prol do acesso à educação pública de qualidade, e, portanto, a defesa das cotas.

Assim, desenha-se, explicitamente, a disputa de ideias e de ideologias entre o grupo que se coloca contra as cotas raciais e o grupo que se mobiliza em prol delas, representando 1) a própria disputa de manutenção de privilégios, embasada na ideia de democracia racial e de meritocracia; e 2) o grupo que busca, de alguma forma, finalmente mudar a trajetória do país, rumo à diminuição das desigualdades e do reconhecimento do racismo como promotor delas. Mas independentemente do discurso e do ideal de mobilização, falar de cotas universitárias é definitivamente falar de negros.

Outra análise empregada no estudo foi a de similitude, técnica apoiada na teoria dos grafos, que identifica as concorrências entre os léxicos, considerando o grau de conexão entre eles (Viana, 2020). A técnica também possibilitou identificar o conteúdo compartilhado das representações sociais nas duas revistas investigadas. A partir das imagens geradas pelo Iramuteq (Figura 2 e Figura 3), é visível os núcleos organizadores de conteúdo em torno dos termos “negro”, “cota”, “universidade” e “público”, tanto em *Veja* quanto em *Carta Capital*.

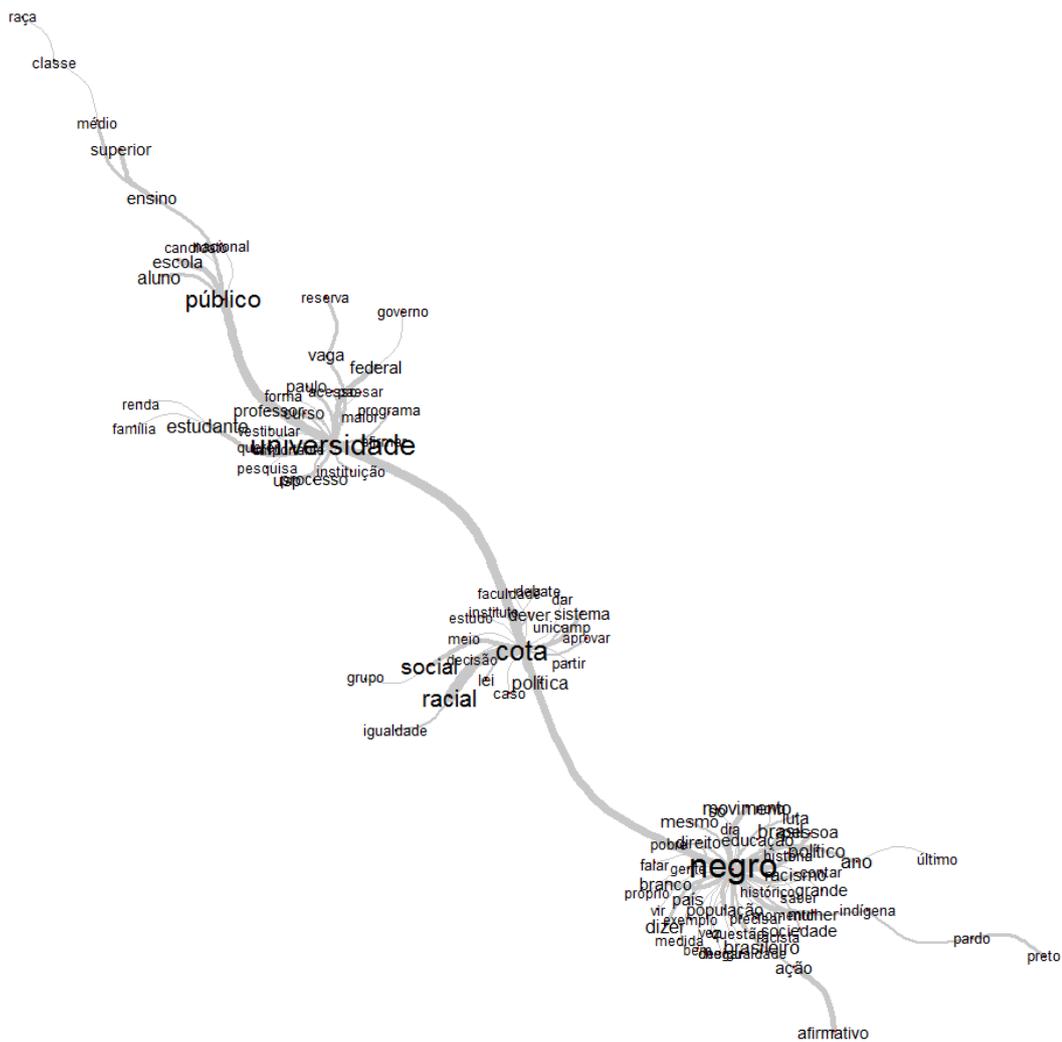


Figura 2. Análise de Similitude da Revista Carta Capital

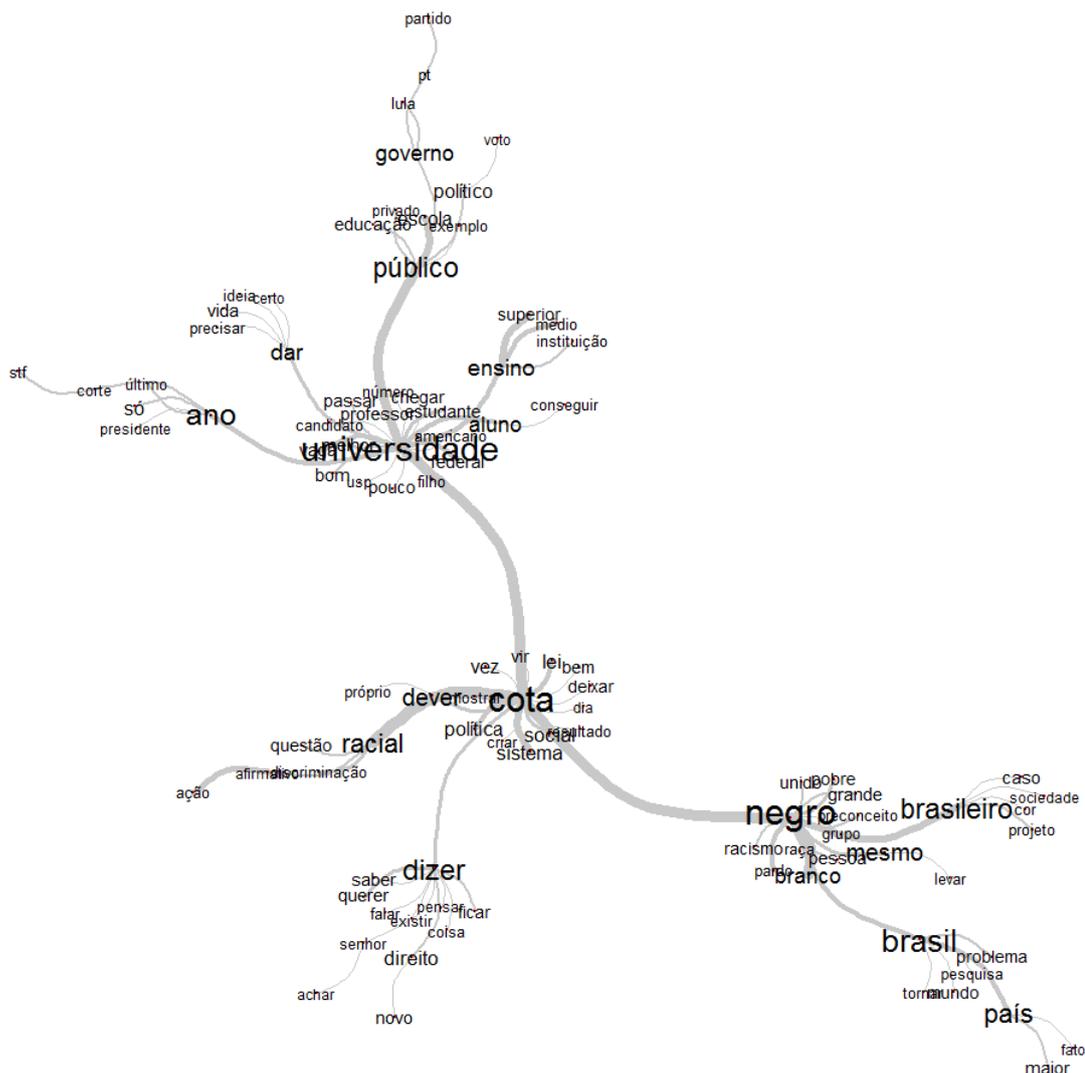


Figura 3. Análise de Similitude da Revista Veja

Esses resultados evidenciam importantes semelhanças entre os dois veículos no que se refere ao conteúdo das representações sociais de cotas universitárias, ou, mais precisamente, das redes de representações. As imagens demonstram o caráter compartilhado do fenômeno para duas revistas de posições ideológicas diferentes, corroborando para a comprovação da primeira hipótese proposta por Doise (2002).

Hipótese 2: As diferentes tomadas de posição frente às representações sociais de cotas universitárias

Depois de tornar visível os elementos comuns nas representações sociais de cotas universitárias para *Veja* e *Carta Capital*, buscou-se identificar as dissemelhanças entre elas, prevendo a não consensualidade, conforme propõe Doise (2002). Para isso, empregou-se a análise de especificidades, que possibilitou observar as diferenças significativas na frequência dos vocábulos presentes em cada *corpus*. Como resultado da análise, na Tabela 2, são apresentadas as 15 palavras mais significativamente diferentes em cada um dos veículos, considerando $p < 0,05$ e Grau de Liberdade (GL) = 1.

Tabela 2. Comparação de frequência de vocábulos em *Carta Capital* e *Veja*

Comparação de frequência de vocábulos em <i>Carta Capital</i> e <i>Veja</i> ¹⁵			
Palavras significativamente mais frequentes em <i>Carta Capital</i>	X ²	Palavras significativamente mais frequentes em <i>Veja</i>	X ²
Negro	25,14	Senhor (termo frequente em entrevistas)	12,64
Mulher	16,37	Americano	12,35
Movimento	15,88	Corte (STF e corte americana)	12,01
Luta	15,53	Estados Unidos	11,99
Unicamp	14,91	Eleitor	9,48
Estudante	14,7	Índio	9,38
USP	9,26	Scalia (Ministro da corte americana)	9
Social	8,99	Melhor	8,83
Estudantil	8,95	Bom	8,14
Indígena	8,51	PT	7,9
Igualdade	8,09	Dar	7,61
Programa	7,43	Problema	7,11
Pós-graduação	7,07	Eu	6,21
Coletivo	6,55	Deixar	6,11
Manifestação	6,45	Lula	6,09

A partir desses dados é possível identificar aspectos importantes que se referem às representações sociais de cotas universitárias nas revistas *Veja* e *Carta Capital*. Em uma análise primária, é possível observar que *Carta Capital* aborda o assunto sob um aspecto mais próximo do engajamento, da mobilização, de uma luta organizada (“movimento”, “luta”, “coletivo”,

¹⁵ Devido ao considerável número de palavras com frequência significativamente diferente, optou-se por apresentar na tabela os quinze vocábulos com maior qui-quadrado.

“manifestação”) em prol da igualdade (“social”, “igualdade”, “negro”, “mulher” e “indígena”) e em âmbito estudantil (“estudante”, “estudantil”, “Unicamp”, “USP” e “Pós-graduação”). Já a revista *Veja* trata as cotas a partir de uma perspectiva mais jurídica, política, partidária (“Corte”, “eleitor”, “PT” e “Lula”), e assume os Estados Unidos como referência e modelo para o caso brasileiro (“americano” e “Estados Unidos”). Esses últimos resultados corroboram estudos que analisaram não só a revista *Veja*, como outros veículos que compõem a “mídia tradicional brasileira” (Ferreira, 2019; Martins, 2018; Leibão, 2017; Suttana & Lutz, 2017).

As diversas diferenças detectadas no conteúdo de *Veja* e de *Carta Capital* remetem à não-consensualidade do fenômeno, aproximando-se da segunda hipótese proposta por Doise (2002). Ou seja, se na superfície é possível acessar o que é comum nas representações sociais de cotas para as duas revistas, nas camadas mais profundas é possível observar o contorno, o sentido, a tomada de posição que cada veículo assume acerca do assunto – e que ficam ainda mais explícitos nos resultados discutidos a seguir.

Hipótese 3: Tomadas de posição embasadas no pertencimento grupal e na ideologia assumida

Comparativamente, os principais trechos representativos do conteúdo de cada uma das revistas, selecionados com o auxílio do Iramuteq por meio da análise de especificidades, possibilita avançar na compreensão dessas diferentes tomadas de posição, tornando visível a análise sobre a ancoragem societal e o metassistema em cada um dos contextos. Além disso, tais dados permitem responder a principal pergunta deste estudo: por que cada revista representa de forma diferente as cotas? (Doise, 2002), chegando, enfim, a verificação da terceira hipótese de Doise (2002). A seguir, são apresentados alguns dos trechos mais ilustrativos do conteúdo de *Carta Capital*:

Em São Paulo, dia 25 de julho de 2014, Dia Internacional da Mulher Negra, Latino-americana e Afro-caribenha, e Dia Nacional de Teresa de Benguela, mulheres negras de diferentes segmentos da sociedade se juntaram e realizaram o lançamento oficial da marcha das mulheres negras 2015 (*score*: 324);

Apesar da adoção do sistema de cotas raciais do Sisu pela Faculdade de Direito da USP, as demais faculdades da instituição não adotaram o mesmo programa e permanecem com uma ação de inclusão social diferenciada por meio de sistema de bonificação, o Inclusp – Programa de Inclusão Social da USP (*score*: 320);

Dia 30 de maio, o movimento negro brasileiro teve uma vitória histórica marcada pela adoção das cotas raciais e sociais no sistema de ingresso nos cursos de graduação da Universidade Estadual de Campinas (*score*: 289);

O Núcleo de Consciência Negra da Unicamp manifesta publicamente seu repúdio a atitude do Departamento de Filosofia da Unicamp de desrespeitar resolução da Congregação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e se negar a adotar cotas étnico-raciais em seu processo seletivo para a pós-graduação (*score*: 283).

Em seguida, são apresentados alguns dos trechos mais representativos do conteúdo da revista *Veja*, que ajudam na identificação da diferença metassistêmica - ideológica entre os dois veículos:

O sistema de cotas raciais foi rapidamente introduzido na universidade brasileira, se beneficiando de um ambiente que sempre soube acolher as ideias mais regressivas como o petismo bandoleiro e o parasitismo estatal getulista. O Brasil se refugiou no passado. O Brasil é o quilombo do mundo (*score*: 196);

O modelo parecido com o que gostaríamos de fazer na saúde e na educação, em que os mais pobres receberiam uma ajuda financeira, um voucher, e poderiam escolher a escola que desejassem para seus filhos, o hospital que melhor os atendesse (*score*: 190);

Mas não existe racismo nos Estados Unidos? Existe, e ele é forte mesmo com a presença do negro Barack Obama na Casa Branca. O que não existe nos EUA e não deveria haver no Brasil é o acirramento do ódio e das divisões raciais patrocinado pelo estado. Adverte o sociólogo Simon Schwanzinan: O que deveria

ser uma discussão racional sobre o sistema de ensino no Brasil se tornou um debate passional e ideológico (*score*: 185);

Mas o fato é que ele quebrou um tabu e defendeu abertamente o fim das cotas raciais. O poder público, segundo ele, tem de ajudar o pobre em geral, conforme os méritos de cada um, e não os negros em particular (*score*: 181).

Com os dados de frequência de palavras e segmentos de textos mais representativos, em Carta Capital, é possível perceber um discurso mais voltado para as minorias e para a justiça social, a igualdade e a defesa das cotas. Esse enquadramento se aproxima: 1) das mobilizações pela cidadania e pelos direitos humanos, em afinidade com a luta dos negros (Guimarães, 2014); 2) de uma visão político-ideológico de esquerda, que busca promover a igualdade e a transformação social por meio da visibilidade das minorias ativas (Moscovici, 2011; Cabecinhas & Évora, 2008; Bobbio, 1995); e 3) que entende o racismo como uma agenda política (Guimarães, 2004).

Nesse sentido, descortina-se a atuação ativa da ideologia na constituição das representações sociais do fenômeno para um determinado grupo (Cabecinhas, 2009) - aqui representado pela Carta Capital. É possível observar como o metassistema reorganiza, seleciona e promove a tomada de posição (Doise, 2014), fazendo com que o discurso saia da narrativa do *status quo*, para assumir contornos diretamente relacionados aos valores e às crenças editoriais da revista, voltada para um grupo minoritário e que se aproxima da visão política de esquerda.

O processo de ancoragem (Moscovici, 2012) também se revela visível. É possível identificar que a compreensão das cotas pela Carta Capital está apoiada em medidas similares e anteriores que apresentam alguma relação com as cotas, como o Programa de Inclusão Social da USP e o Sisu. Contudo, o que de fato merece destaque é o processo de objetificação. Ao

fazer referência ao Movimento Negro, ao Núcleo da Consciência Negra da Unicamp e à Marcha das Mulheres, a revista concretiza e objetifica todo o seu discurso e o seu viés que se destina aos grupos minoritários.

Observa-se, assim, que, ainda que falar de cotas seja falar de negros, para Carta Capital essa fala precisa contemplar as lutas, as desigualdades e o racismo. Tratar de cotas, portanto, é também tratar de busca pela igualdade, de garantia de justiça social, de engajamento e da vitória, que é a reconquista de um espaço social historicamente negado a esse grupo.

Todavia, a narrativa que a priori se apresenta como totalmente pró-cotas e socialmente contra hegemônica também merece atenção. É preciso pontuar que Carta Capital também se posiciona ao escolher as minorias para as quais dará destaque. Reforça-se que a política de cotas é voltada, sim, para pretos e pardos, mas é também destinada a indígenas, alunos de classe popular, de escolas públicas e, mais recentemente, a estudantes com deficiência; grupos esses que não são mencionados de forma minimamente expressiva em seus textos. Nesse contexto, entende-se que o olhar social e as lutas divulgadas pela revista são seletivas, e abarcam somente parte dos cotistas e parte menor ainda das minorias que existem no Brasil. Por exemplo, mesmo que a questão de gênero seja demarcada pela forte presença das mulheres negras nos textos, não se fala de outras mulheres, assim como não é dado qualquer destaque a alunos oriundos de outros contextos, como os do meio rural. Essa seleção não é inocente e nem aleatória, ela deve ser entendida como uma forma de tomada de posição, assim como uma consequência da visão político-ideológica do veículo.

Por outro lado, partindo para a análise dos vocábulos e textos destaques da revista Veja, identifica-se que os valores, as crenças e as ideologias que ancoram as representações desse periódico são bastante diferentes. Aqui, o enquadramento não se sustenta na explícita defesa de um grupo propriamente, mas sim em um princípio doutrinário que tem como exemplo os

Estados Unidos e, como oposição, ao Partido dos Trabalhadores (PT) e suas políticas assistenciais.

As cotas são compreendidas como uma ação partidária, problemática, que reflete o atraso, que fere o princípio da isonomia, o mérito, a livre competição e contraria o modelo ideal de sociedade embasado no padrão norte americano. Observa-se, ainda, que o metassistema abriga uma visão mais conservadora da sociedade, que entende a desigualdade a partir do viés de classe (e não de raça), e que, mesmo que implicitamente, defende a manutenção de um grupo hegemônico em nome da qualidade, da eficiência e da justiça. Essa última característica também recebe a noção de instituição, sendo objetivada pela Suprema Corte – seja ela brasileira ou americana. A corte é acionada como um poder que pode suspender as cotas, reconhecendo seu caráter discriminatório, na visão da própria revista.

Se para a Veja falar de cotas também é falar de negros, a análise ideológica nos permite observar que essa fala se dá por meio da denúncia do atraso que comporta tal política, e da desigualdade que ela promove ao beneficiar esse grupo. Ou seja, o sistema de crenças de Veja comporta uma visão político-partidária mais de direita e mais conservadora e que orienta sua tomada de posição para um olhar bem distinto daquele seguido por Carta Capital. Como resultado dessa dinâmica de oposições, chega-se a demonstração e a compreensão da terceira hipótese indicada por Doise (2002).

Os dados e as interpretações discutidas anteriormente estão em consonância com as pesquisas de Santos e Scopinho (2016), Peixoto, Silva e Wolter (2018) e Martins (2018), que também identificaram cenário não consensual nas representações de cotas universitária, tanto nas investigações com participantes como nas análises de materiais midiáticos. Ainda em conformidade com a literatura, os presentes achados reafirmam a importância das noções de

justiça, mérito e igualdade para compreensão acerca da reserva de vagas para diferentes grupos sociais (Santos & Scopinho, 2016; Marques & Santos, 2015).

Ainda no contexto da terceira hipótese proposta por Doise (2002), a utilização da Classificação Hierárquica Descendente teve como finalidade auxiliar na organização do conteúdo, garantindo a contextualização dos resultados. Para a realização da análise, após a lematização dos corpora, o Iramuteq gerou as classes, bem como os segmentos de textos que melhor representam as cotas para cada revista. Esses resultados foram organizados em dois dendrogramas, um com os dados de Carta Capital (Figura 4) e outro com os dados de Veja (Figura 5). Salienta-se que esses dados auxiliam tanto no aprofundamento dos resultados e das discussões descritas anteriormente, como fortalecem a visão e a confirmação das três hipóteses de Doise transpostas para o contexto da pesquisa.

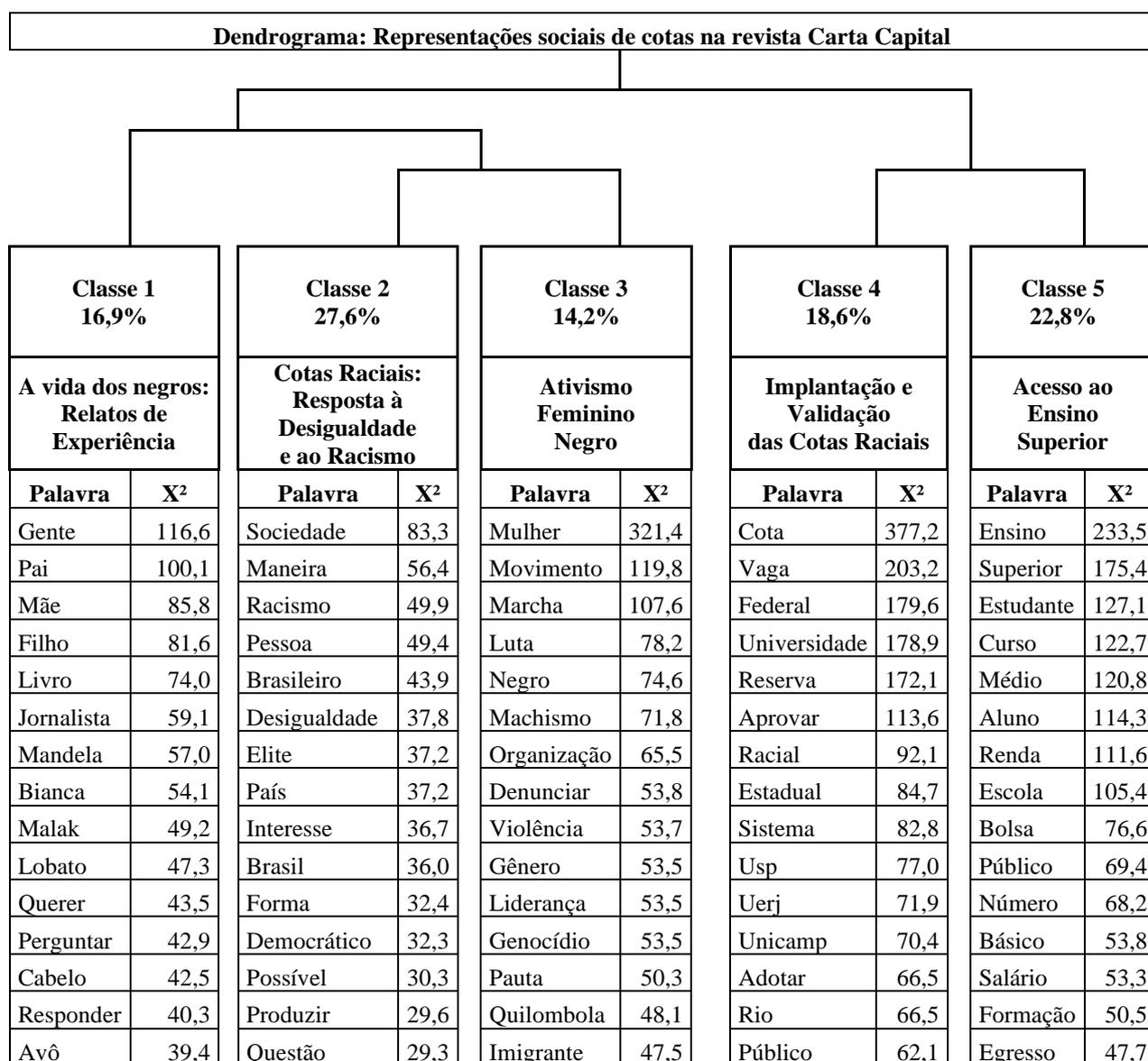


Figura 4. Dendrograma gerado pela CHD: Revista Carta Capital

A análise dos dados de Carta Capital gerou cinco classes, sendo três delas interligadas entre si – Classes 1, 2 e 3 -, e com as duas outras – Classes 4 e 5 - formando um segundo bloco. As três primeiras classes reuniram conteúdos que abarcam aspectos contextuais e relacionados ao racismo; já as duas outras, não deixaram de demonstrar a posição da revista, mas trataram mais especificamente do conteúdo das cotas universitárias. A seguir, são apresentadas e analisadas cada uma dessas classes.

Classe 1: A Vida dos Negros: Relatos de Experiências

A Classe 1, denominada de “A Vida dos Negros: Relatos de Experiências”, reúne relatos de diferentes pessoas - entre famosos e anônimos - que retrata o contexto vivido por negros e negras, sendo ele permeado por racismo, dificuldades e pelo apoio da família. Esses conteúdos demonstram o interesse da revista em contar histórias e em revelar a vida, a trajetória, o microcontexto de quem, de alguma forma, seja direta ou indiretamente, está relacionado à política de cotas – na verdade, de cotas raciais. Pontua-se que, mais uma vez, no conteúdo em análise, o enquadramento das cotas está voltado para o debate racial, e, assim, não contempla os demais cotistas e nem os brancos e estudantes de escolas particulares. Os atores principais são os negros e suas histórias de vida repletas de superação, mas também de dificuldades, luta e racismo.

Os dois principais textos representantes desta classe reúnem trechos de uma reportagem em que se entrevista a ativista pelos direitos humanos e pela justiça social Malak Shabazz:

A filha de Betty, por Felipe Milanez

A ativista Malak Shabazz prefere citar a mãe toda vez que perguntam sobre o seu pai, Malcolm X.

Ser filha de Malcolm X é fácil. Difícil foi ser filha de Betty Shabazz, com outras seis irmãs, pobres, no Harlem. Todas as vezes que encontro Malak Shabazz ela sempre prefere falar da mãe quando pergunto sobre seu pai (*score*: 488, 42).

O conteúdo dos relatos reunidos também demonstra o protagonismo e o ativismo feminino, partindo para um recorte de gênero – mais especificamente de mulheres negras. Nos cinco principais trechos de representação da Classe 1 são abordadas histórias e lutas especificamente de mulheres, sendo elas: Malak Shabazz e sua mãe; a jornalista e autora Bianca Santa e sua mãe; a cantora Preta Gil; e Maria, uma avó que criou e lutou pela educação do neto Pedro.

O enfoque dado pela revista, portanto, reúne dois grupos de minoria, os negros e as mulheres negras, fazendo valer seu espectro ideológico voltado para uma participação política de esquerda, de promoção socio-igualitária. Os conteúdos reunidos não têm como enfoque as cotas e, portanto, não falam diretamente sobre elas, mas trazem outros debates adjacentes que, para revista e para o ativismo negro contemporâneo (Guimarães, 2004), são fundamentais para sua compreensão, tais como a busca pela cidadania e pelos direitos humanos.

Nesse sentido, o que se observa é a tentativa de se criar uma narrativa que foge do discurso social predominante, que insere diferentes atores sociais, assim como diferentes perspectivas de olhar sobre o cotidiano. Impera a necessidade de se problematizar a realidade instaurada, estabelecendo uma luta simbólica a partir de um posicionamento inquieto, insatisfeito e que questiona o *status quo*. Essa dinâmica segue exatamente o percurso das minorias ativas, proposto por Moscovici (2011), que visa não só dar visibilidade aos invisíveis, como criar representações sociais capazes de guiar as mudanças e os comportamentos sociais. Contudo, as contradições e os limites, previstos pelo autor na atuação desses grupos sociais, também se fazem presentes no projeto de Carta Capital. O fato de somente os negros e as mulheres negras receberem espaço na sua narrativa demonstra a contradição interna de seu ideal e de seu discurso socio-igualitário.

Classe 2: Cotas Raciais: Resposta à Desigualdade e ao Racismo

Diferentemente da classe anterior, a Classe 2, denominada de “Cotas Raciais: Resposta à Desigualdade e ao Racismo”, reúne trechos de textos que tratam diretamente das cotas, mais especificamente das cotas raciais. Em todos eles, a medida é explicitamente citada, explicada e defendida. Para isso, diversos argumentos são apresentados, mas basicamente o embasamento é um só: a desigualdade racial no Brasil fruto do racismo histórico e estrutural.

Dos cinco principais trechos típicos da classe, três deles derivam de textos que abordam a temática das fraudes nas cotas. O assunto é tratado não só como denúncia, mas principalmente reforçando como as teses de “Brasil miscigenado” e de que “Não é possível distinguir quem é negro no Brasil” têm sido usadas para criticar e deslegitimar a política de cotas raciais. Além de fazer explicações do que é raça (sociológica), cor, negros, pretos e pardos, os textos criticam o critério da autodeclaração, e expõem de diversas formas e com diferentes exemplos o racismo e o abismo entre negros e brancos na sociedade brasileira. Nesse sentido, tratam desde a decisão judicial de reingresso de alunos que fraudaram as cotas raciais, até as abordagens policiais racialmente direcionadas aos negros – argumentando que nessas situações, dentre tantas outras, é fácil distinguir quem é negro ou não.

Dessa forma, observa-se que, para a revista Carta Capital, o macrocontexto, a sociedade desigual e racista brasileira, é uma das representações de cotas universitárias. Os dois trechos mais representativos desse conteúdo deixam explícita tal compreensão:

Aliás, se a sociedade brasileira reproduz o racismo, de várias formas, seria, no mínimo, ingênuo acreditarmos que no meio jurídico seria diferente (*score*: 283,49);

É necessário conhecer a história deste País para entender por que certas medidas, como ações afirmativas, são justas e necessárias. Elas precisam existir justamente porque a sociedade é excludente e injusta para com a população negra (*score* 274,48).

Na presente classe, portanto, é nítida a tomada de posição da revista. Ao discutir diretamente sobre as cotas universitárias, Carta Capital não só expõe sua visão favorável à medida, como busca embasar e justificar esse posicionamento de modo a ensiná-lo ao leitor. Esse ato de “educar” sua plateia pode ser visto tanto como ação de construção de luta e de representações sociais, como busca de promoção de tensão. A narrativa expõe os contra as cotas (eles), que querem manter a realidade social, versus os a favor (*nós*), que querem

modificá-la. O objetivo desse discurso é de se alcançar o conflito, a saída da inércia, ou seja, o estado necessário para que a mudança possa ser alcançada (Moscovici, 2011).

Ainda que de forma parcial e com propósitos político-ideológicos, é importante pontuar que a revista problematiza aspectos sociais fundamentais e discute possíveis avanços para a política de cotas, como ações para inibição das fraudes. Contudo, observa-se que outras demandas extremamente necessárias ficam de fora do projeto, como: a dificuldade de manutenção dos cotistas; a necessidade de preparação para o acesso real de deficientes físicos; e a manutenção de privilégios com o ingresso de alunos de classe média por meio das cotas para escolas públicas - especialmente oriundos dos institutos e de outras escolas federais de alta qualidade.

Chama atenção também, considerando o repertório dos textos, o fato de a discussão sobre as cotas raciais serem uma “subcota” não aparecer de forma significativa, o que, a priori, era de se imaginar. Fala-se de subcota, já que a lei prevê a necessidade desses cotistas serem alunos de escolas públicas, mantendo um critério de classe anterior ao critério de raça.

Classe 3: Ativismo Feminino Negro

A Classe 3, por sua vez, denominada de “Ativismo Feminino Negro”, reúne textos que tratam da mobilização de movimentos sociais feministas e antirracistas, principalmente vinculados à Marcha das Mulheres Negras. Dos cinco segmentos de trechos mais representativos da classe, todos eles tratam da temática e fazem parte de duas publicações que têm como foco o assunto. Observa-se, assim, que a revista Carta Capital expõe a luta organizada das mulheres negras, divulgando manifesto e carta pública advindos desse grupo.

Com esses materiais textuais, a revista não só dá voz a outros agentes, como se apropria desse artifício editorial para utilizar uma linguagem altamente opinativa, que foge do padrão imparcial do texto jornalístico. Assim, Carta Capital consegue divulgar explicitamente suas

ideias, seu projeto e sua visão de mundo, tornando sua plataforma persuasiva e ainda constituindo uma identidade social e grupal. Nesse sentido, o veículo segue padrões similares, mas não iguais, àqueles identificados de forma recorrente na imprensa tradicional (Martins, 2018; Ferreira, 2019).

Nesta classe, as cotas universitárias não aparecem como tema central, mas se inserem como um dos motivos de mobilização. Dentre as reivindicações explicitadas pela revista, estão a garantia de reserva de vaga, o acesso democrático ao ensino superior público de qualidade e a possibilidade de permanência das minorias nesse espaço. Esses elementos ratificam as representações sociais das cotas para a Carta Capital como esforço de luta e de mobilização, e, mais uma vez, coloca em destaque o papel das mulheres negras nesse cenário. As palavras mais frequentes na classe foram “mulher”, “movimento”, “marcha” e “luta”, e os dois principais segmentos de textos foram:

Marcha das Mulheres Negras: Um novo passo na caminhada contra o racismo, o machismo, a violência e pelo bem viver. Por Marcha das Mulheres Negras de São Paulo

Nós, mulheres negras, temos participado dos grandes momentos da luta antirracista em nosso país
(*score*: 830,60);

Mesmo entendendo que o Núcleo Impulsor Nacional da Marcha das Mulheres Negras foi desfeito após atingir seu propósito de construção da marcha, nós, em São Paulo, continuamos unidas e realizamos diversos atos somando às lutas das mulheres e dos movimentos populares (*score*: 828,74).

Classe 4: Implantação e Validação das Cotas Raciais

De todas as classes identificadas no *corpus* da revista Carta Capital, a Classe 4, “Implantação e Validação das Cotas Raciais”, juntamente com a Classe 5, “Acesso ao Ensino Superior”, foram as que explicitamente mais concentraram conteúdos que apresentaram e discutiram a implantação das cotas nas universidades. Nesse debate, no conteúdo desta classe

receberam bastante destaque as instituições USP e Unicamp - que, por não serem universidades federais, não são regidas pela Lei das Cotas (2012) e tiveram autonomia para trabalhar a adoção (ou não) da política, da sua forma e no seu tempo. Além disso, é compreensível o destaque recebido pelas instituições por ambas serem referências nacionais e internacionais, tornando, assim, o simbolismo em torno delas ainda maior.

Os segmentos de textos organizados na Classe 4 debruçam-se sobre os aspectos práticos, normativos, políticos, sociais e racionais que envolvem a medida. Busca-se explicar para o leitor como funcionam as cotas em diferentes instituições, bem como convencê-lo de sua importância, revelando explicitamente sua parcialidade no debate. As palavras mais frequentes na classe foram “cotas”, “universidade”, “vaga” e “federal”. Aspectos da Lei de Cotas e do sistema de bonificação adotado pela USP, por exemplo, foram assuntos recorrentes no conteúdo organizado nesta classe, como demonstram os dois principais segmentos de texto da classe:

Enquanto todas as universidades federais e 30 das 38 estaduais aderem à adoção das cotas raciais, a USP, maior universidade pública do País, é uma das últimas a resistir à reserva de vagas. O efeito não poderia ser outro: [em 2015, apenas 3,5 por cento dos alunos dos dez cursos mais concorridos da USP eram negros] (*score*: 1517,67);

No contexto da regressão civilizatória que o Brasil sofre, é motivo de alegria que minha universidade, a UNICAMP, tenha aprovado no dia seguinte ao da Consciência Negra um sistema de cotas étnico_raciais que reserva 25 por cento das vagas disponíveis para candidatos autodeclarados pretos e pardos e a criação do Vestibular Indígena (*score*: 1382,38).

Classe 5: Acesso ao Ensino Superior

Próximos à classe anterior, os conteúdos da Classe 5, identificada como “Acesso ao Ensino Superior”, também tratam diretamente sobre a temática das cotas. Todavia, os debates

aqui se desenrolam primordialmente em torno dos aspectos formais, legislativos e normativos de diversas ações afirmativas implementadas em várias instituições. Os conteúdos falam e debatem a temática das cotas, mas, para isso, recorrem a outras medidas também implantadas com o objetivo de promover reparação e justiça social, tais como: o Programa de Ação Afirmativa para Inclusão Social (Paais), de 2004, que estimula o ingresso de estudantes da rede pública na Unicamp; o Programa de Formação Interdisciplinar Superior, (ProFIS), de 2011, que permite o ingresso à Unicamp ao aluno que obtiver a melhor classificação no Exame Nacional do Ensino Médio, o Enem; e o Programa Universidade para Todos (ProUni), do Governo federal, que financia alunos da rede pública de ensino para estudarem em instituições de ensino superior privadas.

A classe apresenta os seguintes trechos como os dois mais ilustrativos de seu conteúdo:

A universidade (UNICAMP) já possui um sistema de ações afirmativas, criado em 2004, o Paais, Programa de Ação Afirmativa para Inclusão Social, que estimula o ingresso de estudantes da rede pública na Universidade e o Programa de Formação interdisciplinar Superior, ProFIS, instituído em 2011, que permite o ingresso à universidade ao aluno que obtiver a melhor classificação no Exame Nacional do Ensino Médio, Enem (*score*: 1068,43);

O governo federal ampliou muito o número de vagas no ensino superior e incluiu muitos alunos egressos de escolas públicas por meio do Programa Universidade para Todos, ProUni, que financia os estudos de alunos carentes em instituições privadas, afirma Guimarães [pesquisador Antonio Sérgio Alfredo Guimarães, professor do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo] (*score*: 1018,94).

A classe 5, intitulada “O Acesso ao Ensino Superior”, portanto, demonstra que, para a revista Carta Capital, as representações sociais das cotas também são elaboradas por meio da associação com outras ações afirmativas, e, mais precisamente, com outros programas de inclusão social voltados para o ensino superior. Nesse caso, é possível observar o processo de

formação das representações sociais por meio da ancoragem semântica, como propõem Moscovici (2017) e Doise (1993; 2002) e reforçam Trindade, Santos e Almeida (2014). Esse processo é visível, uma vez que a compreensão das cotas, um fenômeno até então recente e novo, se dá por meio da associação com outros programas similares, já implantados e dominados, sendo eles familiares para o leitor.

Sobre os resultados obtidos com os dados da revista *Veja*, salienta-se que a Classificação Hierárquica Descendente retornou quatro classes, todas elas representadas no dendrograma da Figura 5, e que serão apresentadas e discutidas separadamente.

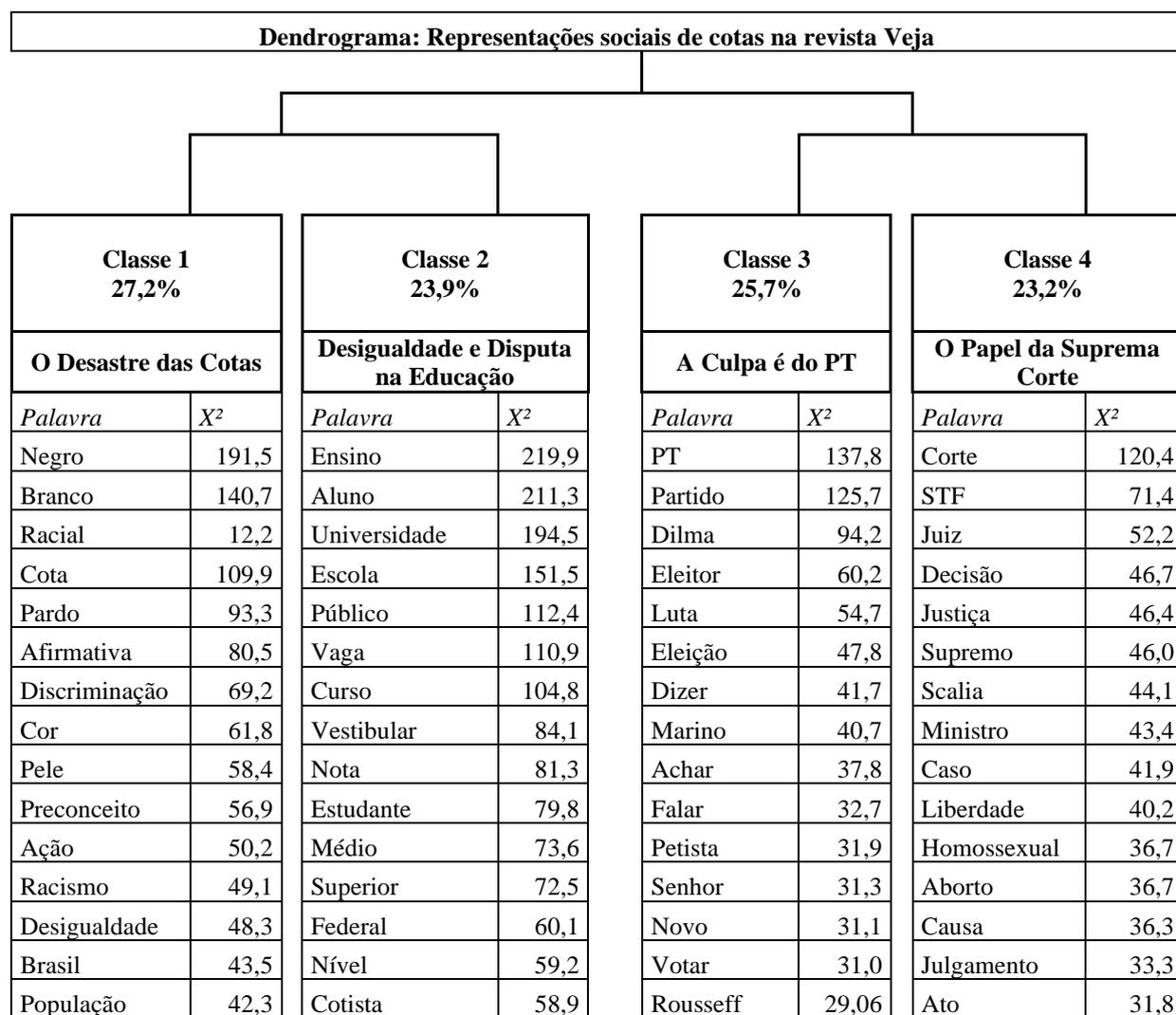


Figura 5. Dendrograma gerado pela CHD: Revista *Veja*

A CHD com os dados da revista *Veja* gerou quatro classes, estando elas interligadas como duplas, Classes 1 e 2, formando um bloco, e Classes 3 e 4 formando um segundo bloco. As duas primeiras classes tiveram as cotas como temática principal, sendo que a primeira reuniu conteúdos relacionados aos debates iniciais à política, àqueles anteriores à lei, e a segunda, contemplou textos mais recentes, com discursos voltados para a realidade instaurada, especialmente acerca da desigualdade na educação. As Classes 3 e 4, por sua vez, reuniram conteúdos mais contextuais, abarcando temáticas secundárias que, para a revista, são fundamentais para a compreensão do fenômeno das cotas universitárias, são elas: o viés político da ação, objetificada na figura do Partido dos Trabalhadores (PT); e o papel do Supremo Tribunal Federal (STF), entendido como o regulador das cotas, cujo poder poderia evitar a sua implementação. Reforça-se que a opinião da revista, sendo ela contrária às cotas, é observada em todas as quatro classes, assumindo o papel de interligação entre elas. Em seguida, descreve-se e analisa cada uma das classes.

Classe 1: O Desastre das Cotas

A Classe 1 da revista *Veja*, “O Desastre das Cotas”, reúne palavras e segmentos de textos diretamente relacionados à temática das cotas e que retratam a tomada de posição do veículo. Esses conteúdos, apesar de estarem voltados para a medida como um todo, assim como em *Carta Capital*, dão considerável ênfase às cotas raciais, e, por isso, é compreensível que as palavras mais frequentes reunidas sejam “negro”, “branco” e “racial”.

Os textos que ilustram a classe explicitam a visão contrária, negativa e pessimista da revista sobre as cotas, e, em especial, sobre as cotas raciais. Nesse sentido, os dois trechos mais representativos originam das seções *Carta do Leitor* e do colunista Diogo Mainardi. Isso ocorre, pois são nesses espaços em que a revista possui maior liberdade para explicitar sua opinião e fugir um pouco da suposta imparcialidade exigida pelos textos jornalísticos.

Os dois principais trechos da classe referem-se ao texto “O Quilombo do Mundo”, sendo o primeiro o comentário do leitor, e o segundo, uma parte selecionada do texto original.

O sistema de Cotas, que muitos julgam abrir oportunidades e romper com a desigualdade racial, apenas intensifica o preconceito. É preciso investir na educação. O ensino básico não deve formar negros, pardos ou brancos. [As escolas existem para formar cidadãos, prontos para encarar um mundo em constante transformação]. (*score*: 802,27).

O Brasil macaqueou o sistema de cotas raciais dos Estados Unidos. E macaqueou tarde, num momento em que o próprio candidato negro à Casa Branca já admite o abolir. O STF está julgando a constitucionalidade das leis que instituíram as cotas raciais no Brasil. [é uma chance para acabar de vez com o quilombolismo retardatário que se entrincheirou no matagal ideológico das universidades brasileiras]. (*score*: 690,16).

O primeiro trecho exemplifica de forma direta e sucinta o posicionamento contrário da revista sobre as cotas¹⁶, assim como expõe argumentos e justificativas para sua tomada de posição: as cotas intensificam o preconceito, ao discriminar negros, pardos e brancos; e a solução da desigualdade deve vir por meio do investimento no ensino básico. Apesar de tal texto originar de um comentário do leitor, ele é o que melhor ilustra a Classe 1 e, portanto, representa o conteúdo e o discurso da própria revista. Além disso, ele reúne representações de todo um grupo - de pessoas e de veículos comunicacionais - que se posiciona contra as cotas, como demonstrou a revisão de literatura (Ferreira, 2019; Martins, 2018; Leibão, 2017; Brito et al., 2015; Menin et al., 2008).

¹⁶ Apesar de tal trecho ser oriundo de um leitor e, portanto, não propriamente da equipe da revista, entende-se que essa alusão se sustenta, uma vez que tal material também passa pela escolha editorial do veículo. Ou seja, é a própria Veja que decide quais comentários serão ou não publicados. Dessa forma, assim como ocorre nas colunas da revista, a Veja manifesta-se indiretamente ao dar voz às pessoas e aos discursos que lhe representam.

Acerca do segundo segmento de texto destacado, é importante pontuar sobre os vocabulários nele utilizados. Observa-se que palavras como “quilombo” e “quilombolismo”, termos que fazem diretamente referência à história dos negros no Brasil, são usados com outros sentidos e em outros contextos, explicitamente com o objetivo de demarcar a tomada de posição. Verifica-se que a noção de quilombo ganha um contorno pejorativo, transmitindo a ideia de isolamento e de algo ultrapassado. Ou seja, apesar do tema ser cotas, o apelo do discurso está nas cotas raciais, e se refere a uma interpretação deles sobre as identidades e a história dos negros a partir de uma visão negativa e de atraso.

É preciso pontuar que tal interpretação advém do trecho destacado e de seu contexto, e, de forma alguma, do termo “quilombo” por si só. Essa noção, inclusive, pode ser reforçada pelo uso dessa palavra pelos próprios coletivos e movimentos negros, como foi o caso do grupo Balanta, que se referiu ao seu acampamento na reitoria do UFRGS como um “akilombamento” (Silva & Campos, 2019). Demarcando posição, identidade e fazendo referência à luta histórica dos negros, naquela ocasião, o termo assumia um viés extremamente positivo e foi reproduzido, da mesma forma, pela imprensa tradicional.

Voltando ao trecho representativo da classe, não passa despercebido também o neologismo “macaqueou”, utilizado duas vezes em um único parágrafo, e quatro vezes ao longo de toda a coluna, constituída de seis parágrafos. O texto foi publicado no ano de 2008, mas é muito provável que nos dias atuais não o seria. Isso porque a associação de um xingamento frequentemente direcionado aos negros e que faz referência a um animal (desumanização), já é acadêmica e socialmente reconhecido como preconceituoso, e que, no Brasil, cada vez mais tem sido enquadrado como ato criminoso (Fernandes, Sanches & Dias, 2018; Santos, 2017). Essa linguagem forte, em tom pejorativo e até irônico, não pode ser entendida como algo de um trecho ou de um momento específico. Na verdade, ela revela uma recorrência, e até uma

marca da revista, já apontada por outros pesquisadores (Suttana & Lutz, 2017; Daflon & Feres, 2012).

Na coluna, o jornalista utiliza tal palavra para estabelecer uma relação entre a adoção das cotas nos Estados Unidos e no Brasil. Mais uma vez, o tom é pejorativo e, indiretamente, ainda que explicitamente, são as cotas raciais que recebem o destaque da crítica. Diante disso, nos trechos, é possível observar processos de ancoragem e de objetivação, e interpretar que as representações desta classe se referem, como um todo, às cotas raciais como *erro*. A ancoragem é visível no processo em que outros elementos já familiarizados e com grande simbolismo são requeridos para trazer sentido à ideia de cotas; e a objetivação é observada, por exemplo, na figura dos Estados Unidos, que, no texto, aparece como o modelo de ideal que deveria ser seguido, mas não é.

Por fim, pontua-se também a referência ao então candidato à presidência Barack Obama¹⁷. Tal menção é utilizada na coluna como argumento e forma de justificar sua tomada de posição contrária às cotas. Considerando o carisma e a chance de eleição do Obama (que se concretizou no ano de 2009), bem como sua raça negra, o autor utiliza a sua figura para demonstrar que os negros de destaque, os negros americanos, também não concordam com a política. O suporte buscado em Barack Obama e nos Estados Unidos é similar com o que ocorre com a menção ao Supremo Tribunal Federal (STF) – que será mais bem apresentado na Classe 4 - e a possibilidade de avaliação da inconstitucionalidade da medida (algo que posteriormente não ocorreu).

Classe 2: Desigualdade e Disputa na Educação

¹⁷ Barack Obama foi eleito presidente dos Estados Unidos em dois mandatos consecutivos, de 2009 a 2017.

Nesta classe, Desigualdade e Disputa na Educação, são reunidos, mais uma vez, conteúdos relacionados às cotas universitárias. Se na Classe 1 os principais segmentos de texto foram escritos nos períodos iniciais de discussão e adoção da medida (2008), aqui o conteúdo é mais recente; a escrita acontece em um tempo em que a política já é uma realidade e a lei já foi ou será em breve aprovada e sancionada (2012). Independentemente disso, observa-se que o posicionamento da revista se mantém o mesmo, contrário, e, mais uma vez, os trechos de destaque se originam de textos de coluna - dessa vez de Gustavo Ioschpe - e de comentário do leitor.

O conteúdo abarcado trata da desigualdade existente na educação fruto da implantação das cotas, especialmente das cotas raciais. São explicitadas as discrepâncias na qualidade do ensino básico na rede privada e pública, a desigualdade de classe - mas não de raça - e é também denunciado o uso da raça em detrimento do mérito, medida entendida como deturpadora do critério de ingresso ao ensino superior público.

Os dois principais segmentos de texto desta classe identificados com o auxílio do

Iramuteq foram:

Não fosse o componente racial no projeto de lei aprovado pelo Congresso, que destina 50 por cento das vagas das universidades federais a alunos que cursaram o ensino médio em escolas públicas, a ser distribuídas respeitando a divisão racial de cada estado, eu poderia lhe dar o benefício da dúvida. [Com o componente racial, sou contra] (*score*: 1182,72);

Estudei em escola pública e cheguei despreparado ao ensino superior. Tive de me contentar com a universidade particular. Para que a história do meu filho fosse diferente, com muito esforço, consegui o manter na rede privada, do início do ensino fundamental ao final do ensino médio. [Agora, ele corre o risco de perder sua vaga na universidade pública para um candidato menos preparado que ele. Isso é justiça social, presidente Dilma?] (*score*: 1062,89).

Os argumentos da posição contrária às cotas reunidos nesta classe compactuam com aqueles apresentados, frequentemente, na literatura nos estudos sobre cotas, sejam elas universitárias ou não (Brito, Amorim, Santos & Mongim, 2015; Menin, Shimizu, Silva, Cioldi & Buschini, 2008), e ainda nos estudos de análise midiática (Leibão, 2017; Suttana & Lutz; Daflon & Feres, 2012). Seguindo a perspectiva de que os cidadãos devem ser considerados iguais, a disputa entre eles deve ser balizada por mérito, independentemente se a consequência dessa competição seja a manutenção do *status quo* – ou, especialmente, quando esse é o resultado desejado: manter o poder entre um ou algum(ns) determinado(s) grupo(s), garantindo o funcionamento do capitalismo (Guimarães, 2004). Sendo assim, observa-se a noção de ideologia proposta por Moscovici (Guareschi, 2000), como algo que serve para criar ou manter relações assimétricas e de dominação.

A noção de desigualdade de classe e não de raça também é recorrente em tal contexto. Nessa perspectiva, seguindo conhecimento de senso comum socialmente compartilhada no Brasil (Santos & Scopinho, 2016; Brito et al., 2015; Santos & Scopinho, 2015; Naiff, Naiff & Souza, 2009), tem-se a ideia de que no país existe uma democracia entre as raças, e que as desigualdades se sustentam exclusivamente no pilar da classe, especialmente no fator de classe econômica. Nesse sentido, Veja reafirma seu posicionamento e explicita os argumentos que sustentam sua tomada de posição, de modo que para o veículo, falar de cotas é falar de ausência de cumprimento ao mérito educacional e da criação de uma desigualdade racial que a princípio não existe.

Esse segundo argumento já havia sido identificado nas pesquisas de Suttana e Lutz (2017) e Daflon e Feres (2012), que verificaram ainda que sua origem se deu no âmbito acadêmico, quando um pequeno grupo pertencente a esse espaço passou a defender tais argumentos. Contudo, ressalta-se que esse discurso-exceção, ganhou destaque e reverberação

única nas páginas de Veja, como um dado absoluto e representante de toda uma categoria de pesquisadores (Daflon & Feres, 2012).

Classe 3: A é Culpa do PT: O Viés Político, Partidário e Ideológico

A Classe 3 (A é Culpa do PT: O Viés Político, Partidário e Ideológico) reuniu os dados do *corpus* que fazem referência a aspectos políticos e ao Partido dos Trabalhadores (PT). São textos mais recentes, publicadas principalmente entre os anos de 2014 e 2016, e que não têm como foco principal as cotas. Essas são mencionadas superficialmente, apenas como pano de fundo e como forma de exemplificar mais uma das medidas adotadas durante o governo petista.

De maneira geral, Veja discorda da política seguida pelo partido, e, dessa forma, expõe diversas ações atribuídas a eles, como a corrupção e a Lei das Cotas, que, a seu ver, são negativas. Assim, a classe tem como termos mais frequentes as palavras “PT”; “partido” e “Dilma”, e como principais representantes de segmentos de textos os dois trechos a seguir, sendo o primeiro oriundo de entrevista com ex-senador do PT Paulo Paim, e o segundo com o cientista político Marcus André Melo.

Entrevista Paulo Paim. Vergonha e tristeza

Quadro histórico do PT, o senador anuncia que vai deixar o partido depois de 30 anos de militância. Ele conta que a gota d’água foi a decepção com o governo da presidente Dilma Rousseff. (texto) (*score*: 505,13).

A informação que ficou gravada é que o PT está associado à corrupção, mas não Dilma. A redução das bancadas petistas no Senado e na Câmara pode ter sido resultado dessa associação do partido com a corrupção (*score*: 482,14).

Uma interpretação para esses dados pode ser feita estabelecendo uma relação com a Classe 3 da revista Carta Capital (Ativismo Feminino Negro). É possível observar que ambas tratam de diferentes perspectivas sobre como entendem a origem das cotas. Aqui, é possível

observar que, para Veja, as cotas se constituem como medida política, advinda de um partido específico. A noção de “política” pode ser entendida tanto sob o viés sensacionalista, populista, quanto pelo viés autoritário, que se origina “de cima para baixo”, sendo imposta à população. Por outro lado, a revista Carta Capital trata do assunto como sendo um reflexo de lutas e mobilizações. Para ela, as cotas são entendidas como consequências dos movimentos sociais organizados – especialmente os femininos -, e, portanto, como algo que surge “de baixo para cima”, que origina do povo.

Essas ideias, expostas sob a noção de diferentes perspectivas, na Teoria das Representações Sociais, demonstram o que Moscovici (2017) e Doise (2002) chamam de ancoragem, e ilustram as diferentes ideologias em que cada revista está sustentada. Pode-se dizer, dessa forma, que a terceira hipótese de Doise (2002) é mais uma vez concretizada e visível no presente contexto.

Classe 4: O Papel da Suprema Corte (Brasileira e Norte Americana)

Por fim, a Classe 4 de Veja [O Papel da Suprema Corte (Brasileira e Norte Americana)], concentra o conteúdo da revista que tem como foco a Suprema Corte, seja ela brasileira ou americana. Sendo “corte”, “STF” e “juiz” as palavras mais frequentes, fica explícita a importância destinada a essa instituição pela revista quando se trata da temática das cotas. Nesta classe, a ação afirmativa não é abordada de forma direta, ou seja, não faz parte do assunto principal dos textos reunidos. Assim como na Classe 3, ela só aparece de forma secundária, contextualizando os discursos.

De qualquer forma, tal conteúdo não só ratifica algumas posições já observadas - tais como a influência dos Estados Unidos como um modelo almejado; a visão de que as cotas vêm “de cima para baixo”; e a noção de justiça que acompanha a sua interpretação do fenômeno -, como traz significados novos, como o tom de esperança e de perspectiva positiva ao tratar do

STF como um possível “salvador”, como uma instituição com poder para intervir no erro que são as cotas universitárias.

A classe agrega ainda uma grande reportagem voltada para a morte de um ministro da corte americana, Antonin Scalia, que apresentava uma visão “purista da Constituição” (trecho 1), e de um texto que tem como tema os 125 anos do STF brasileiro (trecho 2):

Como ambos os cargos, o de juiz e o de presidente da Suprema Corte, são vitalícios [nos Estados Unidos] (ao contrário do que ocorre no STF brasileiro, cujos ministros devem se aposentar aos 75 anos e cujo presidente tem mandato de 2 anos), a configuração do tribunal demora para se renovar (*score*: 384,34).

Construtores de cidadania

A justiça de todos os dias. Decisões que moldaram o cotidiano do brasileiro.

Não é tão fácil perceber, mas, tal como a Suprema Corte americana, o STF ajudou a moldar o cotidiano dos brasileiros em seus 125 anos de existência (*score*: 369,20).

Por fim, faz-se necessário salientar que muitos textos reunidos nesta classe advêm de publicações voltadas para a atuação do STF durante os julgamentos do esquema de corrupção denominado de “Mensalão”. Entende-se, assim, que a Classe 4 apresente dados que ilustram um contexto específico vivido pelo país e a narrativa adotada pela revista nesse período. Todavia, acredita-se que não seja o caso de se classificar tais materiais como “enviesados”, já que no trato da denúncia ao esquema, da culpabilização do PT e do Lula, emerge o conteúdo das cotas, fazendo com que tal associação seja oportuna e necessária para a compreensão das representações sociais do objeto investigado, no tempo determinado.

Considerações Gerais do Estudo 1

As análises contextualizadas dos conteúdos de Carta Capital e Veja possibilitaram confirmar semelhanças e diferenças entre elas, na perspectiva de análise das representações

sociais. Como semelhança, pontua-se que as duas revistas parecem se inserir na classificação de propaganda, proposta por Moscovici (2012). Isso porque, apesar estarem situadas na modalidade jornalística que, em tese, segue uma linguagem próxima da imparcialidade e do distanciamento – e que se enquadraria na classificação de difusão (Moscovici, 2012) –, na prática, as revistas tiveram como textos de destaque aqueles opinativos, que tornam os posicionamentos mais explícitos, que fogem ao padrão jornalístico e que dão voz a colunistas, colaboradores, entrevistados e leitores.

Essa predominância textual, também verificada em estudos anteriores (Martins, 2018; Ferreira, 2019), tende a explicitar as relações sociais conflituosas, a defesa de um grupo específico e a tomada concreta de posição, sem que haja espaço para nuances e debates. Tal dicotomia faz emergir ou reforçar a visão de mundo “direita” versus “esquerda”, de minorias versus grupo hegemônico, exemplificando as proposições de Moscovici (Doise, 2014), e conforme a hipótese ideológica de Doise (2002).

As análises das palavras mais frequentes, bem como dos segmentos de textos representativos dos *corpora* e de cada classe também contribuíram para a análise do fenômeno. No âmbito das representações compartilhadas, identificou-se que para ambos os veículos a noção de cotas se sustenta nas ideias de cotas raciais; de disputa e competição entre negros e brancos; de senso de justiça; e na ideia de acesso ao ensino superior. Em relação ao destaque recebido pelas cotas raciais e pelos negros nas duas revistas, entende-se que ele possa ser consequência de dois importantes fatores: o primeiro é a dificuldade em se assumir o racismo como cerne da desigualdade brasileira, sendo conveniente a crença no Mito da Democracia Racial, de modo que a polêmica das cotas se concentre nesse grupo de beneficiários; e o segundo é o protagonismo assumido pelo Movimento Negro na conquista da ação afirmativa. As cotas foram resultado de lutas organizadas pelos grupos e se apresentaram, inclusive, como

uma consequência do Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288/2010), promulgado anos antes da Lei das Cotas (12.711/2012).

Por outro lado, para além dos consensos, observaram-se nos dados gerais a predominância de dissensos e de diferentes metassistemas organizando as tomadas de posições, fortemente demarcadas por um viés ideológico. A diversidade envolvendo os processos em torno das representações sociais das duas revistas estão resumidos na Tabela 3, organizada de acordo com as três hipóteses de Doise (2020):

Tabela 3. As três hipóteses de Doise nos textos de Carta Capital e Veja

Hipóteses	Principais resultados	
	Carta Capital	Veja
1: Crenças Comuns	Falar de cotas é falar de: Negros, cotas raciais, disputa grupal, universidade.	
2: Tomadas de posição divergentes	A favor das cotas. Política vista como necessária para promover reparações com minorias e garantir a igualdade social.	Contra as cotas. Política vista como injusta, partidária, ineficiente e passível de gerar prejuízos à qualidade das universidades federais.
3: Ideologias que embasam as representações	Ideologia de esquerda. Igualdade social e racial; democratização da educação; mudança da estrutura social vigente.	Ideologia de direita. Democracia racial; meritocracia; conservação do <i>status quo</i> .

Enquanto para Carta Capital as cotas se originam de lutas e mobilizações de algumas minorias, têm como objetivo superar as desigualdades sociais e raciais históricas no Brasil, e estão sustentadas na noção de que as discriminações positivas é que garantirão os direitos de todos; para Veja, as cotas universitárias referem-se a uma medida político-partidária, injusta, que preconiza o preconceito ao discriminar os diferentes grupos e que usurpa o mérito e a qualidade do ensino nas universidades federais. Tal diversidade, que chega ao espectro de oposição entre as tomadas de posição, coloca mais uma vez em “xeque” a ideia da imparcialidade dos veículos de comunicação, inclusive dos veículos jornalísticos, e reforça algumas teorias da comunicação social, como a Teoria do Enquadramento e do *Agenda Setting*.

Os resultados também demonstram não só o papel da ideologia, mas também da comunicação de massa na esfera cultural, na mediação simbólica e na construção de sentidos socialmente compartilhados, como já propunham Moscovici (2017) e Correia (2004b). Além disso, foi possível observar a valorização do padrão social hegemônico pela revista *Veja*, e a visibilidade conferida a minorias por *Carta Capital* - mas não a todas as minorias, somente algumas percebidas por ela como representantes do todo, ou como merecedoras de destaque. Essa diferença demarca a participação da mídia no debate público, ainda que de forma parcial, e reforça sua importância tanto na manutenção quanto na construção de práticas e representações sociais (Cabecinhas & Évora, 2008).

Por fim, o que parece sintetizar as análises das representações sociais em estudo é a relação dialética, a “luta dos contrários” (Konder, 2004). O campo de disputa é construído por ambos os veículos, que, de certa forma, constituem-se como uma única unidade e formam uma polarização da ideologia. São duas hegemonias, uma em cada de cada lado. Como consequência dessa dinâmica de pouco diálogo e contrapontos, a limitação de avanços e de construções benéficas para a política é observada, o que não quer dizer que o tempo não tenha suscitado mudanças de posicionamento. Análises superficiais apontam para diferentes narrativas com o passar dos anos, especialmente na revista *Veja*. Tal perspectiva assinala para um dado que merece atenção e que se apresenta, inclusive, como sugestão de análise para futuras pesquisas.

Estudo 2 – Representações Sociais de Cotas Universitárias para Professores da Universidade Federal do Espírito Santo

Depois de estudar um cenário mais amplo, abarcando parte veículos da imprensa brasileira de circulação e contemplando um período de dez anos de publicações, o segundo estudo desta tese voltou-se para o meio acadêmico e para a realidade local. A fim de compreender as representações sociais de cotas universitárias para aqueles que lidam e trabalham diretamente no contexto em que elas se inserem, esta etapa da pesquisa teve como foco os professores da Universidade Federal do Espírito Santo.

Os desafios para a realização deste estudo foram muitos: dificuldade de acesso aos professores; dificuldade de se falar abertamente sobre uma política tão polêmica; conduzir entrevistas com pessoas que atuam diariamente na função de pesquisadores e não de entrevistados; e, além de tudo, limitação de se fazer uma coleta de campo em plena pandemia de Covid-19.

Por outro lado, o ganho da pesquisa se apresentou muito maior que os obstáculos. Os dados superaram as expectativas com entrevistas que chegaram a durar uma hora e meia e com muita riqueza de detalhes, com possibilidade de ouvir relatos de experiências e argumentos de quem é contra e de quem é a favor, e de descobrir nuances e ambiguidades em um contexto que, superficialmente, mostra-se apenas constituinte de dois polos. O mapeamento das posições sobre as cotas universitárias e do posicionamento político-ideológico de acordo com a área de atuação dos participantes também foi muito revelador. Assim, pudemos conhecer um pouco mais não só sobre as cotas, mas também sobre os professores da Ufes.

Pode-se dizer que esta etapa da pesquisa buscou complementar os achados do estudo anterior, entendendo como as representações sociais da mídia circulam, oxigenam, reverberam e, eventualmente, se distanciam das representações de professores universitários que convivem

com as cotas, com os cotistas e não-cotistas e com as disputas intergrupais existentes no meio acadêmico, sejam elas no nível da graduação ou da pós-graduação.

A escolha por investigar as representações sociais de professores e não de alunos levou em consideração essencialmente dois aspectos: o primeiro é que a revisão de literatura revelou principalmente estudos realizados com alunos universitários, cotistas, não-cotistas e ingressantes em tempo anterior à aplicação das cotas (Peixoto, Silva & Wolter, 2018; Marques & Santos, 2015; Naiff, Naiff & Souza, 2009; Menin et al., 2008); contudo, até o momento, estudos acerca da visão dos professores e gestores universitários sobre a temática foram exceção (Silva & Souza, 2020; Ribeiro, Almeida, Maia, Souza, Amaral & Alves, 2016). Em segundo lugar, no contexto acadêmico universitário, especialmente nos espaços de pós-graduação, reconhece-se a fundamental importância da atuação dos professores para a definição das políticas adotadas pela universidade, pelos departamentos e pelos programas de pós-graduação. Assim, considera-se relevante entender como os professores – e consequentemente gestores – entendem e representam a política de cotas no espaço da universidade.

Método

Participantes

O Estudo 2 foi realizado em duas etapas, com participantes, instrumentos e técnicas de coleta e análise de dados específicas em cada uma delas. O primeiro momento esteve dedicado a identificar, de forma mais geral, as representações sociais e o posicionamento sobre as cotas universitárias, assim como o perfil dos professores participantes. No segundo, voltou-se para uma investigação mais qualitativa, com a finalidade de compreender essas representações e suas ancoragens sociais. Para isso, a primeira etapa da pesquisa foi realizada com 183

professores da Ufes, de quinze departamentos diferentes¹⁸, de todos os oito Centros existentes na universidade, em Vitória, nos campi de Goiabeiras e de Maruípe¹⁹. Os departamentos contemplados foram: Administração, Biblioteconomia e Economia, do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas; Línguas e Letras, Psicologia e Psicologia Social e do Desenvolvimento, do Centro de Ciências Humanas e Naturais; Educação Política e Sociedade, do Centro de Educação; Artes Visuais, do Centro de Artes; Engenharia Civil e Engenharia Mecânica, do Centro Tecnológico; Matemática, do Centro de Ciências Exatas; Departamentos de Desportos e Ginástica, do Centro de Educação Física e Desportos; e, por fim, Enfermagem e Odontologia, do Centro de Ciências da Saúde.

A amostra assumiu um caráter de conveniência e teve como principal estratégia de escolha dos departamentos convidados o tamanho de seu corpo docente. Essa forma de trabalho visou alcançar o maior número de participantes na menor quantidade de encontros, reuniões departamentais, já que a permissão por parte dos chefes de departamento e a execução da logística da coleta de dados não se mostrou algo trivial. Além desse critério, adotou-se como exigência prévia a realização da pesquisa em pelo menos um curso de cada Centro da Universidade. Esse padrão teve como objetivo amplificar a diversidade dos participantes e a representatividade do contexto geral.

A segunda etapa do estudo, por sua vez, foi realizada com 9 professores, sendo 6 deles do sexo masculino e 3 do feminino, de 8 departamentos diferentes e de 6 áreas distintas, de

¹⁸ Ao todo 25 departamentos da Universidade foram contatados. Contudo, a coleta não foi realizada em nove deles (departamentos de Arquitetura e Urbanismo; Biologia; Ciências Fisiológicas; Ciências Sociais; Clínica Cirúrgica; Clínica Médica; Comunicação Social; Química; e Teoria da Arte e Música) por falta de retorno. Já nos departamentos de Direito e História a pesquisa não foi realizada por falta de compatibilidade entre a agenda de reuniões e o cronograma da pesquisa.

¹⁹ Por uma limitação de logística, os campi localizados fora da capital, nas cidades de São Mateus e de Alegre, não foram contemplados nesta pesquisa.

acordo com a classificação do CNPq²⁰. Do total, 6 desses professores também participaram da primeira etapa da pesquisa, e 3 outros foram selecionados por meio da técnica da Bola de Neve (Vinuto, 2014), de modo a complementar o grupo desta segunda etapa, dedicada às entrevistas.

A divergência na forma de seleção dos participantes do segundo grupo derivou-se da dificuldade de que professores de posicionamentos distintos em relação às cotas universitárias aceitassem ser entrevistados. Inicialmente, tinha-se como objetivo entrevistar somente professores participantes da primeira coleta. O procedimento planejado, e que foi parcialmente seguido, foi o seguinte: durante a aplicação do questionário solicitou-se que os participantes interessados em responder também a entrevista da pesquisa deixassem seu contato no próprio questionário. Ao todo, 28 (1,3%) professores fizeram essa identificação. A fim de contemplar participantes com diferentes posicionamentos nas entrevistas, organizou-se esses professores em dois grupos: os que eram favoráveis às cotas e os que eram contrários a elas²¹. Dentre eles, como o número de participantes era grande no grupo dos favoráveis, sorteou-se aleatoriamente alguns professores para formalizar o convite para a entrevista. No caso do outro grupo, que teve um número bem inferior, entrou-se em contato com todos eles, inclusive, mais de uma vez.

Esse critério funcionou para os participantes do grupo a favor das cotas. Contudo, em relação ao grupo contra, só se conseguiu realizar uma única entrevista. Diante dessa dificuldade, e com o objetivo de manter a diversidade de posicionamentos entre os

²⁰ A fim de garantir aos participantes total anonimato, não serão informadas as áreas e nem os departamentos de atuação deles.

²¹ O recorte dos grupos considerou o posicionamento dos participantes em relação às cotas na pós-graduação, uma vez que o fenômeno se manifestou nesse nível, e não na graduação, quando as respostas se mostraram mais homogêneas.

entrevistados, de forma a alcançar novos participantes, aplicou-se a técnica da Bola de Neve, que possibilita alcançar grupos difíceis a partir de indicações - um participante indica outros possíveis voluntários de mesmo perfil (Vinuto, 2014). De modo a garantir um padrão entre os participantes, para os novos professores contactados, antes das perguntas previstas no roteiro de entrevistas, foram perguntadas as questões primordiais de caracterização contidas no questionário²².

Sobre a determinação da quantidade de sujeitos, para a primeira coleta de dados levou-se em consideração o caráter quantitativo que a investigação assumiu, buscando uma amostra maior e diversificada. Para o segundo momento, assumindo o caráter qualitativo adotado com as entrevistas, o número de participantes considerou o equilíbrio entre representantes dos dois grupos organizados – sendo 5 deles a favor e 4 contrários - e a orientação da saturação dos dados, conforme propõe Flick (2009).

Instrumentos

O Estudo 2 adotou diferentes instrumentos de acordo com a etapa da pesquisa: na primeira delas, utilizou-se um questionário com questões abertas e de múltipla escolha (Apêndice C), e, na segunda etapa, contou-se com um roteiro de entrevista semiestruturada (Apêndice D). O questionário contemplou perguntas sociodemográficas sobre a atuação profissional na Ufes, o posicionamento político-ideológico e o sobre posicionamento a respeito das cotas universitárias. O objetivo desse instrumento foi coletar informações que permitissem conhecer os participantes, entendendo o contexto e os grupos sociais em que provavelmente eles se inserem e possibilitando análises estratificadas dos dados, considerando os objetivos da

²² Devido à dificuldade de aplicação de algumas perguntas do questionário no modelo de entrevistas, as questões de livre associação de palavras não foram aplicadas a esses participantes.

pesquisa. Para a coleta dos dados referentes ao posicionamento político-ideológico, utilizou-se uma questão aberta sobre o(s) partido(s) políticos com o(s) qual(ais) o participante apresenta afinidade, analisada a partir da escala ideológica dos partidos brasileiros (Bolognesi, Ribeiro & Codato, 2020).

Adotadas como segundo instrumento de pesquisa, as entrevistas semiestruturadas tiveram como objetivo propiciar o aprofundamento das compreensões que os participantes possuem acerca das cotas universitárias, possibilitando que se conhecessem suas experiências, visões de mundo, argumentos e, conseqüentemente, metassistemas e tomadas de posição, por meio das ancoragens sociológicas.

Procedimentos de Coleta de Dados

A aplicação do questionário foi realizada em Vitória, na Ufes, nos campi de Goiabeiras e de Maruípe. Os participantes foram convidados durante reuniões de departamento previamente agendadas. Primeiramente, entrou-se em contato com chefes de departamento solicitando autorização para a realização da atividade. Nos casos em que a autorização foi dada, minutos antes de começar a reunião, os professores presentes foram informados sobre pesquisa e convidados a participarem dela de forma voluntária. Para evitar constrangimentos e garantir o anonimato dos professores, os instrumentos respondidos eram imediatamente depositados em uma pasta. Ao todo, a pesquisa foi realizada em catorze reuniões de departamento, duas no campus de Maruípe e doze em Goiabeiras. O tempo médio por coleta de dados foi de aproximadamente 40 minutos e essa etapa do estudo se estendeu ao longo do ano de 2019.

Em relação à realização das entrevistas, a coleta de dados deu-se da seguinte forma: os professores respondentes dos questionários que manifestaram interesse em participar da segunda etapa do estudo deixaram seus contatos no próprio instrumento. Com essa informação,

a pesquisadora enviou uma mensagem individual de e-mail para alguns professores, buscando agendar um horário para a condução da pesquisa.

A coleta de dados, inicialmente prevista para ocorrer de forma presencial, em virtude da pandemia de Covid-19, precisou acontecer, em sua maioria, de forma virtual. Somente uma entrevista, realizada antes da chegada da doença, ao final do ano 2019, pode ser presencialmente, e foi realizada na Ufes, em horário e local agendado com o participante. Todas as demais foram feitas via Google Meet, ao longo do ano de 2020.

Devido à dificuldade em se obter participantes da primeira coleta contrários às cotas universitárias para serem entrevistados, realizou-se a técnica da Bola de Neve. Primeiramente, acionaram-se dois contatos pessoais da pesquisadora que já haviam manifestado tal posição. A partir deles, solicitou-se que fossem indicados outros professores de mesma opinião de modo a completar a amostra desejada.

Procedimentos de Análise dos Dados

Para a análise das questões relacionadas à caracterização dos professores participantes contou-se com o auxílio do *software* SPSS, versão Pasw-Statistic, e realizaram-se estatísticas do tipo descritivas de frequência e de qui-quadrado. Para exame das entrevistas, com o suporte do *software* Iramuteq, foram realizadas análises lexicais clássicas, de especificidades, de similitude e a classificação hierárquica descendente (CHD), que organiza o *corpus* em classes (*clusters*), considerando a frequência e a semelhança dos vocábulos, a partir dos contextos textuais em que estão inseridos (Camargo & Justo, 2013).

Já para a análise do posicionamento político-ideológico dos professores, realizou-se uma comparação entre o(s) partido(s) que o participante afirma apresentar afinidade com a escala esquerda-direita proposta por Bolognesi, Ribeiro e Codato (2020), que organiza os

partidos políticos brasileiros em uma escala de posicionamento ideológico, em que as extremidades contemplam a extrema-esquerda e a extrema-direita (Figura 1). O instrumento foi elaborado a partir de um levantamento da opinião de 519 cientistas políticos em 2018, abrangendo todos os partidos existentes na ocasião. Essa metodologia, já reconhecida e aceita no âmbito dos estudos políticos, busca abarcar a complexidade e constante atualização que envolve o processo de se definir quem é de direita e de esquerda no âmbito político partidário brasileiro (Bolognesi, Ribeiro e Codato, 2020; Bolognesi, Babireski & Maciel, 2019; Tarouco & Madeira, 2015).

Procedimentos Éticos

A realização da coleta dos dados com professores da Ufes seguiu todas as diretrizes éticas estabelecidas pela legislação brasileira para pesquisas com seres humanos, tendo como base a Resolução número 510 de 2016. A pesquisa foi previamente autorizada pelo Comitê de Ética da Universidade Federal do Espírito Santo, com CAAE número 05960918.7.0000.5542.

Todos os professores convidados e interessados em responder a pesquisa foram informados sobre os objetivos do estudo, a voluntariedade de suas participações, a possibilidade de desistência de participação a qualquer tempo, o anonimato conferido aos dados, e sobre a manutenção dos instrumentos respondidos pelo período de cinco anos, armazenados na própria universidade, e estando disponíveis apenas para estudos com finalidades científicas.

Os participantes receberam ainda o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), com todas as informações necessárias sobre a investigação, seus direitos, os possíveis riscos a que foram submetidos (ainda que mínimos) e os contatos da pesquisadora e do comitê de ética responsável.

Nesta pesquisa, excepcionalmente, os participantes não precisaram assinar e devolver uma das vias do TCLE. Essa medida foi adotada com anuência e autorização do comitê de ética, considerando que tal assinatura poderia inibir os participantes, já que a temática das cotas é muito polêmica e que o país estava passando (e ainda está) por um período conflituoso, no que se refere a questões políticas, partidárias e ideológicas.

Resultados e Discussões

Os resultados encontrados neste estudo são apresentados e discutidos respeitando os instrumentos e o tipo de coleta empregados. Assim, primeiramente, são analisados os dados levantados com o questionário, que tiveram um viés mais quantitativo, possibilitando um mapeamento e uma visão mais geral dos professores da Ufes investigados. Nesse momento, são analisadas, essencialmente, informações como perfil pessoal, profissional e partidário dos participantes. Em seguida, volta-se para os dados das questões abertas do instrumento, que questiona sobre o posicionamento acerca das cotas universitárias e que foram trabalhados por meio de análises textuais com auxílio do *software* Iramuteq.

Em um segundo momento, aproximando-se de uma abordagem qualitativa, são discriminados e discutidos os dados oriundos das entrevistas. As informações dessa etapa foram organizadas de acordo com o posicionamento dos participantes, sendo eles favoráveis ou contrários às cotas, e trabalhadas a partir de análises textuais, como a análise de especificidades e a Classificação Hierárquica Descendente.

Resultados e discussões dos dados obtidos com questionário

Perfil dos professores participantes e posicionamento sobre as cotas universitárias

Esta etapa da pesquisa buscou uma visão mais ampla acerca do público participante. Ela foi realizada com 183 professores da Universidade Federal do Espírito Santo, de quinze departamentos distintos, organizados nas seguintes áreas, segundo a Tabela de Áreas do Conhecimento do CNPq: 37 (20,2%) participantes das Ciências da Saúde; 37 (20,2%) participantes da Linguística, Letras e Artes; 33 (18%) participantes das Ciências Sociais Aplicadas; 31 (16,9%) participantes das Ciências Humanas; 25 (13,7%) participantes das Ciências Exatas e da Terra e 20 (10,9%) participantes das Engenharias. Nesta fase, apenas duas das oito áreas que compõem a tabela não foram contempladas, Ciências Biológicas e Ciências Agrárias. Ao todo, tiveram representantes dos oito Centros²³ da universidade, conforme apresentado em detalhes na Tabela 4.

Tabela 4. Participantes por departamento

Departamento (Centro)	Frequência	Porcentagem (%)
Matemática (CCE)	25	13,7
Línguas e Letras (CCHN)	23	12,6
Educação, Política e Sociedade (CE)	15	8,2
Artes Visuais (CA)	14	7,7
Clínica Odontológica (CCS)	14	7,7
Desportos (CEFD)	14	7,7
Economia (CCJE)	14	7,7
Engenharia Mecânica (CT)	12	6,6
Administração (CCJE)	11	6,0
Psicologia (CCHN)	9	4,9
Biblioteconomia (CCJE)	8	4,4
Enfermagem (CCS)	8	4,4
Engenharia Civil (CT)	8	4,4
Psicologia Social e do Desenvolvimento (CCHN)	7	3,8
Ginástica (CEFD) ²⁴	1	0,5

²³ Centro de Artes (CA); Centro de Ciências Exatas (CCE); Centro de Ciências Humanas e Naturais (CCHN); Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas (CCJE); Centro de Ciências da Saúde (CCS); Centro de Educação (CE); Centro de Educação Física e Desportos (CEFD); Centro Tecnológico (CT).

²⁴ Só houve um participante do departamento de Ginástica, uma vez que a coleta foi realizada na reunião do departamento de Desportos e, por motivo específico, tal professor participava do encontro e quis responder ao instrumento.

Sobre o perfil dos professores participantes, 90 (49,5 %) eram do sexo masculino, 90 (49,5%) do sexo feminino e 3 (1,6%) não responderam à questão. A idade dos respondentes variou de 27 a 69 anos, com média de 44,8 e desvio padrão de 10,2. Sobre a cor/raça, como representado na Tabela 5, maioria considerável (72,7%) dos participantes se autodeclarou branco, seguido de pardos (19,7%). Chama atenção o número ínfimo de autodeclarados pretos e indígenas, representando, respectivamente, apenas 3,8% e 1,1% do total. Pelos dados, verifica-se que a soma de pretos e pardos, os negros, chega a 23,5 % (43 professores), ainda bem abaixo dos 56,2% que esse público representa na sociedade brasileira, de acordo com dados do IBGE (2019).

Tabela 5. Cor/ raça dos participantes de acordo com a autodeclaração

Cor	Frequência	Porcentagem (%)
Branca	133	72,7
Parda	36	19,7
Preta	7	3,8
Amarela	1	0,5
Indígena	2	1,1
Outra	3	1,6

A fim de compreender o perfil dos docentes participantes em relação aos professores do modo geral da Ufes, buscou-se informação sobre o perfil racial do corpo docente da universidade diretamente com a instituição, via Pró-reitoria de Gestão de Pessoas. Apesar de alguns dados dos servidores serem públicos e fornecidos pelo órgão, a cor/raça dos docentes não é um deles, de modo que mesmo com a Lei de Acesso à Informação, esses dados não nos foram entregues. Como uma segunda alternativa, buscou-se analisar o perfil dos docentes respondentes da Comissão Própria de Avaliação, a CPA, considerando que o seu relatório é publicado no site institucional. Contudo, nas últimas avaliações realizadas por ela essa informação não foi contemplada e, portanto, não consta nos resultados. A revisão de literatura

sobre o assunto também retornou poucos dados sobre a cor/raça dos docentes das universidades federais. Sobre isso, Vanali e Silva (2019, p. 102) argumentam que “o fato de termos poucos estudos que demonstrem a distribuição racial da docência nas universidades públicas é um dos indícios do nosso racismo acadêmico e da resistência da classe acadêmica em questionar a sua condição racial privilegiada”.

A ausência de negros nas universidades brasileiras, mesmo que de forma insipiente, já foi constatada por algumas pesquisas. Segundo análise dos dados de 2017, divulgados pelo Inep e feita pelo G1²⁵ (Moreno, 2018), nas universidades públicas e privadas do país somente 16% dos professores se autodeclararam negros (pretos e pardos). Mesmo tendo ocorrido um crescimento de 11,5% em comparação a 2010, os números ainda são alarmentemente baixos.

Desde 2006, Carvalho denuncia a profunda desigualdade racial nas universidades brasileiras, que perpassa os alunos e chega até o corpo docente e, conseqüentemente, repercute nas produções e citações acadêmicas brasileiras. Pesquisa realizada por Vanali e Silva (2019), com dados de 2017, dos programas de pós-graduação da Universidade Federal do Paraná, reforça a permanência dessa realidade até o período recente. Os autores apontam que, mesmo com o avanço promovido pelas cotas em concursos públicos, pretos e pardos somavam, naquele ano, menos de 3% entre os docentes dos programas de pós-graduação da universidade.

Ao aplicar esse mesmo recorte para os dados desta tese, considerando, portanto, apenas os professores participantes que atuavam na época da coleta de dados na pós-graduação, o percentual de negros cai de 23,5% para 10,4%; com 16 autodeclarados pardos e 3 pretos, de um total de 85 professores. Esses resultados tendem a reforçar a disparidade racial entre os

²⁵ Buscaram-se os dados originais, assim como os relatórios produzidos pelo Instituto. Contudo, as informações sobre cor/raça dos docentes não foi verificada em nenhuma das publicações, nem naqueles referentes ao censo do ensino superior. As análises do G1 foram empregadas a partir de microdados brutos disponibilizados pela instituição.

docentes da academia, em especial no nível de pós-graduação, mas ainda assim, apresentam considerável variação em relação aos 3% identificados por Vanali e Silva (2019). Acredita-se que essa diferença pode ser consequência de diversos fatores, como: 1) o fato de a nossa amostra não ser representativa em relação ao universo, pois foi constituída de forma não-probabilística e com número limitado de participantes; 2) a presente pesquisa traz dados mais atuais que aqueles analisados pelos autores, de modo que possam ter reflexos mais consistentes advindos das ações afirmativas promovidas na última década; e 3) é preciso considerar que o sul do país, local onde a UFPR se encontra, apresenta percentual menor de negros na sua população em relação ao sudeste, onde está localizada a Ufes (IBGE, 2010). De qualquer forma, o que cabe assinalar é que, mesmo em diferentes contextos, é perceptível que o corpo docente universitário ainda carrega resultados da desigualdade racial brasileira, e esses dados tentem a ser ainda mais desiguais no nível da pós-graduação.

No que se refere à carreira dos participantes na Ufes, verificou-se considerável diversidade na amostra quanto ao tempo de atuação como professor na universidade. A média foi de 10,8 e a mediana de 8 anos. Com desvio padrão de 10,2, o tempo máximo trabalhado foi de 44 anos e o mínimo de 1. Vale ressaltar que alguns professores frisaram que antes de entrar na Ufes atuaram como docentes em outra universidade federal. Além disso, alguns participantes expuseram não se sentir à vontade em responder essa pergunta, com receio de que ela possibilitasse sua identificação. Ao todo, 7 participantes não responderam à questão.

A pesquisa também questionou sobre nível em que o professor atuava no momento da coleta de dados: somente na graduação, na pós-graduação ou nos dois níveis. O resultado revelou que, na ocasião, 96 (52,5%) professores atuavam apenas na graduação; 4 (2,2%) se encontravam apenas na pós-graduação; e 81 (44,3%) trabalhavam tanto na graduação como na pós-graduação, sendo que alguns deles atuavam em programas de pós-graduação de outros

curso e de outras universidades. Esses dados mostram que apesar de o trabalho exercido exclusivamente na graduação ter sido majoritário entre os respondentes, número considerável de docentes estava atuando na pós-graduação, ao todo 85 (46,5%) professores.

Sobre o posicionamento em relação às cotas na graduação, por meio de uma questão de múltipla escolha, perguntou-se quem era: A) a favor; B) parcialmente a favor; C) parcialmente contra; D) contra; ou E) não tinha posição formada sobre o assunto. O resultado encontrado aponta para uma visão favorável da política, como detalhado na Tabela 6:

Tabela 6. Posicionamento em relação às cotas na graduação

Posicionamento	Frequência	Porcentagem (%)
A favor	115	62,8
Parcialmente a favor	47	25,7
Parcialmente contra	8	4,4
Contra	9	4,9
Não tem opinião formada	4	2,2

A mesma questão também foi feita em relação às cotas na pós-graduação. Nesse contexto, as respostas foram bem menos unânimes, mas ainda assim mais favoráveis do que contrárias, como demonstrado na Tabela 7. Nesses resultados, chama atenção, ainda, o alto número de participantes que informaram não ter opinião formada sobre o assunto, 29 (15,8) professores.

Tabela 7. Posicionamento em relação às cotas na pós-graduação

Posicionamento	Frequência	Porcentagem (%)
A favor	72	39,3
Parcialmente a favor	25	13,7
Parcialmente contra	8	4,4
Contra	47	25,7
Não tem opinião formada	29	15,8
Não respondeu	2	1,1

A fim de entender o perfil dos professores que responderam a cada uma das alternativas das questões sobre o posicionamento em relação às cotas, realizou-se o cruzamento desses dados, por meio do teste do qui-quadrado, com as variáveis pessoais, tais como sexo, faixa etária e cor/ raça. Contudo, como resultados, não foram verificadas quaisquer diferenças significativas, considerando $p < 0,05$. Como destaque, tem-se o fato de que ser branco, pardo, preto, amarelo ou indígena não parece estar associado com a decisão de se posicionar contra ou a favor das cotas. Outros elementos parecem atuar mais fortemente para identificação identitária dos participantes, como serão apresentados a seguir. Esse dado pode ajudar a entender a questão de alguns negros serem contra as cotas, como verificado por Naiff, Naiff e Souza (2009), e reforçam a inconsistência de argumentos que afirmam que “todo negro é a favor da política de cotas”, como forma de sustentar a crítica à reserva de vagas, que seriam, para essa visão de mundo, desiguais e negativamente discriminatórias.

A fim de analisar essa questão em mais detalhes, verificou-se, como demonstrado na Tabela 8, a proporção de pardos, pretos e indígenas em cada uma das categorias, sendo elas: a proporção total de respondentes; a proporção de respondentes contra as cotas na graduação; e a proporção de contrários às cotas na pós-graduação. Como resultado, verificou-se que esses números se mantiveram muito próximos, ou seja, a proporção de representantes por cor/raça manteve-se muito semelhante na estratificação dos professores contrários às cotas em relação à proporção verificada na amostra como um todo. Diante disso, reafirma-se que esse não parece ser um elemento determinante para a tomada de posição dos professores.

Tabela 8. Proporção de pretos e pardos totais, a favor e contra as cotas na graduação e na pós-graduação

Cor/ Raça	Porcentagem total de participantes	Porcentagem de contrários às cotas na graduação	Porcentagem de contrários da pós-graduação
Pretos	3,8	0	2,1
Pardos	19,7	22,2	19,1
Indígenas	1,1	0	2,1

Ainda sobre os dados acerca do posicionamento dos professores em relação às cotas, mais especificamente as cotas na pós-graduação, buscou-se identificar o perfil dos docentes que “não possuem opinião formada” sobre essa política. Para isso, realizou-se o teste do qui-quadrado com a variável “nível em que trabalha”. Como resultado, verificou-se que entre esses professores, 65,5% (19) atuavam, no momento da aplicação do questionário, exclusivamente na graduação; e 34,4% (10) estavam na pós-graduação. Contudo, não foi encontrada diferença significativa no cruzamento desses dados, considerando $p < 0,05$. Ou seja, não parece haver um padrão no posicionamento assumido pelo professor quando se considera o âmbito de atuação profissional.

O alto índice de professores sem opinião formada sobre a política de cotas na pós-graduação (15,8%) merece destaque, especialmente, porque em relação à graduação esse número foi muito menor (2,2%). Sabe-se que a Lei das Cotas instituiu a reserva de vagas na graduação em 2012 e que a diretriz oficial sobre a política de cotas na pós-graduação é mais recente. Todavia, ela não é nova. A portaria foi publicada em maio de 2016 e, faz-se importante frisar, que determinou o prazo de 90 dias para apresentação de propostas de implementação da ação afirmativa por cada programa de mestrado e de doutorado. Além disso, deve-se considerar que tal normativa adveio, em boa parte, da pressão dos movimentos sociais e dos grupos organizados - como, inclusive, demonstrou o Estudo 1 com as publicações de Carta Capital -, o que indica que as discussões sobre o assunto foram ainda anteriores a esse período. Por isso,

acredita-se que essa ausência de tomada de posição dos professores em relação às cotas na pós-graduação não esteja exatamente articulada com a falta de informação a respeito delas.

Por outro lado, a partir de uma retrospectiva histórica, acredita-se que o alto índice alcançado pela alternativa “sem opinião formada” possa estar parcialmente relacionado com a pouca experiência da Ufes com as cotas na pós-graduação. Do universo de 64 programas de pós-graduação *strictu sensu* da universidade, apenas seis contemplavam algum tipo de reserva de vagas para ingressantes no início de 2021 (Couzemenco, 2020). Essa realidade parece destoante de outras universidades, que, por iniciativa própria, via Resolução ou por meio de leis estaduais, institucionalizaram a obrigatoriedade das cotas em todos os cursos de mestrado e de doutorado (Vanali & Silva, 2019; Silva, 2017; Cordeiro, Diallo & Cordeiro, 2019).

Segundo Venturini (2019), em investigação realizada como parte dos trabalhos do Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (Gemma) da Uerj, em 2018, identificou-se 737 programas de pós-graduação com alguma ação afirmativa, representando 26,4% do total. A evolução desse cenário foi observada principalmente nos últimos anos, já que de 2015 a 2018 esse número quintuplicou, principalmente em função de Resoluções dos Conselhos Universitários. Para esse tipo de iniciativa, merece destaque a Universidade Estadual da Bahia (UNEB), que desde 2002 já possui resolução para ações afirmativas no âmbito da pós-graduação (Venturini, 2019).

Em relação à Ufes, não se pode deixar de mencionar que durante as discussões iniciais da ação afirmativa de cotas, primeiramente pensada para o nível de graduação, a universidade, conduzida pelos grupos sociais organizados, em especial pelo Movimento Negro Capixaba, exerceu papel de liderança, sendo uma das pioneiras no país a debater, assim como a implantar a política (Santos, 2014). Parece, portanto, oportuno investigar por que a Ufes não manteve

esse destaque, encampano também a luta pelas cotas no âmbito de pós-graduação. Pode se dizer que, hoje, pelo contrário, a universidade apresenta certa lentidão no avanço da política.

A comparação dos dados sobre a posição dos participantes a respeito das cotas na graduação e na pós-graduação (Tabelas 6 e 7) também revelou outros pontos importantes para discussão. No nível de graduação, enquanto apenas 4,9% (9) dos respondentes se posicionou contrário à política de cotas, no nível de pós-graduação esse índice subiu para 25,7% (47). Por outro lado, apesar de o número de respondentes “parcialmente contra” ter se mantido igual para os dois níveis de formação, os “a favor” e os “parcialmente a favor” apresentaram queda. No primeiro nível de análise, 62,8% (115) se declararam a favor e 25,7% (47) se declararam parcialmente a favor. Em relação à pós-graduação, esses números foram, respectivamente, de 39,3% (72) e 13,7% (25). Acredita-se que os dados, que visivelmente apontam para uma posição menos favorável para a pós-graduação em comparação com a graduação, dão uma base inicial para a compreensão do fato de a política de cotas para mestrados e doutorados na Ufes ainda ser uma exceção. Contudo, a partir deles não é possível afirmar se: 1) a menor receptividade à ação seja um dos motivos pelos quais a universidade não assumiu posição de liderança nacional na condução de seus debates; ou se 2) é justamente a ausência desse movimento interno a favor da política, que leva a maior heterogeneidade nas opiniões dos professores, repercutindo em menor aceitação à ação por parte de seu corpo docente.

Para a compreensão desses dados, deve-se considerar também que, apesar do avanço dos últimos anos, as cotas na pós-graduação também vivenciaram (e ainda vivenciam) entraves no cenário nacional. Além da revogação temporária da portaria 13, por meio da portaria de número 545, no dia 16 de junho de 2020, pelo então ministro da educação Abraham Weintraub, Vanali e Silva (2019) lembram que logo após a normativa federal ser publicada, ainda em 2016, o Grupo de Trabalho da Capes “Inclusão Social na Pós-Graduação” foi suspenso. Segundo os

autores, o grupo que tinha como objetivo “analisar e propor mecanismos de inclusão de estudantes autodeclarados pretos, pardos e indígenas e aqueles com deficiência [...] em programas de mestrado e doutorado e em programas de mobilidade internacional” (Vanali & Silva, p.99), não teve retorno mesmo após pressões de outras entidades sob a Capes. A questão de a pós-graduação destinar-se a um público mais restrito e de estar ligada ao ambiente da elite universitária é frequentemente apontada como um dos principais motivos que levam a sua resistência vivenciada até os dias atuais. Para os dados específicos desta tese, acredita-se que tal interpretação não possa ser desconsiderada. Ou seja, entende-se que não só um, mas vários fatores têm contribuído para o posicionamento contrário às cotas na pós-graduação. E a desestabilização do domínio desse espaço por parte da elite e o caráter simbólico que elas carregam precisam ser reconhecidos como dois deles.

Encerrando as análises que buscaram associações entre o perfil profissional dos professores da Ufes e suas posições em relação às cotas universitárias, realizou-se o teste do qui-quadrado abarcando a variável “área do conhecimento” dos docentes, de acordo com a tabela do CNPq. Como resultado, tanto para a graduação quanto para a pós-graduação identificaram-se, pela primeira vez, diferenças significativas, descritas nas Tabelas 9 e 10.

Sobre o posicionamento em relação às cotas na graduação (Tabela 9), observou-se que professores de Ciências Humana, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Exatas e da Terra, Ciências da Saúde e Linguística, Letras e Artes foram majoritariamente “a favor”; enquanto professores das Engenharias foram majoritariamente “parcialmente a favor”. Em relação aos que se declararam “contra”, o maior percentual proporcional também esteve entre os professores das Engenharias, 10% desse grupo, seguido dos professores das Ciências da Saúde (8,1%), das Ciências Exatas e da Terra (8%) e das Ciências Sociais Aplicadas (6,1%). Nas

áreas de Ciências Humanas e de Linguística, Letras e Artes, nenhum professor participante se declarou “contra” às cotas universitárias na graduação.

Tabela 9. Associação entre posicionamento em relação as cotas na graduação e área do conhecimento em que atua

	<i>Posição em Relação as Cotas na Graduação</i>					χ^2 (gl)	p
	A favor	Contra	Parcialmente a favor	Parcialmente contra	Sem opinião formada		
	(N=115) F (%)	(N=9) F (%)	(N=47) F (%)	(N=8) F (%)	(N=4) F (%)		
Área de Atuação							
Ciências Humanas (N=31)	29 (93,5)	0 (0)	2 (6,5)	0 (0)	0 (0)	49,6 (20)	0,000
Ciências Sociais Aplicadas (N=33)	22 (66,7)	2 (6,1)	7 (21,2)	1 (3,0)	1 (3,0)	49,6 (20)	0,000
Ciências Exatas e da Terra (N=25)	14 (56)	2 (8)	7 (28)	2 (8)	1 (2,7)	49,6 (20)	0,000
Ciências da Saúde (N=37)	20 (54,1)	3 (8,1)	11 (29,7)	2 (5,4)	1 (2,7)	49,6 (20)	0,000
Engenharias (N=20)	2 (10)	2 (10)	11 (55)	3 (15)	2 (10)	49,6 (20)	0,000
Linguística, Letras e Artes (N=37)	28 (75,7)	0 (0)	9 (24,3)	0 (0)	0 (0)	49,6 (20)	0,000

Em relação às cotas na pós-graduação (Tabela 10), pelo menos um participante de todas as áreas do conhecimento se declarou “contra”. Mas, novamente, o destaque dessa categoria ficou entre os professores das Engenharias, dos quais 65% assinalaram a alternativa. Os maiores percentuais foram seguidos, mais uma vez, pelas Ciências Exatas e da Terra e pelas Ciências da Saúde, mas em posição alternada em comparação com a graduação. Aqui, os professores das Ciências Exatas e da Terra somaram 40% de contrários, e os professores das Ciências da Saúde, 33,3%. Por outro lado, novamente, os menores índices estiveram entre os professores das Ciências Humanas, com 3,2%, e da Linguística, Letras e Artes, com 5,4%.

Reafirmando uma posição mais favorável às cotas, essas áreas também acumularam o maior percentual de professores “a favor”, com 71% e 51,4%, respectivamente.

Tabela 10. Associação entre posicionamento em relação as cotas na pós-graduação e área do conhecimento em que atua.

	<i>Posição em Relação as Cotas na Pós-Graduação</i>					χ^2 (gl)	p
	A favor (N=72)	Contra (N=47)	Parcialmente a favor (N=25)	Parcialmente contra (N=8)	Sem opinião formada (N=29)		
	F (%)	F (%)	F (%)	F (%)	F (%)		
<i>Área de Atuação</i>							
Ciências Humanas (N=31)	22 (71)	1 (3,2)	3 (9,7)	0 (0)	5 (16,1)	70,2 (20)	0,000
Ciências Sociais Aplicadas (N=32)	15 (46,9)	9 (28,1)	6 (18,8)	1 (3,1)	1 (3,1)	70,2 (20)	0,000
Ciências Exatas e da Terra (N=25)	2 (8)	10 (40)	2 (8)	3 (12)	8 (32)	70,2 (20)	0,000
Ciências da Saúde (N=36)	13 (36,1)	12 (33,3)	4 (11,1)	3 (8,3)	4 (11,1)	70,2 (20)	0,000
Engenharias (N=20)	1 (5)	13 (65)	1 (5)	0 (0)	5 (25)	70,2 (20)	0,000
Linguística, Letras e Artes (N=37)	19 (51,4)	2 (5,4)	9 (24,3)	1 (2,7)	6 (16,2)	70,2 (20)	0,000

Esses dados indicam como o contexto profissional dos participantes docentes, seja por suas experiências em sala de aula, seja por suas visões de mundo oriundas das temáticas que pesquisam e das teorias científicas que estudam, parecem ter alguma importância na definição de suas posições em relação ao sistema de cotas na universidade. Os dados do qui-quadrado não são capazes de indicar se uma variável predispõe a outra, ou seja, se entre elas há uma relação causal, mas eles revelam indícios, associações, verificam um padrão no comportamento que as variáveis analisadas assumem.

Os resultados, portanto, podem ser entendidos como a indicação de um possível metassistema (Doise, 2014) que contribui para a tomada de posição entre os participantes. Se por um lado o sexo, a idade e a cor e a raça não parecem indicar um fator grupal para a organização dos professores de acordo com a afinidade com a política de cotas, as suas áreas de atuação parecem, sim, contribuir para esse fenômeno.

Nesse contexto, vale retomar a revisão de literatura que identificou como dados de desempenho acadêmico e de evasão escolar entre cotistas e não cotistas mudam substancialmente de um curso para outro (Colbino, Xavier & Sabino, 2020). Ainda que os achados não sejam unânimes, com certa recorrência, verificou-se melhor desempenho dos cotistas em cursos de Humanas (Peixoto et al., 2016; Pinheiro, 2017; Velloso, 2009); enquanto nas áreas de Saúde (Velloso, 2009), Ciências Biológicas (Peixoto et al., 2016) e de Ciências Exatas (Peixoto et al., 2016; Pinheiro, 2015), os cotistas apresentaram desempenho inferior. Ainda que de forma primária, é preciso pontuar que as áreas em que os professores apresentam maior aprovação em relação à política, como a Ciências Humanas, também é aquela em que o melhor desempenho dos alunos apareceu de forma mais sistemática. Os dados opostos, em relação ao baixo desempenho e a menor aceitação da política, também seguiram o mesmo padrão.

Não se deve concluir, contudo, que seja a experiência imediata a única ou a principal motivação para formação da posição dos docentes. Estudo realizado com alunos e professores de medicina da Universidade Estadual de Montes Claros (Ribeiro et al., 2016) constatou a discrepância na percepção sobre a realidade das cotas e, especialmente dos cotistas, para os dois públicos participantes. Enquanto 75% dos alunos discordam que os cotistas apresentem maior dificuldade para realizar as atividades acadêmicas, 54% dos professores concordam com a afirmativa. Os autores da pesquisa ressaltam que os dados de identificação dos alunos cotistas são sigilosos, fazendo com que tal percepção de “concordar ou discordar dessa assertiva

fundamenta-se em pré-concepções” que, inclusive, podem acarretar discriminação e preconceito, interferindo na “relação professor-estudante e, conseqüentemente, no processo ensino-aprendizagem” (Ribeiro et al., 2016, p. 70). Ou seja, é preciso maiores esforços investigativos nessa temática para entender, de fato, o que possivelmente esteja associado aos resultados encontrados.

No âmbito da Teoria das Representações Sociais, sabe-se quão importante é o pertencimento grupal, assim como a convivência para a constituição das representações, das visões de mundo e das práticas sociais (Moscovici, 2017; Doise, 2002; Vala, 1997). Por isso, embasando-se em Doise (2014), acredita-se que o que se verifica aqui é exatamente a atuação do metassistema na definição das tomadas de posição, sejam elas favoráveis ou contrárias ao fenômeno estudado.

Por fim, de forma complementar e ainda buscando entender um pouco melhor os posicionamentos dos participantes acerca das cotas, buscou-se analisar associação entre as repostas destinadas aos níveis de graduação e de pós-graduação. Como resultado da análise do qui-quadrado, verificou-se, novamente, diferença significativa nas respostas de cada variável (Tabela 11), indicando um padrão no dados dos professores quando se associam as duas variáveis:

Tabela 11. Associação entre posicionamento em relação as cotas na graduação e na pós-graduação

	<i>Posição em Relação as Cotas na Graduação</i>					χ^2 (gl)	p
	A favor (N=113)	Contra (N=9)	Parcialmente a favor (N=47)	Parcialm ente contra (N=8)	Sem opinião formada (N=4)		
	F (%)	F (%)	F (%)	F (%)	F (%)		
<i>Posição em Relação as Cotas na Pós-Graduação</i>							
A favor (N=72)	72 (100)	0 (0)	0 (0)	0 (0)	0 (0)	118 (16)	0,000
Contra (N=47)	9 (19,1)	9 (19,1)	20 (42,6)	6 (12,8)	3 (6,4)	118 (16)	0,000
Parcialmente a favor (N=25)	9 (36)	0 (0)	16 (64)	0 (0)	0 (0)	118 (16)	0,000
Parcialmente contra (N=8)	3 (37,5)	0 (0)	4 (50)	1 (12,5)	0 (0)	118 (16)	0,000
Sem opinião formada (N=29)	20 (69)	0 (0)	7 (24,1)	1 (3,4)	1 (3,4)	118 (16)	0,000

Os dados indicam que os participantes a favor das cotas na pós-graduação foram também 100% a favor das cotas na graduação. Assim como os participantes contrários às cotas na graduação também foram 100% contrários as cotas na pós-graduação. As mudanças, portanto, estiveram, principalmente, entre aqueles que se posicionaram nas categorias do “parcialmente”. Observa-se ainda que, mesmo que com baixa representatividade, entre os respondentes que não tinham opinião formada sobre as cotas na graduação – apenas 4 professores-, 75% (3) se posicionaram contra elas no âmbito da pós-graduação.

A partir dos resultados descritos, infere-se que as ambiguidades, as diferentes tomadas de posição, mais precisamente a formação dos grupos sociais entre os participantes, parece ocorrer especificamente no âmbito da pós-graduação. É em relação a esse nível de formação que as tomadas de posição são mais decisivas, distinguíveis e mais diretas, sendo esse o nível em que o fenômeno estudado de fato se manifesta. Analisando as posições de extremidades, ou seja, “a favor” e “contra”, identifica-se que a posição acerca das cotas na pós-graduação é

indicativa e diretiva da posição em relação à graduação; e quando há ainda incertezas nessa definição de pertencimento grupal, o participante busca pela alternativa “sem opinião formada”. Esse dado, inclusive, pode auxiliar na compreensão dos resultados discutidos anteriormente, que revelaram que o número de participantes sem posição definida é muito maior entre os participantes em relação à pós-graduação (15,8%), do que a graduação (2,2%).

Ideologia e posicionamento em relação às cotas universitárias

A fim de conhecer melhor os participantes a partir de uma perspectiva ideológico-partidária, solicitou-se, em uma questão aberta, que os professores indicassem os três partidos políticos brasileiros com os quais apresentam maior afinidade. Ao todo foram mencionados dezessete partidos políticos, sendo dois deles não registrados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) na data de consulta (dezembro de 2020): o Partido Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que atualmente é chamado de Movimento Democrático Brasileiro (MDB), e o “PC”, sigla inexistente e, portanto, partido não identificado. Número considerável de respondentes (84, 45,9%) deixou a questão em branco e alguns ainda explicitaram não apresentar afinidade com qualquer partido. Houve, também, casos de participantes que sinalizaram apenas uma ou duas agremiações.

Esses podem ser entendidos como os primeiros resultados relevantes propiciados pela questão. O fato de quase metade dos participantes não mencionar nenhum partido com o qual apresente afinidade parece indicar a descrença do público com a política partidária brasileira. Escândalos frequentes de corrupção e a recorrente queda em índices sociais e econômicos importantes, como nível de pobreza, qualidade educacional, crescimento econômico, dívida externa, entre outros, podem estar entre as causas dessa falta de afinidade. A polarização vivenciada fortemente no país também pode contribuir para essa realidade. Não querer se enquadrar nem na Direita e nem na Esquerda, polos mais bem demarcados no cenário político-

partidário atual, e não se sentir socialmente pertencente a esses grupos, provavelmente, seja mais um dos fatores para o alto índice de abstenção da referida questão.

As frequências de menção a cada um dos partidos, bem como as respectivas categorias ideológico-partidárias, considerando a metodologia de classificação proposta por Bolognesi, Ribeiro e Codato (Figura 1), estão descritas na Tabela 12:

Tabela 12. Afinidade com partidos políticos brasileiros

Partido Político	Frequência	Porcentagem (%)	Ideologia
Partido dos Trabalhadores (PT)	65	35,5	Esquerda
Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)	57	31,1	Extrema-esquerda
Partido Democrático Trabalhista (PDT)	20	10,9	Centro-esquerda
Partido Comunista do Brasil (PCdoB)	17	9,3	Esquerda
Partido Novo (Novo)	15	8,2	Direita
Rede Sustentabilidade (Rede)	11	6,0	Centro
Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)	7	3,8	Direita
Partido Verde (PV)	5	2,7	Centro
Partido Socialista Brasileiro (PSB)	5	2,7	Centro-esquerda
Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU)	4	2,2	Extrema-esquerda
Partido Social Liberal (PSL)	3	1,6	Direita
Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) atual MDB	2	1,1	Direita
Podemos	2	1,1	Direita
Democratas (DEM)	1	0,5	Extrema-direita
Partido Comunista Brasileiro (PCB)	1	0,5	Extrema-esquerda
Partido da Causa Operária (PCO)	1	0,5	Extrema-esquerda
<i>PC (partido inexistente)</i>	1	0,5	-

No que se refere às ideologias mencionadas, de acordo com os dados, é possível observar que todas as classificações foram citadas, com exceção da ideologia de centro-direita, representada pelos partidos: Avante; PHS; PMB; PMN; PTB e SDD (Bolognesi, Ribeiro & Codato, 2020). Em relação à frequência da menção a cada uma delas, verifica-se que o viés de esquerda apareceu com maior recorrência, como fica visível no Gráfico 2. Apesar de ao longo

da revisão bibliográfica não ter sido encontrado nenhum mapeamento sobre o posicionamento político-ideológico de docentes universitários e, em especial, de docentes de universidades federais, historicamente, sabe-se da afinidade desse público com a perspectiva da visão crítica, de valorização do bem-estar coletivo e da luta pela igualdade, diretrizes essas bem alinhadas com a ideologia de esquerda (Bobbio, 1995). Além disso, a academia, com frequência, é palco manifestações e congrega líderes de movimentos sociais com pautas de esquerda, exercendo um importante papel educacional e, conseqüentemente, político e social no contexto brasileiro.

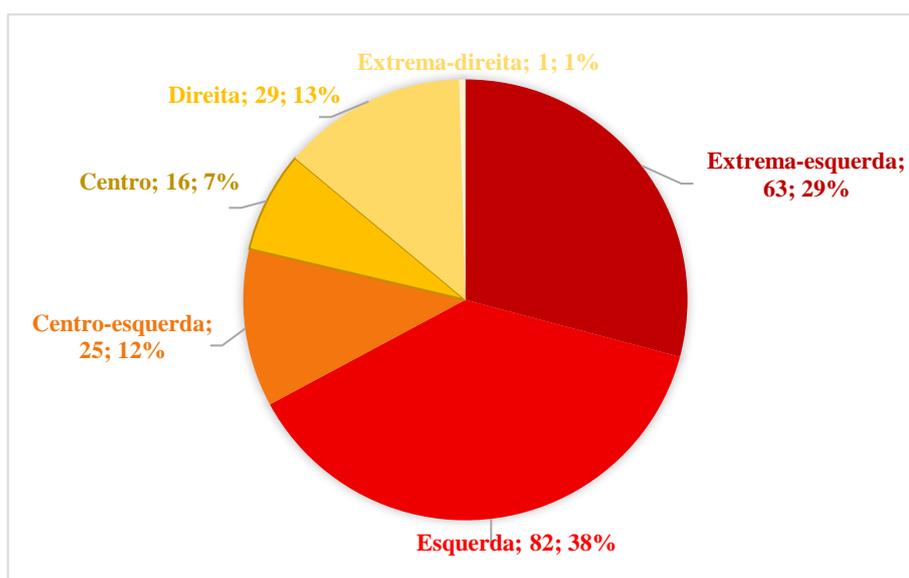


Gráfico 2. Frequência das ideologias de acordo com os partidos citados pelos professores

De posse da identificação político-partidária dos participantes, a fim de ampliar a validação dos dados para uma análise quantitativa e comparativa, organizou-se o material considerando ao invés de seis, três grupos ideológicos: os partidos com viés de Esquerda, de Direita e de Centro. O grupo “Esquerda”, contemplou os partidos classificados como de Extrema-esquerda, Esquerda e Centro-esquerda. Os partidos de Extrema-direita e de Direita²⁶ foram organizados no grupo denominado de “Direita”; e os partidos classificados como de Centro ficaram no grupo de mesmo nome. Feita essa organização, houve a necessidade de se

incluir mais um grupo de modo a contemplar os dados dos participantes que mencionaram simultaneamente partidos que se incluíam em grupos distintos, como por exemplo, partidos de Esquerda e de Direita. Para esses casos, considerou-se um grupo complementar, identificado por uma ideologia político-partidária “indefinida”.

Com a nova categorização, realizaram-se testes de qui-quadrado para verificar possíveis associações entre a afinidade política e o posicionamento dos participantes em relação às cotas universitárias na graduação e na pós-graduação. Todos esses cruzamentos resultaram em diferenças significativas, considerando $p < 0,05$, inclusive com o valor de p sendo igual ou menor que 0,001, como mostram as Tabelas 13 e 14.

Tabela 13. Associação entre posicionamento em relação as cotas na graduação e ideologia político-partidária

	<i>Posição em Relação as Cotas na Graduação</i>					χ^2 (gl)	p
	A favor (N=77)	Contra (N=3)	Parcialmente a favor (N=16)	Parcialmente contra (N=5)	Sem opinião formada (N=0)		
	F (%)	F (%)	F (%)	F (%)	F (%)		
<i>Ideologias</i>							
Esquerda (N=77)	66 (85,7)	0 (0)	9 (11,7)	2 (2,6)	0 (0)	28 (9)	0,001
Direita (N=17)	7 (41,2)	3 (17,6)	5 (29,4)	2 (11,8)	0 (0)	28 (9)	0,001
Centro (N=2)	1 (50,0)	0 (0)	1 (50)	0 (0)	0 (0)	28 (9)	0,001
Indefinida (N=5)	3 (60)	0 (0)	1 (20)	1 (20)	0 (0)	28 (9)	0,001

No âmbito da graduação, entre os professores unificados no grupo de Esquerda, 85,7% (66) são “a favor” e ninguém se manifestou “contra” as cotas. Entre os professores de viés de Direita, 41,2% (7) são “a favor”, 17,6% (3) são “contra” e 29,4% (5) se qualificou como “parcialmente a favor”. Com esses dados, o que se observa é que os professores de Direita também se declaram majoritariamente a favor da política, mas ainda assim com um padrão significativamente diferente do grupo da Esquerda, e, comparativamente, menos favorável à

ação afirmativa. Esses resultados indicam haver uma considerável associação entre a ideologia dos professores com a posição que eles assumem em relação às cotas na graduação. Isso quer dizer que, assim como a área atuação docente, a afinidade política ideológica parece exercer papel importante como metassistema na definição da tomada de posição.

Tabela 14. Associação entre posicionamento em relação as cotas na graduação e ideologia político-partidária

	<i>Posição em Relação as Cotas na Pós-Graduação</i>					χ^2 (gl)	p
	A favor (N=48)	Contra (N=19)	Parcialmente a favor (N=11)	Parcialmente contra (N=4)	Sem opinião formada (N=17)		
	F (%)	F (%)	F (%)	F (%)	F (%)		
<i>Ideologias</i>							
Esquerda (N=75)	45 (60)	6 (8)	8 (10,7)	2 (2,7)	14 (18,7)	36 (12)	0,000
Direita (N=17)	2 (11,8)	9 (52,9)	2 (11,8)	2 (11,8)	2 (11,8)	36 (12)	0,000
Centro (N=2)	0 (0)	2 (100)	0 (0)	0 (0)	0 (0)	36 (12)	0,000
Indefinida (N=5)	1 (20)	2 (40)	1 (20)	0 (0)	1 (20)	36 (12)	0,000

No âmbito da pós-graduação, a diferença significativa permanece, confirmando a associação entre as variáveis ideologia e posicionamento sobre as cotas. Contudo, em relação aos dados da graduação, aqui os resultados demonstram menos aceitação as cotas por parte de todos os quatro grupos político-partidários analisados. Considerando os dois níveis de formação, o somatório de professores de Esquerda “a favor” cai de 85,7% para 60% (45); o número de participantes “contra” sobe de 0 para 8% (6); e as outras alternativas – parcialmente contra e a favor e sem opinião formada - se mantêm praticamente iguais. A mudança é ainda mais substancial para o grupo da Direita, quando os “a favor” passam de 41,2% para 11,8% (2) e os “contra” sobem de 17,6% para 52,9% (9). Ressalta-se, contudo, que como o número de professores caracterizados com o viés de Direita é reduzido, apenas 17 no total, na comparação qualquer mudança está suscetível a grande variação percentual. Ainda assim, é visível como a

pós-graduação assimila maior rejeição entre os participantes e como os grupos Esquerda, Direita, Centro e de ideologia Indefinida apresentam padrões significativamente diferentes entre si.

Em virtude de muitos participantes não terem respondido à questão sobre afinidade partidária, ocasionando uma amostra consideravelmente menor, e buscando entender melhor os dados, conferindo maior credibilidade à análise quantitativa, trabalhou-se a mesma variável a partir de um segundo arranjo. Nesse caso, consideraram-se três grupos, ao invés de quatro. Manteve-se a classificação de Esquerda e de Direita e agruparam-se todos os demais participantes na categoria “Outros”. Esse grupo contemplou as informações dos professores que não responderam à questão da afinidade partidária, assim como aqueles que foram classificados como “Ideologia Indefinida” e os professores do grupo Centro, que apresentou baixo número de representantes, apenas 2.

Como resultado (Tabelas 15 e 16), mais uma vez a diferença significativa foi observada tanto para as respostas sobre a graduação, quanto para a pós-graduação. Em relação ao novo grupo formado²⁷, denominado de “Outro/ Não Respondeu”, observou-se que, no âmbito da graduação: 47,2% (42) declaram-se “a favor” das cotas; 37,1% (33) “parcialmente a favor”; e 6,67% (6) “contra”. Já em relação a pós-graduação: 36% (32) responderam ser “contra”; 28,1% (25) “a favor”; e 16,9% (15) “parcialmente a favor”. Comenta-se, por fim, que os indecisos, aqueles que afirmaram não ter opinião formada sobre o assunto, representou 18,7% do grupo de Esquerda, 11,8%, da Direita e 14,6% do grupo Outro/Não Respondeu. Ou seja, o percentual de indecisos se faz presente nos três grupos, mas ele é menor entre os professores de viés ideológico de Direita, e maior entre os participantes de Esquerda.

²⁷ Os dados dos grupos de Esquerda e Direita não se alteraram pois o teste realizado foi exatamente igual ao apresentado anteriormente.

Tabela 15. Associação entre posicionamento em relação as cotas na graduação e ideologia-partidária

	<i>Posição em Relação as Cotas na Graduação</i>					χ^2 (gl)	p
	A favor (N=115)	Contra (N=9)	Parcialmente a favor (N=47)	Parcialmente contra (N=8)	Sem opinião formada (N=4)		
	F (%)	F (%)	F (%)	F (%)	F (%)		
<i>Ideologia Esquerda x Direita</i>							
Esquerda (N=77)	66 (85,7)	0 (0)	9 (11,7)	2 (2,6)	0 (0)	38,5 (8)	0,000
Direita (N=17)	7 (41,2)	3 (17,6)	5 (29,4)	2 (11,8)	0 (0)	38,5 (8)	0,000
Outro/ Não respondeu (89)	42 (47,2)	6 (6,7)	33 (37,1)	4 (4,5)	4 (4,5)	38,5 (8)	0,000

Tabela 16. Associação entre posicionamento em relação as cotas na pós-graduação e ideologia-partidária

	<i>Posição em Relação as Cotas na Pós-Graduação</i>					χ^2 (gl)	p
	A favor (N=72)	Contra (N=47)	Parcialmente a favor (N=25)	Parcialmente contra (N=8)	Sem opinião formada (N=29)		
	F (%)	F (%)	F (%)	F (%)	F (%)		
<i>Ideologia Esquerda x Direita</i>							
Esquerda (N=75)	45 (60)	6 (8)	8 (10,7)	2 (2,7)	14 (18,7)	36 (8)	0,000
Direita (N=17)	2 (11,8)	9 (52,9)	2 (11,8)	2 (11,8)	2 (11,8)	36 (8)	0,000
Outro/ Não respondeu (N=89)	25 (28,1)	32 (36)	15 (16,9)	4 (4,5)	13 (14,6)	36 (8)	0,000

A partir dos resultados descritos é possível verificar a importância que a ideologia-partidária assume como princípio norteador da tomada de posição em relação às políticas de cotas nas universidades, independentemente dos arranjos de organização dos dados. Junto ao contexto profissional, o viés ideológico se apresenta como elemento importante na constituição metassistêmica dos participantes. O resultado encontrado possui afinidade direta com as ideias de Doise (2002; 2010; 2014), que propõe que a ideologia deve ser entendida como um dos elementos balizadores das ancoragens sociais no processo de constituição das representações sociais.

De modo geral, o que se observa é que sexo, faixa etária e cor/raça, dados sociodemográficos dos professores, não contribuem para que eles assumam uma posição a favor ou contra as cotas, seja na graduação ou na pós-graduação. A organização social desse grupo envolve outros elementos que estão associados ao seu contexto profissional direto, ou seja, sua área de atuação, e a sua visão de mundo, aqui compreendida a partir da noção de ideologia político-partidária.

Considerando esses dois elementos do metassistema de importância para o fenômeno das cotas universitárias, se por um lado o contexto profissional envolve muito de experiência prática e de dia a dia, a ideologia se associa a crenças, valores, aspectos culturais, elementos mais arraigados e com uma dimensão mais geral (Doise, 2002; 2014; Guaresch, 2000), carregados de paixão, por assim dizer. Por isso, investigar esse aspecto é tão fundamental, já que a sua base racional é menos ativada e a sua mudança requer mais tempo e engajamento. Nesse sentido, quando se verifica que tais aspectos podem impactar direta ou indiretamente na promoção e aceitação de política públicas e na condução de ações que envolvem a vida de milhares de pessoas e que, portanto, vão se refletir na condução da história de um país, acredita-se que a responsabilidade de tomar consciência desses dados possa a ser ainda mais preponderante.

Não se pode esquecer também do papel da ideologia no favorecimento de um grupo em detrimento de outro, ou seja, da sua dimensão negativa no espaço social, ao ser utilizada como um aparelho de Estado para manutenção de relações assimétricas (Cabecinhas, 2009; Guaresch, 2000). Assim, intencionalmente ou não, seguir essencialmente uma orientação ideológica na definição de políticas públicas e sociais, pode significar na manutenção de privilégios, na justificação de uma ordem estabelecida, e, como consequência, no entravamento de mudanças, considerando o caráter cristalizado que ela atribui aos fenômenos (Doise, 2014; Guaresch, 2000). É sabido, também, que o seu poder na orientação de comportamentos, práticas e ideias

pode ser utilizado no sentido oposto, que é o de justificar e buscar a mudança social, como atuam, por exemplo, as minorias ativas (Moscovici, 2011). Contudo, é preciso pontuar que essa é uma direção da exceção, e, frequentemente, utilizada para se buscar uma reparação histórica de desigualdade, carregando, portanto, com maior frequência, um viés positivo e de resposta ao que já está posto.

Diante desse contexto, pondera-se a necessidade de se promover cada vez mais levantamento de dados, estudos e diálogos com representantes de diferentes atores e movimentos sociais ao se tomar decisões que impactam na coletividade da população. Essa seria uma forma de trazer ao debate elementos racionais e dados objetivos, de modo a conscientizar sobre eventuais distorções advindas da ideologia, especialmente quando se trata de assuntos que conferem a ela importância ainda maior, como são, por exemplo, os debates identitários, polêmicos e polarizados.

Os resultados encontrados nesta etapa da investigação, todavia, não devem ser entendidos como deterministas e finais, muito pelo contrário. Eles se apresentam apenas como indicativos que requerem maior apreciação, análise e aprofundamento. Nesse sentido, os dados das questões abertas do questionário e das entrevistas, que serão posteriormente analisados, apresentam papel fundamental nesta investigação.

Posicionamento em relação às cotas universitárias: Justificativas

O questionário aplicado aos professores também contemplou questões abertas sobre a explicação para o posicionamento assumido por eles em relação às cotas universitárias. Com a finalidade de identificar e entender as representações sociais dos participantes e suas ancoragens, nessas questões, trabalhadas a partir de análises de especificidades, pedia-se aos respondentes que justificassem as respostas sobre serem a favor, parcialmente a favor, parcialmente contra ou contra as cotas na graduação e na pós-graduação.

Ao todo, foram analisadas respostas de 142 professores. Dez professores não responderam a nenhuma das duas questões, e, entre os que responderam a apenas uma delas, no total de onze professores, um deixou em branco a questão sobre a graduação e dez não responderam à questão sobre a pós-graduação. Em alguns casos, verificou-se que os participantes apresentaram a mesma explicação para as duas perguntas.

Para a primeira análise realizada, estratificou-se os participantes e suas respectivas respostas em quatro categorias: 1) aquelas que justificavam o posicionamento a favor das cotas; 2) as respostas sobre ser parcialmente a favor; 3) as explicações sobre ser parcialmente contra; e 4) as explicações sobre ser contra as cotas. Como a demarcação desses quatro grupos ocorreu basicamente nas respostas referentes às cotas na pós-graduação, como discutido em momento anterior, utilizou-se somente esses dados para a análise de especificidades²⁸. Como resultado, considerando $p < 0,05$ e $GL=1$, verificou-se que duas palavras, e somente elas, destacaram-se para alguns grupos em relação aos demais. Os professores contrários às cotas na pós-graduação mencionaram significativamente mais vezes a palavra “aluno” ($X^2=4,35$) em relação aos demais grupos de professores, e os professores a favor da política mencionaram a palavra “dever” ($X^2=-4,36$) significativamente menos vezes que os outros participantes. Esses dados apresentam indícios sobre os argumentos utilizados por cada grupo para sustentarem suas posições acerca das cotas. E os segmentos de texto mais representativos de cada categoria ajudam a compreender esses resultados:

Grupo de professores a favor:

²⁸ Ao realizar essas análises com os dados da graduação obteve-se resultados pouco expressivos. Como os quatro grupos não foram bem delimitados nesse nível de formação, com baixo número de participantes contra as cotas na graduação, por exemplo, tornou-se inviável a comparação das respostas dos respondentes. Nesse sentido, e considerando que as ambiguidades foram verificadas nas respostas referentes à pós-graduação, optou-se por suprimir tal análise.

Pesquisas do próprio governo federal atestam os **ganhos sociais** advindos das políticas de cotas. Ajustes são necessários, mas é fundamental para a **história de desigualdade social** do Brasil que as políticas de cotas sejam constantemente implementadas e aperfeiçoadas. Nos meus olhos de prática docente, observo a questão, inclusive, repercutindo no perfil dos estudantes, de modo a **fortalecer o papel de participação social da universidade**. Para a pós-graduação, adiciono a importância de tornar a formação altamente qualificada (*score*: 38,9).

Grupo de professores parcialmente a favor:

Sou a favor como medida temporária, atrelada a outros programas de educação de base e **de inclusão social** (*score*: 2,5).

Grupo de professores parcialmente contra:

O grupo de professores parcialmente contra não foi contemplado nessa análise pelo pouco volume de conteúdo gerado pela categoria. Considerando que apenas três respondentes se inseriram nesse grupo, ficou inviável a seleção de um trecho que fosse representativo do todo.

Grupo de professores contra:

(Sou) contra. Uma vez que o **aluno** cotista teve acesso à graduação, ele teve **acesso ao mesmo ensino** que o aluno não cotista, podendo concorrer às vagas na pós-graduação em **condições semelhantes**. Poderia haver uma política para auxílio na permanência na pós-graduação (*score*: 15,3).

De acordo com os dados, observa-se que os professores favoráveis às cotas apresentam um olhar mais voltado para o “social”, para o coletivo. Esse grupo entende a universidade como parte integrante da sociedade, e, portanto, confere a ela, também, a responsabilidade de atuar nas lutas contra as desigualdades existentes, seja no seu contexto interno quanto no externo. Já os professores contrários à política, sustentam seus argumentos na atuação do indivíduo, do

“aluno”, propondo que cabe a ele, com seus esforços pessoais, sanar as desigualdades e as dificuldades de acesso que se apresentam no contexto universitário.

Essas duas visões de mundo, que são não só divergentes, mas também opostas, assemelham-se àquelas propostas por Bobbio (1995) e por Rosas (2014), como sendo a da esquerda e a da direita. Os autores defendem que para além dos percursos históricos e das variações contextuais que elas carregam, a luta pela igualdade é o que diferencia cada uma dessas duas ideologias. Nos resultados acima, verifica-se que o olhar social, busca, exatamente, pela igualdade, entendendo que as cotas possibilitam minimizar as disparidades que a sociedade carrega de um grupo social para outro. Na direção oposta, o segmento de texto representativo dos professores contrários a reserva de vagas ilustra a não-preocupação com essa dimensão. Pelo contrário. O argumento entende que qualquer desigualdade um dia existente já foi resolvida no âmbito da graduação, que possibilitou a formação de qualidade ao aluno. Desconsidera-se, portanto, qualquer outra adversidade, como a financeira, a discriminação racial, a inserção social do indivíduo, bem como as próprias fragilidades advindas da educação básica. Ainda que o trecho representativo da categoria não traga explicitamente tal ponto, é perceptível, aqui e em outras respostas, que a busca por uma sociedade mais igualitária e pela superação do *status quo* vigente não são preocupação e reivindicação desse grupo de professores.

Com o objetivo de investigar essa questão mais a fundo, trabalhou-se em uma segunda análise lexical de especificidades, considerando a variável ideologia político-partidária. Nesse caso, a fim de garantir maior validação aos dados, maior assertividade ao programa e considerando que esses grupos ideológicos estiveram bem demarcados nas respostas referentes a graduação e a pós-graduação, trabalhou-se com as respostas referentes a cotas nos dois níveis

de formação²⁹. Para a constituição dos grupos, organizou-se o material em três categorias, seguindo a mesma metodologia aplicada aos dados quantitativos: 1) professores de esquerda (partidos de extrema-esquerda, esquerda e centro-esquerda); 2) professores de centro (partidos do centro); e 3) professores de direita (partidos de extrema direita, direita e centro-direita). Como resultado, considerando $p < 0,05$ e $GL=1$, verificou-se que, apesar de não haver diferenças significativas nas palavras utilizadas pelos participantes dos diferentes grupos, os segmentos representativos de cada um deles trazem dados importantes. Seguem os trechos textuais selecionados de cada grupo:

Professores de esquerda:

Acredito que o sistema de cotas possibilita a **democratização** do acesso a sujeitos que foram **historicamente excluídos** de políticas públicas que garantiriam possibilidades de acesso à educação de qualidade e aos **direitos básicos**; por conta disso, as cotas podem contribuir com a **promoção de equidade** no âmbito do ensino superior (*score*: 25,09)

Professores de centro:

Sou a favor, contudo é preciso **aumentar o tamanho do suporte que a universidade dá aos alunos**. Não adianta apenas jogar os alunos aqui dentro. É preciso dar mais instrumentos básicos para os alunos (*score*: 8,21).

Professores de direita:

Penso que a **meritocracia** deve ser enfatizada no acesso à pós-graduação (*score*: 5,65).

²⁹ Optou-se por realizar a análise conjunta das respostas para a graduação e para a pós-graduação, uma vez que a variável em destaque, “ideologia político-partidária”, era independente das outras variáveis em análise “justificativa para o posicionamento em relação às cotas na graduação e na pós-graduação”. Como os dados anteriores mostraram coerência nas respostas para os dois níveis, entendeu-se que juntá-las possibilitaria mais validação e maior assertividade para os testes realizados pelo Iramuteq.

Os resultados advindos do recorte ideológico reafirmam aqueles discutidos anteriormente, quando, em foco, os dados dos posicionamentos sobre as cotas na pós-graduação. Mais uma vez, tem-se o olhar coletivo e igualitário em oposição à defesa do mérito individual. Enquanto os professores de esquerda falam de democratização do acesso e de equidade, ou seja, a igualdade mais profunda que se possa buscar, os professores de direita falam de meritocracia, focando no desempenho pessoal no processo de seleção, em detrimento das desigualdades que o antecedem e, conseqüentemente, o sucedem.

Tem-se, portanto, uma perceptível associação entre professores favoráveis às cotas e a ideologia de esquerda, e a visão de direita associada aos professores contrários à política. Ressalta-se, ainda, que a visão de direita e de esquerda, nesses resultados, também reafirmam as proposições de Bobbio (1995) e de Rosas (2014) sobre os conceitos de esquerda e direita, e as oposições que elas carregam entre si.

Essa dualidade verificada nas duas análises empregadas às questões abertas, confirmam e auxiliam, como era de se esperar, a interpretação dos dados quantitativos. As justificativas dos posicionamentos reveladas nesse momento, orientam a compreensão do motivo das diferenças altamente significativas encontradas no cruzamento das variáveis posicionamento sobre as cotas e ideologia-partidária. Pode-se afirmar, como já apontado, que o metassistema e as ancoragens, aliados das crenças e dos valores dos professores, parecem interferir substancialmente na forma como eles assumem suas posições frente a política de reserva de vagas, explicitando, assim, os dissensos de suas representações sociais e as diferentes tomadas de posição que assumem.

Resultados e discussões dos dados obtidos com as entrevistas

As entrevistas foram realizadas com nove professores da Ufes e somaram, ao todo, quase 8 horas de gravação. A entrevista mais rápida durou 22 minutos e a mais longa, 1 hora e 34 minutos, apesar de o roteiro semiestruturado utilizado ter sido o mesmo em todas elas.

Com a finalidade de evitar qualquer identificação dos respondentes, não será feito o detalhamento minucioso de suas caracterizações. Ressalta-se, apenas, que: seis participantes eram do sexo masculino e três do sexo feminino³⁰; que cinco professores se autodeclararam brancos, três pardos³¹ e um preto; que cinco atuavam apenas na graduação e quatro na graduação e na pós-graduação; e que, em relação ao tempo de trabalho na Ufes como professor, a média foi de 13,5 anos, sendo o professor mais recente na instituição com menos de um ano trabalho e o mais antigo com 42 anos. Sobre o departamento de atuação, foram contemplados respondentes de seis áreas distintas, considerando a classificação do CNPq. Salienta-se, ainda, que mesmo com a organização dos professores em dois grupos, os favoráveis e os contrários às cotas universitárias, a diversidade de sexo, cor, tempo de trabalho na Ufes, nível de atuação e área do CNPq, manteve-se equilibrada nos dois agrupamentos.

Como resultado, as entrevistas possibilitaram entender os contextos, as ancoragens e os metassistemas das representações sociais de cotas universitárias dos participantes, abarcando aspectos pessoais, grupais e ideológicos. Os entrevistados se mostraram interessados em discutir o assunto e expor suas opiniões, ainda que muitas vezes com cautela. Além disso, todos manifestaram a importância do estudo, bem como sinalizaram o interesse em saber o resultado da pesquisa.

³⁰ A fim de evitar qualquer identificação, conforme mencionado anteriormente, os participantes e suas falas serão sempre retratados por meio de um único gênero, o masculino.

³¹ Um desses participantes autodeclarou-se pardo, de acordo com a classificação adotada pelo IBGE e pela pesquisa, mas manifestou se considerar negro(a).

Apesar desse interesse pela temática, verificou-se que nenhum dos entrevistados demonstrou conhecer, de fato, a Lei de Cotas (Lei 12.711 de 2012), aplicada na íntegra na Ufes desde 2013 e atualizada, em 2018, com a inclusão de alunos com deficiência (Lei 13.409 de 2016). Alguns professores reconheceram esse desconhecimento; já outros afirmaram conhecer a legislação, apesar de não mencionarem todos os grupos contemplados por ela e nem informarem as formas de distribuição das vagas. Também foi observado que vários dos participantes não conheciam o aspecto federal da legislação.

Em relação às cotas para a pós-graduação, o desconhecimento normativo pareceu ainda maior. Alguns professores desconheciam a autonomia dos programas de pós-graduação para adotarem ou não a reserva de vagas nos programas da Ufes, assim como não estavam cientes das diretrizes previstas pela portaria normativa número 13, de maio de 2016.

Esse fato chama atenção, uma vez que os entrevistados estão diretamente inseridos no contexto das cotas universitárias, bem como estão aptos a assumirem cargos capazes de interferir na gestão e nas decisões que as envolvem, especialmente nos programas de pós-graduação. Ressalta-se, também, que, apesar desse desconhecimento, os professores manifestaram possuir opinião formada sobre o assunto, demonstrando que mesmo sem estarem totalmente inteirados da legislação e da dinâmica da questão, eles assumem “lados”, tomadas de posição.

Esse fenômeno pode ser caracterizado como o que Moscovici (2017) denomina de representações sociais: um conhecimento que não se insere na dimensão reificada, formal, científica, mas que se encontra no campo do senso comum, advindo das experiências individuais, da inserção social e do compartilhamento de ideias com os grupos dos quais se faz parte. Ainda que nossos participantes sejam professores, cientistas e, por diversas vezes, o embasamento teórico e racional tenha sido buscado para sustentar seus argumentos, o papel

dos participantes acionado pelas entrevistas foi o pessoal, o grupal e o cultural. O fato de a própria temática ainda estar, de certa forma, inserida em um conhecimento não-familiar - ou melhor, pouco-familiar -, também deve ser entendido como um motivo para que a constituição do conteúdo gerado fosse primordialmente a partir do senso comum e, portanto, das representações sociais.

Ainda no âmbito do desconhecimento, acredita-se que um dos fatores que contribua para essa realidade seja o pouco diálogo sobre as cotas no ambiente formal da universidade. Os participantes foram unânimes em afirmar a pouca ou nenhuma discussão presenciada sobre o assunto em reuniões de departamentos ou em outras instâncias da instituição. Com frequência, os participantes compartilharam experiências e debates vivenciados em sala de aula e desafios e limites identificados na política, mas o envolvimento do corpo docente para pensar e melhorar tais questões parece não existir.

Sobre se autodeclarar favorável ou contrário às cotas universitárias, a tarefa não parece ter sido simples para todos os participantes. Em alguns casos, observou-se considerável contradição entre a resposta manifestada de forma objetiva³², e as falas e discursos apresentados ao longo das entrevistas. Essas ambiguidades foram verificadas tanto entre os professores dos grupos favoráveis quanto dos contrários à política.

Em relação ao grupo dos favoráveis, dentre as opções de múltipla escolha (“a favor”, “contra”, “parcialmente a favor”, “parcialmente contra” e “não tenho posicionamento formado”), todos os cinco professores escolheram a alternativa “a favor” no âmbito da graduação; e 4, no âmbito da pós-graduação. Sobre a pós-graduação, um escolheu a alternativa

³² Os participantes entrevistados também responderam às questões objetivas do questionário, com a finalidade de possibilitar a contextualização de suas respostas com suas características sociodemográficas, profissionais, político-partidárias e com sua posição em relação às cotas universitárias.

“contra” e, inclusive, de início foi incluído no outro grupo. Contudo, logo no início da entrevista, ele afirmou mudar sua posição ao saber que os programas tinham autonomia para decidirem sobre adotar ou não a política, bem como definir seus critérios. Suas falas acompanharam essa ideia, reforçando a posição positiva em relação às cotas, de modo que sua entrevista ficou agrupada entre os professores favoráveis às cotas universitárias. Como exemplificação, seguem alguns trechos de sua participação:

Não sei como ocorre [a cota na pós-graduação]. Nunca me foi indagado nada a respeito. Da mesma forma, se for adotado deve ser publicizado. Até para que os alunos que terminaram a graduação continuem estudando. Não tenho dados numéricos, mas alunos negros, pobres etc. estão em número menor na pós em relação à graduação. Acho importante que sejam publicizadas as cotas na pós-graduação como são os concursos públicos. Eu coloquei que era contra as cotas na pós-graduação por desconhecer a existência dessas cotas. Entendo que a pós-graduação seria acessada por mérito, mas eu mudo de opinião considerando a autonomia de cada programa.

[A cota] é importante para equidade e ocupação da universidade pela sociedade. Reúne o mesmo número de alunos [cotas universitárias] e de professores [cotas de concurso público]. É importante para ampliar vagas e oportunizar o acesso à universidade por uma população menos favorecida.

O caso da mudança de oposição, relatado anteriormente, também merece uma contextualização. No caso desse participante, houve um tempo considerável entre a aplicação do questionário – final de 2019 -, e a realização da entrevista – meados de 2020. Período esse que contemplou diversos acontecimentos no âmbito político, até mesmo envolvendo situações diretamente relacionadas com a temática das cotas – caso relatado pelo próprio professor. O ano de 2020, início da pandemia de Covid-19, reforçou o embate ideológico entre os seguidores do presidente Jair Bolsonaro e seus críticos. A forma irresponsável de lidar com a saúde pública e o negacionismo conferido à doença, à ciência e a instituições como a Organização Mundial de Saúde, fez com que a polarização no país fosse acentuada ou, pelo menos, reavivada. Nesse

período, a revogação da portaria número 13, de maio de 2016³³, que trata sobre as cotas na pós-graduação, pelo então ministro da educação Abraham Weintraub, reforçou o posicionamento do governo contra a política de reserva de vagas. Como consequência, diante desse fato, acredita-se que os próprios brasileiros, contrários ou a favor do presidente, tenham reavaliado suas posições sobre a ação afirmativa, de modo que, não por acaso, o assunto tenha sido retratado pelo participante em questão e por outros do mesmo grupo:

Se bem que o último Ministro da Educação tentou “quebrar” na pós-graduação. Não sei até que ponto ele vai conseguir. Então seria um retrocesso muito grande se ele conseguisse dar um passo atrás nas políticas de cotas na pós-graduação, mas, enfim, eu acho que minha resposta vai mais nesse caminho.

Eu levei até um susto quando o Weintraub, antes de fugir, tentou tirar isso. Então, já revogaram, e acho que vai ficar muito também a critério de cada programa. Eu não sei se vai chegar a virar uma lei. Eu não sei como isso vai ser encaminhado no governo federal, não sei se vai chegar a tanto. Mas só o indicativo já faz com que cada programa possa repensar essa questão.

Em relação aos dados do segundo grupo, na questão sobre a graduação, dos quatro participantes, três afirmaram ser “parcialmente a favor”, e um “contra”. Na questão sobre a pós-graduação, dois mantiveram a posição de serem “parcialmente a favor” e dois se manifestaram “contra”. Ressalta-se que, considerando a composição da amostra via a técnica da Bola de Neve, três professores do grupo foram convidados para serem entrevistados, especificamente, no grupo dos contrários à política, e, mesmo diante desse critério, todos eles aceitaram participar sem qualquer objeção. Reforça-se que, entre eles, estão os professores que se manifestaram: 1) “parcialmente a favor” das cotas na graduação e na pós-graduação; 2) “parcialmente a favor” no âmbito da graduação e “contra na pós-graduação”; e 3) duplamente “contra”.

³³ A revogação da portaria ocorreu pouco antes – dias, semanas – da realização de boa parte das entrevistas.

Para a manutenção do professor que assinalou ser “parcialmente a favor” das cotas nos dois níveis da universidade no grupo dos participantes contrários à política, considerou-se, além do aceite ao convite, suas falas que, recorrentemente, frisaram a visão negativa em relação as cotas, como demonstra o trecho abaixo:

Eu fico pensando assim, se o governo reconhecesse lá embaixo o que ele precisa fazer de mudança no ensino, não precisaria também ter cotas para escola pública. [...] Então eu acho que tinha que consertar lá embaixo, dar bons estudos para esses meninos de escola pública, para eles não precisarem depender de cotas. Porque não adianta ele entrar por cotas, porque depois ele desanima, porque lá dentro (da universidade) é como se fosse um bicho papão, ele não sabe o que espera. Lá dentro ele vai desmotivando e até sofrendo bullying por ficar sempre para trás e os outros avançando. Então eu acho que isso causa também um mal muito grande para o aluno. Então, por isso, que eu sou parcialmente contra, não deveria ter, porque é uma forma de chutar a sujeira para debaixo do tapete: eu dou cota, mas eu deixo o ensino público lá do jeito que está, vamos devagarzinho que eu estou com a minha consciência tranquila. E outro motivo pelo qual não sou muito a favor é de negros com condição financeiras alta, que poderiam entrar na escola e estar concorrendo de igual para igual. Eles não precisam disso. Porque o negro com condições sociais boa, ele não precisa de cota, ele só vai tirar espaço de quem não tem condições financeiras.

A ideia que possivelmente explica a dificuldade em alinhar a declaração da posição em relação às cotas com discursos assumidos, inclusive quando o instrumento de coleta de dados apresentava como alternativa a opção “não tenho opinião formada”, pode estar associada a questões representacionais, identitárias e grupais. A forma como a pessoa se vê e como ela deseja ser vista pelos seus pares na comunidade em que se insere parece ter fundamental importância nesse processo. No contexto de uma sociedade altamente polarizada e dividida político-ideologicamente, e em um cenário em que um desses polos se sobressai consideravelmente em relação ao outro – como parece ser o caso da predominância da esquerda na Ufes -, o fenômeno assume uma dimensão ainda mais complexa.

A fala desse mesmo participante embasa bem tal ideia:

Já participei várias vezes: em reunião de departamento; na época de implantação do Sisu na Ufes; há uns anos atrás, também participei..., mas eu vejo que expor essa minha ideia é muito complexo. A maioria não aceita, todos, no meu departamento pelo menos, todos são a favor das cotas, exceto essa [cota] de deficiência física e mental. Com essa, nós temos muito problemas, e ninguém está muito favorável, porque pegou a gente com muita dificuldade para dar aula para eles. Mas cotas raciais e de classe social, todos são a favor! E eu vejo que no meu Centro, também, a grande maioria é a favor. Então você fica meio que aliado do processo, sendo estigmatizado [...].

Essa dificuldade de diálogo pode ser compreendida, também, pelo papel desempenhado pela representação social no processo comunicativo. Moscovici (2017) afirma que para que haja compreensão mútua e troca de informações é necessário que a mensagem seja compreendida por todos os envolvidos na comunicação. É certo que esse fenômeno se torna ainda mais complexo quando se trata de uma comunicação de massa, mediada. Contudo, na própria comunicação interpessoal é fundamental que os indivíduos compartilhem representações sociais para que se façam compreendidos. No caso em questão, portanto, para além do viés ideológico distinto, senão oposto, é possível que os elementos representacionais também não sejam comuns e, portanto, que o diálogo seja prejudicado ou inviabilizado.

Sobre a relação entre o posicionamento político-partidário e a posição sobre as cotas universitárias, verificou-se novamente, confirmando os resultados dos dados dos questionários, que os participantes a favor da política apresentam um posicionamento mais de esquerda, com afinidade com partidos como: PSOL, PT, PCdoB e PSB. Na questão aberta do questionário, todos os entrevistados desse grupo apresentaram pelo menos um partido com o qual têm afinidade. Já os participantes que apresentaram posicionamento contrário a política, dos cinco professores do grupo, quatro disseram não ter afinidade com nenhum partido político e um citou o partido Novo. Todavia, ao longo da entrevista esses participantes, em termos ideológicos, se autodefiniram como: “conservador nos costumes”, “liberal na economia”, “de

centro-direita”, “de direita”. Informações essas que contribuíram para a identificação política-ideológica desses professores.

Representações sociais dos professores favoráveis às cotas universitárias

A fim de entender o conteúdo das entrevistas de forma contextualizada e demarcando as representações sociais dos professores sobre as cotas, assim como no Estudo 1, recorreu-se à Classificação Hierárquica Descendente (CHD), a partir da subdivisão do *corpus* de acordo com posição dos professores em relação às cotas. A seguir, são apresentados os resultados dos professores favoráveis à política, por meio do dendrograma (Figura 6) e dos segmentos de textos mais representativos de cada classe.

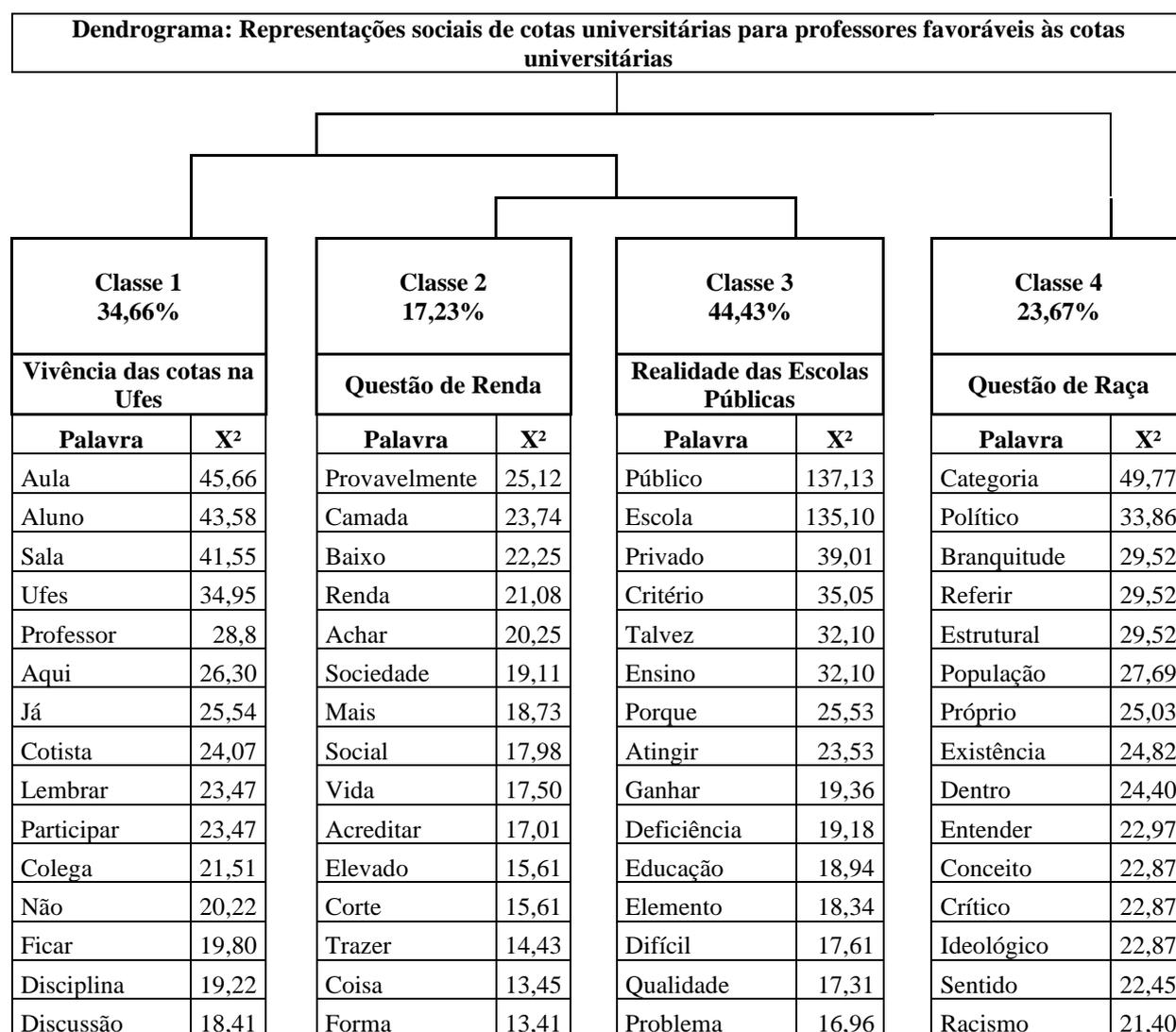


Figura 6. Dendrograma gerado pela CHD: Professores favoráveis às cotas

No dendrograma relacionado às respostas dos professores favoráveis às cotas universitárias (Figura 6), o corpus está organizado em quatro classes, estando as classes 2 e 3 bem próximas entre si; a classe 1 também interligadas a elas, ainda que de forma mais distante; e, por fim, a classe 4, que se apresentou de forma mais independente do restante do conteúdo, formando um segundo bloco. As três primeiras classes reuniram falas sobre a experiência vividas pelos professores no que se refere às cotas e suas visões sobre aspectos em âmbitos mais gerais, nacionais que estão diretamente relacionados à política. Nesse contexto foi mencionada a distante realidade das escolas privadas e públicas e das escolas públicas regulares das públicas de excelência. Também foram tratados aspectos sobre a desigualdade social, especialmente no que se refere à questão de classe, e a falta de políticas de permanência para alunos de baixa renda na educação pública de nível superior. Por fim, a quarta classe trouxe aspectos relacionados à questão racial, evidenciando os diferentes aspectos do racismo, a desigualdade racial e a realidade étnico-racial brasileira. As quatro classes são, em seguida, apresentadas e discutidas de forma detalhada.

Classe 1: Vivência das Cotas Universitárias

A Classe 1, “Vivência das Cotas Universitárias”, reúne relatos acerca das experiências dos professores com a ação afirmativa de cotas. Nela são mencionadas questões como o sigilo da identidade dos cotistas, discussões vivenciadas em sala de aula, conversas informais entre professores, bom desempenho dos alunos de cotas e envolvimento com a política no âmbito da universidade. É a vivência cotidiana retratada aqui que faz com que as palavras que compõem a classe sejam: aula, aluno, sala, Ufes, professor, entre outras. Ou seja, elementos próprios do espaço e do cotidiano da academia.

As colocações reunidas nesta classe, no entanto, não podem ser entendidas como generalistas, unânimes e sem juízo de valor. As experiências narradas salientam as posições dos entrevistados, reforçando a forma como eles entendem as cotas, como lidam com a temática em seu dia-dia, os aspectos positivos delas observados por eles, assim como contra-argumentam ideias de professores contrários à política.

A frase selecionada como principal representante da Classe 1, com auxílio do Iramuteq, ilustra bem o teor de seu conteúdo:

Eu não sou o tipo de professora - que eu sei que tem, tem professor que faz isso - de perguntar quem é cotista na sala de aula. Eu nunca fico sabendo. Para mim não tem nada a ver. Não é diferente saber se é cotista ou não. Às vezes quando a gente sabe é porque o aluno fala em sala de aula: 'sou cotista' (*score*: 236,2).

O segmento de texto em destaque demonstra que é próprio desse grupo a busca pela não divisão dos alunos. Os entrevistados reforçam como a separação de cotistas e não-cotistas não é pertinente, e não condiz com a forma como trabalham. Eles entendem a turma como uma unidade, e, portanto, a quebra do sigilo na forma de ingresso por cada aluno como um ato impertinente. Não passa despercebido, todavia, que essa não é uma prática unânime na universidade. Observa-se, pela frase, que o participante entende como necessário mencionar que nem todos os professores se comportam dessa forma, algo que pode ser entendido, na visão desse grupo, como problemático e que se faz questão de frisar.

A ideia do desconhecimento da condição de ingresso e das consequências que essa quebra pode ocasionar, foi explicitada por Ribeiro e colaboradores (2016). De acordo com os autores, apesar de haver pré-julgamentos entre os docentes sobre o desempenho de cotistas e não cotistas, a priori e institucionalmente, essas informações não são compartilhadas e nem públicas, e é fundamental que se mantenha assim. Além de trabalhar nesses julgamentos

prévios sem embasamento real, é necessário que se avalie as suas consequências, que podem promover preconceitos, discriminações e, portanto, prejudicar o processo ensino-aprendizagem (Ribeiro et al., 2016).

Outra realidade apontada pelos participantes se refere a não-divisão, discriminação advinda dos próprios alunos. Segundo os participantes, a turma se constitui como unidade, tanto na visão desses docentes, como na vivência entre os estudantes. Outro entrevistado menciona – na segunda frase mais representativa da classe – que não há segmentação e conflitos grupais demonstrados pelos alunos no dia-dia da sala de aula:

No curso em que eu leciono, os estudantes, em geral, têm uma convivência muito boa. Não tem essa segmentação, não se verbaliza na sala de aula: há, eu sou cotista, há eu sou não sou cotista. Isso não acontece, lá no curso da Ufes. Então, dentro da sala de aula isso não aparece da maneira como colegas de outras instituições já me contaram que acontecia...esse tipo de coisa de você ter uma segmentação da sala muito clara (*score*: 228,9)

A referência feita na frase à experiência narrada por colegas de outras instituições pode ser interpretada sob dois aspectos. O primeiro, é pela própria complexidade e diversidade que envolve a prática das cotas. Como observado na revisão de literatura (Colbino, Xavier & Sabino, 2020; Peixoto et al., 2016; Velloso, 2009), em cada instituição, área e curso pode existir uma realidade diferente. Não que esses fatos sejam aleatórios, mas definitivamente não são homogêneos nas universidades como um todo e nem de uma instituição e de um departamento para outro. O segundo aspecto sob o qual pode-se interpretar a fala é a partir da noção de tomada de posição, em acordo com a Teoria das Representações Sociais. Sendo o entrevistado favorável às cotas, entende-se que o fato dele ratificar que mesmo que colegas experienciem a diversidade advinda delas de forma conflituosa, ele não vive essa realidade, apresenta-se como uma forma de reafirmação do seu posicionamento; até sob um aspecto quase que identitário,

uma vez que há um reforço da sua visão e experiência positiva, em comparação com vivências relatadas por outros.

A presente classe também teve como tema recorrente, no trato da vivência das cotas, o debate sobre a política nos espaços acadêmicos. Nesse sentido, foram relatadas situações vividas na universidade, participação nas decisões institucionais sobre a política e eventos voltados para a temática. Observa-se que falar sobre as cotas na universidade não é algo corriqueiro, mas que ocorre em momentos pontuais, principalmente no contexto das aulas. Além disso, fica evidente que o assunto faz emergir conflitos e desconfortos, principalmente, em torno da questão racial, em virtude de disputas grupais. As frases a seguir ilustram esse conteúdo:

Eu dava uma disciplina que tratava de questões de gênero e raça[...]. E uma das aulas no meu plano de ensino era sobre cotas, então era uma aula inteira para a discussão de cotas. E um dos meus alunos protagonizou o debate comigo, porque ele era contra as cotas. Era um estudante negro, que era contra as cotas e ele protagonizou a discussão, o debate. Enfim, eu passei praticamente a aula inteira rebatendo os comentários dele. Eu até gosto que haja esse tipo de debate, engajamento, porque é muito mais legal do que quando só eu falo, mas, enfim, o que acontece é que ele protagonizou o contra, a perspectiva do contra. Assim que eu saí da sala de aula, eu fiquei sabendo de outros alunos, um grupo de alunos veio até mim e eu fiquei sabendo, que esse aluno, que protagonizou a discussão contra as cotas, entrou na universidade por cota racial, ele havia entrado por cota racial! (*score: 218,3*);

Volta e meia, às vezes uma vez por ano, uma vez por semestre, tem esse curso. Eu participei de um deles e teve a participação dessa professora, que é integrante de um grupo sobre estudos raciais na Ufes, eu não vou lembrar o nome dela agora. Você sentia, assim, pelo menos pelo tipo pergunta, pela postura dos colegas que o assunto era um incômodo. Aí eu fico imaginando como é que deve ser falar sobre cotas?! As pessoas se sentem incomodadas em discutir a questão racial brasileira. Enfim, mas não vivi uma situação gerada pelas cotas (*score: 177,7*).

Quando se refere à ideia de debate, a vivência das cotas na universidade aparece diretamente relacionada à questão racial e às cotas raciais. Ainda que esse tema não seja central para a classe, quando os conteúdos se voltam para as discussões ocorridas no meio acadêmico é exatamente ele que emerge. Os relatos demonstram como o espaço da universidade ainda enfrenta obstáculos para debater algo que é tão próprio da realidade brasileira, que historicamente nos acompanha e que está no cerne da desigualdade social do país. A diversidade étnico-racial, e mais precisamente o racismo, podem não estar velados nas vivências cotidianas, mas estão freados ou não naturalizados no cotidiano universitário. É penoso pensar que mesmo no espaço livre e democrático de produção de conhecimento, a realidade seja ultrapassada. Esse fato é evidenciado não só nas falas dos professores a favor das cotas, mas é também discutido por pesquisadores em seus estudos (Carvalho, 2006). O fato de evidências indicarem que a academia ainda é muito branca por parte dos alunos (IBGE, 2019) e, principalmente, dos professores (Carvalho, 2006; Vanali & Silva, 2017) – como indicam também os dados quantitativos dessa tese -, pode ser um dos motivos para a manutenção, até os dias atuais, dessa realidade, de pouco diálogo e de limitação ao debate racial.

O relato sobre o aluno cotista negro que é contra a política de cotas, apesar de chamar atenção, não deve ser entendido como uma exceção. A existência de negros contra as cotas já foi observada em estudos anteriores (Naiff, Naiff & Souza, 2009) e pode indicar, amparado nas ideias de Doise (2010; 2014), algo fruto de sua noção de pertencimento, das ideologias e das visões de mundo. Entende-se que aqueles que acreditam na visão neoliberal, que ancoram suas representações de cotas em uma ideia de justiça pura e fria, que não concordam com a noção de equidade, mas sim de meritocracia (Marques, Peixoto & Wolter, 2018), tendem a ser contra as ações afirmativas, sejam eles negros, indígenas, estudantes de escolas públicas ou pessoas com deficiência. Essa ideia é reforçada pelo fato de a variável cor/raça não indicar associação

com o posicionamento sobre as cotas, como observado nos resultados com os dados quantitativos desta pesquisa - o que não quer dizer que esse público de grupos minoritários, mesmo contra a ação afirmativa, não irá usufruir de seu “privilégio”, como relatado na situação em questão.

Por fim, destaca-se que a Classe 1 se caracterizou por reunir elementos de objetificação das representações sociais de cotas para os participantes favoráveis a elas. Contemplando os elementos da vivência prática das cotas, entende-se que a concretude da compreensão do fenômeno está efetivamente no espaço delimitado da universidade, na forma como o professor atua em sala de aula, diferenciando ou não os alunos pela sua forma de ingresso, e no debate e nas discussões dentro da universidade que trazem à tona os conflitos e as disputas grupais existentes na sociedade brasileira. Ou seja, falar de cotas é falar de “sala”, “aula”, “aluno”, “Ufes”, “professor”, ... principais vocábulos representativos da Classe 1.

Classe 2: Questão de Renda

A Classe 2, identificada como “Questão de Renda”, reuniu as falas que se voltam para aspectos da desigualdade brasileira, mais especificamente para: a desigualdade de classe; a falta de oportunidades para alunos de baixa renda; e o papel das cotas na diminuição dessa disparidade. Aqui entra a ressalva dos professores sobre a necessidade de se garantir maior financiamento aos alunos, com bolsas, por exemplo, e de promover políticas diversas de permanência. Essas ações, na visão dos entrevistados a favor das cotas, precisam estar diretamente articuladas com a reserva de vagas, de modo a garantir a devida oportunidade aos alunos de baixa renda no ensino superior público. Para além das discussões de melhorias na promoção da inclusão nas universidades federais, os professores ressaltam que a política das cotas tem sido importante e eficiente no seu propósito.

É compreensível que a Classe 2 esteja diretamente ligada à Classe 1, pois, ainda que de forma distinta, as duas abrangem aspectos da desigualdade brasileira. Pode-se dizer que a Classe 2 se volta para os aspectos econômicos dessa desigualdade, e que a Classe 1 trata mais das diferenças e disputas oriundas do desequilíbrio entre os diferentes grupos sociais. Ambas tratam de realidades observadas pelos participantes, sendo a primeira referente a um contexto mais próximo deles, a sala de aula, os colegas de trabalho, a Ufes; e a segunda, a uma experiência um pouco mais global, observada nas escolas, na universidade e na sociedade brasileira como um todo. Os segmentos de texto mais representativos da Classe 2 estão apresentados a seguir:

[...] E você vê também, alunos que, enfim, provavelmente têm uma renda familiar mais baixa. Antes era uma coisa mais elitizada. Então, me parece que [a cota] só trouxe benefício. Inclusive, eu lembro que tinha uma discussão, na época, de que... ‘ah os cotistas não vão dar conta, porque eles vieram de escola pública, porque eles vão ter dificuldade aqui e ali’. Mas, pelo que eu estou sabendo, porque não é uma área de pesquisa minha, mas pelo que eu estou sabendo da galera da educação, os alunos estão conseguindo reduzir esses déficits estudando muito (*score*: 147,34);

Veja só, o cara que tem uma herança, uma renda elevada, ele tem acesso a cursos preparatórios de vestibular, aos cursos de Enem e, provavelmente, vai disputar de forma mais fácil o processo formativo mais amplo, o acesso à universidade. Chega à universidade, ele não precisa se preocupar com financiamento. Primeiro que a universidade é gratuita; e (segundo que) aqueles materiais adicionais, ele pode pagar sem muitos problemas. E aí ele vai concorrer, provavelmente, com os pares dele que são as pessoas... provavelmente, os professores dele também são pessoas que vêm de rendas mais elevadas, e isso vai se reproduzindo (*score*: 127,11).

O que se observa é que a Classe 2 assume como ancoragem societal das representações sociais a desigualdade econômica brasileira, que se reflete em diversos âmbitos, inclusive, na formação dos indivíduos. O conteúdo aqui reunido reforça que estudar em escola particular ou em escola pública, para a maior parte dos alunos brasileiros, não é uma questão de escolha.,

principalmente quando as escolas públicas em questão não são aquelas de excelência. O que determina essa direção é a renda, o nível econômico de cada família. Por isso, para esse grupo de professores, cotas e realidade econômica não podem ser dissociadas. Pelo contrário, é a segunda que vai possibilitar a assimilação e compreensão da primeira.

A questão da renda também é acionada para tratar de outro aspecto: o da permanência dos estudantes nas universidades federais. Assim, observa-se que essa representação social tem sentido não só no âmbito escolar, da educação básica - da qual trata, principalmente, a Classe 3 -, mas precisa ser compreendida como uma ideia que se estende também para educação superior e de pós-graduação.

Na visão dos professores, a democratização do ingresso nas universidades federais não extingui a desigualdade dos estudantes. As possibilidades de vivência durante a graduação dependem diretamente da classe econômica, dos recursos financeiros a que esses alunos têm acesso. Portanto, a temática das cotas remete também ao financiamento estudantil, às bolsas de pesquisa e às políticas de permanência de modo geral.

É nessa classe que a tomada de posição dos participantes fica mais explícita. Nela são reunidas falas que expressam abertamente a visão favorável à política de cotas universitárias e, conseqüentemente, à defesa de outras políticas sociais no âmbito da academia. Como previsto por Doise (2010; 2014), esse direcionamento já é esperado, por ser harmônico com a ideologia, a visão de mundo e os metassistemas acionados pelos participantes do grupo. O pensamento de esquerda está alinhado com a luta contra a desigualdade e com a promoção de políticas sociais. Como já mencionado, a ideia de que o Estado precisa prover e cuidar da população (Rosas, 2014), regulando a distribuição dos recursos que a nação tem disponível, é própria ideologia de esquerda e, aqui, se reflete em todas as ações de permanência defendidas pelos professores.

A visão favorável das cotas não impede, no entanto, que os professores apontem os entraves da política, assim como as consequências advindas dela e suas respectivas soluções. A realidade no nível da pós-graduação é evidenciada, reforçando que para o seu devido acesso por parte de minorias, não basta a reserva de vagas no âmbito da graduação:

Quer dizer, as cotas na graduação deram oportunidade até um certo ponto, depois parecia que tinha uma porta fechada na frente que não conseguia entrar. As pessoas não conseguiam entrar. As pessoas de baixa renda, mesmo que conseguissem se formar, não chegavam à pós-graduação. Então, tinha uma dificuldade muito grande da gente visualizar esse público, tanto negro tanto dos que vinham das camadas mais baixas. Não sei como é que está lá (na Unicamp) depois das políticas de cotas, mas eu conheço alunos que entraram por meio da política de cotas e tal, e mesmo assim ela não é perfeita lá. Aqui na Ufes, no programa em que atuo isso é visto de forma muito cuidadosa [...]. Porém, a gente está enfrentando o bloqueio do financiamento, o bloqueio do financiamento principalmente relativamente às bolsas. Então, às vezes o aluno consegue entrar por meio de políticas afirmativas, [...] mas muitas vezes ele tem dificuldade de se manter por questões da austeridade fiscal, que é uma questão extra ao programa, uma questão discutida em níveis mais elevados da política fiscal (*score*: 115,3).

A realidade da pós-graduação é algo que precisa ser discutido. Pela restrita aceitação que recebe em comparação com a graduação, como visto nos dados quantitativos, e por não ter uma lei que determina a reserva de vagas, ela exige maior envolvimento dos gestores universitários e mobilização por parte da sociedade e da comunidade acadêmica. Salienta-se ainda, que entre os contrários, faz presente o argumento de que as cotas na graduação já são suficientes para a garantia democrática do acesso. Contudo, é justamente essa ideia que o professor contesta ser observada.

A Classe 2, portanto, pode ser interpretada como uma complementaridade da Classe 1 e, mais especificamente, da Classe 3, que será apresentada em seguida. Nela, tem-se a denúncia

da desigualdade brasileira sob o aspecto econômico e sua relação com a vivência escolar e universitária.

Classe 3: Realidade das Escolas Públicas

A Classe 3, denominada de “Realidade das Escolas Públicas”, englobou conteúdos que se referiram às análises dos professores sobre a diferença entre educação pública e privada no nível do ensino básico, assim como a enorme discrepância na qualidade do ensino de diferentes instituições públicas: aquelas de excelência, que costumam ser os institutos federais, e as demais instituições. Nesse aspecto, o critério das cotas para ensino público foi abordado, na maior parte das vezes, como válido, mas com algumas ressalvas, questionando sobre quem de fato está sendo contemplado por essa reserva de vagas.

A Classe 3 aparece diretamente relacionada à Classe 2, uma vez que ambas reforçam aspectos da desigualdade brasileira. Pode-se dizer que a Classe 2 se volta para questões mais econômicas dessa desigualdade e que a Classe 3 foca no âmbito da educação básica, na formação dos alunos, contrapondo a qualidade e as oportunidades advindas de escolas públicas e privadas. Os segmentos de texto mais representativos da classe foram:

É preciso entender que o Estado acaba abrindo mais as mãos para o mercado e, nesse processo de abrir muito mais os interesses para o mercado, a gente tem uma mercantilização do ensino extremamente avançada, que, inclusive, está em um processo crescente muito grande; grandes redes privadas ganhando em função da baixa qualidade da escola pública (*score*: 418,33);

Sobre o (critério) de escola pública eu tenho as minhas dúvidas, mas não vou me posicionar de forma contrária porque não tenho argumentos. Não me sinto confortável em ser contrário, mas também não tenho argumentos para ser favorável. Então não quero me posicionar em cima do muro, mas apenas dizer que preciso de mais elementos para discutir a questão da escola pública e privada, mas me parece o critério mais frágil (*score*: 396,94).

A Classe 3 assume, também, como ancoragem das representações sociais de cotas a desigualdade brasileira. Para os professores desse grupo, a compreensão da ação afirmativa está diretamente atrelada à discrepância existente na educação brasileira, manifestada entre as escolas particulares e as escolas públicas e, ainda, entre as escolas públicas de excelência e as demais escolas públicas, de baixa qualidade.

Essa significação é tão fundamental que, por vezes, chega a colocar em dúvida o posicionamento dos participantes no que se refere à reserva de vagas para alunos que tenham cursado o ensino médio em qualquer instituição pública, seja ela de excelência ou não. Isso ocorre, pois, para esses professores, a reserva de vagas existe para atacar e diminuir a desigualdade. E, quando um aluno de ensino de altíssima qualidade – como são, por exemplo, os oriundos dos Institutos Federais – fazem uso dessa ação afirmativa, tal mudança não parece se fortalecer.

Essa é uma discussão oportuna quando se analisa, sob dois aspectos, o critério das cotas para estudantes de escolas públicas. O primeiro, é que em termos hierárquicos, a Lei das Cotas prioriza esse público em detrimento de todos os demais contemplados. Isso ocorre, pois esse critério é adotado como uma prerrogativa, um critério eliminatório. Todas as vagas reservadas são necessariamente para alunos de escolas públicas. E dentro desse grupo tem-se as subdivisões para cotas econômicas, étnico raciais e para pessoas com deficiência. Portanto, é preciso analisar possíveis consequências prejudiciais acarretadas à ação afirmativa das cotas universitárias quando se tem essa delimitação prévia.

O outro ponto acerca desse critério a ser analisado é aquele trazido pelo segundo segmento de texto mais representativo da classe. Já se sabe que algumas escolas públicas além de serem altamente disputadas, têm sido, em boa parte, ocupadas pela classe média e alta. A constatação desse fato, inclusive, se reflete na Lei 12.711 de 2012 também ser aplicada aos

Institutos Federais no nível de ensino médio. Na prática, o que se tem, portanto, são as universidades federais priorizando e reservando vagas para alunos com poder aquisitivo favorável, que estudaram boa parte da vida acadêmica em escolas privadas - exceto o ensino médio, cursado em Institutos Federais, como o Ifes, no estado do Espírito Santo -, e que não necessariamente são negros, indígenas ou pessoas com deficiência. Ou seja, exatamente o público que se espera encontrar nas vagas de ampla concorrência dos vestibulares.

É uma discussão muito importante das escolas públicas, talvez, a gente entre em um problema, talvez, mais complicado. Porque a gente sabe que existem escolas públicas de excelência [...]. Não é uma defesa do setor privado, de forma alguma, mas ela também aparece no setor privado, que tem escolas de Ensino Médio com uma qualidade muito boa e outras, com qualidade duvidosa também, com deficiências, vamos dizer. Então, essa é uma categoria que é uma categoria afirmativa também importante, mas ela não resolve, talvez, tanto quanto a categoria de renda ou cor, raça e etnia. Acho, talvez, que ela seja uma das mais programáticas (*score*: 381,85).

Essa é uma problematização levantada por alguns poucos participantes. E o que chama atenção é que é uma argumentação própria de quem é a favor da medida e não dos contrários a ela. Talvez o que explique esse fenômeno seja a própria visão de mundo: a da esquerda, que busca manter uma visão crítica e que entende essa dinâmica como um entrave ao combate da desigualdade social e racial; e a da direita como uma forma de manutenção de privilégios e de minimizar o poder da ação afirmativa.

A classe também reúne as falas dos participantes sobre a baixa qualidade do ensino público e sua precarização ao longo do tempo. Alguns participantes frisam que estudaram em escolas públicas, e que, na ocasião, o ensino era reconhecido, de qualidade. Também é pontuado que essa piora ao longo dos anos pode ser entendida não como uma fragilidade dos governos, mas, eventualmente, como uma estratégia, como uma atuação “mercantil”, que visa beneficiar o mercado privado ou manter o *status quo*.

Porque assim, foi se o tempo em que a gente podia dizer que, de modo geral, escola pública no Brasil era uma boa escola. Você tem escolas boas ainda, mas são uma minoria. A gente sabe por que né?! Enfim, mas se a gente pegar duas, três ou até quatro décadas atrás, tinha exame de seleção para entrar em escola pública. [...] mas no mundo pandêmico e pós-pandêmico, a tendência é muitas pessoas tirando os filhos das escolas particulares e migrando para escola pública. E aí não é porque acha que a escola pública é boa, é porque eles não estão com dinheiro para investir na educação dos filhos. Perderam seus empregos, reduzira o poder aquisitivo, ... Então me parece que a gente vai ter, agora, um outro movimento, talvez, espero, de revalorização da escola pública, por uma necessidade econômica das famílias. Talvez esses pais, agora, comecem a participar mais, cobrar mais qualidade das escolas dos governos municipal, estadual e federal. Então, me parece que vai dar uma mudada nesse mundo pandêmico, pós-pandêmico, de revalorização da escola pública, o que faz com que a gente tenha, então, as cotas, de novo, pegando pessoas que vão ter realmente poder aquisitivo reduzido e, talvez, alguns nem tanto (*score*: 360,61).

Novamente, tem-se a confirmação do viés ideológico de esquerda entre o grupo dos professores favoráveis às cotas universitárias. Como observado nos segmentos de textos representativos da classe, é explícita a busca pela igualdade e o papel social atribuído ao Estado por parte desse grupo, motivações diretamente relacionadas à ideologia de esquerda (Bobbio, 1995; Rosas, 2014). Verifica-se, portanto, a ideologia-partidária, assim como as crenças e os valores compartilhados pelos grupos mais uma vez como metassistemas que orientam as tomadas de posição dos professores (Doise, 2014). Aqui, até a crítica às cotas visa, em primeiro lugar, a luta pela igualdade social. Portanto, se na Classe 1 são reforçados elementos de objetificação das representações sociais, pode-se dizer, que assim como a Classe 2, a Classe 3 apresenta, principalmente, os processos de ancoragem semântica e psicossocial (Doise, 1993; Trindade, Santos & Almeida, 2014; Moscovici, 2017) constitutivos delas.

Classe 4: Questão de Raça

A quarta e última classe, nomeada de “Questão de Raça”, tratou de aspectos contextuais e de práticas que envolvem a temática de raça no Brasil e o papel da política de cotas nesse

cenário. Ponderou-se, por exemplo, sobre o processo sócio-histórico do racismo e da branquitude; sobre o racismo e o racismo estrutural presente nos espaços acadêmicos; e sobre a realidade étnico-racial brasileira, de privilégio aos brancos em detrimento de negros e índios, apontando as cotas como uma forma de diminuir essa disparidade. Com menor representatividade, mas ainda assim presente, também foram abordados assuntos sobre a esquerda e o Partido dos Trabalhadores (PT), reforçando aspectos da posição político-ideológica dos entrevistados do grupo. Ressalta-se que quase todo o conteúdo dessa classe foi oriundo das falas de um único participante. Nesse sentido, entende-se o porquê de a classe 4 apresentar-se de forma mais independente, como um bloco separado do restante do *corpus*. A seguir, tem-se o segmento de texto mais representativo da classe:

A raça ainda é uma categoria que organiza a sociedade em termos desiguais, e nessa organização, a gente tem, no Brasil, especificamente, os pretos e pardos que vão sofrer com os impactos estruturais do racismo. E é muito importante, inclusive, pensar na categoria... nessa divisão de categoria preto e pardo, em que pese que ambos sejam a população negra. A gente tem o conceito de colorismos para ajudar a gente a entender como que dentro desse contínuo - é um erro, por exemplo, falar que os pardos têm privilégios [...]-, mas dentro desse contínuo, como os pretos se afastam ainda mais desse ideal hegemônico de padrão eurocêntrico da branquitude, eles vão sofrer ainda muito mais com esses efeitos (*score*: 227,48).

A Classe 4 reuniu relatos e discussões acerca dos negros no Brasil. Não se pode desconsiderar que o conteúdo aqui presente se consistiu praticamente do único professor autodeclarado negro do grupo. Esse fato não deve ser entendido como coincidência e exige reflexão para sua devida interpretação. O primeiro ponto que se destaca é o fato dos outros participantes não terem contribuído para a composição do conteúdo desta classe. Se nas revistas *Veja* e *Carta Capital*, conforme observado no Estudo 1, falar de cotas é falar de negros, por que, nas entrevistas dos professores favoráveis, essa representação abarcou tão poucos dados? Se os participantes levantaram aspectos básicos da desigualdade dos alunos, como o tipo de escola em que estudam e seu poder aquisitivo, por que a desigualdade racial também não se

constituiu como uma forte representação social do fenômeno? É certo que a Classe 1 trouxe aspectos das disputas e conflitos grupais presenciados no âmbito da universidade, mas a discussão sobre o racismo e seu combate não estiveram presentes nesse conteúdo, como foi o caso, por exemplo, da desigualdade econômica.

As próprias falas dos professores do grupo nos dão indícios para a interpretação desse resultado. O mesmo desconforto observado em outros servidores/ docentes durante situações corriqueiras da universidade que tangenciam a temática (Classe 1), provavelmente tenha sido protagonizado por eles no momento da entrevista. O fato de serem brancos e, portanto, por “não terem o lugar de fala” (Ribeiro, 2017) pode ser um aspecto. Mas a falta de conhecimento, também pode estar gerando certa insegurança para promover a discussão. É provável que a pouca abertura para o debate racial na Ufes, como colocado por eles mesmos, ou o até desinteresse em participar das ações que são propostas nesse sentido podem estar gerando essa realidade. Defender a igualdade, como visto nas Classes 2 e 3, deve significar, obviamente, combater a desigualdade racial. E a noção de lugar de fala, que carrega ambiguidades e controvérsias entre os próprios pesquisadores negros, de forma alguma deve significar fugir do assunto ou evitá-lo. Acredita-se que o caminho para a superação dos privilégios de um grupo hegemônico e dos preconceitos e discriminações seja por meio do reconhecimento dessa realidade e da responsabilidade compartilhada na sua manutenção.

Essa demarcação faz-se necessária, pois o conceito de representação social embasa-se no conhecimento compartilhado e, portanto, comum a um grupo (Moscovici, 2012; 2017). Não se acredita, todavia, que a falta de falas mais incisivas sobre o assunto seja sinônimo de que esse elemento não se constitua como representação social para os entrevistados. Considerando dados do Estudo 1 e a própria revisão de literatura, infere-se que a cautela, o cuidado em se tocar no assunto seja de fato uma insegurança, um receio em ser mal interpretado, e que

repercute na ausência de conteúdo. Todos os participantes dessa categoria declararam ser favoráveis às cotas raciais. Inclusive, enfaticamente. Mas a polêmica que envolve o assunto, assim como a constante vigilância dos coletivos negros para falas discriminatórias possa ser um dos motivos para que quem é a favor não queira errar, não queira se expor, não queira se aprofundar sobre a temática.

Outra questão que explica o destaque para a fala individual e não grupal nesta classe é a própria realidade distinta vivenciada pelos participantes. O engajamento, a postura e as falas do professor negro vão além da sua visão de mundo, estão diretamente relacionadas a sua vivência - experiência, essa, que, muito provavelmente, não é compartilhada pelos demais, justamente pela desigualdade racial brasileira. Logo, considerando o grande volume de conteúdo gerado por sua entrevista abrangendo essa vivência, é compreensível que o *corpus* reconheça uma diferença nessas falas em relação ao todo.

Além de contar experiências pessoais de preconceito e discriminação na sociedade e na academia, seja como aluno ou como professor, o participante trouxe para sua entrevista conceitos como o de racismo estrutural, necropolítica, colorismo e os contextualizou na história brasileira, estabelecendo relações com aspectos políticos e ideológicos, apontado como responsáveis pela sua manutenção ou combate. Assim, de modo geral, esse foi o conteúdo reunido na Classe 4.

Representações sociais dos professores contrários às cotas universitárias

Após apresentação e discussão dos dados disponíveis no primeiro dendrograma (Figura 6), realizou-se a descrição dos resultados do outro *corpus* do estudo, voltado para as entrevistas dos professores que se colocam de forma mais contrária à política de cotas (Figura 7). Como resultado, a CHD originou, novamente, quatro classes, agora organizadas em dois blocos: Classes 1 e 2 e Classes 3 e 4. De forma geral, nas duas primeiras classes destacaram-se falas

de análise e avaliação da política de cotas, considerando os grupos contemplados por elas, além de fragilidades observadas no desempenho dos cotistas em relação aos não cotistas. As Classes 3 e 4, por sua vez, tratam, respectivamente, da visão de que as cotas são uma medida de interesse unicamente político, que deturpa o caráter meritocrático que a seleção de alunos deveria ter; e, por fim, se volta para a disputa ideológica, esquerda versus direita, que envolve o assunto.

Figura 7. Dendrograma gerado pela CHD: Professores contrários às cotas

Dendrograma: Representações sociais de cotas para professores contrários à política							
Classe 1 22,81%		Classe 2 28,07%		Classe 3 26,32%		Classe 4 22,81%	
Análise das Cotas: Os Critérios		Defasagem dos Cotistas em Relação aos Não Cotistas		Cotas como Deturpação		Contradições e Disputas Político-Ideológicas	
<i>Palavra</i>	<i>X²</i>	<i>Palavra</i>	<i>X²</i>	<i>Palavra</i>	<i>X²</i>	<i>Palavra</i>	<i>X²</i>
Público	58,48	Aluno	42,04	Resolver	35,08	Esquerda	32,98
Negro	43,6	Ficar	31,70	Pessoa	28,46	Partido	27,86
Escola	31,28	Curso	31,26	Querer	24,13	Política	20,32
Social	22,66	Conseguir	28,73	Sistema	17,16	Lado	17,23
Dar	18,42	Cotista	28,58	Determinado	15,89	Brasil	16,13
Cota	17,61	Dificuldade	21,11	Nível	15,31	Começar	15,17
Pardo	17,23	Grande	19,69	Liberdade	14,25	Identitária	13,73
Vaga	16,13	Menino	18,49	Problema	13,85	Direito	13,69
Classe	15,17	Ver	16,20	Ideia	12,69	Brasileiro	10,26
Bom	15,17	Difícil	15,71	Inclusive	12,69	Comunista	10,26
Concorrer	12,75	Muito	14,20	Reunião	11,36	Extremo	10,26
Ensino	10,77	Lá	13,75	Participar	11,36	Realmente	10,15
Culpa	10,26	Sempre	11,81	Sério	11,36	Político	9,46
Categoria	10,26	Prova	11,81	Especificamente	11,36	Colega	8,38
Embaixo	10,26	Entrar	11,75	Viver	10,28	Agora	7,93

Classe 1: Análise das Cotas - Os Critérios

Na Classe 1, denominada de “Análise das Cotas: Os Critérios”, estão reunidos conteúdos que abordam as diversas fragilidades da política, considerando os diferentes grupos amparados por ela. Fala-se de como o ensino básico público apresenta baixa qualidade e deveria ser o foco das ações governamentais. Ressalta-se, também, que tal fragilidade implica no acesso de alunos à universidade sem que eles consigam acompanhar o curso de forma adequada, acarretando a entrada desses alunos, mas não a sua efetiva formação. Nos conteúdos da classe, avalia-se, ainda com dubiedade, a questão das cotas raciais, sinalizando que os negros com alto poder aquisitivo, ou que estudaram em escolas particulares, não deveriam ser contemplados pela ação afirmativa. Alunos esses que, inclusive, não apresentam dificuldades em sala. O principal segmento de texto representativo da Classe 1, selecionado com o auxílio do Iramuteq, traz a seguinte fala:

Sendo que os negros têm todo o problema... eu sei do nosso passado, do que nós fizemos, né. Mas se o governo desse condições melhores no ensino público, ele não precisaria estar concorrendo agora... ter cota de vagas. Então, o negro, resumindo, é assim: se ele vier de classe social baixa, ele tem a mesma dificuldade do que entrou por cota financeira (social); se ele é um negro de classe social alta, ele é um normal, como se não tivesse entrado por cota, ele se dá bem em todos os campos. A escola... a base é que faz a diferença. Se ele vem de uma escola pública ou privada é que é a diferença (score: 190,45).

As cotas são problematizadas sob diversos aspectos pelos professores. No trecho representativo da classe, no entanto, dois deles são ressaltados: 1) o fato dela promover uma discriminação positiva para um grupo que já é privilegiado (negros de escolas particulares), e 2) o fato dela buscar a desigualdade social de forma equivocada, garantido reserva de vagas no ensino superior, ao invés de melhorar o ensino básico das escolas públicas.

Já nessa classe, a tomada de posição dos professores aparece de forma bastante explícita. Falar de cotas é falar de uma política equivocada. Os argumentos que sustentam essas posições, contudo, precisam ser analisados em detalhes. O fato mencionado de negros de alta

classe econômica serem contemplados pelas cotas pode ser contestado sob a ótica da própria Lei 12.711/2012. É preciso lembrar que, de acordo com a legislação, somente são eletivos às cotas alunos estudantes de escolas públicas. Todas as demais categorias, as chamadas subcotas, somente são incluídas depois de atendido tal critério. Mesmo assim, essa é uma ideia frequentemente observada nas falas da população contrária às cotas. Tem-se a errada noção de que, hoje, “basta ser negro” para se candidatar às vagas reservadas nas instituições de ensino federais. Ressalta-se, também, que essa discussão promovida pelos professores não é estendida aos índios e nem aos deficientes, que, em paralelo, poderiam sustentar a mesma argumentação. Assim como não se problematiza, como visto no grupo anterior, os alunos de classe média, estudantes dos Institutos Federais, que ingressam como cotistas nas vagas para escola pública. Esses, sim, efetivamente atendidos pela reserva de vagas.

Nesse sentido, a dificuldade em se aceitar as cotas raciais não parece ter uma fundamentação racional. Entende-se que o mito da democracia racial, o medo de se romper com uma hegemonia ideológica e grupal e a própria contradição existente nessa política com a visão de mundo meritocrática, sejam os pilares para que essa representação impere. Isto é, as crenças, os valores ideológicos, os contornos identitários é que orientam essas interpretações, como já propunha Doise (2002) ao falar de metassistema.

Entende-se ainda que a palavra “negro”, que se apresenta entre os vocábulos mais representativos da classe, seja bastante simbólica. Ela reforça os achados do Estudo 1 e as discussões promovidas anteriormente sobre o papel central desse grupo na representação social de cotas. Mais uma vez, verifica-se que falar de cotas é falar de negros, independentemente da tomada de posição que a ancoragem da representação assume, seja ela favorável ou contrária.

A importância do investimento na qualidade do ensino básico é outro conteúdo fundamental para a compreensão da Classe 1. Conteúdo esse também presente nas

representações sociais dos professores a favor das cotas, mas que recebe atenção e significação distinta. Não se problematiza, aqui, os alunos de escolas públicas de excelência, aptos a competirem “meritocraticamente” pela vaga universitária reservada pelas cotas. O contorno dado por este grupo é como as cotas poderiam ser evitadas se o empenho político fosse direcionado para o lugar certo, o ensino básico público e não o acesso ao ensino superior.

Não se questiona, portanto, a desigualdade social brasileira e suas consequências em diversos âmbitos. Busca-se uma forma de manter o sistema meritocrático, com soluções que minimizariam as distorções que hoje ele emprega. Todavia, nesse contexto, há que se refletir acerca do tempo que o investimento no ensino básico requer para dar frutos. Não há como ser contra a ideia de se investir na educação fundamental - e pelos dados desta pesquisa, nenhum dos participantes parece ser. A questão que se coloca é a curto prazo; o impacto que a ausência de iniciativas emergenciais pode gerar para os estudantes de hoje e de ontem, que foram prejudicados pela falta de atenção dedicada à educação básica da rede pública. Esse fato, inclusive, é amparado pela Lei das Cotas. Afinada com o conceito de ação afirmativa (Kaufman, 2007), a lei é entendida como uma política emergencial e que precisa estar alinhada com outras políticas públicas, como a própria melhoria da educação básica. A lei 12.711/ 2012, desde sua publicação, já prevê o seu caráter temporário:

Art. 7º No prazo de dez anos a contar da data de publicação desta Lei, será promovida a revisão do programa especial para o acesso às instituições de educação superior de estudantes pretos, pardos e indígenas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Esse é um fato que merece atenção, uma vez que é muito desconhecido e frequentemente não lembrado. A Lei das Cotas não é uma legislação que se apresenta como constante, permanente. Ela é proposta como uma alternativa momentânea, e que requer reavaliação de acordo com o passar do tempo e com a mudança no cenário nacional. Sabe-se

que seus resultados, em termos de inclusão social e democratização do ensino superior, são visíveis (IBGE, 2019; Moreira & Silva, 2019; Inep, 2018). Mas cabe estudo e reflexão se até o ano que vem, dez anos após sua publicação, portanto, 2022, ela terá cumprido por completo sua função. Nesse sentido, aproveita-se para ressaltar que a revisão de antemão prevista por ela, caso aconteça, precisará ser acompanhada com muita atenção pela sociedade

Por fim, ainda no que se refere ao conteúdo da Classe 1, salienta-se a apresentação, por parte dos professores, da discrepância do ensino público versus o ensino privado. Os mesmos elementos representacionais identificados no outro grupo emergem aqui, porém, novamente, com certa divergência na ancoragem societal. Para esses professores, não se questiona o interesse político em se valorizar o ensino particular em detrimento do público. Além disso, para além da questão da diferença educacional, enfatiza-se a diferença de desempenho dos alunos no ensino superior advindos de diferentes contextos escolares. Adiantando a ligação com a Classe 2, a Classe 1 também trata, ainda que com menor ênfase, sobre como os cotistas costumam apresentar rendimentos deficitários em comparação aos não cotistas. Essa realidade é explicada, pelos participantes, pela discrepância da qualidade da escola particular em relação à escola pública.

Classe 2: Defasagem dos Cotistas em Relação aos Não Cotistas

Interligada à Classe 1, a Classe 2, nomeada de “Defasagem dos Cotistas em Relação aos Não Cotistas”, tem como foco relatos de observações sobre as dificuldades e o fraco desempenho dos cotistas, especialmente, em relação aos demais alunos. Algumas das temáticas contempladas pela classe são: o baixo rendimento desses alunos, que apresentam muita dificuldade em acompanhar a turma; a desmotivação que essa realidade acaba gerando, inclusive com distanciamento deles dos alunos não cotistas e com casos de bullying; o maior índice de evasão entre os estudantes cotistas; a falta de estrutura oferecida com a função de

minimizar tais dificuldades; e o futuro desses alunos, que apresentam maior dificuldade de se inserirem no mercado de trabalho, por meio da aprovação em processos seletivos e em concursos públicos.

Como ocorrido em momento anterior, com os dados dos professores a favor das cotas, a presente classe também reuniu, essencialmente, falas de um único participante. Os segmentos de texto representativos dela são apresentados a seguir:

Eles, às vezes, por greve, ou pelo professor não dominar o assunto, não sei quais os problemas que ocorrem lá também, mas eles não veem a matéria, nem 10% dela. Aí fica muito difícil da parte dele também. A gente vê que raramente eles são os meninos do curso que terminam no tempo regular. Os cotistas têm terminado em muito mais tempo (*score*: 215,98);

Olha, como professor eu vejo que há um distanciamento muito grande entre um grupo e outro de alunos, os que vieram por cotas e os que não vieram por cotas. A forma de aprendizado é muito diferenciada, os cotistas têm muita dificuldade no aprendizado, do conhecimento básico [...], eles não têm esse conhecimento para acompanhar os outros alunos que vieram de escola particular, especialmente das grandes escolas da Grande Vitória (*score*: 179,05).

A situação narrada pelo participante responsável pelas falas reunidas na Classe 2 parece retratar uma realidade observada e experienciada primordialmente por ele, e não pelo grupo como um todo. Essa inferência sustenta-se nos resultados da classe alinhado à revisão de literatura, que demonstra a discrepância no rendimento acadêmico de cotistas e não cotistas de uma instituição ou de um curso para outro (Colbino, Xavier & Sabino, 2020; Cavalcanti et al., 2019; Peixoto et al., 2016; Pinheiro, 2017). Não se pode deixar de ressaltar, todavia, que a percepção dessa realidade também está atrelada à visão de mundo e à ideologia do professor. Autoidentificado como de direita e com afinidade com o partido Novo, o participante em questão compartilha o valor meritocrático e a crença na responsabilidade de cada um no

sucesso por si alcançado. Além disso, pode-se entender suas representações sob uma perspectiva hegemônica, não necessariamente engajada em modificar o *status quo*.

Salienta-se, todavia, que a menção acerca do baixo rendimento dos cotistas não foi exclusivamente dita por esse participante. Conteúdos de outro professor, do mesmo grupo, reunidos em classe distinta, também pontuaram a questão. Nesse caso, entretanto, foi reforçada a discrepância de realidade vivenciada de um curso para outro:

Olha sou de um curso, que é um curso que tem baixas notas de entrada na Universidade [...]. Agora, eu, por trabalhar na pós-graduação, com colegas de outros cursos [...], que são cursos bem disputados, eu ouço, desses colegas, um quadro ainda pior, porque os alunos que entram pelas cotas, eles apresentam determinadas dificuldades, às vezes, tristes de se pensar em transpassar, superar na estrutura que a gente tem hoje dentro da universidade. Das duas uma: ou a gente recupera esse legado, ou se ensina engenharia, por exemplo. Então, os colegas de cursos disputados enfrentam um problema seríssimo, é o que eles comentam (*score*: 80,14)

A diferença entre as falas dos dois professores ocorre, primeiramente, das experiências vivenciadas por cada um. Enquanto o primeiro trata de algo presenciado por ele mesmo enquanto docente, o outro traz relatos de colegas, de uma realidade que não compartilha no seu dia a dia. Além disso, destaca-se que as falas do primeiro professor estão sempre articuladas em estruturas comparativas, de cotistas versus não cotistas; enquanto o segundo professor fala dos cotistas sem recorrer a essa construção textual e semântica. Acredita-se que esses sejam dados fundamentais para que a última fala não tenha sido incorporada ao conteúdo da presente classe.

Nesse sentido, assume-se que os textos e as representações sociais reunidas na Classe 2 ancoram-se na compreensão de que os alunos não se apresentam como um grupo unificado ou como pessoas diversas, com características indiscriminadamente variadas. O que se observa é a objetiva classificação dos estudantes entre cotistas e não cotistas, compondo dois grupos

estritamente distintos, em que se tem “os que se formam ou não no tempo regular”, “os que apresentam ou não um bom rendimento” e “os que vieram ou não de escolas tradicionais”.

Diante desse contexto, há que se refletir sobre essa forma de representação da realidade social, sustentada em estereótipos, a partir das noções de relações intergrupais e de constituição identitária (Vala, 1997). A dinâmica identificada requer atenção, pois pode predizer atitudes de preconceito, discriminação e acarretar prejuízo ao processo de ensino-aprendizado. Além disso, quando se considera que essa categorização grupal é feita de forma meramente associativa e subjetiva, uma vez que os dados de ingresso dos alunos não são divulgados ao corpo docente, a cautela em relação a ela precisa ser ainda mais reforçada (Ribeiro et al., 2016).

As questões comparativas entre cotistas e não cotistas, com menor distinção conferida ao primeiro grupo, acabam por se constituírem como mais uma justificativa para o posicionamento contrário às cotas universitárias. Entende-se, segundo esse ponto de vista, que a democratização do acesso ao ensino superior é parcial, no sentido de que a boa formação das universidades públicas não consegue ser aproveitada por alunos que não foram efetivamente preparados para ela. Nesse sentido, tem-se, mais uma vez, a tomada de posição do grupo sendo explicitada.

Essa posição, como demonstra os próprios resultados da pesquisa, em casos pontuais, requer atenção. Se há um descompasso entre os estudantes cotistas e não cotistas, as cotas precisam ser complementadas com outras políticas afirmativas, como com aulas de reforço e auxílio financeiro, se for o caso. Acredita-se que é papel da universidade garantir, mediante interesse, esforço e dedicação do aluno (e para com ele), que os prejuízos do ensino básico sejam minimizados, de modo a não comprometer a formação de nível superior e de pós-graduação. Todavia, não é impedindo as cotas ou tirando sua relevância que o problema da disparidade e da desigualdade educacional brasileira será resolvido.

Classe 3: Cotas como Deturpação

A terceira classe, “Cotas como Deturpação”, afasta-se das classes anteriores e se volta para tratar da incoerência do pensamento que embasa as cotas universitárias, explicitando os valores, a ideologia e a visão de mundo dos participantes. Aqui são reunidos argumentos que promovem a ideia de que as cotas se referem a um ato político, populista, que não tem como fim a melhoria da sociedade. Mais uma vez, reforça-se que ao invés da reserva de vagas, a atuação deveria se dar na melhoria da qualidade do ensino básico público. A ideia de mérito, de que as conquistas devem vir do esforço de cada indivíduo, premiando aqueles que se destacam, também se faz presente no conteúdo da Classe 3. As falas organizadas recorrem-se, ainda, a valores como de liberdade e a relatos de observações feitas no dia a dia que sustentam a argumentação. A seguir, são apresentados dois trechos representativos desta classe:

E para isso, de novo, não precisa de cota, isso é uma decisão política dos entes que estão atuando nesses níveis de, de fato, quererem resolver esse problema (*score*: 100,82);

Ideologicamente falando, eu não tenho, assim, uma... vamos dizer, uma posição negativa com relação a esse sistema (de cotas), mas eu tenho o meu conceito de que as pessoas precisam lutar por aquilo que elas querem (*score*: 95,39).

Mesmo que seja para falar das limitações e das deturpações que envolvem a política de cotas, os participantes do grupo não negam a existência de um problema social, apesar de não se referirem à questão sob a perspectiva da desigualdade, tratam desse contexto a partir da palavra “problema”, que foi uma das mais evocadas entre o conteúdo da Classe 3 (Figura 7). Não obstante, entendem que a solução para a questão não perpassa pela democratização do acesso, ou pela busca pela igualdade ou por ações afirmativas, palavras essas raramente

mencionadas pelo grupo. Na visão dos professores, “resolver” o “problema” depende da “pessoa”, ela “precisa” “querer”, “lutar”, ser “determinada”³⁴ para alcançar seus propósitos.

A dualidade da ideologia-política de viés de esquerda e de direita, segundo as proposições Bobbio (1995), fica evidente nesse contexto, especialmente quando as visões dos professores a favor e contra as cotas são contrapostas. O grupo e a classe em análise não apresentam como motivação a luta pela igualdade, seja ela social, econômica ou educacional. Para eles, torna-se um contrassenso implantar uma política social que, em um processo seletivo, conflitue com a noção de mérito. É essa essência ideológica, quase filosófica, que é evidenciada na Classe 3 como representação social de cotas para os participantes em análise.

Não por acaso, a presente classe está interligada com a Classe 4, “Contradições e Disputas Político-ideológicas”, e mais independente das Classes 1 e 2. Enquanto as duas primeiras tinham como enfoque o contexto universitário, a realidade vivenciada pelos professores, e, portanto, o aspecto educacional; nas duas últimas categorias há uma aproximação com o contexto político, mais abrangente e profundo que o cenário da sala de aula e da universidade - ainda que, na Classe 3, elas também apareçam.

A partir de uma análise mais geral e comparativa do *corpus*, em acordo com as proposições de Doise (2002; 2014), verifica-se que o conteúdo da Classe 3 explicita o macrossistema das representações sociais. Enquanto as Classes 1 e 2 revelam os processos de constituição das representações sociais, com as objetivações (negro, pardo, escola pública, privada, baixo desempenho acadêmico) e as ancoragens (escola, vaga, classe) da representação, a Classe 3, de forma complementar à Classe 4, vai enfatizar as ancoragens sociais, os

³⁴ As palavras sinalizadas por aspas referem-se àquelas que obtiveram alta frequência no *corpus* da classe, estando, a maior parte delas, representada na Figura 7.

metassistemas (ideologia de direita, meritocrática, que não se opõem à manutenção do *status quo*). Nelas é possível observar em que se sustentam as tomadas de posição, o olhar negativo sobre a política de cotas universitárias.

Classe 4: Contradições e Disputas Político-Ideológicas

A última classe, denominada de “Contradições e Disputas Político-Ideológicas”, reuniu falas que efetivamente explicitam a disputa grupal com a dualidade “esquerda versus direita”. Nesse sentido, foram abordados assuntos, tais como: a mudança do posicionamento político da esquerda ao longo da história e suas contradições; a polaridade que vivencia o Brasil e que se estende à temática das cotas, havendo uma cisão entre quem é de esquerda e quem é de direita; a falta de diálogo; e o pressuposto de que a contrariedade às cotas seja em virtude da posição político-partidária de direita, como um estereótipo, um “rótulo”. O segmento de texto representativo da classe traz a seguinte fala:

E aí você tem a luta de classes, a ideia de superestrutura, enfim, você tem todos os conceitos marxistas. Quando isso se torna uma política identitária, para assuntos de ordem pessoal, como é característico a partir da década de 1970, aí já não é mais essa esquerda, aí já é outra coisa. Quando começa a colocar as necessidades do indivíduo, que é uma característica da pós-modernidade, a subjetividade ao extremo à frente do coletivo aí nós já não estamos falando mais da mesma esquerda, não estamos falando mais da mesma coisa (*score: 99,34*).

O texto em destaque representa conteúdos que foram, primordialmente, produzidos por um único professor, que deu enfoque à questão histórica da esquerda no mundo e no Brasil. Essas falas, de alguma forma, buscavam explicar o posicionamento político-ideológico do participante, que afirmou ser anteriormente de esquerda, inclusive filiado a um partido político com esse viés ideológico. No entanto, agora, ele assume outra visão de mundo e, por isso, busca se explicar. Além de reforçar a complexidade da questão, de alguma forma, o professor queria

se fazer entendido e demonstrar considerável conhecimento sobre o assunto, o que gerou grande volume de dados concentrados na classe.

Entretanto, para além da questão pessoal e subjetiva do participante, a Classe 4 também reuniu falas de outros professores, com conteúdo complementares, como demonstra o texto a seguir:

Eu acho que qualquer um que instituísse isso, estaria equivocado em várias partes. Mas as pessoas que ouvem acabam denunciando assim, se você é contra as cotas você é da direita. Como se uma pessoa fora do esquema direita, esquerda não pudesse ter essa opinião. Se você é esquerda, se você tem essa visão mais socialista, você tem que ser direito às cotas. E que não acho que é por aí. Então, na Ufes, só tive essa discussão na Ufes, é muito complicado você falar que você é parcialmente contra, ou de alguma... que você é contra as cotas porque as pessoas te olham com outros olhos. Para pior, né? Como uma coisa pejorativa. Realmente, colocam isso como se fosse uma parte política, essa situação (*score*: 58,0)

Ao enfatizar o caráter ideológico associado à política de cotas, os professores denunciam a dificuldade que têm em lidar com a temática no espaço universitário, em virtude da condição minoritária que assumem naquele contexto. Reforçando os dados quantitativos da pesquisa, é evidenciado que o corpo docente parece ser majoritariamente de esquerda, e, conseqüentemente, posiciona-se favoravelmente à política de cotas. Eles, contudo, que se encontram duplamente no outro lado espectro, sentem-se estigmatizados, fora do grupo, sendo silenciados.

Os relatos apresentam o caráter conflituoso de disputa grupal que envolve a temática das cotas. Se por um lado, os professores contra as cotas parecem promover uma estereotipização, homogeneização dos cotistas - o exogrupo -, nessa perspectiva alternativa são eles que assumem – ou melhor, são colocados -, (n)essa posição. Da mesma forma, entende-se necessário pontuar que esse processo identitário e de conflito social não é benéfico para ambas

as partes, e, ao envolver professores e possíveis gestores das políticas afirmativas universitárias, pode ser prejudicial também para a comunidade acadêmica e a sociedade como um todo.

De algum modo, é preciso superar esse caráter estereotipado, polêmico, binário. O diálogo e a diversidade de análises, perceptivas e experiências com a política de cotas são fundamentais para a promoção de melhorias e superação dos limites que envolvem a ação afirmativa. É certo que, para isso, a tomada de consciência dos conflitos identitários, dos processos de representação e da influência da ideologia na constituição da realidade seja trabalhado (Moscovici, 2013) por todos os envolvidos.

*Representações sociais de cotas universitárias para os dois grupos de professores:
Consensos e dissensos*

A fim de estabelecer uma relação ainda mais direta em termos comparativos entre as respostas dos participantes dos dois grupos, com o auxílio do Iramuteq, realizou-se a análise de especificidades, que possibilitou identificar a frequência de palavras com diferença significativa entre os dois *corpora*, considerando $p < 0,05$ e $GL=1$ (Tabela 17).

Tabela 17. Comparação de frequência de vocábulos entre professores favoráveis e contrários às cotas

Comparação de frequência de vocábulos entre professores favoráveis e contrários às cotas³⁵			
Palavras significativamente mais frequentes entre professores favoráveis às cotas universitárias		Palavras significativamente mais frequentes entre professores contrários às cotas universitárias	
	X²		X²
Estudante	12,53	Ele	11,46
Importante	8,45	Nós	11,42
População	8,15	Você	8,45
Desigualdade	7,11	Menino	7,84
Critério	6,36	Começar	6,04
Espaço	6,03	Todo	5,90
Termo	5,77	Passar	5,55
Professor	5,34	Dever	4,93
Acesso	5,34	Fazer	4,82
Gente	5,17	Não	4,81
Questão	4,73	Igual	4,53
Caso	4,49	Mesmo	4,42
Negro	4,32	Ter	4,39
Programa	4,17	Outro	4,33
Sala	4,09	Coisa	4,32

Como resultado, observa-se que os professores favoráveis às cotas universitárias, utilizaram de forma mais recorrente os termos: “estudante”, “importante”, “população”, “desigualdade”, entre outros. Já o grupo com posição contrária, utilizou com maior frequência palavras como: “ele”, “nós”, “você”, “começar”, “passar”, “dever”, “fazer”, entre outros.

A partir desses dados é possível analisar como para os participantes favoráveis às cotas, a questão social e a realidade dos estudantes brasileiros se fazem presentes. Na visão deles, as cotas universitárias se sustentam na ideia de uma “população”, e mais especificamente de “estudantes”, que convivem em uma realidade muito “desigual” em diferentes aspectos, econômico, racial e educacional, fazendo com que a política seja de grande “importância”. Os professores contrários, por sua vez, fazem emergir a disputa grupal, a separação entre “nós” e “eles”, este último termo que, a depender do contexto, refere-se a negros, cotistas ou a

³⁵ Devido ao considerável número de palavras com frequência significativamente diferente, optou-se por apresentar na tabela os quinze vocábulos com maior qui-quadrado.

professores de esquerda. Esses docentes também entendem que estar na universidade depende do “fazer” a sua parte, isto é, cumprir com o seu “dever”, de conquistar, unicamente com mérito, aquele espaço.

A interpretação desses termos fica mais evidente quando se observa os segmentos de texto representativos de cada um dos dois grupos:

Professores favoráveis:

[...] em termos de estrutura, de desigualdade racial, existe uma potencialidade de acesso desses estudantes negros durante a graduação, e não só pela dimensão estrutural do racismo, mas, também, por uma dimensão do racismo que se opera em termos manifestos de relações interpessoais. Em que sentido? É preciso que a gente comece a naturalizar a ver médicos negros, por exemplo, a ver pessoas negras em determinadas posições que, dentro da sociologia das profissões, são as profissões que geram mais status social, e onde a gente vê uma expressão de grupos brancos assumindo essas colocações (*score*: 128,6);

[...] às vezes, a gente vai estudar questões de desigualdade na economia, e a gente vê que a desigualdade é difícil de mensurar, mas você tem vários critérios diferentes de desigualdade na Economia, um deles é o critério de renda, que é o critério utilizado nas políticas afirmativas; o outro critério de desigualdade e, só para te dar um balanço, o que é um critério de desigualdade que vem um pouco das bases sociológicas, que é o critério sociológico marcado pela posição no mercado de trabalho [...] (*score*: 124).

Professores contrários:

Os negros se sentem muito prejudicados pelo que eles passaram, então o professor negro sempre... é favorável. Eu não conheço um colega pardo, negro que seja contra, mas pela história que eles têm. Ele acha que é uma compensação, que o governo tinha que dar mesmo. Mas então e, aí, (eu pergunto) ‘como é que esses negros com problemas de dificuldade financeira e com nível de escolaridade muito ruim... o que você sugere?’ Aí, ele: ‘não, mas aí nós temos que dar mais atenção’. ‘Nós damos, mas também não sai’. Aí eles não têm uma sugestão para isso. Mas todos são a favor. Então eu acho que passa pelo viés ideológico e político, muito maior do que o pedagógico (*score*: 110,2);

Porque quando eu me expresso, eu sinto isso em mim, eles logo começam: ‘Ah você está falando isso, porque você é de direita’. Mas vem em seguida a frase... ‘Você fala porque você é de direita’. Agora dão o nome do homem, né (Bolsonaro): ‘Ah você é um deles’. E eu: ‘poxa, nem estava falando nesse assunto, nem dei o nome de quem criou cotas’ (*score*: 90,6).

Por meio da análise desses dados é possível reforçar a interpretação em curso sobre as diferentes representações sociais e tomadas de posição advindas de cada grupo. Enquanto para os professores favoráveis às cotas universitárias falar da ação afirmativa significa falar de desigualdade social, econômica e racial e, portanto, garantir o acesso a grupos de minoria à educação superior; para os professores contrários, as cotas representam a distorção do mérito, o baixo desempenho dos cotistas, a deturpação da lógica de competição que deveria imperar no espaço acadêmico, e a diferenciação, separação entre os grupos sociais: “nós” e “eles”.

Essa radical diferença, chegando a um espectro de oposição, não significa, todavia, que as representações sociais dos professores não congreguem consensos. Confirmando as hipóteses de Doise (2002), essas representações estiveram atreladas as ideias de aluno, escola, ensino e aos critérios que dividem as cotas, especialmente, a realidade das escolas particulares versus escolas públicas, as cotas destinadas aos alunos de baixa renda e as cotas raciais, direcionadas aos negros ³⁶. Observa-se, portanto, que as ideias e as organizações cognitivas compartilhadas (Doise, 2002) acerca das cotas acionaram o caráter educacional e os beneficiários delas.

Por outro lado, demonstrando a segunda hipótese sugerida por Doise (2002), foi o caráter divergente, os dissensos que se sobressaíram nos *corpora*. Ainda que o assunto escola

³⁶ O critério de cotas para deficiente físico não aparece tão forte como os demais. Acredita-se que esse dado seja consequência do fato de essa reserva de vaga só ter sido implementada quase 4 anos, de modo talvez ainda não esteja tão fortemente cristalizada e ainda tenha ficado de fora das discussões iniciais sobre a política, que originaram o fenômeno da adequação do conhecimento ainda não familiar em algo dominado (Moscovici, 2017).

pública e particular tenha sido comum aos grupos, o enfoque, a tomada de posição para cada um deles foi diferente. Enquanto os professores favoráveis problematizaram o acesso facilitado de alunos dos institutos federais, por exemplo; os professores contrários as cotas abordaram a necessidade de investimento no ensino básico, e a discrepância do desempenho de alunos advindos dessas escolas em relação àqueles que se originam de escolas particulares. A sistematização dessa tomada de posição (Doise, 2002; Almeida, 2009) também foi observada. Enquanto o primeiro grupo ancora-se na noção de igualdade e, portanto, de democratização do acesso ao ensino superior de qualidade; o segundo grupo atenta-se em argumentar contra a ação afirmativa, sinalizando outro caminho para “resolver o problema”, e advertindo sobre as consequências da política, reforçando o caráter comparativo entre cotistas e não cotistas.

Essa mesma dinâmica foi observada a partir das classes geradas por cada *corpus*. Se por um lado, os professores a favor das cotas entendem que sua representação se ampara nas questões de renda, raça e discrepância de ensino em diferentes instituições, os professores contrários à política, reforçam o caráter de conflito suscitado por ela, seja na disputa grupal entre alunos cotistas e não cotistas, seja na questão ideológico-identitária, que separa professores de esquerda e de direita, respectivamente, a favor e contra as cotas universitárias.

A oposição de ideias acionadas e o significado que elas assumem está estreitamente alinhada com a visão de mundo e com a ideologia de cada grupo. Confirmando, por fim, a terceira hipótese de Doise (2002) e as proposições de Bobbio (1995), tem-se os professores de esquerda defendendo o olhar crítico à realidade que se apresenta e em prol da promoção da igualdade, com a distribuição dos bens sociais, mais especificamente com democratização do acesso e da permanência dos alunos na universidade federal; enquanto a direita acompanha a visão conservadora do *status quo*, sustentada na visão de mundo meritocrática, que confere aos

esforços individuais importância primordial, e que entende as cotas a partir de um viés que envolve a separação e a acirramento dos conflitos intergrupais.

Considerações Gerais do Estudo 2

O Estudo 2 contribuiu com análises quantitativas e qualitativas acerca do perfil, da atuação profissional, da afinidade política-ideológica e das representações sociais de cotas de professores da Universidade Federal do Espírito Santo. As análises foram viabilizadas a partir de dois *softwares*: o SPSS, que possibilitou a realização de estatísticas básicas e de testes de qui-quadrado; e o Iramuteq, que intermediou as análises textuais, por meio de análises de especificidades e análise de conteúdo informatizada, com a Classificação Hierárquica Descendente.

Como resultados, verificou-se a complementaridade dos dados e das metodologias empregadas nas duas etapas do estudo. Os dados advindos do questionário possibilitaram verificar a pouca diversidade racial entre os participantes, reforçando dados da revisão de literatura sobre a concentração de brancos na academia. Eles também indicaram considerável prevalência de afinidade dos pesquisados com partidos associados à ideologia de esquerda.

Confirmando as hipóteses da tese, em consonância com os dados das entrevistas, os testes de qui-quadrado revelaram um padrão entre os professores de direita e de esquerda na posição assumida em relação às cotas universitárias, sejam elas para a graduação ou para a pós-graduação. Com frequência significativamente maior, os professores de esquerda se posicionaram favoráveis a política afirmativa, enquanto os de direita foram menos unânimes, e, em relação ao outro grupo, mais vezes se colocaram contra ela.

É importante frisar que o posicionamento dos professores não foi constante no que se refere ao comparativo entre as cotas na graduação e as cotas na pós-graduação. A segunda política recebeu uma aceitação significativamente menor, indicando maior dificuldade dos professores em democratizar esse espaço via políticas afirmativas ditas “duras”. Acredita-se

que o caráter simbólico ocupado por esse espaço na academia e a falta de determinação legal sejam uns dos motivos para esse cenário. Em conformidade com esses dados, verificou-se que a Ufes apresenta participação tímida na promoção das cotas na pós-graduação, assumindo um comportamento diferente daquele adotado nos anos 2000, quando a instituição foi pioneira no país na defesa e implantação da política, graças às articulações de minorias ativas.

Os dados das entrevistas foram trabalhados buscando melhorar a compreensão do fenômeno das representações sociais de cotas para professores da Ufes, mapeando o efetivo papel da ideologia nesse processo. Para isso, as análises partiram de uma divisão prévia, em que se organizou os professores a favor das cotas como um *corpus* independente, e as falas dos professores contra a política como outro *corpus*.

Os resultados para ambos os materiais geraram quatro classes de conteúdo. A partir delas foi possível identificar os processos e elementos consensuais e não consensuais das representações sociais para os professores. Também foram verificadas as objetivações, ancoragens e metassistemas sustentados por essas representações. Em acordo com a primeira hipótese teórica de Doise (2002), observou-se que, para os dois grupos de docentes, falar de cotas é falar de educação, de escola pública e particular e de alunos negros e de baixa renda. Em termos divergentes – associando-se à segunda hipótese –, os professores a favor das cotas entendem a ação afirmativa sob uma perspectiva positiva. Para isso, reconhecem a sua importância no combate à desigualdade brasileira, em âmbitos econômicos, sociais, educacionais e raciais. Além disso, esses professores percebem os estudantes como um grupo único, sem que haja diferenciação entre cotistas e não cotistas. Por outro lado, ressaltando aspectos a serem melhorados na política, salientam o fato de todas as escolas públicas serem abrangidas pelas cotas de forma equivalente. Para os participantes, apesar de a maior parte das escolas públicas ainda terem baixa qualidade educacional, algumas instituições se apresentam

como de excelência, tendo alunos de classe média e alta entre o seu corpo discente. Nesse contexto, o grupo questiona, minimamente, – apesar de não se opor - as cotas para a escola pública, entendendo que, atualmente, possa estar havendo um prejuízo à promoção da igualdade advindo desse critério.

Os professores inseridos no grupo contrário às cotas universitárias, em termos divergentes, demonstraram entender a ação afirmativa como uma política populista, que, eventualmente, causa prejuízo ao espaço universitário e que deturpa a meritocracia. Apoiados na argumentação de que o governo deveria trabalhar na melhoria do ensino básico público, os professores reforçam que as cotas não resolvem o problema, elas criam uma disparidade entre cotistas e não cotistas, e não privilegiam o esforço e a conquista pessoal. Além disso, a disputa identitária e intergrupala foi bastante frisada pelo grupo, apontando esse cenário tanto entre os alunos quanto entre os professores, os quais se dividem entre os de esquerda e de direita, pressupondo suas posições, respectivamente, favoráveis e contrárias às cotas universitárias.

No âmbito da terceira hipótese sugerida por Doise (2020), mais uma vez em consonância com os resultados dos dados quantitativos, foi possível observar que os professores a favor das cotas sustentam suas representações em metassistemas da ideologia de esquerda. Esses participantes defenderam a ação afirmativa e ressaltaram, por exemplo, sua importante contribuição no combate à desigualdade e na democratização do acesso ao ensino superior. Concorda-se, portanto, com o papel do estado em atuar de forma a diminuir as distorções sociais vivenciadas por grupos de minorias, e de promover distribuições de bens sociais/ educacionais. Ideias essas extremamente alinhadas com a ideologia de esquerda.

Apoiados no viés ideológico oposto, o da ideologia política de direita, os participantes contra as cotas reforçaram caráter equivocado da política ao minimizar o processo meritocrático de ingresso nas universidades. A ideia do grupo é que somente investir na

educação básica pública resolveria as distorções da competição atual, sem que o critério do mérito sofresse consequências. Ressaltando o olhar para o indivíduo, e temendo pela desestabilização do padrão hegemônico da sociedade, o grupo explicitamente amparou-se nas ideias da ideologia de direita.

De modo geral, o Estudo 2 possibilitou verificar o papel fundamental exercido pela ideologia nas representações sociais de cotas de professores. Os resultados e as discussões empregadas tornaram explícita a necessidade de se tomar conhecimento desse fato, refletindo sobre os possíveis efeitos provocados por ele, e buscando reavaliar essa interferência nos debates acadêmicos e sociais. Para além das disputas grupais, partidárias e ideológicas, as cotas universitárias se referem a uma política nacional, que promove modificações diretas na sociedade, e, portanto, que precisam ser avaliadas por diversos atores sociais, a partir de argumentos racionais, dados empíricos e embasamento científico. Deixar que as ideologias assumam o protagonismo nessas discussões, ou que sejam meramente ignoradas pelos envolvidos, é visto como algo temeroso. As cotas não devem ser usadas para reforçar a polaridade vivenciada pelo país. Assim como negros, deficientes, alunos de baixa renda e estudantes de escolas públicas não podem ser esquecidos quando se trata de uma política voltada para eles. É prejudicial para estudantes, professores, pais, coletivos de minorias, sociedade organizada e a própria história do Brasil que as cotas virem bandeira ideológica. É fundamental que os ganhos promovidos por elas sejam vistos e reconhecidos por todos, assim como suas falhas e limitações. Que o país e as universidades estejam abertos a acolher e a promover essas reflexões, e que a política educacional seja ascendente nas suas conquistas e melhorias do acesso à boa educação para todos e para todas.

Conclusão Geral da Tese

A presente tese propôs-se a investigar a compreensão psicossocial das cotas universitárias no cenário brasileiro. A ação afirmativa foi nacionalmente instituída em 2012 e gerou grande mobilização social, tanto na esfera pública quanto no ambiente interno das universidades. Até hoje, a medida divide a população entre favoráveis e contrários, fazendo com que seja pertinente pesquisar de que forma suas representações sociais foram constituídas e em que se encontram ancoradas.

O suporte teórico-metodológico assumido nesta investigação foi a abordagem societal das representações sociais, que confere importância à análise das ideologias e que entende que o conhecimento do senso comum se forma a partir da relação entre sujeitos e grupos dos quais se faz parte. A proposição teórica é de que, ainda que haja informações compartilhadas e que a organização cognitiva ocorra de forma similar entre os indivíduos, deve-se reconhecer o papel dos valores, das crenças e da ideologia na maneira como esse conhecimento será assimilado. Acredita-se que a depender do metassistema e dos seus interesses, cada grupo assumirá uma posição diferente em relação ao fenômeno representado.

Para alcançar o objetivo geral, a tese foi organizada em dois estudos. O Estudo 1 dedicou-se a estudar a compreensão psicossocial das cotas universitárias a partir de uma perspectiva midiática, buscando um olhar mais amplo que abarcasse o cenário nacional. Já o Estudo 2 investigou o mesmo fenômeno a partir de uma pesquisa de campo realizada no espaço universitário local. Esta etapa da pesquisa foi realizada com professores da Universidade Federal do Espírito Santo e assumiu contornos quantitativo e qualitativo.

No primeiro estudo, foi possível observar o engajamento da imprensa no debate acerca das cotas universitárias. Ao longo de dez anos, de 2008 a 2017, as revistas Carta Capital e Veja

publicaram juntas 199 textos acerca da temática. O material, para além da “imparcialidade” jornalística, assumiu viés opinativo e contemplou, explicitamente, a posição dos veículos em relação ao assunto: Carta Capital favorável a elas e Veja contrária às cotas universitárias. A tomada dessas posições e suas ancoragens puderam ser observadas a partir das análises lexicais empregadas e com o suporte da teoria não consensual das representações sociais.

No primeiro nível de análise, verificou-se que Carta Capital e Veja entendem as cotas como uma política associada aos “negros”, que ocorre em âmbito “universitário” e que interfere da dinâmica social, no que se refere ao “público”. Esses foram os núcleos semânticos que sustentaram a compreensão das representações sociais igualmente para os dois veículos.

Todavia, foram as divergências no conteúdo das revistas que ficaram mais evidentes. A Carta Capital atuou em defesa das cotas e, especialmente, das cotas raciais. Sem dar tanto destaque às cotas sociais e aos indígenas e estudantes deficientes, ela reforçou o caráter de luta que envolve a política, articulando-a com as constantes mobilizações do movimento e da população negra, e a tratou como uma forma de se buscar reparação histórica e igualdade na sociedade brasileira.

Veja, por sua vez, abarcou a ação afirmativa sob o aspecto do atraso e do descompasso com ideal meritocrático. Embasada na ideia de democracia racial, a revista foi efetivamente contra a implantação das cotas, e articulou o Supremo Tribunal Federal e as experiências dos Estados Unidos – tratado como um modelo – para construir sua argumentação e ancorar semanticamente as representações sociais. Ao longo dos anos, foi possível observar certa amenização da tomada de posição do veículo, afastando-se da posição extrema de recusa às cotas universitárias. Possivelmente, essa mudança se origina dos avanços na compreensão e visibilidade do racismo no Brasil, nos últimos anos, e aos bons resultados já verificados com a

política em prática. Contudo, o presente estudo não se debruçou sob esse recorte analítico, carecendo que outras pesquisas sejam realizadas com tal objetivo.

A partir da identificação dos dissensos nas representações sociais dos dois veículos, buscou-se compreender sua sistematização e suas ancoragens societais. Como conclusão, verificou-se que as ideias de Carta Capital estiveram ancoradas na ideologia de esquerda, sendo a busca pela igualdade e a luta pela mudança social como os pilares assumidos pelos textos publicados no veículo. Em relação à Veja, observou-se que as proposições conservadoras, de manutenção do *status quo*, alinhadas com a visão de mundo hegemônica, que valoriza o suposto desempenho individual e meritocrático, constituíram o metassistema da revista - que está diretamente relacionado às ideias da direita.

Essas análises tornaram, assim, explícita a disputa grupal em torno da temática das cotas universitárias no país. Com um viés identitário, foi possível identificar que ser contra ou a favor da política é um fator para ser ou não inserido em determinados grupos sociais. Essa dinâmica não só corroborou as hipóteses propostas por Doise, como viabilizou maior compreensão sobre a polêmica que envolve a ação afirmativa, assim como o engajamento e o acirramento de debate que ela promove na esfera pública.

Sobre os limites do Estudo 1, ressalta-se que os dados adotados se referem a um período delimitado de dez anos, de 2008 a 2017, e, portanto, que não abarcam os textos mais recentes, publicados nos últimos anos. Além disso, as plataformas de busca dos *corpora* seguiram padrões diferentes, sendo contemplado apenas textos da revista impressa no caso de Veja, e textos impressos e online oriundos de Carta Capital. Como indicação para futuras pesquisas, entende-se que sanar tais limites sejam interessantes, assim como promover análises com recortes temporais, já que esta pesquisa identificou indícios de que o posicionamento de Veja não tenha se mantido constante ao longo dos anos.

O Estudo 2, a partir de um recorte mais delimitado, ratificou esses achados. Primeiramente, com uma abordagem quantitativa, ele demonstrou como variáveis como posicionamento sobre as cotas e afinidade partidária-ideológica parecem estar significativamente associadas, considerando dados de professores da Ufes. A partir de testes de qui-quadrado, foi possível verificar uma tendência de padrão entre os docentes, apresentando maior afinidade entre esquerda e visão positiva das cotas, e direita e visão contrária a elas.

As análises também revelaram o papel da área de atuação dos professores no posicionamento frente à ação afirmativa. Seja por experiências pessoais ou por compartilhamento de crenças e valores grupais divergentes, professores das Ciências Humanas estiveram mais associados à posição a favor das cotas, enquanto professores das Engenharias protagonizaram o outro posicionamento.

Destacam-se ainda os resultados comparativos realizados entre cotas na graduação e na pós-graduação. Os professores participantes foram majoritariamente favoráveis à primeira, mas, quando analisada a pós-graduação, a unanimidade deu espaço à divergência e ao considerável aumento no número de docentes contrários às cotas. Esses dados não surpreendem. É sabida a maior resistência à política nesse nível educacional, que, inclusive, diverge da outra por ainda não ser nacionalmente obrigatória. Hoje, contudo, diversas instituições já aderiram às cotas em todos os seus programas de pós-graduação, mas na Ufes essa realidade ainda é uma mera exceção.

Como limitação desta etapa do estudo, destaca-se a representatividade, a significância e o modo de seleção da amostra. Com um viés quantitativo, seria oportuno que a pesquisa contemplasse maior número de participantes, assim como garantisse que a amostra assumisse caráter randômico, probabilístico. Diante da dificuldade de se acessar o público de pesquisa,

tais critérios não foram possíveis de serem adotados, de modo que o reconhecimento dessa fragilidade se apresenta como necessário.

O Estudo 2, de modo a complementar aos resultados apresentados anteriormente, também abarcou uma abordagem mais qualitativa. Por meio de entrevistas realizadas com nove docentes da Ufes, foi possível compreender as representações sociais, as ancoragens societais e a complexidade que envolve a compreensão psicossocial das cotas para esse público, que atua diretamente com elas. Em consonância não só com os dados quantitativos, mas também com os achados do Estudo 1, a pesquisa revelou como o posicionamento acerca das cotas se relaciona diretamente com a ideologia na constituição das representações sociais do fenômeno.

Os professores favoráveis às cotas são os mesmos que apresentam afinidade com a ideologia político-partidária de esquerda e que entendem a ação como uma forma de garantir a igualdade educacional, racial, e, por consequência, social e econômica. Eles não fazem separação entre cotistas e não cotistas, mas salientam a disparidade entre as oportunidades recebidas por uns e outros; assim como distinguem a educação privada da pública no ensino básico brasileiro.

Não por acaso, professores com uma visão primordialmente negativa das cotas, os classificados como contrários a elas, são aqueles que se posicionam como conservadores e defensores da liberdade econômica. A maior parte não apresenta afinidade partidária, mas suas visões de mundo e suas tomadas de posição, reconhecidamente, estão atreladas à ideologia de direita. Para eles, as cotas também estão ancoradas semanticamente na ideia de escola pública *versus* escola particular, e nos beneficiários da política. Contudo, para esses professores, os alunos negros ganham destaque, sendo questionada a validade desse critério. Na verdade, as cotas como um todo são problematizadas, entendidas como uma política partidária que deturpa

a seleção meritocrática, acirra a disputa grupal entre estudantes e professores, e, portanto, que deveria ser substituída pela promoção da melhoria do ensino básico.

Assim como no Estudo 1, no Estudo 2 as proposições hipotéticas de Doise são corroboradas, e as explicações sobre a polêmica que envolve a temática das cotas universitárias no Brasil são reforçadas. Ainda no âmbito dos dois estudos, salienta-se que os argumentos identificados nas falas dos professores favoráveis e contrários foram muito semelhantes àqueles veiculados, respectivamente, em Carta Capital e em Veja. Argumentos esses que também já haviam sido explicitados por estudos consultados ao longo da revisão de literatura. Tais dados seguem as ideias de Moscovici (2012; 2017) sobre a importância da mídia na construção e na disseminação de representações sociais. Não há que se pensar o conhecimento do senso comum como algo particular, individual, mas, sim, como um compartilhamento de ideias que se torna ainda mais global na sociedade de massa e de rede.

Por fim, pontua-se que o presente trabalho não teve a intenção de acirrar conflitos e nem de menosprezar opiniões e práticas sociais opostas ou unânimes. Muito pelo contrário. É a crença nos efeitos negativos da polarização vivenciada nos últimos anos que suscitou o interesse em se aprofundar na questão. Os polos opostos de posicionamento e de ideologia aqui assumidos foram meras estratégias teórico-metodológicas para amplificar o fenômeno, a fim de que sua compreensão fosse possível. Todavia, ressalta-se que a pesquisa não criou algo inexistente, apenas deu ênfase para que o fenômeno pudesse ser compreendido na perspectiva proposta.

É importante frisar, ainda, que a presente tese não teve como objetivo esgotar o assunto. A partir dela, e reconhecendo suas limitações, acredita-se que novos problemas de pesquisa foram evidenciados, assim como a importância de se estudar (mais e mais) as ações afirmativas no país. Acredita-se que o resultado primordial deste trabalho seja a explicitação das disputas

grupais e da influência ideológica na decisão de uma política de grande impacto, que já apresenta resultados concretos e objetivos – ainda que sua avaliação mereça maior atenção. Não se pode negar, também, a crise política que enfrenta o país e que, igualmente, afeta as narrativas atribuídas às cotas universitárias e a outras políticas públicas, em razão do viés ideológico de cada governo.

O acompanhamento do tema pela sociedade como um todo faz-se mais que necessário, é urgente. Para o próximo ano, 2022, a Lei das Cotas prevê uma revisão. Sabe-se que a ação afirmativa é temporária, que suprimidas as desigualdades, ela precisa ser extinta. Mas não se sabe como essa revisão está sendo conduzida, quem será ouvido e quais ideologias nortearão toda a sua execução. Espera-se que os resultados aqui encontrados sejam capazes de reforçar a importância do diálogo e da necessidade de sistematizar e embasar as discussões sobre a política afirmativa. Argumentos inverídicos, frágeis, sem conhecimento e meramente ideológicos não faltam quando o assunto são as cotas universitárias. E, de forma alguma, podem ser acionados para sustentar uma ou outra posição sobre elas.

Nesse sentido, salienta-se que as representações sociais são processos cognitivos e sociais essenciais para nossa vida em sociedade. Contudo, deve-se lembrar que elas são dinâmicas, mutáveis e podem ser reelaboradas a partir de nossas experiências, informações advindas do conhecimento reificado e necessidades. Por tanto, seguindo as proposições de Moscovici (2017), sugere-se que tomemos consciência desses processos e, como atores ativos somos, trabalhemos para que nossas representações sociais e àqueles presentes no contexto brasileiro sejam adequadas às demandas sociais vigentes.

Referências

- Almeida, T. L. de (2009b). “*Uma beleza que vem da tristeza de se saber mulher*”: *Representações sociais do corpo feminino*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, do Trabalho e da Organizações, Universidade de Brasília, Brasília, Distrito Federal, Brasil. Recuperado de: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/4697/1/2009_TalitaLeaodeAlmeida.pdf
- Arruda, J. A., Da Costa, G. B. R., & Magalhães, A. S. (2020). Influência dos discursos religiosos evangélicos na campanha presidencial de 2018 no Brasil. *Último Andar*, 23(35), 3-22. Recuperado de: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ultimoandar/article/view/48447>
- Benetti, M., & Hagen, S. (2010) Jornalismo e imagem de si: O discurso institucional das revistas semanais. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, 7(1), 123-135. Recuperado de: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2010v7n1p123>
- Bobbio, N. (1995). *Esquerda e direita: Razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora da Universidade Paulista.
- Bolognesi, B., Babireski, F. R., & Maciel, A. P. B. (2019). Conhecendo o vazio: congruência ideológica e partidos políticos no Brasil. *Política & Sociedade*, 18(42), 86-116. Recuperado de: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2019v18n42p86/42124>
- Bolognesi, B., Ribeiro, E. A., & Codato, A. (2020). Esquerda, centro ou direita? Como classificar os partidos no Brasil. Notícias Uol: Observatório das Eleições. Recuperado de <https://noticias.uol.com.br/colunas/observatorio-das-eleicoes/2020/11/24/esquerda-centro-ou-direita-como-classificar-os-partidos-no-brasil.htm>

- Bonomo, M., Melotti, G., & Pivetti, M (2016). Pobre, submissa e trapaceira: Representações sociais de mulher cigana no Brasil e na Itália. In: **Encontro Internacional e Nacional de Política Social**, 2016, Vitória. Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social, 2016. Recuperado de: <http://periodicos.ufes.br/EINPS/article/view/12982>
- Bonomo, M., Melotti, G., & Pivetti, M. (2018). Representações Sociais de Mulher Cigana entre População Não-Cigana Brasileira e Italiana: Ancoragem Psicológica e Social. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 33, 1-10. Recuperado de: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-37722017000100803&script=sci_abstract&tlng=pt
- Brito, A. M. M., Camargo, B. V., & Castro, A. (2017). Representações sociais de velhice e boa velhice entre idosos e sua rede social. *Revista de Psicologia da IMED*. 9(1), 5-21.
- Brito, R. S, Amorim, C. R., Santos, S. P., & Mongim, A. B. (2015). O sistema de reserva de vagas na Ufes: por uma noção mais ampla de condições de acesso e permanência. In O. F. Oliveira, & A. Siss (Orgs.), *Observatório de políticas afirmativas no sudeste* (pp. 15-13), Rio de Janeiro: FLACSO Brasil e Laboratório de Políticas Públicas UERJ.
- Cabecinhas, R. (2009). Investigar representações sociais: metodologias e níveis de análise. In M. M. Baptista (Ed.), *Cultura: Metodologias e Investigação* (pp.51-66). Lisboa: Ver o Verso Edições.
- Cabecinhas, R., & Évora, S. L. (2008). Visões do Mundo e da Nação: jovens cabo-verdianos face à história. In M. Martins, & M. Pinto (Org.), *Comunicação e Cidadania. Actas do 5º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação* (pp.2685-2706). Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade.
- Camino, L., Silva, P., Machado, A., & Pereira, C. (2001). A face oculta do racismo no Brasil: Uma análise psicossociológica. *Revista de Psicologia Política*, 1, 13-36.

- Camargo, B. V. (2005). Alceste: Um programa Informático de análise quantitativa de dados textuais. In A. S. P. Moreira, B. V. Camargo, J. C. Jesuíno, & S. M. da Nóbrega (Eds.), *Perspectivas teórico-metodológicas em representações sociais* (pp. 511-539). João Pessoa, PB: Editora da Universidade Federal da Paraíba.
- Camargo, B. V., & Justo, A. M. (2013). Iramuteq: um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas em Psicologia*, 21(2), 513-518.
- Carvalho, F. C. de (2017). Dilma e Aécio nos portais de Veja e CartaCapital em 2014: Uma comparação entre editoriais jornalísticas e blogs na cobertura das eleições presidenciais. *Revista Compolítica*, 7(2), 245-270. Recuperado de: <http://compolitica.org/revista/index.php/revista/article/view/128/132>
- Carvalho, L. A., & Menandro, M. C. S. (2017). Representações da transposição do rio São Francisco na imprensa paraibana. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 70(1), 110-127.
- Carvalho, J. J. (2006). O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro. *Revista USP*, 68, 88-103. Recuperado de: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13485/15303>
- Castro, A. M., Koelzer, L. P., Camargo, V. Z., & Bousfield, A. B. (2014). Representações sociais na internet sobre cotas para negros em universidades federais. *Caderno de Pesquisas Interdisciplinares em Ciências. Humanas*, 15(106), 202-220.
- Castro, B. G. S. M. M., Rangel, E. M., Castro, M. J. S., Borges, L. F. C., & Amaral, S. C. S. (2017). A política de cotas como mecanismo de enfrentamento à pobreza e democratização do ensino superior: Uma análise dos efeitos da desigualdade educacional no exercício da cidadania e na justiça social brasileira. *Interdisciplinary Scientific Journal*, 3(4), 198-209.
- Cavalcanti, I. T. do N.; Andrade, C. S. M.; Tiryaki, G. F.; Costa, L. C. C. (2019). Desempenho acadêmico e o sistema de cotas no ensino superior: Evidência empírica com dados da

- Universidade Federal da Bahia. *Avaliação (Campinas)*, 24(1), 305-327. Recuperado de: <https://www.scielo.br/pdf/aval/v24n1/1982-5765-aval-24-01-305.pdf>
- Cobos, R. V. J., & Cruz, R. M. M. (2016). Política de acción afirmativa, su repercusión en la Universidad Politécnica Salesiana. Caso: indígenas de Quilloac. *Revista Cubana de Educación Superior*, 35(2), 139-153. Recuperado de: http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0257-43142016000200012&lng=es&nrm=iso
- Colbino, D., Sabino, W. S., & Xavier, G. F. T. (2020). 17 anos das políticas de cotas: Um balanço dos desempenhos acadêmicos nas Universidades Federais. *Revista Tempos e Espaços em Educação*, 13(32), 1-23.
- Corbucci, P. R. (2016). Desigualdade no acesso dos jovens brasileiros à educação superior. In E. R. A. Silva, & R. U. Botelho (Orgs.), *Dimensões da experiência juvenil brasileira e novos desafios às políticas públicas* (pp. 153-176). Brasília: Ipea.
- Cordeiro, M. J. de J. A., Diallo, C. S., & Cordeiro, A. L. A. (2019). Por que cotas para negros e negras na pós-graduação? *Ensaio e Pesquisa em Educação e Cultura*, 4(6), 107-123. Recuperado de: <http://costalima.ufrj.br/index.php/REPECULT/article/view/280/625>
- Correia, J. C. (2004a). Elementos para uma teoria da comunicação: Os contributos de Schutz e Luhmann para a “construção social da realidade”. In J. M. Santos, & J. C. Correia (Orgs.), *Teorias da Comunicação* (pp. 29-48). Covilhã: Universidade da Beira Interior.
- Correia, J. C. (2004b). Ideologia e hegemonia. In A. A. C. Rubim (Org.), *Comunicação e política: Conceitos e abordagens* (pp.223-258). Salvador: Edufba.
- Couzemenco, F. (2020). Ufes lança sua primeira pós-graduação com 50% das vagas para ações afirmativas. *Século Diário*. Recuperado de

<https://www.seculodiario.com.br/educacao/ufes-lanca-sua-primeira-pos-graduacao-com-50-das-vagas-para-acoes-afirmativas>

Daflon, V. T., & Feres Júnior, J. (2012). Ação afirmativa na revista Veja: Estratégias editoriais e o enquadramento do debate público. *Revista Compólitica*, 2(2), 65-91. Recuperado de: <http://compolitica.org/revista/index.php/revista/article/view/31>

Doise, W. (1993). Debating social representations. In G. M. Breakwill & D. V. Canter (Orgs.), *Empirical approaches to social representations* (pp. 157-170). London: Academic Press.

Doise, W. (2002). Da psicologia social à psicologia societal. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 18(1), 27-35.

Doise, W. (2014). Sistema e metassistema. In A. M. O. Almeida, M. F. S. Santos, Z. A. Trindade (Orgs.), *Teoria das representações sociais: 50 anos* (pp. 163-210). Brasília: Technopolitik.

Doise, W., Spini, D., & Clémence, A. (1999). Human rights studied as social representations in a cross-national context. *European Journal of Social Psychology*, 29, 1-29.

Edital Prograd n.º 1/2017 (2017). Regulamenta o ingresso nos cursos presenciais de Graduação da UFES no 1º e 2º semestres de 2017. Recuperado de https://www.ufes.br/sites/default/files/anexo/edital_regulamentador_sisu.pdf

Edital Prograd n. 32/2017 (2018). Regulamenta o ingresso nos cursos presenciais de Graduação da UFES no 1º e 2º semestres de 2018. Recuperado de http://sisu.ufes.br/sites/sisu.ufes.br/files/field/anexo/EDITAL%2032-2017%20REGULAMENTADOR%20SISU%202018-Completo_0.pdf

- Feres, J. Júnior, Campos, S. A., Daflon, V. T., & Venturini, A. C. (2018). *Ação afirmativa: Conceito, história e debate*. Rio de Janeiro: EDUERJ.
- Fernandes, C. M.; Sanches, R. R., & Dias, M. V. S. (2018). A eficácia nas penalidades nos crimes de racismo e injúria racial. *Perfiles de las Ciencias Sociales*, 6(11), 1-41. Recuperado de <http://www.revistas.ujat.mx/index.php/perfiles/article/view/3116>
- Fernandes, J. S. G., Costa, B. H. R., & Andrade, M. S. (2017). Representações sociais de idosos sobre família. *Ciências Psicológicas*, 11(1), 41-48.
- Ferreira, N. T. (2019). Ações afirmativa raciais e o jornal Folha de S. Paulo. *Cad. Pesqui., São Paulo*, 49 (171), 110-128. Recuperado de: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742019000100110
- Flick, U. (2013). *Introdução à metodologia de pesquisa: Um guia para iniciantes*. Porto Alegre: Penso.
- Flick, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Artmed.
- Fry, P., Maggie, Y., & Grin, M. (2005). *Percepções de desigualdade, equidade e justiça social no ensino superior: o caso da UFRJ*. Recuperado de <http://www.observa.ifcs.ufrj.br/relatorios/RelatorioPesquisaUFRJ-Sensus3.pdf>
- Giesel, C. M., & Ramalho, F. (2012). De labradores a pistoleros: El Movimiento de los Trabajadores Rurales sin Tierra em la revista *Veja*. *Revista Signos: Estudios de Linguística*, 45(79), 132-153. Recuperado de: https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-09342012000200002
- Gil, A. C. (2010). *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas.

- Gomes, I. B. A. (2009). A proposição da política de cotas para negros na mídia brasileira. *Anais da IV Jornada Internacional de Políticas Públicas*. São Luís: Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. Recuperado de http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/5_estado-identidade/a-proposicao-da-politica-de-cotas-para-negros-na-midia-brasileira.pdf
- Gomes, J. B. B. (2003). O debate constitucional sobre as ações afirmativas. In R. E. Santos & F. Lobato (Orgs.), *Ações afirmativas: Políticas públicas contra as desigualdades raciais* (pp. 15-57). Rio de Janeiro: DP&A.
- Gonçalves, R. A. (2013). O papel das revistas Veja e Carta Capital na formação da opinião pública brasileira acerca das manifestações populares. *Revista Anagrama*, 7(2), p. 2-13. Recuperado de: <http://www.revistas.usp.br/anagrama/article/view/78995>
- Guareschi, P. A. (2000). Representações sociais e ideologia. *Revista de Ciências Humanas*, 33-46.
- Guimarães, A. S. A. (2004). Preconceito de cor e racismo no Brasil. *Revista de Antropologia*, 47(1), p. 9-43.
- Guimarães, R. S.; & Silva, L. G. (2020). A Dimensão afirmativa das ações: Movimentos sociais e afrocidadanização. In: **Encontro Internacional e Nacional de Política Social**, 2020, Vitória. Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social, 2020. Recuperado de: <https://periodicos.ufes.br/einps/article/view/33101>
- Hangai, L. A. (2012). A Framing Analysis de Goffman e sua aplicação nos estudos em Comunicação. *Revista AçãoMidiática*, 2(1). Disponível em <https://revistas.ufpr.br/acaomidiatica/article/view/28658/19303>

Ianni, O. (2004). Dialética das relações raciais. *Estudos Avançados*, 18 (50), 21-30. Recuperado de: <https://www.scielo.br/pdf/ea/v18n50/a03v1850.pdf>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2019). Desigualdades sociais por cor ou por raça no Brasil. Recuperado de: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101681>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2020). Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio Contínua: Características gerais dos domicílios e dos moradores 2019. Recuperado de: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101707_informativo.pdf

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2018). Sinopses Estatísticas da Educação Superior – Graduação. Recuperado de: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2017). Sinopses Estatísticas da Educação Superior – Graduação. Recuperado de: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2012). Sinopses Estatísticas da Educação Superior – Graduação. Recuperado de: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>

Jaccoud, L. (2008). Racismo e república: O debate sobre o branqueamento e a discriminação racial no Brasil. In M. Theodoro (Org.), *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição* (pp. 45-64). Brasília: Ipea.

Kaufmann, R. F. M. (2007). *Ações afirmativas à brasileira: necessidade ou mito? uma análise histórico-jurídico-comparativa do negro nos Estados Unidos da América e no Brasil*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

Konder, L. (2004). *O que é dialética*. São Paulo: Brasiliense.

Lei n. 5.645, de 3 de julho de 1968 (1968). Dispõe sobre o preenchimento de vagas nos estabelecimentos de ensino agrícola. Recuperado de: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5465-3-julho-1968-358564-publicacaooriginal-1-pl.html>

Lei n. 12.288, de 20 de julho de 2010 (2010). Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112288.htm

Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012 (2012). Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm

Lei n. 12.990, de 09 de junho de 2014 (2014). Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L12990.htm

- Lei n. 13.409, de 28 dezembro de 2016* (2016). Altera a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13409.htm
- Lemos, I. B. (2017). Narrativas de cotistas raciais sobre suas experiências na universidade. *Revista Brasileira de Educação*, 22 (71), 1-25.
- Leibão, M. de C. (2017). O Globo e as cotas raciais: Uma análise dos editoriais do jornal (2003-2012). *Revista Eletrônica História em Reflexão*, 11(22), 68-82. Recuperado de: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/7937/4262>
- Loango, A. O. (2017). Educación superior y afrodescendientes: Un análisis de los cupos especiales en la Universidad del Valle. *La Manzana de la Discordia*, 12 (2), 79-92.
- López, L. C. (2009). “Que América Latina se sincere”: Uma análise antropológica das políticas e poéticas do ativismo negro em face às ações afirmativas e às reparações no Cone Sul. Tese de Doutorado, Curso de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Rio Grande do Sul.
- Machado, L. B., & Santos, J. A. L. C. (2015). Escola organizada em ciclos: as representações sociais de professores considerados bem-sucedidos. *Ensaio: avaliação e políticas públicas na educação*, 23(89), 843-868.
- Madeira, R. M., & Tarouco, G. S. (2011). Esquerda e direita no Brasil: Uma análise conceitual. *Pós Ciências Sociais*, 8(15), 171-186. Recuperado de: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/591>

- Magalhães, W. L. (2017). A “lei do boi” e a relação entre educação e propriedade: O caso da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. *Tempos Históricos*, 21, 434-464. Recuperado de: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6815970>
- Marques, T., Peixoto, A. R. S., & Wolter, R. P. (2018). A rationale dos posicionamentos acerca das cotas: Um levantamento teórico e empírico de estudos brasileiros no século XXI. *Polêmica*, 18 (2), 54-71. Recuperado de: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/37789>
- Marques, T., & Santos, B. K. A. (2015). Um estudo sobre o pensamento social de jovens universitários acerca da justiça e das cotas raciais. *Psicologia e Saber Social*, 4(1), 108-125.
- Martins, A. R. N. (2007). Racismo e Imprensa: Argumentação no discurso sobre as cotas para negros nas universidades. In S. A. Santos (Org.), *Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas* (pp. 179-206). Brasília: UNESCO.
- Martins, Z. (2018). Cotas raciais e o discurso da mídia: Um estudo sobre a construção do dissenso. Curitiba: Appris.
- Melo, A. A. S. de; Souza, F. D. de (2017). A agenda do mercado e a educação no governo Temer. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, 9(1), 25-36. Recuperado de: <https://cienciasmedicasbiologicas.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/21619/14336>
- Menin, M. S. S. (2006). Representação Social e Estereótipo: A Zona Muda das Representações Sociais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 22(1), 43-52.

- Menin, M. S. S., Shimizu, A. M., Silva, D. J., Cioldi, F. L., & Buschini, F. (2008). Representações de estudantes universitários sobre alunos cotistas: Confronto de valores. *Educação e Pesquisa*, 34(2), 255-272.
- Moehlecke, S. (2002). Ação afirmativa: História e debates no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, 117, 197-217.
- Moreira, C. R. B. S, & Silva, P. V. B. da (2019). Ações Afirmativas Fazem Diferença? uma Análise dos Perfis dos Aprovados no Vestibular da UFPR (2013-2017). *Revista Internacional da Educação Superior*, 6, 1-20. Recuperado de: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8654390>
- Moreno, A. C. (2018). Negros representam apenas 16% dos professores universitários. G1, Educação. Recuperado de: <https://g1.globo.com/educacao/guia-de-carreiras/noticia/2018/11/20/negros-representam-apenas-16-dos-professores-universitarios.ghtml>
- Moscovici, S. (2011). *Psicologia das minorias ativas*. Petrópolis: Vozes.
- Moscovici, S. (2012). *A psicanálise, sua imagem e seu público*. Petrópolis: Vozes.
- Moscovici, S. (2017). *Representações Sociais: Investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes.
- Naiff, D. G. M., Naiff, L. A. M., & Souza, M. A. (2009). Representações Sociais de estudantes universitários a respeito das cotas para negros e pardos nas universidades públicas brasileiras. *Estudos e Pesquisa em Psicologia*, 9(1), 219-232. Recuperado de: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1808-42812009000100017&script=sci_abstract

Oliveira, E. F., & Martins, M. P. (2014). O Uso da Teoria das Representações Sociais no Campo da Comunicação Social. Em *Anais do XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste - Comunicação: Guerra e Paz*. São Paulo: Intercom. Recuperado de: <https://www.portalintercom.org.br/anais/sudeste2014/resumos/R43-0532-1.pdf>

Portaria normativa n. 13 de 11 de maio de 2016 (2016). Dispõe sobre a indução de Ações Afirmativas na Pós-Graduação, e dá outras providências. Recuperado de https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21520493/do1-2016-05-12-portaria-normativa-n-13-de-11-de-maio-de-2016-21520473

Portaria n. 545 de 16 de junho de 2020 (2020). Revoga a Portaria Normativa MEC nº 13, de 11 de maio de 2016. Recuperado de: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-545-de-16-de-junho-de-2020-262147914?inheritRedirect=true&redirect=%2Fweb%2Fguest%2Fsearch%3FqSearch%3DPortaria%2520Normativa%2520n%25C2%25BA%252013%2520C%2520de%252011%2520de%2520maio%2520de%25202016%2520C%2520do%2520Minist%25C3%25A9rio%2520da%2520Educa%25C3%25A7%25C3%25A3o%2520-%2520MEC>

Portaria n. 559 de 22 de junho de 2020 (2020). Torna sem efeito a Portaria nº 545, de 16 de junho de 2020. Recuperado de: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-559-de-22-de-junho-de-2020-262970520>

Porto, M. P. (2004). Enquadramento da mídia e política. In A. A. C. Rubim (Org.), *Comunicação e política: Conceitos e abordagens* (pp.73-104). Salvador: Edufba.

Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (2010). *Informe Regional sobre Desarrollo Humano para América Latina y el Caribe 2010: Actuar sobre el futuro: romper*

la transmisión intergeneracional de la desigualdad. Costa Rica: PNUD. Recuperado de:
<http://hdr.undp.org/sites/default/files/rhdr-2010-rblac.pdf>

Pereira, C., Torres, A. R. R., & Almeida, S. T. (2003). Um Estudo do Preconceito na Perspectiva das Representações Sociais: Análise da Influência de um Discurso Justificador da Discriminação no Preconceito Racial. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 16(1), 95-107. Recuperado de: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-79722003000100010&script=sci_abstract&tIng=pt

Pereira, C., Torres, A. R. R., & Barros, T. S. (2004). Sistemas de valores e atitudes de estudantes universitários. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 20(1), 01-10. Recuperado de: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-37722004000100002&script=sci_abstract&tIng=pt

Peixoto, A. de L. A., Ribeiro, E. M. B. de A., Bastos, A. V. B., & Ramalho, M. C. K. (2016). Cotas e desempenho acadêmico na UFBA: Um estudo a partir dos coeficientes de rendimento. *Avaliação (Campinas)*, 21(2), 569-591. Recuperado de: <https://www.scielo.br/pdf/aval/v21n2/1982-5765-aval-21-02-00569.pdf>.

Peixoto, A. R. S., Silva, T. M., & Wolter, R. M. C. P. (2018). Representações Sociais e Ações Afirmativas: Estudantes Universitários e seus Posicionamentos. *PSI UNISC*, 2(2), 51-65. Recuperado de: <https://online.unisc.br/seer/index.php/psi/article/view/11904#:~:text=Seu%20objetivo%20consiste%20em%20entender,cotas%20para%20ingresso%20na%20universidade.&text=Esse%20instrumento%20foi%20aplicado%20em,cotistas%20e%2072%20n%C3%A3o%20cotistas.>

- Pinheiro, J. S. S. P. (2015). *Desempenho acadêmico e sistema de cotas: Um estudo sobre o rendimento dos alunos cotistas e não cotistas da Universidade Federal do Espírito Santo*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Espírito Santo, Brasil. Recuperado de: https://repositorio.ufes.br/bitstream/10/2499/1/tese_7435_Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Final%20-%20Juliene%20Saraiva.pdf
- Piovesan, F. (2007). Ações afirmativas sob a perspectiva dos direitos humanos. In A. S. Santos (Org.), *Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas* (pp. 35-46). Brasília: UNESCO.
- Possenti, S., & Bittar, A. L. B. (2016). Discursos sobre cotas no Brasil. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, 58(1), 113-137. Recuperado de: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8646157#:~:text=Este%20trabalho%20tem%20o%20objetivo,diante%20da%20lei%20das%20cotas.&text=A%20an%C3%A1lise%20foi%20conduzida%20a,al%C3%A9m%20das%20condi%C3%A7%C3%B5es%20de%20produ%C3%A7%C3%A3o>.
- Prado Júnior, T. & Wtizki, F. L. (2020). Vamos poder (de novo) acreditar? Uma análise comunicacional da nova reconfiguração de partidos e agremiações político-ideológicas brasileira. *Revista Eptic*, 20(1), 60-77. Recuperado de: <https://seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/13040>
- Prates, D. M.; Fritz, B.; Paula, L. F. de (2019). O desenvolvimentismo pode ser culpado pela crise? Uma classificação das políticas econômica e social dos governos do PT ao governo Temer. *IE-UFRJ Discussion Paper*, 1-42, 2019. Recuperado de: https://www.ie.ufrj.br/images/IE/TDS/2019/TD_IE_009_2019_PRATES_FRITZ_de%20PAULA.pdf

RIBEIRO, Djamila (2017). **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento.

Ribeiro, S. M., Almeida, M. T. C., Maia, F. A., Souza, F. A., Amaral, D. P. O., & Alves, M. R. (2016). Política de cotas no ensino superior: Percepção de professores e estudantes. *Unimontes Científica*, 18(1), 64-73. Recuperado de: <http://www.ruc.unimontes.br/index.php/unicientifica/article/view/364/359>

Resolução n. 516 de 2016 (2016). O Plenário do Conselho Nacional de Saúde em sua Quinquagésima Nona Reunião Extraordinária, realizada nos dias 06 e 07 de abril de 2016, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, pelo Decreto nº 5.839, de 11 de julho de 2006. Recuperado de http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html

Rosas, J. C. (2014) Introdução: Mudanças e permanências na linguagem ideológica contemporânea. In Rosas, J. C.; & Ferreira, A. N. (Orgs), *Ideologias políticas contemporâneas* (e-book). Coimbra: Almedina.

Salvador, A. C.; Paiva, A. R.; & Neve, A. V. (2017). Ações afirmativas, movimentos sociais e Reconhecimento: Estudos contemporâneos. **O Social em Questão**, 20(37), p. 9-14. Recuperado de: http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_37_Apresenta%C3%A7%C3%A3o.pdf

Santos, E. F., & Scopinho, R. A. (2015). A questão étnico-racial no Brasil contemporâneo: Notas sobre a contribuição das representações sociais. *Psicologia e Saber Social*, 4(2), 168-182. Recuperado de: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/psi-sabersocial/article/view/11745>

- Santos, E. F., & Scopinho, R. A. (2016). Desigualdades raciais, mérito e excelência acadêmica. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 36(2), 267-279. Recuperado de: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932016000200267
- Santos, R. C. C. (2017). Racismo no futebol. *Revista de Ciências Jurídicas e Sociais*, 7(1), 62-76. Recuperado de <http://revistas.ung.br/index.php/cienciasjuridicasesociais/article/view/3356>
- Santos, S. P. (2014). “Os ‘intrusos’ e os ‘outros’ quebrando o aquário e mudando os horizontes”: As relações de raça e classe na implementação das cotas sociais no processo seletivo para cursos de graduação da Ufes – 2006-2012. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação e Educação, Centro de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo. Recuperado de: <https://repositorio.ufes.br/handle/10/1429>
- Silva, C. D., Alves, E. P., Freitas, F. S., Costa, R. B. R., Santos, T. M., Soares, W. A., & Cardoso, L. C. (2006). Diferenças e desigualdades no mundo Ufes: Retratos de raça e gênero dos estudantes de origem popular em 2005/02. In J. S. Silva, J. L. Barbosa, & A. I. Sousa (Orgs.), *Desigualdade e diferença na universidade: Gênero, etnia e grupos sociais populares* (pp. 61-73). Rio de Janeiro: UFRJ.
- Silva, E. de J. F. da (2017). Enfrentando uma dívida histórica: UFMG aprova cotas na pós-graduação. *Farol: Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 4(9), 428-456. Recuperado de: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/farol/article/view/4019>
- Silva, J. S., Barbosa, J. L., & Sousa, A. I. (2006). *Desigualdade e diferença na universidade: Gênero, etnia e grupos sociais populares*. Rio de Janeiro: UFRJ. Recuperado de: <http://flacso.redelivre.org.br/files/2012/07/333.pdf>

- Silva, K. R. S. da, & Souza, P. R. P. de (2020). Cotas raciais na UFERSA: Um estudo com estudantes e professores. *Brazilian Journal of Development*, 6(7), 49373-49390. Recuperado de: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/13649>
- Silva, P. B., & Silva P. (2012). Representações sociais de estudantes universitários sobre cotas na universidade. *Fractal Revista de Psicologia*, 24(3), 525-542. Recuperado de: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922012000300007
- Silva, P. V. B. da, & Borba, C. A. de (2018). Políticas afirmativas na pesquisa educacional. *Educar em Revista*, 34(69), 151-191. Recuperado de: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-40602018000300151&lng=pt&nrm=iso
- Silva, W. M da., & Campos, D. M. C. de (2019). Os dois lados do espelho: A cobertura midiática e as publicações do coletivo Negro Balanta no embate sobre as cotas na UFRGS. *Revista Práxis*, 16(1), 122-143. Recuperado de: <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistapraxis/article/view/1734>
- Suttana, R. N., & Lutz, C. (2017). Ações afirmativas e imprensa no Brasil: Um estudo a partir da revista Veja. *Linguagens, Educação e Sociedade*, 22(36), 179-199. Recuperado de: <https://revistas.ufpi.br/index.php/lingedusoc/article/view/7536>
- Tarouco, G. S., & Madeira, R. M. (2015). Os partidos brasileiros segundo seus estudiosos. *Civitas*, 15(1), 24-39. Recuperado de: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-60892015000100140
- Trindade, Z. A., Santos, M. F. S., & Almeida, A. M. O. (2014). Ancoragem: Notas sobre consensos e dissensos. In A. M. O. Almeida, M. F. S. Santos, & Z. A. Trindade (Orgs.), *Teoria das Representações Sociais: 50 anos* (pp. 133-162). Brasília: Technopolitik.

Universidade Estadual de Campinas. Deliberação CONSU-A de 2017 (2017). Dispõe sobre os sistemas de ingresso aos cursos de Graduação da Unicamp. Recuperado de: https://www.pg.unicamp.br/mostra_norma.php?id_norma=10240

Universidade Federal de São Paulo. Resolução CoG nº 7377, de 14 de julho de 2017 (2017). Estabelece normas para o Concurso Vestibular de 2018 da Universidade de São Paulo e dá outras providências. Recuperado de: <http://www.leginf.usp.br/?resolucao=resolucao-cog-no-7377-de-14-de-julho-de-2017>

Vala, J. (1997). Representações sociais e percepções intergrupais. *Análise Social*, 32(14), p. 7-29. Recuperado de: https://www.jstor.org/stable/41011254?read-now=1&refreqid=excelsior%3Afb1d0ff70cee3a99cff596dec395ebf6&seq=1#page_scan_tab_contents

Vanali, A. C.; & Silva, P. V. B. da (2019). Ações afirmativas na pós-graduação *stricto sensu*: Análise da universidade federal do paraná. *Cadernos de Pesquisa*, 49(171), p. 86-108. Recuperado de: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742019000100086

Velloso, J. (2009). Cotistas e não-cotistas: Rendimento de alunos da Universidade de Brasília. *Cadernos de Pesquisa*, 39(137), 621-644. Recuperado de: <https://www.scielo.br/pdf/cp/v39n137/v39n137a14.pdf>.

Venturini, A. C. (2019). Ações Afirmativas nos Programas de Pós-gradua o Acad micos de Universidades Públicas (jan/2002 a jan/2018). *Levantamento das políticas de a o afirmativa (GEMAA)*, IESP-UERJ, 1-31. Recuperado de: <http://gema.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2019/08/AA-na-P%C3%B3s-vers%C3%A3o-final.pdf>

- Viana, B. C. B. (2020). *O Brasil que é notícia: As representações jornalísticas nos media online portugueses no ano de 2016*. Tese de Doutoramento não publicada, Curso de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais, Universidade do Porto. Porto, Portugal. Recuperado de: https://sigarra.up.pt/flup/pt/pub_geral.pub_view?pi_pub_base_id=383726
- Vinuto, J. (2014). A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: Um debate em aberto. *Temáticas*, 22(44), 203-220. Recuperado de: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977/6250>
- Wedderburn, C. M. (2005). Do marco histórico das políticas públicas de ação afirmativa. In S. A. Santos (Org.), *Ações afirmativas e combate ao racismo nas américas* (pp. 307-334). Brasília, Ministério da Educação: UNESCO.
- Wolter, R. M. C. P. (2014). Serge Mosvoci: Um pensador do social. In A. M. O. Almeida, M. F. S. Santos, Z. A. Trindade (Orgs.), *Teoria das representações sociais: 50 anos* (pp. 163-210). Brasília: Technopolitik.

Apêndices

Apêndice A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Participantes da Livre Associação de Palavras



UFES

Universidade Federal do Espírito Santo
Centro de Ciências Humanas e Naturais
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Informações ao Participante

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa intitulada: “**Ideologia em ação: Representações sociais de cotas universitárias na mídia impressa e para professores universitários**”, sob a responsabilidade de Elisa Fabris de Oliveira.

O estudo se destina a investigar a compreensão acerca da política de cotas universitárias em revistas semanais de circulação nacional e a partir de entrevistas a professores da Universidade Federal do Espírito Santo. Ou seja, buscamos entender como a mídia e esses profissionais assimilam e se posicionam em relação às cotas propostas no âmbito universitário. A importância do estudo compreende o fato de as cotas serem medidas que interferem diretamente na estrutura social do país e da universidade e apresentam-se como uma medida recente que ainda requer avaliações, reavaliações e modificações, sendo a mídia e os professores de fundamental importância para o desempenho dessas funções. Nesse sentido, os resultados obtidos com esta pesquisa poderão auxiliar nas tomadas de decisões políticas e acadêmicas que envolvem a temáticas das cotas, bem como contribuir para o conhecimento psicossocial que envolve o fenômeno.

Os resultados que se desejam alcançar são os seguintes: produção de artigos para publicação em revistas científicas e contribuições que permitam avanços teóricos e metodológicos para os estudos sobre ações afirmativas, mais especificamente sobre as cotas universitárias.

A etapa do estudo que você está sendo convidado a participar será feita da seguinte maneira: será entregue a você um questionário com questões de evocação livre (que solicitarão que você escreva as primeiras palavras que lhe vêm à mente quando lê alguns termos indutores) e algumas poucas questões de múltipla escolha e uma questão aberta. Você levará aproximadamente 15 minutos para responder todo o questionário. Reforçamos que nesta investigação não há respostas certas ou erradas, e que queremos saber apenas a sua visão sobre o tema da pesquisa.

Participação na Pesquisa

Você participará deste estudo, por sua própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. A pesquisa não envolve remuneração, mas a você será garantido o ressarcimento com eventual despesa para participação na pesquisa. Também está garantido o direito de indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa, não devendo ser exigido renúncia a esse direito, de acordo com o item IV.4.c da Res. CNS 466/12.

Sua colaboração se fará de forma anônima, respondendo ao questionário da pesquisa. Este TCLE será redigido em duas vias, que serão assinadas e rubricadas em todas as páginas pelo pesquisador, sendo que uma delas será entregue a você. É padrão que o TCLE também seja assinado pelo participante. Contudo, considerando que a pesquisa se debruça sobre um tema polêmico, com autorização do Comitê de Ética com Seres Humanos, de forma excepcional, sua assinatura não será necessária, de modo que sua participação seja ainda mais sigilosa e anônima, e de modo a garantir a viabilidade da pesquisa.

Sempre que desejar, serão fornecidos esclarecimentos sobre cada uma das etapas do estudo.

A qualquer momento, você poderá se recusar a continuar participando do estudo e, também, poderá retirar este seu consentimento, sem que isso lhe traga qualquer penalidade ou prejuízo. Além da garantia de retirada do seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, também será garantido a você o ressarcimento com eventual despesa para participação na pesquisa, como também a indenização em caso de dano dela decorrente.

As informações conseguidas através da sua participação não permitirão a identificação da sua pessoa, exceto aos responsáveis pelo estudo, e a divulgação das mencionadas informações só será feita entre os profissionais estudiosos do assunto.

Como benefício, salienta-se que você terá a oportunidade de expressar livremente sua visão acerca de um tema muito presente no contexto acadêmico e que muitas vezes, em virtude da polêmica que o envolve, é suscetível a censura implícita, dificultando com que os professores se expressem abertamente sobre ele. Nesse sentido, a pesquisa propiciará um momento para que você não só reflita como demonstre sua opinião sobre uma temática que faz parte de seu cotidiano e que promove interferências substanciais no meio universitário e também no contexto brasileiro de modo geral.

Em termos mais amplos, a importância do estudo compreende o fato de as cotas serem medidas que interferem diretamente na estrutura social do país e da universidade e apresentam-se como uma medida recente que ainda requer avaliações, reavaliações e modificações, sendo os professores de fundamental importância para o desempenho dessas funções. Nesse sentido, os resultados obtidos com esta pesquisa poderão auxiliar nas tomadas de decisões políticas e acadêmicas que envolvem a temática das cotas, bem como contribuir para o conhecimento psicossocial que envolve o fenômeno.

A sua participação poderá envolver riscos mínimos, como os seguintes: insegurança quanto à melhor resposta a ser fornecida; conflitos entre o que pensa e o que imagina que deve ser respondido; desconforto por ser perguntado sobre assuntos que podem lhe gerar certo desconforto ou constrangimento. Assim, caso isso aconteça, será realizado um intervalo ou a interrupção total da entrevista ou a pergunta será pulada, como você preferir. Caso seja

necessário, você será encaminhado ao atendimento psicológico no Núcleo de Psicologia Aplicada da Universidade Federal do Espírito Santo.

Dúvidas e Esclarecimentos

As pesquisadoras responsáveis por esta pesquisa são Elisa Fabris de Oliveira (Doutoranda em Psicologia da UFES/cel.: (27) 99277-6065) e a Prof^a Dr.^a Edinete Maria Rosa (pertencente ao quadro de professores da UFES). Desde já, agradecemos sua contribuição para o desenvolvimento desta atividade de pesquisa e colocamo-nos à disposição para esclarecimentos através do telefone 4009-2501.

Este documento foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFES que deverá ser contatado em caso de denúncias e/ou intercorrências na pesquisa, localizado à Av. Fernando Ferrari, 514-Campus Universitário/Goiabeiras, Sala 07 do Prédio Administrativo do CCHN/UFES, Bairro: Goiabeiras, CEP 29.075-910, Cidade: Vitória/ ES. Telefone: 3145-9820, e-mail: cep.goiabeiras@gmail.com. O CEP tem a função de analisar projetos de pesquisa visando à proteção dos participantes dentro de padrões éticos nacionais e internacionais. Assim, em caso de denúncia e/ou intercorrência na pesquisa você poderá acioná-lo.

Após estes esclarecimentos e após receber as informações sobre a pesquisa com o título **“Ideologia em ação: Representações sociais de cotas universitárias na mídia impressa e para professores universitários”** e sobre seus direitos abaixo:

A garantia de receber informações a qualquer dúvida relacionada com a pesquisa;

- A liberdade de deixar de participar da pesquisa a qualquer momento;
- A segurança de não ser identificado, mantendo o anonimato das informações e a garantia de que estas serão mantidas e utilizadas somente para fins de pesquisa;
- O conhecimento que não receberei qualquer incentivo financeiro pela minha participação na pesquisa;
- A segurança de que não terei nenhum prejuízo ou punição, de qualquer natureza, por participar ou não desta pesquisa.

Gostaríamos de confirmar se você tem interesse em participar do estudo, que deverá ser manifestado exclusivamente de forma oral.

Vitória, ES, ____ de _____ de _____.

Elisa Fabris de Oliveira

Apêndice B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Entrevistas



UFES

Universidade Federal do Espírito Santo
Centro de Ciências Humanas e Naturais
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Informações ao Participante

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa intitulada: “**Ideologia em ação: Representações sociais de cotas universitárias na mídia impressa e para professores universitários**”, sob a responsabilidade de Elisa Fabris de Oliveira.

O estudo se destina a investigar a compreensão acerca da política de cotas universitárias em revistas semanais de circulação nacional e a partir de entrevistas a professores da Universidade Federal do Espírito Santo. Ou seja, buscamos entender como a mídia e esses profissionais assimilam e se posicionam em relação às cotas propostas no âmbito universitário. A importância do estudo compreende o fato de as cotas serem medidas que interferem diretamente na estrutura social do país e da universidade e apresentam-se como uma medida recente que ainda requer avaliações, reavaliações e modificações, sendo a mídia e os professores de fundamental importância para o desempenho dessas funções. Nesse sentido, os resultados obtidos com esta pesquisa poderão auxiliar nas tomadas de decisões políticas e acadêmicas que envolvem a temática das cotas, bem como contribuir para o conhecimento psicossocial que envolve o fenômeno.

Os resultados que se desejam alcançar são os seguintes: produção de artigos para publicação em revistas científicas e contribuições que permitam avanços teóricos e metodológicos para os estudos sobre ações afirmativas, mais especificamente sobre as cotas universitárias.

A etapa do estudo que você está sendo convidado a participar será feita da seguinte maneira: com realização de entrevista gravada no lugar onde você, participante, sentir-se mais à vontade para falar, de forma individual, e com duração média de aproximadamente 30 minutos. Você será convidado a responder a algumas questões, mas também poderá fazer colocações adicionais sobre sua percepção e vivências das cotas nas universidades. Reforçamos que nesta investigação não há respostas certas ou erradas, e que queremos saber apenas a sua visão sobre o tema.

Participação na Pesquisa

Você participará deste estudo, por sua própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. A pesquisa não envolve remuneração, mas a você será garantido o ressarcimento com eventual despesa

para participação na pesquisa. Também está garantido o direito de indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa, não devendo ser exigido renúncia a esse direito, de acordo com o item IV.4.c da Res. CNS 466/12.

Sua colaboração se fará de forma anônima, incluindo entrevista concedida ao pesquisador a ser gravada. Este TCLE será redigido em duas vias, que serão assinadas e rubricadas em todas as páginas pelo pesquisador, sendo que uma delas será entregue a você. É padrão que o TCLE seja assinado pelo participante. Contudo, considerando que a pesquisa se debruça sobre um tema polêmico, com autorização do Comitê de Ética com Seres Humanos, de forma excepcional, sua assinatura não será necessária, de modo que sua participação seja ainda mais sigilosa e anônima, e de modo a garantir a viabilidade da pesquisa.

Sempre que desejar, serão fornecidos esclarecimentos sobre cada uma das etapas do estudo.

A qualquer momento, você poderá se recusar a continuar participando do estudo e, também, poderá retirar este seu consentimento, sem que isso lhe traga qualquer penalidade ou prejuízo. Além da garantia de retirada do seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, também será garantido a você o ressarcimento com eventual despesa para participação na pesquisa, como também a indenização em caso de dano dela decorrente.

As informações conseguidas através da sua participação não permitirão a identificação da sua pessoa, exceto aos responsáveis pelo estudo, e a divulgação das mencionadas informações só será feita entre os profissionais estudiosos do assunto.

Como benefício, salienta-se que você terá a oportunidade de expressar livremente sua visão acerca de um tema muito presente no contexto acadêmico e que muitas vezes, em virtude da polêmica que o envolve, é suscetível a censura implícita, dificultando com que os professores se expressem abertamente sobre ele. Nesse sentido, a pesquisa propiciará um momento para que você não só reflita como fale e demonstre suas ideias e opiniões sobre uma temática que faz parte de seu cotidiano e que promove interferências substanciais no meio universitário e também no contexto brasileiro de modo geral.

Em termos mais amplos, a importância do estudo compreende o fato de as cotas serem medidas que interferem diretamente na estrutura social do país e da universidade e apresentam-se como uma medida recente que ainda requer avaliações, reavaliações e modificações, sendo os professores de fundamental importância para o desempenho dessas funções. Nesse sentido, os resultados obtidos com esta pesquisa poderão auxiliar nas tomadas de decisões políticas e acadêmicas que envolvem a temática das cotas, bem como contribuir para o conhecimento psicossocial que envolve o fenômeno.

A sua participação poderá envolver riscos mínimos, como os seguintes: insegurança quanto à melhor resposta a ser fornecida; conflitos entre o que pensa e o que imagina que deve ser respondido; desconforto por ser perguntado sobre assuntos que podem lhe gerar certo desconforto ou constrangimento. Assim, caso isso aconteça, será realizado um intervalo ou a interrupção total da entrevista ou a pergunta será pulada, como você preferir. Caso seja necessário, você será encaminhado ao atendimento psicológico no Núcleo de Psicologia Aplicada da Universidade Federal do Espírito Santo.

Dúvidas e Esclarecimentos

As pesquisadoras responsáveis por esta pesquisa são Elisa Fabris de Oliveira (Doutoranda em Psicologia da UFES/cel.: (27) 99277-6065) e a Prof^ª Dr.^ª Edinete Maria Rosa

(pertencente ao quadro de professores da UFES). Desde já, agradecemos sua contribuição para o desenvolvimento desta atividade de pesquisa e colocamo-nos à disposição para esclarecimentos através do telefone 4009-2501.

Este documento foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFES que deverá ser contatado em caso de denúncias e/ou intercorrências na pesquisa, localizado à Av. Fernando Ferrari, 514-Campus Universitário/Goiabeiras, Sala 07 do Prédio Administrativo do CCHN/UFES, Bairro: Goiabeiras, CEP 29.075-910, Cidade: Vitória/ ES. Telefone: 3145-9820, e-mail: cep.goiabeiras@gmail.com. O CEP tem a função de analisar projetos de pesquisa visando à proteção dos participantes dentro de padrões éticos nacionais e internacionais. Assim, em caso de denúncia e/ou intercorrência na pesquisa você poderá acioná-lo.

Após estes esclarecimentos e após receber as informações sobre a pesquisa com o título **“Ideologia em ação: Representações sociais de cotas universitárias na mídia impressa e para professores universitários”** e sobre seus direitos abaixo:

- A garantia de receber informações a qualquer dúvida relacionada com a pesquisa;
- A liberdade de deixar de participar da pesquisa a qualquer momento;
- A segurança de não ser identificado, mantendo o anonimato das informações e a garantia de que estas serão mantidas e utilizadas somente para fins de pesquisa;
- O conhecimento que não receberei qualquer incentivo financeiro pela minha participação na pesquisa;
- A segurança de que não terei nenhum prejuízo ou punição, de qualquer natureza, por participar ou não desta pesquisa.

Gostaríamos de confirmar se você tem interesse em participar do estudo, que deverá ser manifestado exclusivamente de forma oral.

Vitória, ES, _____ de _____ de _____.

Elisa Fabris de Oliveira

Apêndice C - Roteiro semiestruturado para entrevista

- Apresentação da pesquisadora e da pesquisa
- Na sua visão, o que são as cotas universitárias?
- Por que você acha que as cotas existem?
- Como funcionam as cotas universitárias na Ufes?
- Agora, considerando as cotas na graduação e na pós-graduação, como você avalia as cotas na graduação?
- E na pós-graduação?
- E considerando os diferentes grupos contemplados pelas cotas universitárias, gostaria de saber o que você acha sobre cada um deles. Primeiro, como você avalia as cotas para pessoa de baixa renda?
- E para alunos de escolas públicas?
- E para negros, pardos e indígenas?
- Gostaria que você falasse sobre os cotistas, os alunos que entram na universidade por meio das cotas.
- Você já participou de alguma discussão na universidade sobre as cotas? Poderia contar em qual contexto ela aconteceu?
- Por que você acha que algumas são contra e outras a favor das cotas?
- Você já viveu alguma situação na universidade que foi desencadeada em função da temática das cotas?
- Você acha que a opinião acerca das cotas universitárias pode ter alguma relação com o posicionamento ideológico/ político de cada pessoa?
- E qual é o seu posicionamento ideológico/ político?
- Gostaria de fazer mais algum comentário antes de finalizarmos essa conversa?
- Encerramento e agradecimento.

Apêndice D - Questões de Associação Livre e questionário político-ideológico

Código: _____

Responda à questão abaixo com as cinco primeiras palavras ou expressões que vêm a sua cabeça sobre:

COTAS UNIVERSITÁRIAS

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____

Código: _____

Responda à questão abaixo com as cinco primeiras palavras ou expressões que vêm a sua cabeça sobre:

COTAS PARA PÓS-GRADUAÇÃO

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____

Código: _____

Responda à questão abaixo com as cinco primeiras palavras ou expressões que vêm a sua cabeça sobre:

COTAS RACIAIS

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____

Código: _____

Para finalizar, pedimos para que responda às questões abaixo sobre você e sobre seu posicionamento político-ideológico

1. Departamento: _____
2. Você é professor(a) de: a. Graduação b. Pós-Graduação
3. Há quanto tempo você trabalha como professor na universidade? _____
4. Bairro onde mora: _____
5. Cidade: _____ Estado: _____
6. Curso(s) em que leciona atualmente:
 - a) _____
 - b) _____
 - c) _____
 - d) _____
7. Sexo: a. Masculino b. Feminino
8. Idade: _____ anos
9. Cor (de acordo com a classificação do IBGE):
 - a) Branca
 - b) Preta
 - c) Parda
 - d) Amarela
 - e) Indígena
 - f) Outra _____
10. Qual sua posição em relação às cotas universitárias para o nível de graduação?
 - a) A favor
 - b) Contra
 - c) Parcialmente a favor
 - d) Parcialmente contra
 - e) Não tenho posicionamento formado

Explique:

11. Qual sua posição em relação às cotas universitárias para o nível de pós-graduação?

- a) A favor
- b) Contra
- c) Parcialmente a favor
- d) Parcialmente contra
- e) Não tenho posicionamento formado

Explique:

12. Atualmente, você apresenta maior afinidade com qual(ais) partido(s) político(s)?
Escreva abaixo por ordem decrescente (maior afinidade primeiro).

a) _____

b) _____

c) _____

13. Agora, assinale na lista baixo os cinco valores mais importantes para você:

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Alegria | <input type="checkbox"/> Obediência às leis de deus |
| <input type="checkbox"/> Amor | <input type="checkbox"/> Prazer |
| <input type="checkbox"/> Auto-realização | <input type="checkbox"/> Realização profissional |
| <input type="checkbox"/> Autoridade | <input type="checkbox"/> Religiosidade |
| <input type="checkbox"/> Competência | <input type="checkbox"/> Responsabilidade |
| <input type="checkbox"/> Conforto | <input type="checkbox"/> Riqueza |
| <input type="checkbox"/> Dedicção ao trabalho | <input type="checkbox"/> Salvação da alma |
| <input type="checkbox"/> Fraternidade | <input type="checkbox"/> Sensualidade |
| <input type="checkbox"/> Igualdade | <input type="checkbox"/> Sexualidade |
| <input type="checkbox"/> Justiça social | <input type="checkbox"/> Status |
| <input type="checkbox"/> Liberdade | <input type="checkbox"/> Temor a deus |
| <input type="checkbox"/> Lucro | <input type="checkbox"/> Uma vida excitante. |